

---

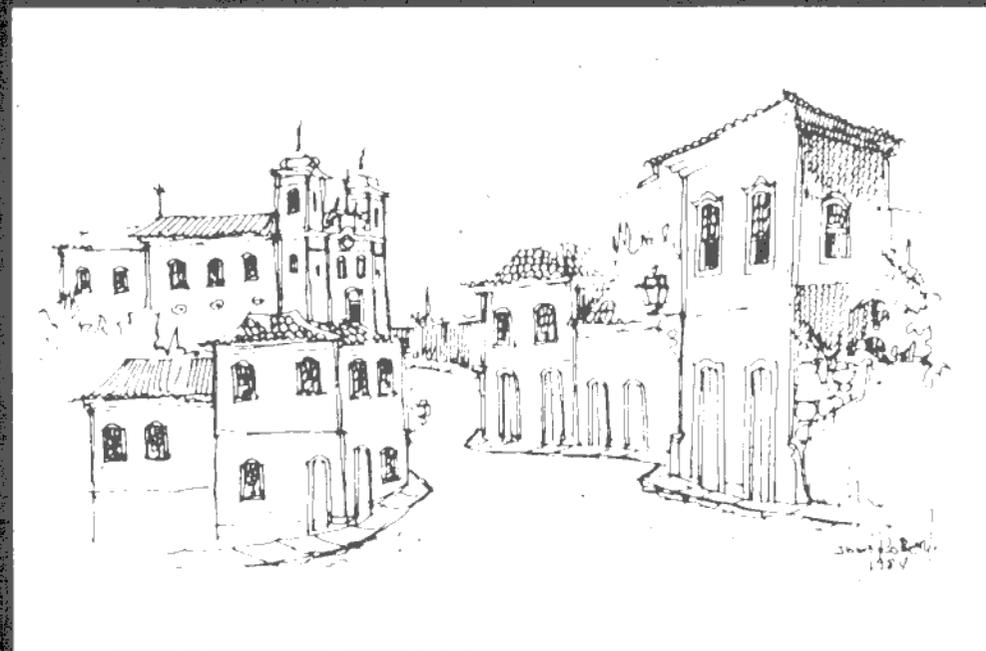
LPH

---

REVISTA DE HISTÓRIA

---

VOL. 3 • Nº1 • 1992 • DEP. HIST./UFOP



Reitor

Renato Godinho Navarro

Vice-Reitor

Dirceu do Nascimento

Diretora do Instituto de Ciências Humanas e Sociais - ICHS  
Solange Ribeiro de Oliveira

Vice-Diretor do ICHS  
João Pinto Furtado

Chefe do Departamento de História - DEHIS  
Alberto Nobre Mendes

Coordenador do Laboratório de Pesquisa Histórica - LPH  
Fábio Faversani

Coordenadoria do LPH  
Adriano S. L. Gama Cerqueira, Fábio Faversani, Rodrigo P. S. Motta

EXPEDIENTE

LPH - Revista de História é publicada anualmente sob a responsabilidade do LPH - DEHIS/UFOP. Correspondência, pedidos de aquisição e contribuições devem ser encaminhados para Rua do Seminário, s/n, 35420-000 - Mariana - MG. Tel.: ( 031 ) 557-1322 - Ramal 20.

CONSELHO EDITORIAL

Carlos Fico/UFOP  
Carlos Guilherme Mota/USP  
Ciro Flamarion Cardoso/UFF  
João Pinto Furtado/UFOP  
José Antônio Dabdab Trabulsi/UFMG  
José Arnaldo Coelho de Aguiar Lima/UFOP  
José Guilherme Ribeiro/UFOP

Capa: Elias Layon

Produção gráfica: Imprensa Universitária da UFOP

Especiais agradecimentos à equipe de editoração: José Guilherme Ribeiro, Jailson Dias de Carvalho e Mário Alex Rosa.

Pede-se Permuta

We Demand Exchange

On Demande Échange

---

---

# LPH: REVISTA DE HISTÓRIA

---

---

Vol.3 . N.1 . 1992 . Dept<sup>o</sup> de História / UFOP

---

---

## SUMÁRIO

### ENTREVISTA

Ser Historiadora no Brasil: uma entrevista com Kátia de Queirós Mattoso ... 5

### ARTIGOS

- Política, Filosofia e o Surgimento da Liberdade Grega  
José Antônio Dabdab Trabulsi ..... 13
- Doxa e Episteme: a Construção Discursiva na Narrativa Histórica  
(ou Salústio e a historiografia)  
Pedro Paulo Abreu Funari ..... 22
- Guerra e Paz em Três Comédias de Aristófanes:  
Os Arcanenses, a Paz e Lisístrata  
Ana Maria C. I. da Costa ..... 36
- A Relação entre Cidadania e Ordem Social de acordo com o Tratamento  
Desenvolvido em Rousseau, Kant e John Stuart Mill  
Adriano Sérgio Lopes da Gama Cerqueira ..... 53
- Reconstituindo o Movimento no Tempo de Uma Estrutura  
da Posse de Escravos (Bonfim, 1832-1839)  
Marcelo Magalhães Godoy ..... 67
- Elisée Reclus, Geografia e Anarquismo - Visões da Revolução  
Regina Horta Duarte ..... 80

História e Antropologia: Interação Conceitual e Produção de  
Conhecimento  
João Pinto Furtado ..... 95

Algumas Interrogações sobre as Tendências Recentes da Historiografia  
Brasileira: A Emergência do "Novo" e a Crítica ao Racionalismo  
Sílvia Regina Ferraz Petersen ..... 108

Camponeses e Revolução  
Marco Antônio Villa ..... 127

## DOSSIÊ ESCRAVIDÃO

Apresentação ..... 159

Historiografia da Escravidão: Novos Rumos  
Luís Carlos Soares ..... 161

As Alternativas Eróticas dos Africanos e seus Descendentes no Brasil  
Luiz Mott ..... 176

Escravidão no Brasil: Balanço Historiográfico  
Sílvia H. Lara ..... 215

A Escravidão Reabilitada  
Jacob Gorender ..... 245

Demografia e Escravidão  
Douglas C. Libby ..... 267

## COMUNICAÇÕES

Brasil: Historiografia nos Anos 80  
Carlos Fico / Ronald Polito ..... 295

## RESENHAS

CHALHOUB, Sidney. Visões da Liberdade.  
Carlos Fico ..... 303

CAMPOS, Flávio de. História Ibérica: apogeu e declínio.  
Joaci Pereira Furtado ..... 309

EISENBERG, Peter. História Ibérica: Apogeu e declínio.  
e GORENDER, Jacob. A escravidão reabilitada.  
Robert Conrad ..... 313

## POESIAS

Viagens / Conservas 3  
Leila Miccolis ..... 317

---

## ENTREVISTA

---

### SER HISTORIADORA NO BRASIL: uma entrevista com Kátia de Queiróz Mattoso

Responsável atual pelo ensino e pesquisa de História do Brasil na Universidade de Paris IV - Sorbonne, a professora Kátia de Queirós Mattoso, de origem grega e larguíssima vivência nos arquivos brasileiros, relata na presente entrevista a sua fascinante trajetória como a historiadora que, um dia, resolveu redescobrir o Brasil.

*Em artigo publicado na revista *Histoire: économie et société*<sup>1</sup>, a Sra. relata sua evolução enquanto historiadora. Nesse ensaio de "ego-história", é possível observar mudança de ênfases e áreas de interesse. A primeira ênfase seria a história política, a segunda a história econômica e a terceira a história social. A que se deve essa mudança de enfoque ?*

De maneira sintética, posso dizer que isso resultou de minha própria trajetória enquanto historiadora. Na realidade, não fiz curso universitário de História. Sou formada em ciências políticas, com especialização em relações diplomáticas e história política da Península Balcânica, da qual a Grécia faz parte. Quando fui morar em Salvador, percebi que não havia campo para trabalho em minha área de especialização. No entanto sempre quis ser historiadora e aproveitei meus primeiros quatro anos de estadia no Brasil para ler. Em 1962, iniciei a carreira acadêmica, sendo convidada pelo Instituto de Estudos Sociais da Bahia para conferências a respeito dos sistemas totalitários europeus do período 1918-

---

1- MATTOSO, Kátia de Queirós. "Au Nouveau Monde: une province d'un nouvel Empire: Bahia au XIX siècle". *Histoire: économie et société*. no. 4, 1987, p. 535-568.

1945, ou seja, a respeito do fascismo, nazismo e comunismo. Em seguida, comecei a lecionar a disciplina História Contemporânea na Universidade Católica de Salvador. Foi nessa época que iniciei minhas pesquisas, pois não queria permanecer só como professora. Voltando à Europa, em 1964, tomei conhecimento de um livro do Prof. Godechot publicado na coleção Nouvelle Clio, no qual ele sustentava a idéia da expansão dos movimentos revolucionários em fins do século XVIII. Nessa época, defendia a idéia de uma "revolução atlântica". No livro havia menção a três movimentos brasileiros: a Inconfidência Mineira, o "literário" do Rio de Janeiro de 1794 e o dos "alfaiates" de Salvador em 1798. Voltando ao Brasil, minha primeira intenção foi ver até que ponto esses movimentos se inscreviam na tese da "revolução atlântica". Comecei a levantar bibliografia e percebi que, sem possibilidade de pesquisar em arquivos, não traria nada de novo a respeito da revolta de 89, nem da de 94, mas, em compensação, havia o movimento baiano de 1798. Procurei ver o que existia nos arquivos de Salvador sobre o referido movimento: os processos dos implicados e a bibliografia local. Percebi primeiramente que nenhum pesquisador havia feito uma análise dos textos que enfocam o movimento de 98. A partir da identificação desses textos, tentei inseri-los na vida política baiana da época. No correr desse trabalho, percebi que tudo que se havia escrito a respeito da revolta dos alfaiates era um tipo de história positivista, sem problemática. Sendo assim, em 1966, escrevi ao prof. Godechot expondo meu tema de pesquisa e os aspectos que me pareciam obscuros, como a vida econômica e, mais precisamente, o problema das categorias sociais da época. Graças às indicações e sugestões por ele enviadas, consegui escrever o livro sobre a influência francesa no movimento democrático baiano<sup>2</sup>. Uma das sugestões do prof. Godechot era que eu estudasse a conjuntura econômica, fazendo, se possível, uma história dos preços, pois isso facilitaria a compreensão do movimento político. Foi aí que parti para a história dos preços na Bahia, entre 1750 e 1930, o que me forneceu material riquíssimo para escrever um livro sobre a Bahia e seu mercado no século XIX<sup>3</sup>. Depois desses estudos, nos quais toquei alguns aspectos da história social, percebi que a explicação econômica não me satisfazia. Procurei, então, estudar melhor as categorias sociais da época, não só as elites, que por sinal são pouco conhecidas, mas também o "povo", tão mencionado na historiografia,

2- MATTOSO, Kátia de Queirós. *A presença francesa no movimento democrático baiano de 1798*. Bahia, Ed. Tapuá, 1969.

3- MATTOSO, Kátia de Queiros. *Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado*. São Paulo, Hucitec, 1978.

mas sem se saber direito quem é. Observei, em minhas pesquisas, a forte presença de negros na população baiana, o que me levou a estudar a escravidão. Dessa forma, cheguei à história social através de estudos da escravidão ou, melhor ainda, da análise dos cativos alforriados, procurando ver como se inseriam numa sociedade global, cujo modelo era dos brancos. Posso dizer assim que o político me levou ao econômico e o econômico me levou ao social. Ao mesmo tempo que desenvolvi esses estudos, participei de um grupo de pesquisa em Salvador, que se voltava para a história regional, procurando analisá-la a partir dos enfoques econômico, demográfico e ideológico. Fiquei com o aspecto econômico, Johildo Athayde com a análise demográfica e Itsván Jancsó com a parte ideológica. Veio 1969 e o grupo, por uma série de razões, se dispersou, Itsván saiu da Bahia, Johildo fez a tese e encerrou as pesquisas. Continuei pesquisando e, à medida que avançava nos estudos, ia enfocando vários problemas ligados à demografia, aos comportamentos coletivos e, principalmente, às articulações entre as diferentes categorias sociais, procurando organizar a análise a partir do tripé clássico das sociedades do Antigo Regime, ou seja, a partir da análise do Estado, da Igreja e da família. As perguntas que fiz à documentação partiram dessa perspectiva, sendo que me interessou mais analisar o funcionamento da sociedade do que determinar estruturas. Enfim, a linha-mestra do meu trabalho foi ver como as articulações entre os diversos grupos sociais, divididos pelo estatuto civil, social e de cor, se produziam. Isso tudo, a partir de um enfoque muito próximo ao da historiografia francesa das décadas de 1930 e 1940.

*Em termos da historiografia brasileira, qual foi a influência de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Hollanda, Caio Prado Jr.? Ou, então, da produção dos anos cinquenta e sessenta, como Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso?*

Como voce sabe, é impossível importar problemáticas históricas, pois são construídas localmente e são fruto de uma observação do historiador em relação à sociedade em que vive. Em termos da historiografia brasileira, posso dizer que todo meu esforço de pesquisa foi uma resposta tanto a Gilberto Freyre quanto a Caio Prado Jr. Não porque minhas posições fossem completamente contrárias às desses autores, mas porque meus trabalhos procuraram introduzir matizes que não existiam. Um aspecto que acho essencial é o de sair da visão "jurídica" da sociedade brasileira. A maior parte das análises históricas brasileiras, mesmo que se trate da história política, da social ou da religiosa, parte do conhecimento das

"normas", não as criadas pela sociedade, mas, sim, as estipuladas na legislação. Esse é o caso do importante livro de Raimundo Faoro *Os Donos do Poder*. Um traço típico dessa visão é que a Igreja, por exemplo, nunca é estudada em sua doutrina ou em sua espiritualidade, mas como um órgão administrativo do Estado. Nunca se procura saber quem eram os bispos ou os padres, que tipo de comunicação tinham entre si, que tipo de formação e doutrina recebiam, que tipo de espiritualidade viviam. Creio que é importante conhecer essa dimensão e a cito, por ser atualmente alvo de minhas pesquisas. Quanto aos outros autores citados, obviamente conheço os trabalhos de todos eles, mas sempre achei que o olhar deles era sociológico, ou seja, não havia a dimensão tempo ou ela era muito limitada. Além disso, pensei que seria mais interessante fixar-me numa região e não tentar o comparativo. Na leitura das obras desses sociólogos, percebi que trabalhavam com sociedades completamente diferentes das que eu pesquisava e que sua problemática era voltada para o hoje ou para um passado muito próximo. Sinceramente, acho que aprendi bem mais no levantamento de milhares de cartas de alforria, quase 17 mil, das quais 3 mil passaram por minhas mãos. Isso me proporcionou sensibilidade para perceber o "não dito" da sociedade e entender como funcionava.

*Na sua resposta, a Sra. menciona o interesse em estudar a história da Igreja a partir do mental. Seria portanto um estudo com ênfase na história das mentalidades?*

Sim, mas primeiramente é importante definir o que se entende por "história das mentalidades". O que faz a força dessa história é ter se liberado dos esquemas de Lucien Febvre, a "instrumentação mental", que foram extremamente úteis, mas que levaram a um psicologismo do objeto de estudo, não dando conta de como a sociedade funcionava. Em um dos livros de Lucien Febvre que mais sucesso fez, *Lutero*, constata-se que há uma dialética entre o homem e a sociedade do seu tempo, mas não se percebe em que medida Lutero influenciou a sociedade e nem em que medida a sociedade o influenciou. Por outro lado, há historiadores que não explicitam o termo "história das mentalidades" em seus textos, mas cujas perspectivas são bastante promissoras. Citar como exemplo dessa Carlo Ginzburg e Giovanni Levi. Há também uma produção de "história das mentalidades" completamente esfacelada. Alíás, cabe perguntar em que consiste esse gênero, pois tudo pode ser "história das mentalidades". Mas, se a definirmos como o estudo dos comportamentos e dos relacionamentos sociais, talvez cheguemos a uma perspectiva aceitável. O grande problema, porém, é que na Europa os historiadores

dos anos 30 aos anos 70 esquadriharam o universo econômico, demográfico e social do Antigo Regime, enquanto no Brasil se lançaram ao trabalho em problemáticas da história cultural, sem o mesmo lastro, sem o conhecimento suficiente a respeito do que é o Brasil.

*A Sra. foi uma das pioneiras da história quantitativa no Brasil. Essa mudança de área de interesse, de privilegiar a história religiosa, o mental, é de certa forma uma despedida em relação à história quantitativa?*

Não, mesmo porque, para analisar a sensibilidade e o universo mental do passado, é possível utilizar os instrumentos da quantificação. Essa perspectiva ajuda a reunir uma série de elementos que, se não fossem representados em algarismos, talvez passassem despercebidos. Embora, na realidade, ninguém tenha feito "história quantitativa" no Brasil, mas sim "história seriada", acredito que essa última perspectiva é a única possível, pois a história quantitativa pressupõe a construção de modelos e o estudo deve se inserir nesse modelo construído a priori. Um exemplo de história quantitativa é a história contra-factual, que constrói modelos a partir de uma série de variáveis para provar que determinado fenômeno teria acontecido, mesmo se não tivessem existido certas variáveis. Assim, houve quem tentasse mostrar que os Estados Unidos não teriam deixado de se desenvolver se as estradas de ferro não tivessem construídas. O que nós fazemos no Brasil é uma história seriada, pois ela não tem base nem desabrocha na construção de modelos. A quantificação serve apenas como um elemento a mais para referendar certas constatações feitas a partir da documentação qualitativa. Nesse sentido, parte da documentação com que trabalho atualmente permite a análise seriada. Esse é o caso da seleção de provimento de párocos, para a Bahia entre 1680 e fins do Império. Os temas dados para dissertação e os "casos de consciência" indicados para os candidatos resolverem possibilitam, por exemplo, uma quantificação em termos de vocabulário empregado. Mas é sempre bom lembrar que ninguém pode trabalhar só com o quantitativo, mesmo porque para se chegar a ele é necessário saber o que se procura. Não se pode coletar dados pelo prazer de fazer tabelas ou representar graficamente os algarismos.

*Quais seriam os aspectos tratados nessa história da Igreja?*

De maneira geral, pretendo centrar a análise em torno de quatro temas. O primeiro é a revisão da historiografia, em termos não só de métodos empregados,

mas também da perspectiva jurídica dos estudos a respeito da instituição eclesiástica. o segundo é a análise da visão dos jesuítas em relação à sociedade colonial e dos contatos desse grupo com a hierarquia eclesiástica, com os indígenas e os colonos. Estudo a Ordem dos Jesuítas, chamando a atenção para a proximidade entre a criação da Companhia e a atuação dela na Colônia. Os primeiros inicianos não chegaram a se formar nos quadros tradicionais: simplesmente tomaram conhecimento dos Exercícios Espirituais de Santo Inácio e se deixaram atrair. Na realidade, a espiritualidade jesuítica foi sendo criada, pouco a pouco, nos colégios criados na Colônia. Em outras palavras, a Ordem não chegou pronta ao Brasil, mas em gestação, sendo possível notar uma evolução no discurso dos inicianos. Nas cartas de Nóbrega, por exemplo, nota-se que os indígenas são apresentados como extremamente abertos à conversação aceitando o cristianismo. Mas, num segundo momento, o discurso vai ser o da sujeição dos indígenas. É a partir dessa mudança que foi sendo construída a imagem do jesuíta como um "guerreiro". Essa evolução se deu com base na passagem da noção de "pecado moral" para a noção de pecado calcada na teologia dogmática. Na primeira visão, os índios eram condenados por comerem carne humana, por andarem nus, por estarem em concubinato. Na segunda, o grande pecado é o teológico, que é a recusa em conhecer Deus. É necessário analisar a formação da espiritualidade jesuítica dentro desse contexto, senão se corre o risco de nada compreender. O terceiro ponto de meu estudo é o saber se o clero brasileiro era jansenista, ou não, tanto do ponto de vista doutrinário quanto político. O quarto aspecto é o de estudar a origem do clero, através da documentação baiana anteriormente mencionada. A linha condutora de meu livro é procurar entender como as instituições eclesiásticas funcionavam e se articulavam, tentando compreender melhor a diversidade de espiritualidades no interior da própria Igreja.

*Essa história da Igreja viria até nossos dias?*

Sim, viria até nossos dias, na medida em que me interessa ver a grande fratura ocorrida na história da Igreja, com a romanização do clero a partir da segunda metade do século XIX, período em que o clero se tornou completamente alienado do povo. Creio que os "teólogos da libertação" deveriam procurar recuperar justamente esse aspecto: houve um clero que, embora do ponto de vista da doutrina não pregasse uma teologia da libertação naquela época, do ponto de vista da postura e do relacionamento era muito mais "padre", como se quer atualmente, do que seria partir do anos de 1840 até o Concílio Vaticano II.

*Mudando um pouco de tema, gostaria de saber qual é a dimensão das pesquisas a respeito da História do Brasil, atualmente na França?*

É muito difícil de avaliar. A história do Brasil foi e continua sendo estudada paralelamente à história da América Latina e, em função dos professores da disciplina, como o prof. Frédéric Mauro, se privilegiou a história econômica e a política. Acho que seria urgente fazer uma avaliação da produção historiográfica brasileira de pós-graduação na França como também em outros países. A meu ver, o grande problema é que, ao contrário do que acontece os Estados Unidos, as teses de História do Brasil raramente são publicadas na França. Para falar a verdade, só conheço uma que foi publicada, que é *La Ville São Paulo: peuplement et population*, de Maria Lúza Marcílio. Embora o interesse seja limitado, há um bom número de alunos franceses estudando história do Brasil e querendo prosseguir.

*Uma obra a respeito da história do Brasil que é encontrada com facilidade nas livrarias francesas é o livro Casa Grande e Senzala...*

Gilberto Freyre foi descoberto nos anos 50, por Roger Callois e teve muito sucesso pelo fato deste livro ter sido prefaciado por Lucien Febvre, que estava no auge da glória, como único representante vivo do dueto que havia fundado a revista dos *Annales*. Como a obra de Gilberto Freyre é muito ligada à perspectiva de Lucien Febvre de utilizar a psicologia para entender o social, teve uma excelente acolhida, permanecendo como livro único sobre a história do Brasil, ao passo que nos Estados Unidos, se tem, por exemplo, a tradução da *Formação do Brasil Contemporâneo* de Caio Prado Jr. Acredito, porém, que, se Sérgio Buarque de Hollanda tivesse tido uma carreira mais "formal", teria o mesmo sucesso que Gilberto Freyre teve. Livros como *Raízes do Brasil* e *Visão do Paraíso* são obras fundadoras. Para mim, Sérgio Buarque de Hollanda é o historiador mais importante da época contemporânea e, se hoje tivesse que definir minha filiação intelectual, essa filiação seria muito próxima aos escritos dele.

*E o interesse em relação à história francesa? Creio ter lido num de seus livros a preocupação em estudar as incursões francesas no Brasil do século XVI.*

Sim, mas esse tema coloca vários problemas. O principal deles é a questão paleográfica. A escrita do século XVI é uma das mais complicadas de ser lida. Mesmo os especialistas franceses, na maioria das vezes, só trabalham com

documentos impressos. Tenho estudado paleografia, mas, como mencionei anteriormente, estou concentrando minha atenção na história da Igreja, embora pretenda, no futuro, recuperar a desconhecida história dos franceses no Brasil da primeira metade do século XVI.

*Para finalizar, gostaria de saber, na hipótese de ter que reescrever o livro Ser escravo no Brasil<sup>4</sup>, verdadeiro divisor de águas nos estudos a respeito da escravidão brasileira, quais aspectos a Sra. modificaria.*

Acrescentaria os estudos feitos pelos jovens historiadores, como Sílvia Lara, Leila Mezan, Ronaldo Vainfas, Lana Lage, e os trabalhos de demografia histórica. Essas pesquisas trouxeram novas perspectivas e luzes a respeito da sociedade brasileira e seu funcionamento. Sem abandonar meu escopo, integraria toda essa produção, que é muito importante e que, por sinal, implicaria aumentar meu livro em umas duzentas páginas...

## ARTIGO

### POLÍTICA, FILOSOFIA E O SURGIMENTO DA LIBERDADE GREGA

*José Antônio Dabdab Trabulsi*

*Este artigo pretende oferecer uma visão sintética sobre um dos momentos mais importantes da história grega, quando surge o que chamamos de liberdade grega; examinamos de que maneira esta criação se constitui no prolongamento da civilização grega remontando à época micênica; observamos como ela é solidária das transformações mentais do início do arcaísmo; estudamos os mecanismos de luta social que levam ao alargamento das bases sociais do poder político.*

Cet article a pour but d'offrir une vue synthétique sur l'un des moments les plus importants de l'histoire grecque, celui qui voit l'avènement de ce qu'on appelle la liberté grecque; nous examinons la formation de cette idée dans le prolongement de la civilisation grecque remontant à l'époque mycénienne; nous remarquons qu'elle est solidaire des transformations mentales des débuts de l'archaïsme; nous étudions les mécanismes de lutte sociale qui ont conduit à l'élargissement des bases sociales du pouvoir politique.

O surgimento da *pólis* e, depois, a invenção democrática, de um lado, e a emergência do pensamento racional ou filosófico, do outro, fazem parte dos processos históricos muito longos e acidentados, que colocam o historiador diante de difíceis problemas no estabelecimento das relações de causalidade. No caso que nos ocupa, as relações entre cidade, democracia e filosofia, a importância cultural

4- MATTOSO, Katia de Queirós. *Ser Escravo no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1982.

e histórica dos fundamentos dessas noções pode dar-nos a impressão de um tipo de fatalidade histórica, obviamente enganadora. Para nos convenceremos disso, basta lembrar que, ainda há muito pouco tempo, no início dos anos cinquenta, a imagem que tínhamos da questão era completamente diferente da que podemos oferecer hoje. As interrogações e incertezas sobre a civilização minóico-micênica eram então angustiantes e as lacunas da informação histórica condicionavam a elaboração de hipóteses sobre os problemas da Grécia arcaica e clássica. Entretanto a decifração do Linear B por Ventris e Chadwick abriu caminho para a reinterpretação da história grega, mostrando ser uma coisa simples o que era surpreendente na época: a língua do Linear B (silabário em uso no sul da Península Balcânica na segunda metade do II milênio a.C.) já era o grego. Assim, a Grécia de Homero e do início do arcaísmo deixava de ser um magnífico ponto de partida, quase *"ex-nihilo"*, tornando-se uma das etapas da história do povo grego sobre o continente.

Se, num primeiro momento, o que chocou os historiadores foi a continuidade histórica, que fazia recuar, em vários séculos, a história grega, os progressos na compreensão do conteúdo das "mensagens" das tabuinhas de argila, progressos ainda em curso, tenderam a ressaltar o inverso, ou seja, o fato de que se tratava, em grande parte, de um outro mundo. Que mundo era esse é uma interrogação indispensável para se compreender a evolução ulterior.

Era uma civilização que os especialistas logo chamaram de palaciana, estabelecendo um paralelo com o mundo oriental. No alto da organização social e política estava a figura do *"wa-na-ka"* ou *"anax"*, rei todo poderoso, que exercia, em primeiro lugar, o magistério do sobrenatural, o controle do mundo religioso. Aparecia também o *"la-wa-ge-tas"*, chefe do *"laós"*, povo armado que formava o séquito do rei. Finalmente o *"damos"*, prefiguração do *"demos"* do primeiro milênio.

Talvez seja esse mais um exemplo do que Georges Dumézil chama de tripartição funcional: os que controlam o poder, os que lutam, o povo produtor. Nada mais normal, à primeira vista, já que o esquema duméziliano foi elaborado no estudo de sociedades indo-europeias e que os gregos são indo-europeus. A essa possibilidade há, entretanto, duas objeções: a existência de simples *"termos"* não prova a vigência de certas estruturas sociais; por outro lado, Georges Dumézil foi o primeiro a mostrar que, pelo menos na esfera do ideológico ou religioso, o trifuncionalismo dos indo-europeus foi, como ele dizia, explodido no contacto dos imigrantes gregos com o numeroso substrato pré-grego, mediterrânico. Na esfera

mental, religiosa ou ideológica, sobraram "fragmentos" da tripartição (o frontão de Delfos, algumas reminiscências em Platão, etc.), mas o trifuncionalismo não permaneceu como quadro operatório do pensamento grego.

Se agora deixamos o mundo do pensamento, que era sobretudo o que interessava a Dumézil e passamos para a organização social e política, passagem difícil entre todas e temida pelo próprio refundador dos estudos indo-europeus, é a arqueologia que pode nos ajudar. Ela nos mostra que, no momento, o mundo grego estava inserido num complexo sistema de comunicações com o Oriente, através do Mediterrâneo Oriental e da costa Síria. Temos praticamente a certeza do contacto entre a Grécia micênica e os Hititas, por exemplo.

Os reinos micênicos aparecem, portanto, como espécie de miniaturas das grandes civilizações palacianas do Oriente. Uma elite de função, religiosa e militar, que desfrutava da produção de unidades econômicas, *"temenos"*, porção de terra arável ou vinha, que lhe eram atribuídas: os *"Kitimena kotona"*. Por outro lado, havia as terras cultivadas pelo *"damos"* para a subsistência do grupo em geral, os *"Kekemena kotona"*. Vemos, assim, uma oposição entre, de um lado, o palácio e, de outro, o mundo rural com vida própria, o que em parte vai explicar a evolução que veremos a seguir.

Ainda uma palavra sobre o II micênio, para dizer que, do ponto de vista ideológico, religioso, vemos um grande número de divindades, importantes ainda no período clássico, como Zeus, Demeter, talvez Dioniso, entre outros. Mas o equilíbrio do mundo divino era completamente diverso: menos machista, menos aristocrático que na Grécia arcaica e clássica, ainda não políade, obviamente. Era um mundo que se interpretava por referência ao mundo divino, como no Oriente, o que é extraordinário de se constatar nessa documentação inteiramente administrativa que são as tabuinhas.

Esse mundo desapareceu na época das migrações dórias. Se não estabelecemos nestas formulação nenhuma relação causal é que os historiadores continuam divididos sobre a questão: invasão destruidora? migração pacífica? desastre ecológico? revoltas internas? Cada uma dessas explicações tem ainda os seus defensores e o que podemos dizer é apenas que não houve causa única, mas um conjunto de fatores. Se não conhecemos as causas exatas do desastre, temos, faz alguns anos, condições de afirmar, com base na arqueologia, e, depois, na filologia, alguns dados básicos: em primeiro lugar, a chegada de novos grupos de indo-europeus, os dórios, veio acentuar este componente em detrimento do que

poderíamos chamar a contribuição mediterrânica oriunda do neolítico grego. Por outro lado, os estudos arqueológicos sobre a chamada Idade Média Grega ou, para seguir a terminologia inglesa, "*the dark ages of Greece*", o período de, no mínimo, mais de três séculos que vai do fim do mundo micênico ao surgimento da pólis, tendem a mostrar que o declínio da demografia, se foi importante (talvez a metade, mas é preciso lembrar que as escavações são muito mais completas para os outros períodos), não foi tão drástico quanto por vezes se pretendeu. O mundo agrícola continuou a sua vida até o ressurgimento da época arcaica: o que desapareceu foi a superestrutura do Estado palaciano. E com ela a escrita, instrumento de poder, guardado por uma minoria no reduto da cidadela, centro do poder real. Finalmente, a filologia acusa uma transformação essencial: o "*pa-si-reu* (*basileus*)" presente nas tabuinhas era um senhor estritamente local; quando a cidade ressurgiu, no período arcaico, o senhor local, "*basileus*", tornou-se o rei.

Cumpra, neste ponto, sem dúvida, refletir sobre a palavra "*pólis*". Já presente nas tabuinhas, "*pólis*" queria dizer então a altura fortificada, cercada por muros e protegida, a futura "*acrópole*". Ora, no alvorecer do arcaísmo, "*pólis*" queria dizer o conjunto da soberania, ela englobou a planície onde vivia o povo, a "*asty*". A mudança da carga semântica, como diriam os lingüistas, só foi possível pela evolução social que integrou os habitantes comuns no conjunto político.

"*Pólis*" ou "*p(t)ólis*" vem do indo-europeu e tem a mesma raiz de "*pólemos*" ou "*p(t)ólemos*". Guerra e política trazem das suas longínquas raízes o traço da origem comum. De novo, no início do período arcaico, a história os reúne. Talvez seja "ainda" mas dizemos "de novo" por saber muito pouco sobre o período obscuro. Este "ainda" ou este "de novo", nós o encontramos já nos poemas homéricos: "os nobres defendem as cidades" lemos em certo trecho, para não falar de todo o enredo da epopéia. Não há tempo de entrar aqui nos difíceis problemas de interpretação do "mundo homérico" (existiu? que época?). Pretendemos chamar simplesmente a atenção para o fato de que em Homero só existe uma objeção maior ao caminho que levará à democracia e à filosofia: trata-se da figura do rei. Objeção enorme, se o nosso objetivo de estudo é Homero, objeção menor se o que nos ocupa é o futuro (democracia e razão), pois sabemos que a monarquia grega arcaica declinou rapidamente, deixando apenas, na maioria dos casos, a figura de um magistrado (ou mais de um, como em Esparta) do sagrado.

Democracia e razão; vários estudos recentes e, sobretudo, os de Marcel Detienne, mostram que neste arauto da sociedade nobre, baseada na virtude ("*arété*"), que é Homero, encontramos já o ponto de partida de toda a evolução

ulterior. Um exame detalhado dos poemas evidencia a importância fundamental da instituição da partilha do espólio de guerra. Razão da "cólera de Aquiles" e ponto de partida do enredo, a partilha dos bens conquistados na guerra estabeleceu entre os combatentes gregos relações igualitárias. Não que todos recebessem o mesmo: mais virtude é recompensada com bens mais valiosos. Mas a relação entre todos e de todos com uma regra comum está fixada. É o que os filósofos do IV século chamarão de igualdade "geométrica", por oposição à "aritmética".

Essa relação de igualdade é ainda definida em relação a uma minoria, os nobres, e o círculo dos grandes guerreiros. Mas, fixado o princípio, estava aberto o caminho para que os menos nobres ou os não-nobres comessem a pedir a sua inserção neste grupo. Talvez já fosse o caso de Tersites, que ousou desafiar Ulisses, Agamemnon e os outros nobres numa Assembléia. Ele recebeu golpes como retorno, no lugar de argumentos, mas a simples expressão da discórdia não significava já um espaço de liberdade? Espaço de liberdade do mundo micênico que os poemas pretendem retrair? Não, antes o espaço de liberdade do início do arcaísmo, já que podemos constatar que as realidades micênicas eram verdadeiros potentados orientais. Esse reflexo do início do período arcaico aparece na narrativa de Homero, quando Telêmaco responde a seu pai Ulisses, que invoca a proteção divina para incitá-lo a atacar os numerosos pretendentes, sendo que eles são apenas dois. Ele diz em síntese: em matéria de bons aliados, estes que você cita são realmente bons (os deuses), apesar de estarem um pouco alto demais, lá nas nuvens!... Que magnífico ceticismo em relação ao mundo divino em Homero, que foi chamado de "o criador do Panteão grego"!

Pensamos, portanto, ter em Homero já a pré-história ou até a proto-história da democracia e da filosofia. Não que ele ou seus personagens fossem personificações de uma coisa e outra, obviamente. Vigora nos poemas a ideologia nobre na sua forma mais forte, o pensamento religioso e teogônico em todo o seu esplendor. Mas os traços da evolução que levará à transformação já estão sem dúvida presentes.

Nos poemas de Hesíodo que, segundo as datações mais atuais, são no máximo posteriores de meio século à Odisséia, a situação se encontra ligeiramente modificada. Se nos pedissem definir a situação numa palavra, diríamos "exasperação". A interpretação do mundo em Hesíodo é feita em termos de Teogonia: o engendramento e a diferenciação do mundo têm uma história genética. Mas, sobretudo nos Trabalhos e os Dias, são claras as interferências da época de crise social que a Grécia, ou pelo menos a Grécia Central, atravessava.

Os reis são injustos, comedores de presentes; Persês sai ganhando sem ter razão; os homens se encontram numa sucessão de Idades cujo valor e grau de desejabilidade são figurados por metais de valor decrescente. (Não podemos discutir aqui o problema da Idade dos Gigantes.) Hesfodo vive na pior delas, a Idade do Ferro. Tudo vai mal. O que fazer então? Nada, pelo menos do nosso ponto de vista. Diante de uma situação insustentável, Hesfodo não deseja nenhuma transformação. Para ele, é na observação de um ritualismo minucioso, no restabelecimento de relações baseadas na Justiça com o mundo divino que os homens poderão tornar-se de novo homens sagrados ("*théios anèr*") e resolver o problema. Alguns analistas de Hesfodo quiseram ver na evocação da "*Diké*" e não da "*Thémis*" tradicional uma espécie de bandeira política. É discutível.

O curioso é que, certamente sem saber, mas de maneira precisa, Hesfodo citou a causa de todos os "males": o ferro. É que a lenta difusão da metalurgia do ferro, no prosseguimento das migrações dórias, elevou de forma significativa a capacidade produtiva das sociedades gregas, possibilitando um aumento populacional. Num segundo momento, o aumento demográfico tornou-se exagerado e aconteceu uma retração; a terra não alimentava mais crescimento tão rápido. Daí a insistência de Hesfodo em que não se devia ter mais de um filho. O fato é que a partilha da terra (segundo alguns) ou simplesmente o fato de que havia mais bocas a alimentar, instauraram, num contexto de crescimento global, uma crise conjuntural. O que fazer? Duas soluções se apresentavam: transformar as relações sociais existentes e questionar o mundo tal como ele estava organizado, o que Hesfodo não faz; ou abandonar sua terra e tentar a chance alhures - é o que ele chega a sugerir a seu irmão como solução. Ambas as soluções serão seguidas e todas as duas têm uma influência importantíssima no surgimento da filosofia.

A primeira terá como resultado o questionamento da ordem política aristocrática, onde algumas poucas famílias controlavam os assuntos das cidades. Hesfodo não chega a concebê-lo, talvez por não dispor ainda dos instrumentos conceituais necessários para exprimir o mundo de maneira diferente dos esquemas teogônicos. Logo as camadas médias do campesinato vão dispor desses instrumentos, pois, no prosseguimento da reforma hoplítica, chegam a exprimir o desejo de participar com um argumento novo para esta camada, já presente desde Homero: se somos nós que defendemos a cidade, também devemos decidir. A guerra e o conselho, as duas atividades da nobreza homérica são agora estendidas a outros grupos sociais.

O aparecimento do hóplita foi, tanto quanto uma revolução social, uma transformação mental completa. O bom guerreiro nobre era aquele possuído pelo furor guerreiro, "*tyssa*", que partia sozinho e matava muitos adversários. O bom hóplita era aquele que, ficando firme na sua posição de falange, garantia pelo controle de si mesmo ("*sophrosynè*"), o sucesso do grupo.

Dessa transformação é solidária a mudança do estatuto da palavra e da escrita. Da antiga palavra eficaz, aquela que se perfaz na sua própria elocução e tem poder engendrativo, a palavra do aedo, do adivinho ou do rei de justiça, a palavra que enuncia e é ela própria a verdade, passamos à palavra em vias de laicização, onde não é mais a verdade, mas instrumento na busca da verdade. A palavra do debate, a palavra da discussão na ágora e também a palavra da filosofia. Ao lado dessa evolução intelectual comum à filosofia e ao que virá a ser a democracia, aparece uma nova função da escrita. Não é mais a escrita dos reinos micênicos guardada como instrumento de poder por uma minoria de administradores, é agora a escrita que tem por função primordial o inverso, a difusão, como meio de estabelecer comunicação entre as pessoas, fixar códigos de leis, decretos da assembléia, etc. A palavra-debate no lugar da palavra-verdade; a escrita-comunicação no lugar da escrita-tesouro. A evolução é tão radical que o antigo silabário é substituído pelo alfabeto oriental adaptado para notar uma língua que ainda é a mesma.

Aqui podemos juntar a evolução do mundo grego e a do mundo colonial. Tanto num quanto noutro será necessário fundar novas formas de vida em comum. As antigas cidades aristocráticas cederão lugar a outras formas políticas, constituições ou, como diziam os gregos, "*politeiai*": segundo os casos, oligárquicas, tirânicas ou democráticas. Nas cidades coloniais, o desafio é ainda maior, pois é preciso pensar para criar do nada. Não é sem razão que as seitas filosóficas, como o pitagorismo e o orfismo, as inovações urbanísticas, como as de Hipodamo de Mileto, são criadas, ou desenvolvidas no Ocidente mediterrânico ou no Oriente do Ponto Euxino.

O desafio de criar um mundo novo estimula a reflexão sobre o cosmo. Só pelo fato de escrever em prosa os filósofos são um anúncio do futuro. Introduzem em seu vocabulário, com novo significado, termos da importância de "*arché*". Rompem assim com as teogonias, pensando em termos de "*physis*", natureza. O novo esquema cosmológico, mesmo que em muitos casos substitua o princípio explicativo antigo, os deuses, por novos, como os elementos, inaugura uma nova reflexão. Em Anaximandro, ao contrário de Anaxímenes (para quem a terra

repousa no ar que a domina), não vemos já um princípio onde tudo repousa. A igualdade e a simetria reagem as relações entre as diversas partes do cosmos. A supremacia é transferida para uma lei de equilíbrio e reciprocidade. Tanto na natureza quanto na cidade, a isonomia substitui a monarquia.

"*Kratós, arché, dynasteia*" deixam o ápice e vão para o centro: são mais objeto de debate que princípio explicativo. Como diz J. P. Vernant, "quando nasce em Mileto, a filosofia está enraizada nesse pensamento político cujas preocupações fundamentais traduz e do qual tira uma parte do seu vocabulário."<sup>1</sup>

Saída do pensamento mítico, a filosofia estabelece com ele, ao mesmo tempo, uma continuidade e uma ruptura. Não se trata do surgimento intemporal da filosofia, mas de uma filosofia. É célebre a fórmula de Vernant, "a razão grega é filha da cidade."

Não se pode, e chegamos às reflexões finais, separar o surgimento da "pólis" da emergência da filosofia. As duas são o prosseguimento da evolução social do arcaísmo grego, as duas são solidárias na luta pela liberdade contra o poderio da sociedade nobre. Neste sentido, podemos falar de cidade democrática, entendendo essa expressão como uma forma de designar o alargamento progressivo da participação política a camadas não-nobres. Trata-se, portanto, em primeiro lugar, de uma prática. O curioso é notar que, do ponto de vista ideológico, o pensamento nobre continua a informar e modelar a realidade social. A noção de concurso, por exemplo, que vai se aplicar aos discursos nas assembleias populares, é uma noção da sociedade aristocrática anterior, implica uma idéia de forte competição, de estabelecimento de superioridades e inferioridades. Sem dúvida, num primeiro momento, a filosofia informa o pensamento político e é modelada por ele. Os dois são solidários na busca da liberdade. O curioso é notar que, para além do alcance civilizatório evidente e imenso dessas duas criações, no fim do período clássico elas chegam ao seu limite. Se há um pensamento político que sustenta a democracia como regime político, não há a elaboração de um pensamento democrático que permita um novo salto. A filosofia, no IV século, será marcada por uma reflexão não apenas anti-democrática mas com tendência a ser mesmo antipolítica, apesar da dificuldade dos Antigos em imaginar outra forma de vida comunitária que não fosse a "pólis". Mesmo quando ela deixa de existir, o pensamento antigo continua se exprimindo através dela, como mostra, de forma

impressionante, o exemplo extremo, pelo afastamento no tempo e nas preocupações, que é Santo Agostinho.

## BIBLIOGRAFIA SUMÁRIA

AMPOLO, C. *La città antica*. Roma-Bari, Laterza, 1980.

DETIENNE, M. *Les maîtres de vérité dans la Grèce archaïque*. Paris, Maspero, 1981.

\_\_\_\_\_. *En Grèce archaïque: géométrie, politique et société*. Annales E.S.C., 1965. pp 425-441.

FINLEY, M. *Économie et société dans la Grèce ancienne*. Paris, La Découverte, 1984.

\_\_\_\_\_. *O mundo de Ulisses*. Lisboa, Presença, 1965.

\_\_\_\_\_. *Les premiers temps de la Grèce: l'âge du bronze et l'époque archaïque*. Paris, Flammarion, 1980.

HIGNETT, C. *A history of the athenian constitution*. Oxford, Clarendon Press, 1952.

MOSSE, C. *Histoire d'une démocratie: Athènes*. Paris, Seuil, 1971.

\_\_\_\_\_. *La fin de la démocratie athénienne*. Paris, Puf, 1962.

VERNANT, J.P. *As origens do pensamento grego*. São Paulo, Difel, 1972.

\_\_\_\_\_. *Mythe et pensée chez les Grecs*. Paris, Maspero, 1981, 2 v.

VIDAL-NAQUET, P. *Le chasseur noir*. Paris, Maspero, 1981.

\_\_\_\_\_; LEVEQUE, P. *Clisthène l'Athénien*. Paris, Les Belles Lettres, 1973.

1- VERNANT, J.P. *As origens do pensamento grego*, p. 95.

## ARTIGO

## DOXA E EPISTEME: A Construção Discursiva Na Narrativa Histórica (Ou Salústio E A Historiografia)

Pedro Paulo Abreu Funari

*"Descreverei os fatos com precisão e imparcialidade. Ao mesmo tempo, a linguagem em que registro os acontecimentos refletirá meus próprios sentimentos e emoções."*  
(Josefo, A Guerra Judaica, Pref. 4.)

*O texto trata da construção discursiva do historiador através do estudo comparativo da narrativa do historiador latino Salústio e do historiador francês Jérôme Carcopino. Seus relatos sobre um único episódio permitem questionar a suposta cientificidade do historiador moderno em relação ao antigo.*

### I - A VERDADE E SUA DESCRIÇÃO: O DISCURSO DA HISTORIOGRAFIA CIENTÍFICA CONTRA A OPINIÃO E A POÉTICA

A historiografia científica, surgida no século XIX, construiu sua identidade na oposição entre dois gêneros radicalmente diversos: a ciência<sup>1</sup> histórica,

1- O termo ciência aparece na historiografia contemporânea como transposição de *episteme*, caracterizando-se pelo seu caráter nomotético; cf. M. de Certeau, *A operação histórica*, História: Novos Problemas, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976,

descrição de verdades passadas, contraposta à História, e "*memoria rerum gestarum*", gênero literário de gregos e romanos<sup>2</sup>. Embora o positivismo da historiografia oitocentista tenha, neste século, perdido terreno, predomina, ainda, uma concepção de História baseada em categorias aléticas<sup>3</sup> e fundamentada em rígida separação entre uma prática acadêmica epistêmica<sup>4</sup>, desprovida de qualquer caráter deontológico ou mimético, e o campo doxológico da ficção histórica<sup>5</sup>. Neste contexto, a historiografia antiga<sup>6</sup>, pré-científica por definição, encontra-se, em

p. 41, onde as regras (*nomoi*) aparecem como o conceito-chave da História científica. Utilizam o conceito de ciência histórica, entre outros, e em oposição à literatura histórica, C.F.S. Cardoso e H.P. Brignoli, *Los métodos de la Historia*, Barcelona, Grijalbo, 1977, p. 38; E. Zhukov, *Metodologia de la Historia*, Moscou, Ac, de Ciências, 1982, p. 44. *et passim*.

- 2- Cf. A. Momigliano, *The Historians of the classical world and their audiences: some suggestions*, *Annali della Scuola Normale Superiore di Pisa*, 8, 1978, p. 74.
- 3- A *alétheia* define-se, no pensamento clássico retomado por diversos historiadores, como aquilo que é, efetivamente, *ainai, ousia*, em oposição à aparência, imitação (*mimesis*), ilusão (*aikeia*), que se refere ao que se transforma (*genesis*); cf. Platão, *República*, 5, 475a; 6, 510a; 7, 515c; 7, 534 a; 7, 598b; Aristóteles, *Ética a Nicômaco*, 6,6. Cf. N. Sevcenko, *Literatura como missão*, São Paulo, Brasiliense, 1983, p. 21: ocupa-se, portanto, o historiador, da realidade, enquanto o escritor (sc. de ficção) é atraído pela possibilidade (grifo meu).
- 4- Utilizo os termos *episteme* e *doxa* na sua acepção original, tal como retomada pela historiografia: Platão, *A República*, 5, 478a: *episteme* relaciona-se com o que é; 6, 510a: é uma verdadeira (*alethes*, outra não e a relação da imagem com o original é a mesma entre *doxa* e *episteme*); Aristóteles, *Ética a Nicômacos*: *episteme* consiste em formar julgamentos sobre coisas que são universais e necessárias, verdades demonstráveis. R.G. Collinwood e *A Idéia de História*, Lisboa, Presença, 1978, tenta resolver a impossibilidade da História atingir o imutável (*ousia*) ao tratar do imutável (*genesis*), de ser epistêmica num contexto doxológico: "Heródoto... conseguia extrair *episteme* da *doxa* (p. 41). I.H. Marrou, *Sobre o conhecimento histórico*, Rio de Janeiro, Zahar, 1985, p. 29, utiliza-se do conceito de ciência mas o torna equivalente à *tekhne*, em contraposição à *episteme*, tentando, dessa forma, resolver a questão da cientificidade da História; cf. Aristóteles, *Ética a Nicômacos*, 6, 1139b.
- 5- A oposição entre a História (*rerum gestarum expositio*) e a ficção (*mimesis*) histórica deriva das considerações de autores antigos; cf. Aristóteles, *Poética, passim*; Platão, *A República*, 10, 598b; Cícero, *De oratore*, 2, 15, 62. Veja-se a importância dessa oposição para entender o sentido de *verstehen* em I.H. Marrou, *op. cit.*, p. 28. cf. p. 245 (pós-escrito de 1975). Toda a construção discursiva de N. Sevcenko em sua brilhante tese, *op. laud.*, baseia-se na contraposição aristotélica entre o que foi (*ousia, eina*) e o que poderia ser (*dynamai*); cf. *op. laud.*, p. 21.
- 6- Sobre a Historiografia antiga, veja-se, por último, G.A. Press, *The development of the Idea of History in Antiquity*, Kingston, Mac-Gill, 1982; C.W. Fornara, *The nature of History in Ancient Greece and Rome*, Berkeley, U.C.P., 1983 e, a partir dos pontos de

geral, submetida ao critério analítico dominante na ciência histórica: o grau de veracidade de suas informações<sup>7</sup>. A avaliação dos historiadores antigos depende, assim, da sua relativa proximidade com relação à visão epistêmica de nossos dias.

Salústio, um dos historiadores mais doxológicos e poéticos da historiografia antiga<sup>8</sup>, tem sido, justamente por isso, considerado inferior a escritores como Tucídides e Políbio<sup>9</sup>, cujas formulações metodológicas quase atingiriam a cientificidade da historiografia contemporânea.

Meu objetivo, neste trabalho, consiste, precisamente, num questionamento das formulações axiomáticas que fundamentam a oposição entre ciência e ficção histórica. A partir do estudo de Salústio, pode-se perceber como a narrativa histórica, construção discursiva<sup>10</sup> sujeita a regras, se rege por categorias deontológicas<sup>11</sup> e possui caráter pragmático vinculado aos recursos da *poesis* estilística

vista mais próximos dos meus, T.P. Wiseman, *The Idea of History in Antiquity*, *Classical Review*, 1985, 109-11.

- 7- É o caso, por exemplo, do estudo de Tessa Rajak sobre Josefo, *Josephus: the historian and his society*, Londres, Duckworth, 1983, que considera Josefo como historiador e como pessoa confiável (isto é, que diz a verdade).
- 8- Cícero desconsidera o trabalho histórico de Salústio: *Aebet enim historia litteris nostris...* (*De leg.* 1, 2, 5), assim como C. Nepos, in H. Peter, *Historicorum Romanorum reliquae*, Teubner, 1967, vol. 2, p. 40, fr. 17.
- 9- Sobre Políbio, veja-se K. Sacks, *Polybius on the Writing of History*, Berkeley, UCP, 1981; para uma visão recente, no sentido da afirmação da cientificidade de Políbio, veja-se G.S. Samokhina, *Polybiana: a História como ciência na historiografia dos terceiro e segundo século antes de nossa era*, *Vestnik Drevnei Istorii*, 4, 1986, pp. 95-102, em particular suas considerações sobre a oposição entre *nauchnoi i khudozhestvennoi literatury...istorii i poezii* (p. 97).
- 10- Sobre o caráter construído da narrativa histórica, vejamos: C. Bobinska, *Historyk, fakt, metoda*, Varsóvia, 1964, pp. 49-50; E. Topolski, *Metodologia Isterii*, Varsóvia, 1976, p. 150; J.R. do Amaral Lapa, *A História em Questão*, Petrópolis, Vozes, 1976, p. 14, que define *Geschichtsschreibung* como "recriação conforme o substrato ideológico em que se envolve o Historiador ou que ele impõe". Cf. O. Philippe, *L'Homme et l'Histoire*, *Actes du Congress de Strasbourg*, 1952, p. 26; R. Jolivet, *ibidem*, p. 11 (= obra literária).
- 11- O caráter deontológico da historiografia contemporânea é às vezes explicitado, como em H.I. Marrou, *op. cit.*, ou E. Zhukov, *op. cit.* - para citar dois autores com posições marcadamente diversas entre si -; contudo, a descrição da realidade apresenta-se, em geral, como neutra. Richard R. Wilk, em um artigo recente, analisa em detalhe como o discurso sobre o passado relaciona-se com os valores do historiador: *The ancient Maya and the political past*, *Journal of Anthropological Research*, 41,3, 1985, pp. 307-326, em particular, p. 319, *The connection between present and past is a source*

do autor<sup>12</sup>. A especificidade discursiva da História científica, que se encontra oculta pela diluição de seu estilo e das regras de sua construção narrativa, numa *episteme* acadêmica desinteressada, poderá, então, vir à luz. Será possível, desta forma, restabelecer os liames entre as diversas práticas de composição histórica.

## II - CETERUM EX ALIIS NEGOTIIS QUAE INGENIO, EXERCENTUR, IN PRIMIS MAGNO USUI EST MEMORIA RERUM GESTARUM.

*"Dentre as outras atividades exercidas pelo espírito, em primeiro lugar é útil relatar os acontecimentos passados."*  
(Salústio, *Bell. Jug.* 4,1)

A História, para Salústio, é de grande utilidade (*magno usui est*), ou seja, o relato do passado possui sentido pragmático, visa a que os homens ajam de certa forma, persigam a *virtus*<sup>13</sup>. Diz Salústio:

*"muitas vezes ouvi dizer que Quinto Máximo e P. Cipião, além de outros homens ilustres de nossa pátria, costumavam afirmar que, ao contemplarem as imagens de cera de seus antepassados, sentiam um enorme estímulo em direção à virtude. É de se supor que nem a cera nem os retratos tivessem em si mesmos tanta força, mas que, ao contrário, o relato dos feitos passados fizesse crescer, no peito dos*

*of power, the power to offer legitimacy or attack it. Cf. a recolocação do presente sub specie praeteritorum segundo M.B. Oakeshott, Experience and its modes*, Cambridge, CUP, 1933; K. Boklund-Lagopolow e A. Ph. Lagopolous, *Semiotics and History*, *Semiotica*, 59, 3/4, 1986, p. 211.

- 12- Procura-se negar, no moderno discurso historiográfico, o caráter literário do trabalho histórico; cf. A.J. Woodman, *From Hannibal to Hitler: the literature of war*, *The University of Leeds Review*, 1983, pp. 107-134; C.F.S. Cardoso e H.P. Brignoli, *Los métodos de la Historia*, Barcelona, Grijalbo, 1976, p. 38. No entanto, a importância literária da historiografia contemporânea pode ser avaliada pelo fato de que o primeiro prêmio Nobel de Literatura concedido a um alemão foi, em 1902, Theodor Mommsen, por sua *Römische Geschichte*. Veja-se, por exemplo, o jogo de posições binárias que culmina, em última oração, com a unicidade do personagem narrado, César: *So wirkte und schaffte er wie nie ein Sterblicher vor und nach ihm, und als ein Wirkender und Schaffender lebt er noch nach Jahrtausenden im Gedächtnis der Nationen, der erste und doch auch der einzige Imperator Caesar*, in *Caesar*, Munique, Goldmann, s.d., p. 143.

- 13- Cf. D.C. Earl, *The Political Thought of Sallust*, Cambridge, CUP, 1961, *passim*.

*homens egrégios, esta chama que não se extinguiu sendo ao igualarem sua virtude à fama e à glória daqueles\** (Bell. Iug. 4, 5-6).

Três são as características do discurso histórico de Salústio. Em primeiro lugar, a História consiste numa *concitatio animi*, num apelo emotivo à práxis. Essa emoção deriva, por sua vez, do conteúdo poético da narração (*ornatio uerborum*), consubstanciado na assimetria (*inconcinnitas*), na concisão (*breuitas*) estilística e na sucessão de descrições<sup>14</sup>, discursos<sup>15</sup> e retratos<sup>16</sup> no decorrer do texto. Por fim, Salústio explicita seu posicionamento ético frente aos acontecimentos narrados e expõe o princípio ordenador de sua narrativa: articula seu discurso em torno da transformação da *uirtus* individual em *ambitio*, processo que ocorre com a maioria dos personagens de sua narração (Jugurta, Escaurto, Albino, Mário, *inter alios*). Salústio relaciona esse processo a um momento determinado da História Romana: a consolidação da supremacia romana no Mediterrâneo após a destruição de Cartago<sup>17</sup>.

## II - SALLUSTIUM NON UT HISTORICUM, AIUNT, SED UT ORATOREM LEGENDUM.

*"Dizem que Salústio deve ser lido como um orador, não como um historiador."*  
(Grânio Liciniano, 26)

A. J. Woodman<sup>18</sup> ressaltava, em 1983, que

14- Cf. Bell. Iug. 17-19; 41-42.

15- Cf. Bell. Iug. 10; 14; 31; 85.

16- Cf. Bell. Iug. 6; 15; 28; 65; 95.

17- Trata-se do famoso *metus hostilis*: *Nam ante Carthaginem delectam populus et senatus Romanus placide modesteque inter se rem publicam tractabant, neque gloriae neque dominationis certamen inter ciuis erat: metus hostilis in bonis artibus ciuitatem retinebat* (Bell. Iug. 41, 2); cf. Plínio, N.H. 33,50; Vell. Pat., 2,1,1; Floro, 1, 33, 1; 34,18; 47,3; Agostinho, Ciu. Dei 1, 30; Orósio, 5,8,2; Plut. Cato Maior, 27; Diodoro, 34, 33, 3-6.

18- A.J. Woodman, *op. cit.*, p. 120.

*"a historiografia antiga e moderna são completamente diferentes. Costumamos considerar autores antigos e modernos a partir dos mesmos pressupostos. Contudo, nada pode ser mais perigoso. Se os historiadores antigos eram escritores do tipo que descrevi (sc. poetas), isso significa que seus trabalhos não podem ser considerados como evidência histórica pelos historiadores modernos(...) há (nesses textos) muito pouca evidência histórica. As implicações disso são muito preocupantes."*

O fosso entre a historiografia antiga e a moderna adviria, portanto, da veracidade factual<sup>19</sup>, neutra<sup>20</sup> e epistêmica do historiador contemporâneo<sup>21</sup>, ante a descrição mimética, artística, doxológica e inverídicas do historiador antigo.

No entanto, a meu ver, o *modus describendi* dos historiadores antigos e modernos parte de regras diversas mas igualmente construídas, deonticas e pragmáticas<sup>22</sup>. Isso se torna claro na comparação da narração salustiana com aquelas de historiadores contemporâneos, demonstrando que não são tanto as "evidências" que unem (ou não) ambas as historiografias, mas sua feição literária e engajada<sup>23</sup>. Limite-me, aqui, devido às restrições impostas pelo tempo de que

19- Sobre o caráter ideológico do conceito de "evidências" e "fatos", veja-se S. Tabaczynsky, *Tradizione positivista e 'nuova archeologia'*, *Archeologia Medievale*, II, 1984, p. 21: *non ci sono nella realtà di ricerca i 'fatti' 'puri, cioè non interpretati e non appensantiti da opinioni e precisazioni del ricercatore.*

20- Cf. A.Ph. Lagopoulos, *Semiotics and History: a marxist approach*, *Semiotica*, 59, 3/4, 1986, p. 219: *verification is not logical, but socio-logical, and is effected through social reality.*

21- Cf. Iu. V. Bromley, *Theoretical Ethnography*, Moscou, Nauka, 1984: *historian's specific function... consists in an all-round recreation of the multifaceted picture of the historical process.* (grifo meu). O ato de recriação implica um sujeito que desenha um quadro segundo seus interesses e pontos de vista.

22- Cf. M. Rowlands, *Objectivity and subjectivity in Archaeology*, in M. Spriggs (org.), *Marxist perspectives in Archaeology*, Londres, 1983, p. 109: *this ordering (sc. of past events into process) is guided by present interests and the ideological role played by images of the past in society.*

23- Sobre o engajamento do historiador, veja-se A.M.O. Burmester, *A Nova História*, História: questões e debates, 4, 7, 1983, p. 206. Sobre a relação entre a *uerborum ratio* e a *rerum ratio*, vejam-se: Luc Marchal, *L'Histoire pour Cicéron, Les Études Classiques*, 1987, pp. 41-64; B. Bursov, *Literatura soviética*, 1, 1987, p. 163; L. Mlécin, *Honra, ética, consciência: um diálogo com Zdenek Pluhar, Novoe Vremia*, 14, 1987, p. 28 (em russo).

disponho, ao estudo de apenas um episódio da Guerra de Jugurta, tal como apresentado por Salústio e por Jérôme Carcopino. Não se trata de escolha aleatória, pois Carcopino marcou época, como historiador da Roma Antiga, pela sua precisão narrativa, pelas múltiplas interpretações originais que propôs e pela imensa influência que exerceu e continua a exercer nos seus contemporâneos e pósteros<sup>24</sup>. O caso escolhido reveste-se de particular interesse, pois se trata de um episódio narrado por Salústio, sendo, expressamente, retomado por Carcopino a partir dessa única fonte documental.

Em 116 a.C., o Senado Romano reuniu-se para decidir sobre a divisão da Numídia. Ouviram-se as duas partes em disputa, Aderbal e embaixadores de Jugurta. Segundo o relato de Salústio:

*"15.2 Ambas as partes retiraram-se então da Cúria. Os que favoreciam os embaixadores, bem como a maior parte do Senado, que havia sido comprada, condenaram as palavras de Aderbal, exaltando em suas arengas o valor de Jugurta. Punham todos os seus esforços, seu crédito e sua eloquência a serviço do crime e da infâmia alheios, como se se tratasse de sua própria honra. 3 Apenas uns poucos, para os quais valia mais o bem e a justiça que as riquezas, considerara que a sorte de Hiempsal devia ser vingada e Aderbal socorrido. 4 Dentre todos, destacou-se Emílio Escauro, nobre, altivo, porém faccioso, ávido de poder, de honras e riquezas. Astucioso que era, trazia seus vícios escondidos. 5 Quando percebeu que as larguezas do rei se tornavam conhecidas e impudentes, teve medo de que, como ocorre em tais ocasiões, este abuso odioso levantasse o ódio também contra si e, assim, conteve-se de sua costumeira libertinagem. 16.1 No Senado venceu, contudo, a parte que prezava o dinheiro e o crédito mais que a verdade."*

24- J. Carcopino (1881-1970) foi membro da Escola Francesa de Roma, entre 1904 e 1907; Professor na Universidade de Algers e Inspetor de Antiguidades na Argélia entre 1912 e 1920; professor na Sorbonne entre 1920 e 1937; diretor da Escola Francesa de Roma desde 1937; membro da Academia das Inscrições e da Academia Francesa desde 1955. Por sua importância em mais de sessenta anos de atividade acadêmica bem como pela formação de gerações de romanistas, Carcopino pode ser comparado apenas a Theodor Mommsen, pela espessura de sua influência na Historiografia da Roma Antiga.

J. Carcopino<sup>25</sup>, baseando-se expressamente no relato salustiano, reconstrói o mesmo episódio nos seguintes termos:

*"Os patres reúnem-se em sessão fechada.*

*O que importa é a salvação do Império e far-se-á o que ela exigir. Aceitar a versão de Jugurta seria deixá-lo como mestre de toda a Numídia: ninguém pensa nisso. Acolher o pedido de Aderbal é reacender a Guerra na África. Um pequeno número de Senadores pende nessa direção, em nome das verossimelhanças, mas, principalmente, em nome da expansão romana, no interesse dos quais ela enchia os armazéns e a bolsa. À sua frente encontra-se Escauro... submetendo a Numídia inteira a um príncipe como Aderbal, sem capacidades militares e sem poder fazer frente à potência romana, daria aos comerciantes da ordem equestre todas as facilidades para o crescimento dos seus negócios e a prosperidade de suas iniciativas: pronunciou-se, então, pela intervenção (Bell. Jug. 15, 3-4).*

*Mas a maioria dos Patres se opunha: uns, talvez, porque tinham recebido de Jugurta para abster-se, os outros porque consideravam, sinceramente, a aventura custosa para uma vantagem aleatória, uns e outros porque percebiam estar o povo hostil a uma expedição que lhe exigiria grandes sacrifícios, não seria lucrativa sendo aos cavaleiros e reunificaria um estado bárbaro que era melhor manter na desunião. (Bell. Jug. 16,1)."*

Em termos estilísticos, ambos utilizam uma *suada uerborum ordinatio*, caracterizada, no primeiro autor, pela narração concisa (*brevitas*), cujo efeito se perde, em grande parte, na tradução, mas que pode ser avaliada por uma frase-chave (grifado no texto acima):

*Gratia, uoce, denique omnibus modis, pro atieno scelere et flagitio sua quasi gloria nitebantur.*

A sucessão de ablativos, caso em que estão todos os substantivos e adjetivos da oração, permite ao autor transmitir a sensação de movimento explícito em nível semântico (*nitebantur* = esforçavam-se); a inversão da colocação do pronome e

25- La République romaine de 133 a 44 av. J.C. Paris, PUF, 1935, pp. 284-5.

do advérbio<sup>26</sup>, além de fornecer, novamente, quebra na estrutura da frase, causa efeito, comum em Salústio, de estranhamento no leitor. A estratégia de Salústio, portanto, consiste num envolvimento poético do leitor na linha de argumentação que ordena o texto.

Carcopino, por outro lado, utiliza um bem articulado jogo de *concordantia temporum* que transporta o leitor a dois momentos diferentes. Assim, alterna o presente descritivo, que lhe permite narrar os motivos dos opositores a Jugurta - empregado juntamente com o recurso do discurso indireto de Escauro - com o *passé simple* do fim do segundo parágrafo (*il se prononça donc*). O uso, no parágrafo conclusivo, do imperfeito para expressar a posição vencedora, permite que Carcopino não precise concluir, expressamente, com a decisão do Senado, que fica subentendida em nível semântico (a maioria) e sintático (*repugnait*). O leitor é envolvido, portanto, não apenas pela argumentação substantiva das partes, mas pela sucessão de tempos verbais sutilmente estabelecida.<sup>27</sup>

Embora o texto de Carcopino aperte, seja uma redescrção do relato salustiano - aceitando, assim, a descrição original dos acontecimentos *in totum* -, representa uma reelaboração em dois níveis: nas estruturas de superfície e profunda do texto. As estruturas possuem pontos de partida e chegada semelhantes, mas percorrem percursos diversos:

SALÚSTIO 15, 2-16, 1	CARCOPINO pp. 284-5
1. Reunião fechada do Senado (15,2)	1. Reunião fechada do Senado (cf. 15, 2)
2. A Maioria Pró-Jugurta (15,2)	2. Rápida visão das duas partes (cf. 15,2 e 3-5)
3. A posição de Escauro e da minoria (15, 3-5)	3. Minoria pró-Aderbal (cf. 15,3)
4. Decisão Final (16,1)	4. Escauro (cf. 15, 4-5 e 14 <i>passim</i> )
	5. Maioria (cf. 15, 2 e 16, 1)

26- O advérbio quasi deveria preceder sua; a inversão sua pro gloria não é usual. Compare-se com as seguintes locações pronominais regidas por preposições: *ex testamento suo*, CIL 11, 1127; *in omni uite sua*, *Pere. Aeth.* 9,2; *cur de sua uirtute*, (César, B.G. 1, 40, 4; *Magonem cum classe sua... in Hispaniam mittunt*, *Liv.* 23, 32, 11; *res familiaris sua quemque delectat*, *Cíc. Quir.* 3; *in ciuitates quemque suas... dimisit*, *Liv.* 21, 48. 2. A dificuldade de leitura do trecho levou copistas antigos a substituir sua por suo, atestado nos manuscritos.

27- Compare-se o texto de Carcopino com a carta de Plínio a Tácito, analisada por Umberto Eco em seu *Conceito de texto*, São Paulo, Quieroz, 1984, quanto à sutil manipulação dos tempos verbais.

A estrutura linear de Salústio, alterada graças a uma sucessão de opiniões e contra-opiniões, permite a Carcopino incluir uma argumentação de Escauro em favor de seu voto, informação inexistente no trecho original. Para tanto, recorre ao discurso de Aderbal, narrado no capítulo anterior (14), que passa a ser incorporado como parte da fala, em discurso indireto, de Escauro.

No nível da estrutura profunda, que explica o porquê da ordenação dada a cada texto, pode-se perceber que as narrativas de Salústio e de Carcopino partem de princípios diversos. Para o primeiro, a História de sua época explica-se pela degradação da *uirtus* em *ambitio*, tal como esclarece o autor latino no prefácio à sua obra. Carcopino, em sentido oposto, não exprime programaticamente seu *modus cognoscendi* da sociedade romana em geral e deste caso em particular. Contudo, a partir do episódio em questão, pode-se supor que, para Carcopino, são os interesses econômicos das classes que determinam as decisões políticas.<sup>28</sup> A diferença entre os dois autores torna-se clara na comparação entre os vocábulos (substantivos e adjetivos) utilizados por cada um, para descrever os mesmos eventos.

28- É interessante notar que Theodor Mommsen, ao contrário de Carcopino, aceitava como fator explicativo aquele apresentado por Salústio: a corrupção da nobreza; cf. *Storia di Roma Antica*, Turim, Sten, 1925, vol. 2, p. 128. Seria talvez um eco de sua oposição à nobreza prussiana, que lhe valeria o exílio e o conduziria ao engajamento com os liberais.

SALÚSTIO		
<b>VIRTUS</b>	<b>X</b>	<b>AMBITIO</b>
Bonus	Quanto à	Diuitiae
Aequos	ostentação	Largitio
Verum		Pretium
		Gratia
		Vitia
	ao poder	Auidus Potentiae
	aos cargos	Auidus Honoris
		Factiosus
Desejo de riqueza e poder (Explícito no discurso)		→ nesta época → ambitio (hac tempestate)

CARCOPINO	
<b>INTERESSES ECONÔMICOS</b>	<b>INTERESSES POLÍTICOS</b>
Interêt - Grenier (=Povo) <sup>29</sup>	Salut (de l'Empire)
Bourse (=equestres) <sup>30</sup>	Maître de la Numidie
Acroissement des affaires des equestres profitable aux chevaliers	
Interesses econômicos das classes (implícito no discurso)	— decisões políticas

O caráter construído da narrativa histórica de ambos os historiadores apresenta-se, no exemplo aqui estudado, evidente nos seus três níveis essenciais: no seu aspecto estético-formal, na seqüência discursiva (*taxís logôn*) e nos princípios explicativos ontológicos ordenadores da narração. O que separa um discurso do outro não são as diferenças estilísticas, nem a diversa ordem de exposição, nem ainda os diferentes *leit motiven*: estas características variam, de qualquer forma, de historiador para historiador. No entanto, Carcopino, em geral, é encarado como um historiador epistêmico, científico, em contraste com a pré-cientificidade de Salústio. Isto ocorre justamente pelo fato de que as regras de construção discursiva da ciência histórica moderna encontram-se ocultas na neutralidade que advém da noção do chamado efeito-realidade na narrativa.<sup>29</sup> Enquanto Salústio explicita seu discurso como poético, como *suada oratio*<sup>30</sup> que visa, não a descrever fatos reais, mas a memória (lembrança humana)<sup>31</sup> que impele à ação no presente, o discurso da ciência apresenta-se como aproximação do real, *tout court*. Assim, os interesses por detrás da narração<sup>32</sup>, as origens presentes da reconstrução do passado (e vice-versa) e o estilo narrativo encontram-se camuflados na neutralidade discursiva da ciência. O *modus ad actiones impellendi* da ciência histórica, portanto, consiste precisamente na indução que advém da obliteração do caráter construído, histórico, engajado da narração histórica.

A doxologia que se acusa na historiografia antiga<sup>33</sup>, assim como a *episteme* outorgada à historiografia moderna, representam a tentativa de exclusão do historiador da sociedade e da história. *Scientia* não é mais aquilo que o homem, enquanto membro da sociedade, sabe, mas aquilo que efetivamente é: o ser, a

29- Cf. A. Ph. Lagopoulos, *Semiotica*, 61, 1986, p. 380.

30- A *oratio* é uma *uis* "que age sem violência", pela persuasão, nas palavras de F. Dupont, Cícéron, sophiste romain, *Languages*, 65, 1982, pp. 30 e 23-45.

31- Deve-se notar que a palavra História não significava, em grego e latim, 'os acontecimentos do passado', o 'passado' (*die Vergangenheit*); daí o neologismo de Hegel, *Historia rerum gestarum*, ser inexato. Memória remete, justamente, ao caráter humano, discursivo, construído: não se trata do que se passou, mas do que se conserva como memória.

32- A. Momigliano enaltece, em Moses Finley, justamente o fato de não explicar o porquê de suas afirmações, *Finley never explains how he would like to proceed. He does it, in Sesto Contributo*, Roma, 1980, p. 316.

33- Sobre a discussão das especificidades do discurso do historiador da Antigüidade Clássica, veja-se, por último, o artigo de G. Bravo Castañeda, *Hechos y Teoria en Historia* (Antigua), *Geriön*, 3, 1985, pp. 19-41, com abundante bibliografia anterior.

verdade. No entanto, quando se percebe a discursividade, humana, histórica, social, da narrativa historiográfica, pode-se desvelar o inevitável comprometimento da praxis do historiador: *historicos omnes ut oratores legendum!*

## AGRADECIMENTOS

Pude trocar idéias com alguns colegas sobre diversos aspectos aqui tratados. O Prof. J.W. Rich (Notingham) teve a gentileza de fornecer-me detalhes de um seu trabalho inédito sobre a anexação de províncias durante a República Romana. Discuti sobre o estilo de Salústio com B. Knott Sharpe (Glasgow) e, principalmente, com o Prof. A.S. Mendonça (USP), com quem pude trocar opiniões a respeito, em diversas ocasiões, desde 1982. Recebi, ainda, informações dos Profs. Michael Winterbotton (Oxford) e H. MacL. Currie (Cleveland). As considerações do Prof. Cidmar Teodoro Pais (USP) a respeito da construção do discurso científico forneceram um contraponto profícuo para minhas próprias observações. Por fim, este texto foi apresentado em uma mesa-redonda na Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência em Brasília, em julho de 1987 e discutido pelos Profs. Drs. Nicolau Sevcenko (USP), Augustin Wernet (USP) e Estevão Resende Martins (UnB). Agradeço a todos os amigos e colegas citados e lembro que a responsabilidade pelas idéias expressas recai apenas no autor. Cabe, ainda, agradecer à FAPESP por um auxílio-viagem à Europa em 1986 e à Casa de Velásquez (Madrid), cuja biblioteca me permitiu consultar obras que, de outra forma, seriam inacessíveis.

## ARTIGO

## GUERRA E PAZ EM TRÊS COMÉDIAS DE ARISTÓFANES: Os Acarnenses, A Paz E Lisístrata<sup>1</sup>

Ana Maria C. I. da Costa

*A análise de três comédias de Aristófanes (cerca de 450 a 388 a.C.) ensejanos a discussão, numa perspectiva histórica, da recorrente questão posta pela dialética entre o particular e o universal.*

*Centrando-nos no tema da Guerra e da Paz, como visto pelo comediógrafo grego em função da guerra do Peloponeso, além de estabelecermos o papel da comédia como instrumento de crítica social e delinearmos o quadro político-cultural e sócio-econômico defrontado pelos gregos à épocas de Aristófanes,*

The analysis of three comedies by Aristophanes (circa 450-388 B.C.) gives rise to the discussion, in a historical point of view, of the recurring question placed by the dialectic between the particular and the universal.

Focusing on the theme of War and Peace (as seen by the Greek comic poet, inspired by the Peloponnesian War), as well as establishing the role of comedy as an instrument of social criticism and outlining the political-cultural and socioeconomic picture found in Greece in the time of

*evidenciamos que a obra Aristofânica contém elementos que rompem o emolduramento espaço-temporal dos fatos satirizados e os transformam em temas de caráter universal.*

*Assim, ao tratar de situações concretas da Atenas do século V a.C., o autor remete-nos à consideração de idéias, sentimentos, emoções e móveis que se têm mostrado presentes no correr de toda a história da humanidade.*

Aristophanes, we attest that Aristophanic works contain elements that break away from the spatiotemporal framework of the satirized facts, transforming them into themes of a universal character.

Thus, by dealing with concrete situations found in Athens in the 5th Century B.C., the author leads us to contemplate ideas, feelings, emotions and prime movers present all along the history of mankind.

A seqüência de discursos eruditos sobre o Amor em O Banquete de Platão é interrompida pelo soluço de Aristófanes, impedindo-o de pronunciar o seu. O médico Erixímaco toma seu lugar, não sem antes prescrever-lhes os remédios próprios para desembaraçá-lo do soluço. Tanto o soluço como os remédios prescritos (prender a respiração, coçar o nariz, provocar espirros), em meio a uma séria discussão acadêmica, configuram uma situação cômica.<sup>2</sup> No entanto Platão é um filósofo e não um comediógrafo e O Banquete é uma obra na qual se discute seriamente um tema universal: o amor. Os debatedores expõem seus conhecimentos e exercitam sua retórica.

Platão, ao apresentar Aristófanes como o personagem cômico de seu Banquete, atinge o próprio espírito da obra de Aristófanes. Seu soluço representa a sátira, é uma maneira de ridicularizar os grandes ares, a seriedade e auto-admiração dos convivas. É o mesmo ridículo que, nas comédias de Aristófanes, fustiga políticos, utopias políticas, instituições sociais, caracteres humanos, escolas literárias e "qualquer coisa sonora mas vazia, grotescamente audaciosa ou

1- NOTA DOS EDITORES: devido a limitações do programa de editoração utilizado, as palavras escritas em caracteres gregos foram transliteradas para caracteres latinos.

2- "Teremos a impressão de comichidade se nos for mostrada a alma incomodada pelas necessidades do corpo. É cômico todo incidente que chame nossa atenção para o físico de uma pessoa estando em causa o moral" - BERGSON, Henry. O riso. Rio de Janeiro, Zahar, 1981, pp. 32 e seguintes.

visivelmente fora de moda que pode nos oferecer o banquete da vida pública.<sup>3</sup> O solução de Aristófanes mostra-nos um dado fundamental de suas comédias, aliás essencial à comicidade em geral: o elemento surpresa, que, segundo Solomos,

*"é excitação do pensamento, o acordar sonoro, que nos faz sair da letargia das conveniências, da rotina, da ordem estabelecida, é a dose indispensável de desordem que exige o equilíbrio estético da arte."*<sup>3</sup>

O solução de Aristófanes em *O Banquete* é a paródia do sério. A paródia é a forma de sátira mais completa e um dos recursos dramáticos mais perfeitos de Aristófanes.

Nas três comédias, objeto deste nosso comentário, encontram-se inúmeros exemplos disso. Em *Os Acarnenses*, Aristófanes parodia as assembleias populares, a diplomacia, a composição trágica, os recursos dramáticos de Eurípedes, etc. Em *A Paz*, o escaravelho que transporta Trigeu aos céus é uma paródia do Pégaso dos poetas. Em *Lisístrata*, o sexo e a guerra resultam numa paródia intensamente cômica.

Referindo-se à efemeridade do cômico, lembra G. Starzynski, a única estudiosa brasileira do teatro aristofânico, "quão árdua é a tarefa de atrair a atenção do moderno leitor brasileiro para toda a riqueza que jaz esquecida nas entrelinhas das peças de Aristófanes."<sup>5</sup>

A comédia ática antiga, cujo representante máximo é Aristófanes, caracteriza-se por ser uma comédia satírica de mordaz e cruel crítica a pessoas e instituições políticas, sociais e culturais, perfeitamente localizadas e datadas. O conteúdo das comédias de Aristófanes é a Atenas do século V a.C., recriada no mundo da ficção.

Dado o profundo engajamento de suas comédias com a realidade de seu tempo, Aristófanes foi estudado por muitos autores, apontados por G. Starzynski, mais como político, como moralista ou como historiador, confrontado com outras fontes, do que como um verdadeiro poeta cômico. Houve até autores que o

3- SOLOMOS, Alexis. *Aristophana Vivant*. Hachette, 1972.

3- Idem, *Ibidem*.

5- STARZYNSKI, Gilda M. Reale. "A linguagem cômica de Aristófanes". *Revista Língua e Literatura*, nº 1, São Paulo, 1972.

rotularam de comediógrafo ultrapassado, "distante de nosso mundo atual, criador de um cômico rançoso, desinteressante e superado, incapaz de despertar o menor sorriso de um espectador moderno."<sup>5</sup> Já a crítica mais recente, como assinala a autora citada, reabilita o dramaturgo, o poeta cômico e o "nome de Aristófanes, qual nova fênix, vai ressurgindo das cinzas."<sup>7</sup>

O comprometimento da comédia de Aristófanes com o contexto histórico da Grécia do século V a.C., não a torna circunstancial. Ao contrário: a proximidade da realidade social de seus coevos, aliada ao gênio criador, representa o intenso vigor cômico da obra.

O tormento da perspectiva de uma guerra nuclear, os movimentos pacifistas, as infundáveis negociações de paz das superpotências simultâneas à corrida armamentista, vinte e cinco séculos depois das peças de Aristófanes que têm como tema a paz, não poderiam servir de argumento em defesa da universalidade da temática de Aristófanes?

Toda a obra de Aristófanes foi apresentada a um público, direta ou indiretamente envolvido na guerra do Peloponeso, que espalhava por toda a Grécia desolação e morte.

A guerra do Peloponeso, diz Tucídides,

*"estendeu-se por longo tempo e no seu curso a Hélade sofreu desastres como jamais houvera num lapso de tempo comparável. Nunca tantas cidades foram capturadas e devastadas, algumas pelos bárbaros, outras pelos próprios helenos, combatendo uns contra os outros, enquanto algumas, após a captura, sofreram mudança total de habitantes. Nunca tanta gente foi exilada ou massacrada, quer no curso da própria guerra, quer em consequência de dissensões civis."*

Terremotos, grandes secas e a peste epidêmica ocorreram simultaneamente com a guerra.<sup>8</sup> Diante desse quadro desolador, as pilhérias de Aristófanes a respeito da guerra teriam tido função muito mais ampla do que simplesmente provocar o riso. O gênio satírico do poeta mostra o desarrazoado da guerra,

5- Idem, *Ibidem*.

7- STARZYNSKI, Gilda M. Reale. "Uma situação cômica: o cidadão Justino faz uma visita a Eurípedes." *Revista Língua e Literatura*, nº 2, São Paulo, 1973.

8- TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*, I, 23.

denuncia os eternos beneficiários das longas campanhas militares, como em *Os Acarnenses*, canta as delícias da paz, como em *A Paz*, procura levantar o moral dos atenienses no momento da iminente ruína da nacionalidade helena, como na *Lisístrata*.

### OS ACARNENSES

*Os Acarnenses*, encenada em 425 a.C., sexto ano da Guerra do Peloponeso, é a mais antiga comédia de toda a dramaturgia ocidental. É uma peça "arquetipo", como o diz Solomos, tem como tema a defesa da paz e "traz uma amostra de toda a grandeza de Aristófanes, que durante quarenta anos fez vibrar os espectadores do Teatro Dioniso, com a graça esfuziante de seus coros e tiradas."<sup>9</sup>

Dióicos, deus do Pantheon grego, possuía quatro festas anuais, os Festivais Dionisíacos, de que se originaram os concursos dramáticos<sup>10</sup>:

- Lenéias, em fins de janeiro;
- Antestérias, em fins de fevereiro;
- Grandes Dionísias ou Dionísias Urbanas, em fins de março;
- Dionísias Agrárias, em fins de dezembro.

Aristófanes apresentou *Os Acarnenses* nas Lenéias, em pleno inverno e diante de um público restrito. Nessa época do ano, como o mar não favorecia as atividades comerciais, havia poucos turistas, poucos estrangeiros em Atenas. Já as Grandes Dionísias eram os principais, os mais brilhantes e os mais importantes festejos, sobretudo para a arte dramática; a época em que Atenas recebia grande número de estrangeiros.

O assunto de *Os Acarnenses* é a guerra e a paz, mas as hostilidades em relação ao autor já haviam começado antes das apresentação da peça. Cleon, demagogo de Atenas, movera um processo contra Aristófanes, acusando-o de ter injuriado a cidade na presença de estrangeiros, nas Grandes Dionísias. O processo,

9- STARZYNSKI, Gilda M. Reale. "Uma situação cômica: o cidadão Justino faz uma visita a Eurípedes." *Revista Língua e Literatura*, nº 2. São Paulo, 1973.

10- *Lenos* - significa largar, prensa; *Lenaios* - significa o Deus do lager (Bacchus); *Lenaiion* - nome do tempo de Dióicos em Atenas, onde eram celebradas as festas de pensar a uva; *Lenais* - significa a festa da prensa em honra a Bacchus.

diz-se, ocorreu logo depois da representação de *Os Babilônios*, peça na qual Aristófanes critica a política imperialista de Atenas e faz zombarias cruéis ao político Cleon. Dikaiópolis, protagonista de *Os Acarnenses*, dirigindo-se ao coro, refere-se a esse episódio:

*"... sei por experiência própria o que me fez sofrer Cleon por minha comédia do ano passado, fazendo-me comparecer diante do Senado, caluniando-me, atribuindo-me supostos crimes, tratando de confundir-me com seus ultrajes e declarações e pondo-me a ponto de morrer manchado por suas infames calúnias."*<sup>11</sup>

Aristófanes enfrentou grandes dificuldades e o risco de lhe ser confiscado o título de cidadão, mas saiu inocente da luta judiciária. Segundo Solomos, *Os Acarnenses* foi a resposta irônica a tais acusações.

Calístrato, colaborador e amigo fiel de Aristófanes, pediu um coro para *Os Acarnenses*, nas Grandes Dionísias. O arconte Epônimo<sup>12</sup> recusou seu pedido e lhe fechou as portas das Grandes Dionísias, devido ao escândalo do ano precedente. Assim, o protagonista de *Os Acarnenses* - Dikaiópolis - que representa o próprio poeta, dirige-se ao público de forma amargurada e irônica:

*"Não vos ofendais, espectadores, se me atrevo a falar de política em uma comédia; pois também a comédia conhece o que é justo. Direi palavras amargas mas verdadeiras. Não me acusará, hoje, Cleon de que falo mal da cidade em presença de estrangeiros; estamos sós, as festas são as Lenéias, não há estrangeiros, não vieram os pagadores de tributos, nem os aliados, estamos sós."*<sup>13</sup>

O enredo dos *Acarnenses* é muito simples. Segundo G. Starzynski, sua estrutura é o modelo tradicional da chamada comédia ática antiga.<sup>14</sup> Inspirados nos infortúnios da população da Ática, exposta a contínuas invasões e devastações, Aristófanes faz seu lavrador Dikaiópolis concluir um tratado de paz particular com os lacedemônios.

11- ARISTÓFANES. *Os Acarnenses*.

12- *Archoneponymos* - o primeiro arconte em Atenas, o que dava seu nome ao ano.

13- ARISTÓFANES. *Os Acarnenses*.

14- STARZYNSKI, Gilda M. Reale. "Uma situação cômica: o cidadão Justino faz uma visita a Eurípedes." *Revista Língua e Literatura*, nº 2. São Paulo, 1973.

Em um artigo sobre a linguagem aristofânica, G.R. Starzunski chama a atenção para a expressividade e a carga de significação para a economia da peça, dos nomes compostos. Assim, o camponês pacifista que defende a causa justa é "Dikaiópolis", "a Justa-Cidade". Se traduzirmos como "Diceópolis", teremos um nome estranho, inteiramente opaco para o leitor moderno. Em uma forma aproximada, como "Justino", mantém-se apenas um dos elementos - a idéia de Justiça - mas despreza-se o aspecto social dessa busca, pois o cidadão procura o tratado de paz não só para si, mas para a Cidade.<sup>15</sup>

O prólogo é constituído por uma paródia da Assembléia do Povo e uma paródia da diplomacia, Dikaiópolis, logo ao amanhecer, comparece à Pnix para participar de uma Assembléia popular ordinária, que deveria deliberar sobre a paz. Encontra a praça deserta.<sup>16</sup> No seu monólogo de espera, deplora suas desventuras e a situação da Cidade. Acusa Cleon de suborno, louva o poeta trágico antigo, zomba de alguns contemporâneos e lastima que nem de seus concidadãos, nem dos magistrados (Pritaneos), entre cujas atribuições estava a de convocar e presidir as assembleias populares, se pode esperar que se ocupem dos meios de conseguir a Paz. O autor introduz nesta fala ruídos de seu corpo, que são expressos por meio de palavras vulgares e obscenas, dando maior intensidade cômica e autenticidade à impaciência na espera da paz. Dikaiópolis olha para o campo, amante da paz, e lembra-se de sua aldeia, onde nunca lhe diziam "compra carvão, compra vinagre, compra azeite; esta palavra compra lhe era desconhecida. A aldeia produzia tudo sem este eterno 'compra' que lhe serra as entranhas."<sup>17</sup>

Os atenienses, diz Tucídides, mais que qualquer outro povo, eram essencialmente agricultores. No início da guerra do Peloponeso,

*"depois de ouvir as palavras de Péricles, os atenienses, já persuadidos, começaram a trazer do campo seus filhos, suas mulheres e todos os seus pertences, retiraram até o madeiramento das casas; os rebanhos e os animais de carga foram transportados para a Eubéia e para as ilhas vizinhas. Esse deslocamento lhes*

15- STARZUNSKI, Gilda M. Reale. "A linguagem cômica de Aristófanes". Revista Língua e Literatura, nº 1, São Paulo, 1972.

16- Pnix era uma praça próxima à Cidadela, onde realizavam-se as assembleias do povo. A palavra Pnix deriva de "pikinostai" - apertar-se - tendo sido lhe dado esse nome, talvez, pela multidão que se aglomerava em dias de sessão.

17- ARISTÓFANES. Os Acarnenses.

*pareceu penoso, pois os habitantes em sua maioria estavam habituados à vida do campo.*"<sup>18</sup>

Assim, Dikaiópolis vai à Assembléia decidido a "gritar, interromper, a insultar os oradores se falarem de outra coisa que não da paz."<sup>19</sup> Ao meio dia, chegam finalmente os magistrados e, como Dikaiópolis havia previsto, atropelam-se e empurram-se, sem consideração à sua dignidade de magistrados, para alcançar os melhores e mais cômodos lugares.

"Anphitheos" (Ambideus), que se diz meio humano e meio divino, propõe-se a fazer um pacto de trégua com os lacedemônios. Os Pritaneos mandam expulsar o único homem que se diz capaz de conseguir uma trégua. O arauto anuncia a chegada de embaixadores vindos do Oriente, que, ao pronunciarem seus discursos, são constantemente interrompidos por Dikaiópolis, que os mostra como fanfarrões, embusteiros, impostores, ardilosos, charlatães, mistificadores, pois se locupletam nas cortes estrangeiras e ainda recebem soldo. O contraste é bem nítido entre a promiscuidade e frugalidade dos que vivem em Atenas e a bizarrice e ostentação da Corte Persa. Fala o embaixador persa:

*"Quando chegamos ao palácio, o grande rei e a cabeça de seu exército haviam ido fazer suas necessidades, e semelhante operação lhes entretive oito meses nas montanhas de ouro. Quando regressaram obsequiou-nos bois inteiros assados no forno."*<sup>20</sup>

Os delegados persas são chamados de Pseudartabas ou Falsartabas. (A palavra grega *pseudos* significa mentira, falsidade.) Já que ninguém dá ouvidos a seus apelos em favor da cessação das hostilidades, Dikaiópolis envia Anphitheo a Esparta em seu próprio nome e recebe um sortimento variado de tratados de paz. Prova das três amostras e decide-se pela paz dos trinta anos. Recordemos aqui que Tucídides<sup>21</sup> afirma ter a guerra começado quando os atenienses e peloponesos romperam a trégua de 30 anos (445 a.C.).

Inicia-se o "Párodos", a entrada do coro em cena, composto por 24 anciãos de Acarnás, demo da Ática, que se alinham na orquestra em 6 filas e 4 colunas,

18- TUCÍDIDES. História da Guerra do Peloponeso, II, 14.

19- ARISTÓFANES, op. cit.

20- ARISTÓFANES, op. cit.

21- TUCÍDIDES. História da Guerra do Peloponeso, I, 23.

manifestando sua cólera contra "esse negociante de tréguas". Os acarnenses tentam perseguir esse "porta-tratados", mas são velhos e barrigudos e não possuem agilidade suficiente para alcançá-lo. A figura dos acarnenses, embora possa provocar piedade é, sem dúvida, risível.

Por que a escolha deles? São carvoeiros valentes, corajosos e orgulhosos combatentes que descendem dos heróis de Maratona, mas são velhos rústicos belicosos e resmungões e só desejam a guerra depois de terem suas terras totalmente devastadas. Conta-nos Tucídides que Arquídamos, rei da Lacedemônia, estivera acampado em Acarnás, depois de tê-la devastado, aguardando que os Atenienses se dispusessem a sair da cidade onde o cauteloso Péricles os obrigava a permanecer.

*"Quando viram o inimigo em Acarnás, a sessenta estádios de Atenas, perderam a paciência. A devastação de suas terras diante de seus olhos, espetáculo novo para os jovens e mesmo para os mais velhos, desde a guerra com os persas, fazia-os fremir de raiva. Todos pediam para vingar essa afronta. Todos discutiam vivamente a favor ou contra o recurso às armas imediatamente. Os acarnenses, que se consideravam uma fração importante dos atenienses, mesmo porque estavam contribuindo com três mil hoplitas, vendo suas terras devastadas exasperavam-se e exigiam em altos brados sair e combater."*<sup>22</sup>

A ação belicista dos acarnenses, exímios no manejo da funda, perseguindo o pacifista Dikaiópolis para atirar-lhe pedras, é suspensa por alguns instantes para assistirem à celebração das Dionísias rurais. Levando o falo (símbolo da fertilidade) e cantando o hino fálico, Dikaiópolis lembra que somente após seis anos pode festejar, visto que agora está de posse de um tratado de paz de trinta anos.

O coro encontra Dikaiópolis - inicia-se o Pro-Agon - ameaça-o com pedradas e acusa-o de traidor, recusando-se a escutá-lo. Dikaiópolis consegue fazer-se ouvir; agarra uma cesta de carvão (os acarnenses são carvoeiros) e ameaça atirá-la ao fogo, parodiando uma cena da tragédia Télefo, de Eurípedes, na qual o herói homônimo, carregando Orestes-criança, filho de Agamenon, ameaça matá-lo se o pai não lhe der audiência. Dikaiópolis faz o mesmo com um saco de carvões e profere seu audacioso discurso, justificando os lacedemônios. Não sem antes

22- TUCÍDIDES. História da Guerra do Peloponeso, II., 20-21.

dirigir-se a Eurípedes e lhe pedir os farrapos de Télefo para poder comover mais facilmente os belicosos acarnenses. Dikaiópolis, ao indagar se Eurípedes está em casa, recebe do criado porteiro resposta caracteristicamente sofisticada: está e não está. Diante da incompreensão de Dikaiópolis, o criado explica: "Seu espírito está fora, recolhendo versos, mas seu corpo está em casa compondo uma tragédia."

Eurípedes é apresentado suspenso no ar, em meio a todas as quinquilharias indispensáveis para compor o cenário realista de suas tragédias. Dirige-se a Dikaiópolis numa linguagem afetada e rebuscada, típica da tragédia euripídiana. Vem à cena por meio de uma máquina *Ek kyklima*<sup>23</sup>, utilizada por Aristófanes para zombar do progresso técnico-cênico tão caro a Eurípedes. Dikaiópolis consegue todos os acessórios de mendigos e maltrapilhos. Queixa-se a Eurípedes: "estás me roubado uma tragédia inteira."

Disfarçado de Télefo, o mendigo, Dikaiópolis enfrenta o coro. Profere seu discurso, no qual dá uma versão burlesca das causas da guerra: o rapto de duas prostitutas de Megara e a conseqüente vingança dos megarenses, raptando cortesãs de Aspásia, deram início à guerra. A verdadeira causa, porém, como aponta Tucídides<sup>24</sup>, é o justificado temor que aos lacedemônios inspira o poderio de Atenas, criticado na comédia anterior de Aristófanes. Conta-nos, ainda, o historiador Tucídides que, por ocasião da defecção de Megara, em 445 a.C., todos os homens da guarnição ateniense em Megara foram exterminados. Os megáricos aliaram-se então aos lacedemônios. Em 432 a.C., os atenienses decretam que os megáricos fiquem excluídos de todos os portos situados em regiões dominadas pelos atenienses e do mercado de Atenas. Conta-nos, também, que os lacedemônios incluíram, nas exigências para evitar a guerra, a revogação do referido decreto. Os atenienses, porém, recusaram-se e, em 432 a.C., Megara foi invadida pelo maior exército de Atenas reunido em um só corpo, sob o comando de Péricles, tendo devastada a maior parte de suas terras. Ao longo da guerra, dada sua posição estratégica, Megara era invadida anualmente. E Aristófanes faz um habitante de Megara, embora sob a forma de pura farsa, traduzir essa situação.

Dikaiópolis - Télefo, disfarçado de mendigo, enfrenta o coro. É o "Agon", um duelo dialético entre duas posições contrárias que, na comédia ática, assume caráter intelectual. Consegue persuadir metade do coro, pois a outra metade

23- Daí vem a expressão Deus ex machina.

24- TUCÍDIDES. História da Guerra do Peloponeso, I, 23.

continua em seus propósitos belicistas e apela para Lâmaco<sup>25</sup>, um general fanfarrão, partidário ardoroso da guerra, que aparece todo paramentado de guerreiro. A divisão do coro dá-nos uma imagem das habituais disputas que dividiam Atenas: uns a favor, outros contra a guerra.

Finalmente, os dois semicoros opostos reúnem-se num só, reconhecendo a sabedoria do pacifistas Dikaiópolis e o mercenarismo de Lâmaco. Inicia-se, então, a Parábase, interrupção da ação dramática, na qual o coro se dirige à platéia e, em nome do autor, faz críticas a seus inimigos e louva o cidadão e o poeta em cujas comédias "brilhará" sempre a justiça.

Dikaiópolis, de posse da paz, anuncia a todos que podem comprar e vender em seu mercado, exceto Lâmaco.

*"Era preciso apresentar de maneira grotesca as conseqüências daquela maluquice que o protagonista pusera em movimento, logo no prólogo. Quais serão os efeitos da paz de Dikaiópolis? Só ele pode negociar com o inimigo."*<sup>26</sup>

O primeiro a chegar é um megarense, vítima da guerra, que responde ironicamente à pergunta de Dikaiópolis, de como vivem os meganenses: "Sentados sempre junto ao fogo e mortos de fome." O megarense vende-lhe suas duas famélicas filhas disfarçadas de porcos e ainda pede a Hermes, protetor do comércio, que seja permitido vender a mãe e a esposa. Em seguida, aparece um habitante da Beócia que lhe vende enguias em troca de um delator (sicofanta), produto que, aparentemente, é abundante em Atenas, enlouquecida pela guerra. Dikaiópolis canta uma ode lírica à enguia que "finalmente vem visitar-nos depois de seis anos." É uma evocação nostálgica do tempo de antes da guerra. Nega-se a vender a Lâmaco, mas presenteia com umas gotas de paz um casal recém-casado, para eles poderem gozar a lua-de-mel. Nesta passagem, Aristófanes dá-nos uma amostra do que pensa das mulheres gregas. Mesmo zombando delas, mostra que as mulheres estão a seu lado, na luta pela paz. Mães e amantes detestam a guerra. E a jovem esposa apresentada é compatriota da futura Lisístrata e merece a paz.

25- A etimologia de *Lamacos* é *lo* e *make* quero a guerra.

26- STARZYNSKI, Gilda M. Reale. Uma situação cômica: o cidadão Justino faz uma visita a Eurípides.

Dikaiópolis prepara-se para uma festa (Komos) e Lâmacos para a guerra. Há, no final, uma cena paralela, na qual a luta verbal entre o belicistas e o pacifista resulta em júbilo e na alegria festiva de Dikaiópolis, sendo que Lâmacos é ferido de morte.

## A PAZ

A vida profissional de Aristófanes transcorreu paralelamente à Guerra do Peloponeso. Assim, não se crê que tenha tido oportunidade de usufruir, em sua vida real, do lirismo e da felicidade que canta em sua idílica comédia *A Paz*.

Era o nono ano de guerra, quando lacedemônios e atenienses estabeleceram, subitamente, um armistício por um ano. Durante a vigência da trégua, houve inúmeras negociações relativas à paz definitiva. Dentro desta perspectiva, criou-se um clima de euforia. O prognóstico de paz dominava as discussões em Atenas. Após a expiração do armistício, o demagogo Cleon persuadiu os atenienses a fim de que o deixassem embarcar para a Trácia. Defrontam-se os atenienses e lacedemônios e Anfípolis, onde morreram Cleon e Brasidas, o rei espartano. Em seguida à batalha de Anfípolis, nenhum dos lados empreendeu quaisquer outras operações militares. Lacedemônios e atenienses, por razões diversas, estavam interessados no acordo de paz, mesmo porque os homens que, de cada lado, mais se opuseram à paz, estavam mortos<sup>27</sup>. Ledo engano: ainda surgiria na história o audacioso e ambicioso Alcibíades. Esses primeiros dez anos de guerra, conhecidos como a Guerra Arquidâmia, terminaram com a assinatura do tratado da "Paz de Nícias", que pôs termo à primeira fase da Guerra do Peloponeso. Às vésperas do acontecimento, na primavera de 421 a.C. (mês de março), Aristófanes apresentou a sua comédia *A Paz* no concurso dramático das Grandes Dionísias, perante os delegados de todas as cidades aliadas da Confederação Ateniense.

*"Justamente por isso, A Paz tem sido acusada de mediocridade e excessivo engajamento nas circunstâncias do momento, enfim, de ser uma peça criada "ad propositum certum" e que, por isso mesmo, escapa ao nosso entendimento."*<sup>28</sup>

27- Cf. Tucídides. História da Guerra do Peloponeso, V, 14, 15 e 16.

28- STARZYNSKI, Gilda M. Reale. "A paz prisioneira da guerra". O Estado de São Paulo. São Paulo, 22/07/1979. Suplemento Cultural.

Starzynski mostra a injustiça do desprezo de certos críticos pela peça. Em *A Paz*

*"manifesta-se o lutador atuante que não teme a vingança dos poderosos do momento, nem a violência de inimigos apaixonados, pois, além de gozar completa liberdade de palavra ("parrhesia") que lhe confere o seu status de poeta cômico e servidor de Dioniso, julga-se um portador de palavras corretas e defensor do que é justo."*<sup>29</sup>

Podemos dizer que a intriga, o enredo de *A Paz* é muito simples. Jamais qualificaremos a peça de medíocre. Medíocre é o entendimento de certos modernos críticos, que confinam seus comentários nos estreitos e mesquinhos limites das lutas ideológicas dos tempos modernos.

Enquanto se discutiam os termos da paz, Aristófanes escreveu, às pressas, e apresentou *A Paz*, em 421 a.C., num clima de alegria e júbilo geral, dada a expectativa de uma reconciliação entre cidades que há dez anos vinham sendo sacrificadas. *A Paz de Nícias* foi assinada imediatamente após as *Dionísias Urbanas*, onde foi apresentada a peça.

O protagonista Trigeu, cultivador de videiras, empreende uma viagem fantástica, cavalcando um enorme escaravelho<sup>30</sup>, como um novo Pégaso, ao Olimpo, onde a paz se encontra aprisionada. Trigeu chama todos os gregos para ajudá-lo a libertá-la. Solomos qualifica a peça de bem-humorado "canto pan-helênico de boas-vindas à paz."

O escaravelho é alimentado de excrementos. Enquanto Trigeu pergunta a Zeus se pretende varrer a Grécia da face da terra, seu escravo, que alimenta o escatófago, já está prestes a sucumbir ao cheiro nauseabundo do escarvelho. Dez anos de guerra, a promiscuidade em que viviam os atenienses obrigados a abdicar da vida campestre e amontoar-se na cidade<sup>31</sup>, ainda assolados pela peste, correspondem à burlesca imagem traçada por Aristófanes, na primeira parte da

29- Idem, *Ibidem*.

30- O escaravelho é uma paródia de uma fábula de Esopo: *A águia e o escaravelho*.

31- "Nem o próprio Pelárgicon, situado no sopé das Acrópole, escapou à necessidade de ocupação imposta pelas circunstâncias, apesar das maldições que impediam tal procedimento." TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*, II, 17

peça. "Tão malcheirosa é a estrebaria de Trigeu quão asquerosa e repelente é a guerra portadora da morte."<sup>32</sup>

A duras penas, Trigeu, durante sua viagem, consegue desviar sua fétida montaria das imundícies, das latrinas, das pocilgas, do lixo, das pessoas defecando nas ruas. Consegue finalmente atingir o Olimpo, onde só encontra o deus Hermes, que, depois de subornado, revela a verdade: todos os deuses fugiram, pois não suportavam mais a insensatez dos gregos em lutas fratricidas, e deixaram "*Polemos*" - a guerra que trancafiara a Paz num antro escuro e profundo, fechando a entrada com enormes pedras. Polemos, a Guerra, pretende pilotar as cidades gregas. Sua ajudante é a Desordem, encarregada de auxiliar a Guerra a reduzir as cidades gregas a pó. Como Cleon e Brasidas haviam morrido, a Desordem não pode trazer o pau que serviria para moer Atenas e Esparta. Aproveitando-se dessa oportunidade, Trigeu exorta todos os gregos a libertarem a Paz.

É no "*Párodo*" que explodem os sentimentos pan-helênicos. É toda a Grécia que vem libertar a Paz. O coro é um mosaico de lavradores originários de todas as partes da Grécia, que vêm em auxílio de Trigeu. Finalmente, a Paz é trazida à luz, não obstante a má-vontade dos megáricos, dos beócios e argivos. Os primeiros não têm força, estão famélicos (cf. Os Acarnenses), os Beócios votaram contra a cessação das hostilidades<sup>33</sup> e os Argivos, habitantes de Argos, "não tinham compartilhado dos encargos da guerra contra os atenienses, estavam em paz com os dois lados e colheram os frutos da neutralidade."<sup>34</sup>

A Paz é libertada juntamente com Opora, deusa da abundância ou dos frutos, e Theoria, deusa da alegria, da festa. A Paz é trazida à terra e iniciam-se os preparativos para o banquete nupcial de Trigeu e Opora - a Fatura. Theoria, a Alegria, é conduzida ao Senado para ajudar o Estado a reconstruir a cidade.

À crítica de pobreza do enredo de *A Paz*, G.R. Starzynski responde, chamando a atenção para a riqueza dos contrastes e o sentido da mensagem.

*"À fedentina inicial, às pilhérias escatológicas e de mau gosto dos primeiros momentos, sucedem-se algumas cenas do mais alto lirismo em que quase sentimos o perfume dos bosques e o cheiro de terra*

32- STARZUNSKI, Gilda M. Reale. *A paz prisioneira da guerra*.

33- Cf. Tucídides. *História da Guerra do Peloponeso*, V, 17.

34- *Ibidem*, V, 28.

*molhada e dos frutos maduros. Nota-se, pois, uma oposição proposital entre grosseria e delicadeza, defecação e alimento, mau cheiro e perfumes, dolorosos combates e a alegria dos campos em festa.*<sup>35</sup>

A comédia termina com a união de Trigeu e Opora simbolizando a união do homem com a natureza, do agricultor com a fertilidade, enfim de cada grego com sua vida campestre, em tempo de paz.

### LISÍSTRATA

*"Embora as mulheres tenham poucos direitos, em qualquer cidade grega, existem aberrações bárbaras. Quando assisti aos jogos em uma das cidades gregas jônicas da Ásia Menor, espantei-me ao ver que, apesar de as moças solteiras serem incentivadas a assistir aos jogos e examinar os maridos em potencial nus em pêlo, as mulheres casadas eram proibidas de comparecer, pela razão, sem dúvida alguma lógica, de que qualquer alternativa ao marido legítimo não deve sequer ser imaginada. Na conservadora Atenas, as esposas e as virgens raramente podem sair de casa e muito menos assistir aos jogos."*

Essa é uma passagem transcrita de um romance de Gore Vidal.<sup>36</sup>

Citemos, a seguir, um verso de Hesfodo:

*"Escolhe uma donzela por mulher e ensina-lhe os caminhos da discrição."*

Passemos agora a Aristóteles:

*"As mulheres não devem importunar seus maridos nem se inquietar em sua ausência; o homem deve acostumar a sua esposa a estar feliz e contente, tanto se ele está em casa como se está ausente. A boa*

35- STARZYNSKI, Gilda M. Reale. *A paz prisioneira da guerra*.

36- VIDAL, Gore. *Criação*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984, p. 30.

*esposa deve ser a senhora de sua casa. Deve evitar conversar com estranhos, deve temer as conversações com as mulheres desocupadas nas ruas que tendem a envenenar sua alma. Deve somente ter conhecimento e se ocupar do que ocorre em sua casa. Isto é, pois, do que uma mulher deve se ocupar para levar uma vida regrada. Deve ser sua meta obedecer a seu marido sem atender aos assuntos públicos. As esposas devem considerar que é menos indecoroso para o marido mesclar-se com as coisas de dentro da casa do que ela espiar as coisas que ocorrem fora de seus muros.*<sup>37</sup>

A Lisístrata ou é uma "aberração bárbara", como lhe chama G. Vidal ou, como bem interpreta G. Starzynski, representa

*"um mundo às avessas que só pode retornar ao normal quando cessar a guerra, a geradora da anormalidade total, quando os homens depuserem as armas da guerra, vencidos por outro poder mais forte, as armas do sexo e do amor."*<sup>38</sup>

Faça o amor, não faça a guerra, esta é a bandeira empunhada por Lisístrata (que em grego significa a que dissolve exércitos), protagonista da alegre e maliciosa comédia de Aristófanes. Apresentada pela primeira vez em 411 a.C., vigésimo-primeiro ano da guerra do Peloponeso, Lisístrata aborda novamente um dos temas favoritos de Aristófanes: a paz. Às vésperas do desastre total, depois da lastimável derrota da Sicília, Aristófanes percebeu que um ardoroso apelo à paz, sem sublinhar o desastre, significaria "levantar o moral dos atenienses, chamando-os aos brios"<sup>39</sup>, mergulhando-os numa fantasia impossível, virando tudo de pernas para o ar e criando um mundo totalmente absurdo: "as mulheres derrubam as portas do gineceu e saem para a Ágora a fim de impor a sua vontade aos homens."<sup>40</sup>

Não podendo esperar muito da inteligência masculina, Lisístrata persuade as mulheres de todas as cidades envolvidas no conflito a lutarem para terminar com a guerra absurda. Propõe a greve das obrigações conjugais. Assim, negam-se a fazer

37- ARISTÓTELES. *Economia Doméstica*. Livro III, Cap. I.

38- STARZYNSKI, Gilda M. Reale. *A paz prisioneira da guerra*.

39- Idem, *Revista da Faculdade de Educação*. São Paulo, USP, 7(2), 1981.

40- Idem, *A paz prisioneira da guerra*.

amor e sexo com seus belicosos e embrutecidos maridos, até que estes assinem um tratado de paz. Apoderam-se do tesouro ateniense guardado na Acrópole.

Ao coro de anciãos que as injuria, o coro de mulheres responde: "Pagamos nossa parte de tributos dando homens ao Estado." E Lisístrata, que lidera o boicote à guerra: "A guerra é um fardo muito mais pesado para nós que para vós. Geramos filhos que a guerra nos arrebatou."<sup>41</sup>

Os homens, que tanto padeceram na guerra, não suportando a abstinência amorosa, sucumbem à batalha do sexo liderada pela bela, altruísta e digna Lisístrata, assinando a paz definitiva.

Ao leigo poderia parecer que as comédias pacifistas de Aristófanes perderam atualidade, por estarem inexoravelmente comprometidas com eventos específicos de uma quadra histórica já encerrada.

Nestas notas, porém, procuramos evidenciar a fragilidade de tal postura. A dimensão da obra aristofânica é restabelecida quando a entendemos como veículo de afirmação de valores universais, os quais se exprimem e concretizam na vivência cotidiana dos homens que padeceram as vicissitudes da guerra.

Não mais haverá uma Guerra do Peloponeso, não mais digladiarão os guerreiros helenos. Mas sempre restará a universalidade dos fautores de guerras, dos que com elas se locupletam, das suas vítimas assim como dos defensores da paz.

41- ARISTÓFANES. *Lisístrata*.

## ARTIGO

# A RELAÇÃO ENTRE CIDADANIA E ORDEM SOCIAL DE ACORDO COM O TRATAMENTO DESENVOLVIDO EM ROUSSEAU, KANT E JOHN STUART MILL

*Adriano Sérgio Lopes da Gama Cerqueira*

## I - CIDADANIA: FOCO DE TENSÃO

O conceito mais comum de cidadania remete-nos logo às idéias de direitos e deveres que cada membro de uma dada sociedade tem em relação ao corpo político e social que ela compreende. Ser cidadão significa uma garantia, legalmente constituída, contra eventuais abusos de poder da coletividade, assumido por alguma forma de governo. Assim, este conceito parte de uma perspectiva individualizante, pois tem como preocupação básica a garantia legal de um espaço privado dentro da ordem coletiva.

Entretanto a riqueza que o termo cidadania compreende, especialmente no problema das relações entre os domínios do público e do privado, permite-nos trabalhar um conceito de sentido oposto. Por esse caminho, determinada coletividade, ao constituir uma ordem política, se preocuparia em encontrar um espaço mínimo no qual as ações mais individualizantes poderiam ser exercidas, a fim de assegurar um máximo de estabilidade na ordem social. Teríamos, assim, um conceito formulado a partir de uma perspectiva ordenadora, preocupada com a estabilidade política e com a harmonia social, possibilitadas por um máximo de controle (legalmente constituído) contra as investidas provenientes da esfera privada.

Convém, neste instante, destacar que essas perspectivas não se excluem, na medida em que podemos perceber uma articulação entre as duas. Porém a questão básica não é a procura de uma exclusão e, sim, a indicação de qual das duas surge como a força motriz do desenvolvimento formal e concreto da cidadania. Mais especificamente: qual terá sido a preocupação central na formulação do conceito, a ordem social ou a garantia de um espaço legal para as iniciativas individuais? É a partir desta ótica que empreenderemos a análise do pensamento de Rousseau, Kant e J. Stuart Mill.

## II- A ORDEM EM ROUSSEAU

*"At estão todas as qualidades naturais postas em ação, estabelecidos a posição e o destino de cada homem, não somente quanto à quantidade dos bens e o poder de servir ou de ofender, mas também quanto ao espírito, à beleza, à força e à habilidade, quanto aos méritos e aos talentos e, sendo tais qualidades as únicas que poderiam merecer consideração, precisou-se desde logo tê-las ou afetar possuí-las. Para proveito próprio, foi preciso mostrar-se diferente do que na realidade se era. Ser e parecer tornaram-se duas coisas totalmente diferentes."*<sup>1</sup>

O propósito da longa citação é situar-nos na discussão empreendida por Rousseau, que tem como norte a determinação temporal do início e da consolidação da desigualdade entre os homens. O que torna a obra - O Discurso - magistral é a longa viagem conjectural executada por ele, que, no seu percurso, brinda o leitor com brilhantes "insights" históricos e antropológicos, principalmente.

1- ROUSSEAU, J.J. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. Trad. Lourdes Santos Machado. 4ª ed. São Paulo, Nova Cultura, 1987-88. Coleção Os Pensadores, p. 71.

Uma das primeiras preocupações do autor é discutir os primórdios da humanidade, para combater uma idéia bem difundida na sua época, assim formulada por Locke: "Assim no começo todo o mundo era como a América..."<sup>2</sup>

Não para Rousseau, que afirma ser a América um estágio intermediário do desenvolvimento das faculdades humanas. Em outros termos, a América representa uma época onde o homem - tomado em um sentido genérico - teria desenvolvido, parcialmente, determinadas faculdades até então potencializadas no estado selvagem, ou natural, da humanidade. A razão emerge como a faculdade principal e a responsável direta pelo aparecimento de um tipo específico de sentimento - o "amor próprio" -, que desde logo se contrapôs a um mais natural - a "Piedade". A Piedade é definida como um sentimento ordenador por excelência, em decorrência de seu efeito pacificador e, principalmente, identificador. Mediante a dor ou sofrimento alheio, um "espectador", dotado de Piedade, pode identificar-se, como ser sensível que é, com aquele outro em agonia. Consequentemente, institui-se, naturalmente, uma espécie de ordem, na medida em que atua moderando as ações mais violentas e não dirigidas para um propósito de autoconservação. A Piedade evitou, segundo Rousseau, que o "estado natural" humano fosse um eterno conflito, um verdadeiro estado de guerra.

Mas, à proporção que forças circunstanciais e aleatórias se foram apresentando, os homens se viram na necessidade de superá-las, o que levou ao desenvolvimento da faculdade racional. A partir desse momento, a ordem natural foi sendo desestabilizada, pois o processo estava levando a crescente e irresistível individuação. Dessa forma, enquanto se promovia uma solução, estabelecia-se a razão e, com isso, o espírito humano passou a conceber relações específicas através da observação das dificuldades. Os primeiros sinais de reflexão estavam se apresentando e evoluindo até o ponto em que cada homem passou a comparar as suas ações e observar os seus efeitos. À percepção do sucesso, seguia-se um sentimento de orgulho: cada um passou a olhar para si próprio e a identificar o outro, a partir desse novo prisma. Conseqüentemente, um novo tipo de ordem foi, pouco a pouco, sendo requisitado.

*"As conformidades, que o tempo pôde fazê-lo perceber entre eles, sua fêmea e sua própria pessoa, levaram-no a ajuizar aquelas que não percebia e, vendo que todos se comportavam como teria feito em*

2- LOCKE, John. Segundo tratado sobre o governo. São Paulo, Abril Cultural, 1973. Col. Os Pensadores, vol. XVIII, p. 59.

*circunstâncias idênticas, concluiu que suas maneiras de pensar e de sentir eram inteiramente conforme à sua.*<sup>3</sup>

Neste instante formaram-se as primeiras regras de conduta, em virtude da ineficácia da Piedade de assegurar a convivência pacífica entre os homens, seres cada vez mais intelectualizados e, proporcionalmente, mais individualizados. E Rousseau alerta para o duplo aspecto dessa transformação. Em um plano particular, cada homem teria experimentado um processo de auto-consideração, uma auto-estima - o "amor próprio" - e, em um plano coletivo, os agora "quase indivíduos" estariam se identificando principalmente à luz da razão, seja no tocante ao seu comportamento, seja no tocante ao juízo de cada um sobre o comportamento alheio. A mudança na forma de identificação entre os homens foi o solo onde se teriam desenvolvido as primeiras regras de conduta, possibilitando a concepção das formas primeiras de agregação, sob o impulso de caráter egoísta, ou sob o influxo de um interesse mais comunal.

Os termos agregação e associação são entendidos aqui como fundamentais para melhor compreensão das idéias de Rousseau. Trabalhá-los conceitualmente torna-se tarefa espinhosa, dadas as dificuldades do próprio autor para estabelecer explicação mais clara, em virtude do estado precário da língua por ele utilizada.<sup>4</sup> De qualquer modo, podemos formalizar uma distinção entre os dois termos.

Agregação quase sempre aparece como uma reunião de homens sob a pressão de alguma necessidade. Não se estabelece previamente nenhuma delimitação temporal de tal reunião, em razão da falta de preocupação quanto ao futuro dessa agregação. Como escreveu Rousseau:

*"Eis como puderam os homens insensivelmente adquirir certa idéia grosseira dos compromissos mútuos e da vantagem de respeitá-los, mas somente tanto quanto poderia exigí-los o interesse presente e evidente, posto que para eles não existia a providência e, longe de*

3- ROUSSEAU, J.J. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens, p. 65.

4- Tal como se encontra em nota do próprio autor. Ver ROUSSEAU, J.J. *Do Contrato Social*. Trad. Lourdes Santos Machado. 4ª ed. São Paulo, Nova Cultura, 1987, p. 48.

*se preocuparem com um futuro distante, não pensavam nem mesmo no dia de amanhã.*<sup>5</sup>

Mediante as "idéias grosseiras de compromissos mútuos", torna-se compreensível a conceituação, feita por Rousseau, de associação. Nesse sentido, os primeiros laços associativos, as primeiras experiências visando a uma reunião mais duradoura se consolidam, em função da identificação de pontos de interesses comuns que levam o grupo a se preocupar em estabelecer o espaço onde a série de conquistas individuais ou mesmo grupais poderão ser garantidas, em decorrência do reconhecimento coletivo. É interessante de ser notado que, para o Discurso, foram os possuidores de terras os primeiros a se preocuparem com tal associação, a fim de transformar suas posses em legítima propriedade privada. Mas o que deve ser ressaltado agora é o surgimento da sociedade, de acordo com Rousseau.

A sociedade, segundo ele, é fruto de uma certa perversão ocorrida na natureza humana. O homem, ao se transformar de "ser sensível" em indivíduo, enquanto permanecer isolado em tal situação, põe em cheque qualquer "modus vivendi" coletivo. Os passos rumo a uma forma de associação devem objetivar agora uma ordem não mais natural, mas social. Pela associação os indivíduos perpetuariam uma série de acordos firmados na participação de cada um e, em torno desse ato coletivo, se estabelece uma convenção, transformando o agregado de indivíduos em povo e cada participante, em cidadão. Ou seja:

*"Encontrar uma forma de associação que defenda e projeta a pessoa de cada associado com toda a força comum, e pela qual cada um, unindo-se a todos, só obedece contudo a si mesmo, permanecendo assim tão livre quanto antes."*<sup>6</sup>

Através do pacto social, viabiliza-se a ordem civil, convencional. Mesmo a liberdade passa por esta convenção, que lhe garante uma estabilidade não vivenciada no estado anterior ao do pacto.

*"Imediatamente, esse ato de associação produz, em lugar da pessoa contratante, um corpo moral e coletivo, composto de tantos*

5- ROUSSEAU, J.J. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens, p. 65.

6- ROUSSEAU, J.J. *Do Contrato Social*, p. 32.

*membros quantos são os votos da assembléia, e que, por esse mesmo ato, ganha sua unidade, seu eu comum, sua vida e sua vontade.*"<sup>7</sup>

Esse corpo moral e coletivo é chamado de Estado por seus membros, quando estiver em uma condição "passiva". Na condição "ativa", é considerado Soberano. Em relação aos outros Estados, é uma Potência. O indivíduo inserido neste corpo coletivo deve ser considerado um Cidadão, enquanto for um ativo participante do Soberano, e um Súdito, enquanto submetido às leis do mesmo.

Cidadania se define como um fruto da associação, já que a sua existência só ganha sentido através da constituição do "corpo moral e coletivo", expressão da associação entre indivíduos carentes de uma condição existencial minimamente assegurada. Esta nova condição, devemos repetir, caracteriza-se por suas bases contratuais, ou seja, convencionais, não importando se o apoio é explícito ou implícito.<sup>8</sup>

Neste instante torna-se nítido um campo de interesses comuns que levam cada indivíduo a instituir determinada ordem civil. No conjunto de todos esses atos, formaliza-se o "corpo moral e coletivo", cuja força - a Vontade Geral - se encontra na ação coordenada dos cidadãos.

*"O que existe de comum nesses vários interesses forma o liame social e, se não houvesse um ponto em que todos os interesses concordassem, nenhuma sociedade poderia existir. Ora, somente com base nesse interesse comum é que a sociedade deve ser governada."*<sup>9</sup>

Afinal, cada homem, como indivíduo, tem, segundo Rousseau, uma vontade movida por interesses particulares e, como cidadão, participa da Vontade Geral, pois o interesse comum pela ordem civil o leva a atuar em conjunto com os outros cidadãos.

Um aspecto importante do pensamento de Rousseau é a preocupação em garantir ao indivíduo um espaço para as suas ações de caráter particular. Isso se

7- Ibidem, p. 33.

8- Para Rousseau não era necessário o explícito apoio de cada membro para a legitimação da ordem; bastaria a condição de habitante. Ver ROUSSEAU, J.J. Do Contrato Social, p. 52.

9- ROUSSEAU, J.J. Do Contrato Social, p. 43.

evidencia na sua distinção entre "pessoa pública" e "pessoa particular", cuja vida e liberdade naturais podem ser asseguradas desde que localizadas para além dos limites estipulados convencionalmente.

*"Trata-se, pois, de distinguir os direitos respectivos dos cidadãos e do soberano, e os deveres que os primeiros devem desempenhar na qualidade de súditos, do direito natural de que devem gozar na qualidade de homens."*<sup>10</sup>

Conseqüentemente, o autor determina um limite entre as esferas pública e privada, estabelecido no momento do "Contrato Social". Assim, aquilo que não é matéria de deliberação pública está resguardado no domínio privado, desde que o Soberano não determine qualquer forma de intervenção convencionalizada.

Nesses termos Rousseau desenvolve um conceito de cidadania. A sua preocupação fundamental é encontrar uma forma de associação que permita um máximo de estabilidade para o exercício da atividade pública. E a ordem civil pode ser entendida como o objetivo central da obra de Rousseau, aqui analisada. Os indivíduos viabilizam uma ordem civil através da intermediação da cidadania, ao assegurar a participação regulada dos atos que visem ao domínio público bem como ao coibir aqueles de caráter particular interessados em retirar algum tipo de benefício próprio, em detrimento do interesse maior, que é o da coletividade.

### III - A AÇÃO INDIVIDUAL EM KANT

*"Agradecemos, pois, a natureza pela intratabilidade, pela vaidade que produz a inveja competitiva, pelo sempre insatisfeito desejo de ter e também de dominar."*<sup>11</sup>

Encontramos na obra de Kant forte aproximação com o pensamento de Rousseau, principalmente na descrição do processo mediante o qual o homem se afastou de sua condição de animal, em direção à de ser dotado de razão. A diferença entre as duas perspectivas situa-se, essencialmente, no juízo final

10- Ibidem, p. 48.

11- KANT, Immanuel. *Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*. Trad. Rodrigo Naves e Ricardo R. Terra. São Paulo, Brasiliense, 1986, p. 14.

elaborado por eles: enquanto Rousseau lamenta, Kant agradece. Afinal, esse processo marca, nas palavras de Kant,

*"(...) um progressivo iluminar-se, a fundação de um modo de pensar que pode transformar, com o tempo, as toscas disposições naturais para o discernimento moral em princípios práticos determinados e assim finalmente transformar um acordo extorquido patologicamente para uma sociedade de um todo moral."*<sup>12</sup>

Vislumbramos assim o desenvolvimento da liberdade na esfera das ações humanas, pelo progressivo uso prático da razão, capacitando paulatinamente o homem a agir segundo projetos formulados "a priori" pela razão.

Porém este "progressivo iluminar-se" ou esclarecimento não se desenvolveu de forma isolada, pois foi no plano coletivo, da espécie, que os homens aos poucos alcançaram a "maioridade", devido ao fato de o processo requerer, ao longo do tempo, uma consolidação e transmissão de conhecimentos. Um patrimônio cultural constituiu-se através das contribuições de cada geração. Cabe ressaltar que esse aperfeiçoamento se deu através do "uso público" da razão, entendido como a sua utilização crítica endereçada a um "público universal".<sup>13</sup> Assim, é condição fundamental para o "esclarecimento" que cada homem, enquanto um "sábio", tenha liberdade para utilizar publicamente a sua razão. No espaço público assim constituído, a crítica racional referente às formas de relação existentes na sociedade determina a participação do cidadão, ou seja, um espaço de discussão pública ocupado por cidadãos preocupados em encontrar uma forma mais perfeita (racional) de estruturação de um "estado de direito". *"Public right is the sum of total of those laws which require to be made universally public in order to produce a state of right"*.<sup>14</sup>

12- KANT, Immanuel. *Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*, pp. 13-14.

13- Idem, "Resposta à pergunta: Que é 'Esclarecimento'? ('Aufklärung')". In: Immanuel Kant - *Textos Seleto*. Trad. Raimundo Vier e Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis, Vozes, 1985, pp. 100-117.

14- KANT, I. "The theory of right, part II: Public Right". In: *The Metaphysics of morals*. In: Has Reiss (ed.) *Kant's Political Writings*. Cambridge U.P., 1971, p. 136/ A tradução (pessoal) da citação: "Direito público é a soma total daquelas leis que requerem para serem feitas público universalmente em ordem para produzir um estado de direito."

Neste sentido, o direito pode ser concebido, em uma forma "a priori", pela razão, na medida em que poderiam ser estabelecidos critérios universais e independentes de qualquer empiria, que possibilitam um reconhecimento universal do que é justo ou injusto. Assim, cada homem, no uso de sua razão, pode formular critérios e, conseqüentemente, se nortear moralmente. Mas para tal, ele tem que estar inserido em um meio cultural, em condições de exercer, com liberdade, igualdade e independência, papel ativo na sua comunidade. Segundo Kant, tais critérios são os três atributos indispensáveis para a constituição da cidadania. O primeiro é a legítima liberdade de, através do uso crítico da razão, não obedecer à lei que não corresponda aos critérios universais estabelecidos racionalmente. O segundo é a igualdade civil, isto é, não reconhecer, fora dos limites da lei, ninguém como um superior. O terceiro é a independência civil ou a capacidade de auto-sustentação econômica, a fim de evitar o predomínio de outro sobre a sua vontade.

Neste ponto, a discussão de cidadania em Kant se torna complexa, especificamente quando analisamos o terceiro atributo "indispensável". Indagações de conteúdo lógico foram formuladas por estudiosos do autor, como Riedel, citado por Luiz Bicca, cuja argumentação se centra na hipótese de que Kant teria, ao determinar a independência civil como um dos atributos indispensáveis da cidadania, inserido uma condição material - empírica - determinante.

*"É exatamente isso que o conceito de auto-suficiência bloqueia, a mesma noção que é apresentada 'a priori' possui um fundamento 'a posteriori', mais precisamente, na propriedade sobre coisas."*<sup>15</sup>

Tendo em vista os objetivos aqui apresentados - a operação conceitual do termo cidadania e o registro de sua construção em determinados autores - a crítica de Riedel levanta sérios obstáculos para formulação de Kant. Podemos lembrar que o próprio Kant percebeu a delicadeza de sua formulação neste ponto, ao procurar estabelecer distinção entre "cidadãos ativos" e "cidadãos passivos"<sup>16</sup>. Através dessa distinção, o autor poderia ter reconhecido a possibilidade de se lhe imputar uma contradição, mas, para rechaçá-la, Kant utilizou exemplos retirados da vida concreta - como os casos dos aprendizes de mercadores e de negócios, os servos,

15- BICCA, Luis E. "A unidade entre ética, política e história na filosofia prática de Kant (2 partes)". In: *Filosofia Política 2*. L & PM/UNICAMP/UFRGS, 1985. p. 32.

16- KANT, I. "The theory of right, part II, Public Right." In: *The Metaphysics of morals*, p. 139.

as mulheres e os menores - a fim de demonstrar a impossibilidade de eles participarem ativamente das atividades públicas. Conseqüentemente, o desafio de Riedel continua presente. Entretanto, considerando o processo de "esclarecimento" analisado pelo autor, não se pode pensar que Kant está, pela condição de cidadania, estabelecendo um marco ou grau necessário, para o homem alcançar, de direito, a sua "maioridade"? Ele próprio afirma, "(...) *it is only by accepting these conditions that such a people can become a state and enter into a civil constitution.*"<sup>17</sup>

Chegamos aqui às formulações ideais que a razão opera e que se constituem em móveis de ações de efeito prático. Neste sentido, temos a Idéia Republicana, forma de constituição de uma ordem civil, que possui, segundo Kant, três dignidades políticas - o Poder Soberano (Legislativo), o Poder Executivo e o Poder Judiciário. Essa Idéia constitui para o povo um "Contrato Original" por ser pura forma de razão, o que cada um deles, como ser dotado de razão e na condição de membro da comunidade, pode conceber e reconhecer. Por essa forma, as ações de cada indivíduo, assim dotado, podem aspirar à instituição e ao aperfeiçoamento de um Estado de Direito. Em outras palavras, pela condição de cidadão, determinado indivíduo, em situação de minoridade, pode ascender à maioridade e assim, pelo uso público da razão, atuar eficaz e justamente na sua comunidade, visando ao aperfeiçoamento legal da mesma e, conseqüentemente - já que a liberdade tem que estar presente como condição "*sine qua non*" de todo esse processo - o aperfeiçoamento moral seu e, dada a interligação existente, o aperfeiçoamento moral dos restantes membros da comunidade.

17- KANT, I. "The theory of right, part II: Public Right". In: *The Metaphysics of morals*, p. 140. A tradução: "(...) somente aceitando estas condições que um dado povo pode tornar-se um estado e entrar para dentro de uma constituição civil."

#### IV - JOHN STUART MILL: A PROCURA DE ESPAÇOS

*"Existe um limite à interferência legítima da opinião coletiva em relação à independência individual; determinar esse limite e mantê-lo contra usurpações é tão indispensável à boa condição dos negócios humanos como a proteção contra o despotismo político."*<sup>18</sup>

Essa passagem registra a preocupação central de Stuart Mill na obra citada. O problema das relações entre a opinião coletiva e a liberdade individual remetem-nos, sem dúvida, à elaboração de um conceito de cidadania no pensamento em questão. Afinal, segundo o autor, a legitimidade assegurada ao poder público por meio dos mecanismos legais de participação eleitoral dos membros da comunidade, a ponto de se considerar parte do poder, levou-os a se despreocuparem com a crescente intervenção do poder coletivo sobre a esfera privada. Mas não param aí as limitações, pois, além da pressão legal, devemos considerar o poder exercido pela opinião pública sobre os indivíduos, o qual possui uma tendência absolutizadora. É o que se vê neste trecho:

*"(...) nota-se igualmente no mundo em geral crescente tendência à dilatação indevida dos poderes da sociedade sobre o indivíduo, não só pela força da opinião mas também pela da legislação; (...)"*<sup>19</sup>

Percebemos assim duas forças ampliando o espaço do Estado, em prejuízo do domínio privado. Novas leis e idéias, ao serem formuladas no intuito de garantir uma maior estabilidade social, acabam por limitar ao extremo o espaço para as iniciativas individuais. A complexidade desse processo deve-se à aparência de legitimidade assumida pelo poder público, possibilitando-lhe empreender qualquer meio de intervenção, desde que amparado legal ou consensualmente, de acordo com a opinião dominante. Em que pese este trecho ter sido escrito em 1859, ele se reveste de uma impressionante contemporaneidade e é à luz desta discussão que nos deteremos aqui, procurando perceber as questões formuladas pelo autor e compará-las, rapidamente, com algumas tendências modernas da discussão.

18- MILL, John S. *Da Liberdade*. Trad.: E. Jacy Monteiro. São Paulo, Ibrasa, 1963, p. 7.

19- *Ibidem*, p. 17.

Segundo Stuart Mill, só há um princípio que autoriza a interferência da coletividade nos indivíduos - a autoproteção ou a prevenção contra algum dano que alguém possa lhe causar.<sup>20</sup> Eis o limite da interferência legítima da coletividade. Em contrapartida, o campo da liberdade individual apresenta três elementos: o domínio interior da consciência - liberdade de pensamento, sentimento e de opinião e liberdade de gostos e de ocupação; o exercício da profissão de acordo com a vontade; a liberdade de associação.<sup>21</sup> Estes princípios estão limitados por aquele mais geral, visto acima. Dessa forma, cada indivíduo goza de plena liberdade, desde que não cause danos a terceiros - fórmula clássica de definição de liberdade. Conseqüentemente, podemos pensar em um espaço legítimo de liberdade individual, tanto para a formulação de opiniões<sup>22</sup> como para a ação, de acordo com os ditames das mesmas. Nesse sentido, assegura-se não só a pluralidade de opiniões, como se permite a livre ação de cada indivíduo, o que leva o autor a acreditar nas possibilidades de maior progresso material da comunidade, em função da geração de riquezas provenientes da pluralidade de formas de vida e profissão. É exatamente pela ação desse conjunto de fatores, acredita o autor, que a Europa alcançou um progresso civilizatório, tanto de natureza material quanto moral.

Surge assim a força do indivíduo na história e as tentativas da sociedade de frear tal poder, a fim de garantir maior estabilidade social. Porém,

*"(...) atualmente a sociedade levou positivamente a melhor sobre a individualidade e o perigo que ameaça a natureza humana não consiste no excesso, mas na deficiência de impulsos e preferências pessoais."*<sup>23</sup>

Cabe agora, portanto, empreender-se uma ação contrária, para o estabelecimento de limites para a sociedade. Os indivíduos devem observar uma linha de conduta, que consiste em respeitar os direitos de terceiros bem como assumir, cada um, a "responsabilidade da parte que lhe cabe" nos "trabalhos e sa-

20- MILL, John S. Da Liberdade, p. 85.

21- Ibidem, p. 15.

22- Vital para que se impeça a dogmatização de qualquer idéia, de acordo com o autor. Ver MILL, John S., Da Liberdade, p. 23.

23- MILL, John S. Da Liberdade, p. 69.

crifícios" decorrentes da vida em comum.<sup>24</sup> Podemos perceber inversão no tratamento da tensão entre as esferas pública e privada, referente ao conceito de cidadania. Tal inversão aponta para a necessidade de se constituir um espaço máximo possível para o domínio privado, já que o problema não está mais na elaboração isolada de uma ordem legal, mas na tentativa de se frear a coletivização crescente.

Chegamos aqui ao grande paradoxo da cidadania. Por um lado, ela estabelece limites entre as duas esferas mediante um conjunto de normas, referentes a direitos e deveres, garantindo a participação e o reconhecimento legal de cada membro e, com isso, legitimando um poder coletivo através da inserção dos membros dentro da sua constituição. Por outro lado, ela permite a tal poder, legitimamente instituído, desenvolver-se à medida que o número dos membros da comunidade política aumenta, seja por esforço próprio, seja por pressões de grupos empenhados em assegurar determinado leque de direitos que a condição de cidadão autoriza. Portanto, a autoridade pública também aumenta, podendo atuar mais forte e diretamente no espaço privado, tanto na forma da lei, quanto na ação niveladora da opinião pública.

A contemporaneidade dessas formulações é por demais evidente. Ao longo deste século, as demandas conduzidas pelos grupos mobilizados na sociedade apontaram para a necessidade de uma sofisticação concreta e conceitual da cidadania. Se antes ela se constituía apenas dentro dos limites dos direitos civis, tal como foi formulado no pensamento do século XVIII, cujo conteúdo se centrava na liberdade individual, no direito à propriedade e à conclusão de contratos, bem como na igualdade jurídica, no século XIX passou a incorporar os direitos políticos, como o sufrágio universal masculino, até chegar ao século atual, em que as demandas de direitos sociais (bem-estar econômico e social, como educação gratuita, por exemplo) forçaram uma ampliação do seu conteúdo.<sup>25</sup> Tal desenvolvimento conceitual indica a ampliação da gerência do Estado na sociedade como um todo<sup>26</sup>, tal como já foi visto. Entretanto, não podemos esquecer que essa

24- Ibidem, p. 85.

25- Seguimos aqui a clássica abordagem de MARSHALL, T.H. Cidadania, Classe Social e Status. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

26- A questão das conseqüências institucionais da ampliação dos direitos sociais foi profundamente discutida por BENDIX, Reinhard. "La extensión de la ciudadanía e las

intervenção muitas vezes ocorreu para atender demandas reais conduzidas por grupos politicamente mobilizados na sociedade. Afinal, não seria apressado ver a liberdade individual agonizando em razão do desenvolvimento da comunidade política? Através do reconhecimento de determinados direitos - principalmente os sociais - não estariam sendo incorporados a um mínimo de bem-estar existencial homens que antes dificilmente poderiam gozar de algum tipo de atividade mais livre, tendo em conta as limitações impostas concretamente às suas vidas? Estaríamos perante o problema da independência civil preconizada por Kant? No espaço entre essas questões encontra-se, sem qualquer sombra de dúvida, o âmago das indagações referentes a cidadania, ordem social e domínio privado.

O longo processo conceitual efetuado aqui teve por objetivo resgatar os princípios norteadores das formulações propostas por Rousseau, Kant e John Stuart Mill. A atualidade dessas formulações demonstra a importância do tema cidadania e, nesta pequena mostra, descobrimo-nos como portadores de uma tradição que se mantém viva quando a ela recorremos, no intuito de melhor explicar a nossa situação presente e futura.

---

## ARTIGO

---

### RECONSTITUINDO O MOVIMENTO NO TEMPO DE UMA ESTRUTURA DA POSSE DE ESCRAVOS (Bonfim, 1832-1839)

*Marcelo Magalhães Godoy*

Este ensaio, baseado no estudo do comportamento temporal de uma estrutura da posse de escravos, pretende divulgar alguns resultados preliminares e, principalmente, contribuir com algumas sugestões quanto a métodos e técnicas de trabalho. A estrutura da posse de escravos investigada é a do distrito norte-mineiro de Bonfim (atual Bocaiúva). O período é a década de 30 do século passado e o suporte documental são duas "listas nominativas", unidades de dois conjuntos censitários - 1831/32 e 1838/40.

O distrito de Paz de Bonfim pertencia ao Município de Vila do Príncipe, no começo da década, e ao Município de Montes Claros, no final da década. Situado no "sertão", região central do norte de Minas Gerais, constituía-se num ponto intermediário entre dois pólos de ocupação distintos. Bonfim era escala na rota que ligava a região do Vale do São Francisco, marcada por economia diversificada e comércio ativo, e a região mais setentrional em que se expandiu a extração mineral, ou seja, a região diamantina e os importantes núcleos de Vila do Príncipe e Vila de Minas Novas. Com baixa densidade demográfica, em parte explicada pelo rigor climático, com incipiente organização econômica, sendo a agricultura de subsistência e a pecuária extensiva suas principais atividades econômicas, com presença preponderante de mestiços na população e com estrutura fundiária

---

clases bajas"; do mesmo: *Estado Nacional y Ciudadanía*. Buenos Aires, Amorrortu, 1974.

concentrada, o "sertão", como era chamada a área pelos contemporâneos, representava uma "região em gestação".<sup>1</sup>

As duas "listas nominativas" utilizadas, uma para o ano de 1832 e outra para 1839, são unidades de dois levantamentos censitários realizados pelo Governo Provincial.<sup>2</sup> Essas listas trazem a população do distrito dividida em "fogos"<sup>3</sup>, com as informações arroladas por habitante. Nome dos indivíduos, cor/"qualidade", condição social (livre, forro, escravo), idade e estado civil são as informações básicas.<sup>4</sup>

Partindo da frequência simples da posse de escravos, para o início e o fim da década, e tendo por base exclusivamente a distribuição observada, sugerimos um agrupamento dividido em 5 faixas. Dentro da realidade de Bonfim, de 1 a 3 escravos são os pequenos proprietários; de 4 a 10, escravos, os pequenos-médios proprietários; de 11 a 20 escravos, os médios proprietários; de 21 a 100 escravos os médios-grandes proprietários; e, de 100 a ... escravos, os grandes proprietários. A opção pelo agrupamento proposto não se sustenta na estruturação econômica do distrito, nem em elementos da economia regional. Mesmo assim, ela se mostra consistente (foi possível sustentar significativa identidade entre os proprietários escravistas de, pelo menos, uma faixa como) referencial para o estudo da evolução da posse ao longo da década.

Vejamos, brevemente, através da Tabela 1, a composição da população de Bonfim por sexo e condição social (v. Anexo).

1- A caracterização da "região do sertão" foi extraída de uma proposta de regionalização presente na monografia de Bacharelado: GODOY, Marcelo Magalhães. *Vida econômica mineira na perspectiva de viajantes estrangeiros*. Belo Horizonte, Departamento de História/FAFICH/UFMG, janeiro de 1990, pp. 52-55.

2- As duas listas utilizadas se encontram no Arquivo Público Mineiro, Mapas de População, Pasta 13/documento 02 e pasta 8/documento 05.

3- Para uma discussão da conceituação do fogo, ver PAIVA, Clotilde A. e ARNAUT, Luiz D.H. *Fontes para o estudo de Minas oitocentista: listas nominativas*. In: V Seminário sobre a economia mineira, 1990. Diamantina. Anais. Belo Horizonte, UFMG/CEDEPLAR, 1990.

4- Para maiores informações sobre as variáveis constantes nas listas nominativas ver: PAIVA, Clotilde A. et alii. *Estrutura e dinâmica da população mineira no século XIX*. Belo Horizonte, CEDEPLAR/FACE/UFMG, 1989. (Relatório de atividades - versão preliminar).

Pela tabela em questão, percebemos ao longo da década, estabilidade na composição da população. A proporção livres/escravos não sofre alteração acentuada, havendo apenas descréscimo de mais ou menos 10% da participação da população escrava na população total do distrito. Além disso, a razão de masculinidade dos livres aumenta e a dos escravos diminui.

Analisemos, agora, pela Tabela 2, a distribuição dos fogos com escravos pelas 5 faixas propostas e o número de escravos concentrados em cada faixa (v. Anexo).

Sem perder de vista as variações ao longo da década, de 1832 para 1839, podemos deter-nos em alguns pontos. Assim, percebe-se nítida concentração dos proprietários escravistas na faixa de 1 a 3 escravos. Destaca-se, também, a evidente concentração dos escravos nas faixas de médios e grandes plantéis. Em números, a concentração da posse de escravos manifesta-se quando observamos que, enquanto 90% dos proprietários se situam nas duas primeiras faixas (1 a 3 e 4 a 10), apenas 43,8% dos escravos se situam nas referidas faixas (1832). Em contrapartida, 10% dos proprietários reúnem 56,1% dos escravos (1832). Ocorre, porém, mudança ao longo da década, revelando importante tendência de desconcentração. Assim, em 1839, 92% dos proprietários das faixas inferiores (1 a 3 e 4 a 10) reúnem 54,3% dos escravos - um crescimento de 24% em relação a 1832. Já os 8% das faixas de médios e grandes proprietários (11 a 20, 21 a 100 e 100 a ...) aparecem com 45,8% dos escravos, refletindo perda de 16% em relação a 1832. Mesmo que a posição da distribuição, no final da década, apareça concentrada, é inquestionável o processo de desconcentração registrado ao longo do período.

Se observarmos, com mais atenção, essa desconcentração, constataremos que apenas uma faixa responde por ela. Com apoio de índices, notamos que todas as faixas, com exceção da que apresenta de 4 a 10 escravos, registram queda de 1832 para 1839 - queda do número de fogos e do número de escravos. Apenas a faixa de mais de 100 escravos apresenta ligeiro crescimento relativo. O crescimento da faixa de 4 a 10 absorve as perdas das outras faixas e sustenta o processo mais amplo de desconcentração da posse de escravos em Bonfim. Na faixa de 4 a 10, a participação relativa do número de fogos aumenta em 47% e a do número de escravos, em 57%.

Diante do movimento observado, particularmente do comportamento da faixa de 4 a 10 escravos, resolvemos aprofundar o estudo da estrutura da posse no

tempo. Buscamos dimensionar melhor tão significativa mudança na participação da faixa dos pequenos-médios proprietários, as características de sua variação ao longo da década e possível identidade desse grupo de proprietários escravistas.

Com isso empreendemos um trabalho de "reconstituição". Relacionamos os 27 fogos que, em 1832, tinham de 4 a 10 escravos e buscamos localizá-los em 1839. O mesmo fizemos com os 37 fogos que, em 1839, tinham de 4 a 10 escravos, buscando localizá-los em 1832. Neste ponto é importante ressaltar dois pressupostos. O fogo é tratado como uma unidade, onde existe entre seus componentes interação de várias naturezas, imbricadas ou não: interação econômica, familiar, residencial, de autoridade, "de posse", estando em questão a própria definição de fogo. Em segundo lugar, vinculada ao primeiro pressuposto, está a percepção de que existe o "chefe" do fogo e de que a primeira pessoa listada no fogo exerce a chefia. Enquanto chefe, relaciona-se com os demais integrantes do fogo, relação de várias naturezas, como já levantamos, e, em decorrência, é a referência mais estável para a reconstituição daquela unidade - no nosso caso, os fogos de 4 a 10 escravos.

Trabalho manual, feito diretamente nas listas nominativas manuscritas, a reconstituição baseou-se nas informações presentes num momento - basicamente as informações dos chefes - que eram procuradas no outro momento. Nome do chefe do fogo, idade, cor/"qualidade", estado civil e ocupação eram as informações principais. Confirmava-se a "consistência" da localização, confrontando outras informações, tais como: do cônjuge, dos filhos, dos escravos, dos trabalhadores livres, etc. Muitas vezes, a confirmação era fundamental na sustentação da localização. Ocorreram vários casos onde a ausência ou morte do chefe remeteu-nos a uma situação em que outro integrante do fogo passa a assumir a posição de chefia (viuvez sobretudo). Em outros casos localizamos apenas um filho do chefe. E casos em que, embora tenhamos repassado toda a lista várias vezes, não encontramos nenhuma das informações procuradas.

Os casos não reconstituídos podem ser explicados segundo uma série de razões: a simples subnumeração por parte do arrolador, as oscilações provocadas pela natalidade e mortalidade, as migrações internas - de um fogo para outro - e externas - de saída e entrada no distrito - ou ainda a possível imperfeição da tarefa de reconstituição. Associado à dificuldade de precisar o destino do não-encontrado, está o risco, sempre presente, da reconstituição imperfeita que tenta reconstituir o irreconstituível. Lembramos, contudo, que a dinâmica de reconstituição adotada apresenta uma segurança intrínseca: a reconstituição das unidades,

dos fogos, reforça a reconstituição nominal de seus integrantes, e, em contrapartida, a reconstituição dos indivíduos reforça a reconstituição dos fogos a que pertencem.

Dos 27 fogos de 1832 que tinham de 4 a 10 escravos, encontramos 18 em 1839 - 66,7% dos fogos procurados. No movimento inverso, dos 37 fogos de 1839 encontramos 27 em 1832 - 73,0% dos fogos procurados. Assim, foi possível reconstituir a maior parte dos pequenos-médios proprietários escravistas.<sup>5</sup>

Vejamos, no Esquema 1, o resumo da reconstituição e a distribuição pelas faixas. (v. Anexo)

Observa-se que a maior parte dos fogos reconstituídos permaneceram na faixa de 4 a 10 escravos. Expurgando os fogos não encontrados e trabalhando só com o universo localizado, nota-se que os índices dos fogos que permaneceram na faixa de 4 a 10 escravos sofreram sensível alteração, tanto de 1832 para 1839, 77,8%, quanto de 1839 para 1832, 51,8%.

Vejamos agora, através da variação dos números de escravos dos fogos reconstituídos, qual o comportamento, ao longo da década, dos fogos da faixa de 4 a 10 escravos. O Esquema 2 mostra a situação anterior (1832) dos 27 fogos com 4 a 10 escravos em 1839. Já sabendo a que faixas pertenciam esses fogos em 1832, é possível observar a variação do número de escravos ocorrida ao longo da década, colocando-os na faixa de 4 a 10 em 1839. (v. Anexo)

Praticamente dois terços dos fogos da faixa de 4 a 10 escravos, em 1839, correspondem a plantéis ascendentes. Em outras palavras, dois terços dos fogos que compõem a faixa dos pequenos-médios proprietários, em 1839, passaram por

5- A relação das correspondências, dos fogos de 1832 e de sua reconstituição em 1839 e o movimento inverso, dos fogos de 1839 e de sua reconstituição em 1832 - lembrando que em 1839 a lista está dividida em quarteirões -, é a seguinte: (F.31 = Q.1.95), (F.98 = Q.4/F.35), (F.105 = Q.7/F.35), (F.106 = Q.1/F.37), (F.157 = Q.3/F.21), (F.165 = Q.3/F.14), (F.181 = Q.2/F.50), (F.233 = Q.11/F.22), (F.257 = Q.8/F.13), (F.289 = Q.8/F.59), (F.305 = Q.12/F.3), (F.360 = Q.7/F.15), (F.411 = Q.11/F.18), (F.488 = Q.2/F.55), (F.503 = Q.2/F.51), (F.05 = Q.1/F.14), (F.32 = Q.1/F.89), (F.33 = Q.1/F.68), (F.110 = Q.1/F.41), (F.127 = Q.3/F.41), (F.152 = Q.3/F.13), (F.262 = Q.8/F.17), (F.346 = Q.7/F.19), (F.306 = Q.12/F.6), (F.324 = Q.8/F.27), (F.341 = Q.6/F.10), (F.117 = Q.1/F.45), (F.520 = Q.2/F.73), (F.226 = Q.4/F.17), (F.295 = Q.8/F.7), (F.385 = Q.6/F.2). A seguir reproduzimos o fogo 295 de 1832 e seu correspondente, o fogo 7/quarteirão 8 de 1839, como exemplo dos fogos reconstituídos. (v. Tabela 3, em anexo).

um crescimento do número de escravos, ao longo da década. Ganharam escravos e mudaram de faixa ou ganharam escravos dentro da própria faixa de 4 a 10.

A Tabela 2 informa que a faixa de 4 a 10 escravos apresenta comportamento único, com crescimento relativo e absoluto do número de proprietários e do número de escravos. Mostra ainda que o inverso acontece com todas as outras faixas. O Esquema 1 diz mais: enquanto aproximadamente 50% dos fogos da faixa de 4 a 10 em 1839 já estavam nesta faixa em 1832, outros 40% ascenderam da faixa de 1 a 3 escravos para a faixa de 4 a 10. Por fim, o Esquema 2 constata que 74,1% dos fogos da faixa de 4 a 10 escravos, em 1839, passaram por crescimento de seus plantéis ao longo da década. A combinação dessas conclusões sugere duas hipóteses: ocorrência, no distrito de Bonfim, de um processo de transferência de escravos, dos médios e grandes plantéis em direção aos pequenos e pequenos-médios plantéis, ou importação, feita por pequenos e pequenos-médios plantéis, de escravos de fora do distrito.

Com relação à segunda hipótese, pouco temos a dizer. Já com relação à primeira, reunimos alguns sinais favoráveis. A transferência salientada, dos médios e grandes plantéis em direção aos pequenos e pequenos-médios plantéis, é reforçada pela desconcentração ou passagem de uma estrutura mais concentrada para uma menos concentrada, na posse em Bonfim, na década de 30. Observamos também que, dos escravos adquiridos por esses proprietários ascendentes, a maioria esmagadora é composta de crioulos, cabras e pardos (escravos brasileiros, portanto), o que pode sugerir a aquisição dentro de um mercado escravista local ou regional.<sup>6</sup> Da observação das idades dos escravos, que entram nos plantéis ascendentes, é possível ver que a maior parcela dos escravos aparece com idades inferiores a 20 anos, o que aponta para uma reprodução natural prontamente absorvida pelo mercado. Na maioria dos casos, não existem indicações de possíveis progenitores nos fogos ascendentes ficando a suspeita de um mercado escravista de curto alcance.<sup>7</sup>

6- O exemplo acima permite visualizar a reconstituição da unidade, o fogo 295 de 1832 e seus correspondente, o fogo 7/Quarteirão 8 de 1839, e de seus integrantes. A reconstituição também é nominal, viabilizando a comparação das informações de cada indivíduo no tempo.

7- Existe um trabalho que constata "um processo de reprodução natural ao longo do século XIX a influenciar no crescimento da população [escrava] desta região (norte de Minas)". Ver: Monografia de Bacharelado: BOTELHO, Tarceiso R. Demografia da es-

O teste dessas hipóteses, a melhor sustentação dos sinais que apontam na direção da confirmação da primeira formulação e a avaliação da representatividade do estudo de caso nos quadros da economia regional e provincial são trabalhos que ultrapassam os objetivos do presente estudo.

As diversas etapas cumpridas e as decisões e privilegiamentos presentes no encadeamento exposto conformam o essencial do ensaio. Sugerir uma postura metodológica, que acreditamos inovadora, e utilizar técnicas específicas na sua consecução constituem a contribuição que esperamos trazer.

A associação entre uma análise estrutural dos dados censitários e uma exploração de suas vinculações temporais, abrem perspectivas de um conhecimento refinado da realidade mineira do século XIX mineiro. A generalização destes estudos e a incorporação de outras fontes darão maior consistência aos resultados alcançados.

Explorar o potencial que as listas nominativas encerram é um grande desafio. Talvez os trabalhos de reconstituição sejam um dos campos mais ricos e promissores.

POPULAÇÃO TOTAL POR SEXO E CONDIÇÃO SOCIAL:  
Bonfim 1832/1839

BONFIM - 1832				BONFIM - 1839			
LIVRES		ESCRAVOS		LIVRES		ESCRAVOS	
H	M	Total	H	M	Total	H	M
%	%	%	%	%	%	%	%
1013	986	1999	1036	984	2020	340	284
37,4	36,4	73,9	39,2	37,2	76,4	12,9	10,7
		26,1					
		14,7					
		11,4					
		14,7					
		26,1					
		707					
		707					
		26,1					
		11,4					
		14,7					
		11,4					
		26,1					
		707					
		707					
		26,1					
		11,4					
		14,7					
		11,4					
		26,1					
		707					
		707					
		26,1					
		11,4					
		14,7					
		11,4					
		26,1					
		707					
		707					
		26,1					
		11,4					
		14,7					
		11,4					
		26,1					
		707					
		707					
		26,1					
		11,4					
		14,7					
		11,4					
		26,1					
		707					
		707					
		26,1					
		11,4					
		14,7					
		11,4					
		26,1					
		707					
		707					
		26,1					
		11,4					
		14,7					
		11,4					
		26,1					
		707					
		707					
		26,1					
		11,4					
		14,7					
		11,4					
		26,1					
		707					
		707					
		26,1					
		11,4					
		14,7					
		11,4					
		26,1					
		707					
		707					
		26,1					
		11,4					
		14,7					
		11,4					
		26,1					
		707					
		707					
		26,1					
		11,4					
		14,7					
		11,4					
		26,1					
		707					
		707					
		26,1					
		11,4					
		14,7					
		11,4					
		26,1					
		707					
		707					
		26,1					
		11,4					
		14,7					
		11,4					
		26,1					
		707					
		707					
		26,1					
		11,4					
		14,7					
		11,4					
		26,1					
		707					
		707					
		26,1					
		11,4					
		14,7					
		11,4					
		26,1					
		707					
		707					
		26,1					
		11,4					
		14,7					
		11,4					
		26,1					
		707					
		707					
		26,1					
		11,4					
		14,7					
		11,4					
		26,1					
		707					
		707					
		26,1					
		11,4					
		14,7					
		11,4					
		26,1					
		707					
		707					
		26,1					
		11,4					
		14,7					
		11,4					
		26,1					
		707					
		707					
		26,1					
		11,4					
		14,7					
		11,4					
		26,1					
		707					
		707					
		26,1					
		11,4					
		14,7					
		11,4					
		26,1					
		707					
		707					
		26,1					
		11,4					
		14,7					
		11,4					
		26,1					
		707					
		707					
		26,1					
		11,4					
		14,7					
		11,4					
		26,1					
		707					
		707					
		26,1					
		11,4					
		14,7					
		11,4					
		26,1					
		707					
		707					
		26,1					
		11,4					
		14,7					
		11,4					
		26,1					
		707					
		707					
		26,1					
		11,4					
		14,7					
		11,4					
		26,1					
		707					
		707					
		26,1					
		11,4					
		14,7					
		11,4					
		26,1					
		707					
		707					
		26,1					
		11,4					
		14,7					
		11,4					
		26,1					
		707					
		707					
		26,1					
		11,4					
		14,7					
		11,4					
		26,1					
		707					
		707					
		26,1					
		11,4					
		14,7					
		11,4					
		26,1					
		707					
		707					
		26,1					
		11,4					
		14,7					
		11,4					
		26,1					
		707					
		707					
		26,1					
		11,4					
		14,7					
		11,4					
		26,1					

NOME	COR		CONDIÇÃO	IDADE		ESTADO CIVIL		OCUPAÇÃO		ALFABETIZAÇÃO			
	1832	1839		1832	1839	1832	1839	1832	1839	1832	1839		
1832	1839	BR	BR	L	30	38	C	C	Cultura	Planta e Cria	---	---	S
Jacinto José Pereira	Idem 1832	BR	BR	L	21	24	C	C	---	---	---	---	---
Angelica Candida	Angelica Candida de Souza	BR	BR	L	23	28	---	---	---	---	---	---	---
José	José	CRI	CAB	E	13	21	---	---	---	---	---	---	---
Flauzina	Flausina	PAR	PAR	E	--	23	---	---	---	---	---	---	---
	Benjamin	--	PAR	E	--	5	---	---	---	---	---	---	---
	Luis	--	PAR	E	--	3	---	---	---	---	---	---	---
	Fidelis	--	PAR	E	--	3	---	---	---	---	---	---	---

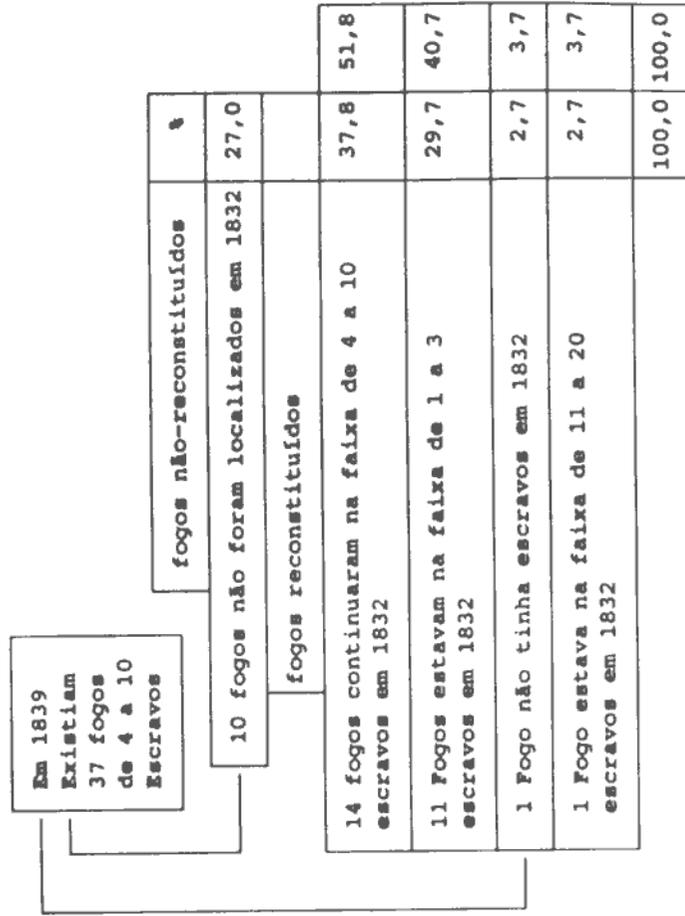
Número de escravos em 1832:2 / Número de escravos em 1839:5

FONTE: Brasil, Arquivo Público Mineiro, Mapas de População 1831/32, 1838/40.  
OBS: O traço (-) corresponde a ausência da informação da variável.

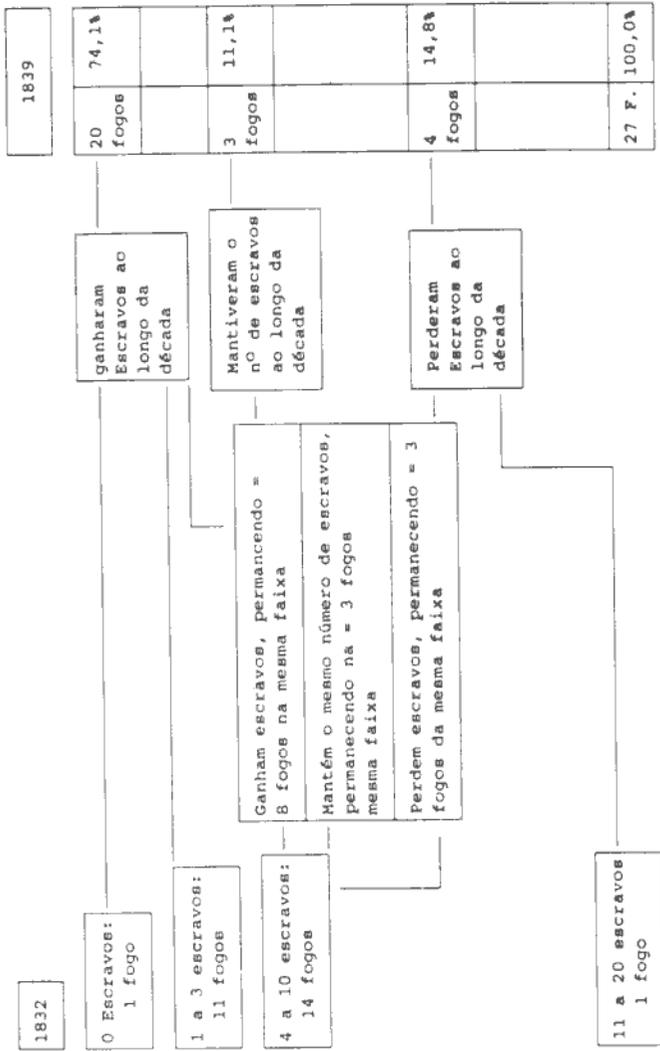
#### ESTRUTURA DA POSSE DE ESCRAVOS: Bonfim 1832/1839 - Faixa de 4 a 10 escravos

	fogos não-reconstituídos	%
Em 1832 Existiam 27 fogos de 4 a 10 Escravos	9 fogos não foram localizados em 1839	33,3
	fogos reconstituídos	
	14 fogos continuaram na faixa de 4 a 10 escravos em 1839	51,8
	1 Fogo não tinha escravos em 1839	3,7
	2 Fogos caíram para a faixa de 1 a 3 escravos em 1839	7,4
	1 Fogo subiu para a faixa de 11 a 20 escravos em 1839	3,7
		100,0
		100,0

**ESTRUTURA DA POSSE DE ESCRAVOS: continuação**



**ESTRUTURA DA POSSE DE ESCRAVOS: Bonfim 1832/1839 - Faixa de 4 a 10 escravos**



FONTE: Brasil, Arquivo Público Mineiro, Mapas de População 1831/32, 1838/40.

## ARTIGO

## ELISÉE RECLUS, GEOGRAFIA E ANARQUISMO: Visões Da Revolução

Regina Horta Duarte

*O artigo aborda o imaginário sobre a Revolução social presente na obra do geógrafo e militante anarquista Elisée Reclus (1830-1905). A partir da análise de suas obras científicas sobre concepções libertárias de luta e transformação sociais eram intimamente ligadas a uma visão evolucionista do Universo. Desta forma, o artigo busca mostrar como o pensamento do anarquista do século XIX esteve ligado ao cientificismo evolucionista muito em voga nesta mesma época.*

### I - A ERUPÇÃO DO ETNA

Após vários discretos sinais de atividade, o monte Etna, situado na Sicília, entrou em erupção na noite de 30 de janeiro de 1865. Além da catástrofe causada na região circunvizinha, o evento despertou várias impressões nas pessoas que foram informadas pelos jornais: horror da violência das lavas, piedade em relação às vítimas e curiosidade científica.

Elisée Reclus (1830-1905), geógrafo francês conhecido internacionalmente na época, talvez tenha compartilhado do sentimento de solidariedade aos habitantes da área atingida. Porém entendeu que, frente a tais tragédias, o melhor que o

homem poderia fazer seria utilizar a ciência para tentar evitá-las. Acreditava que "para triunfar sobre a natureza, a primeira condição é conhecê-la."<sup>1</sup>

Imbuído dessa esperança, Reclus viajou imediatamente para o local, com o intuito de contribuir para os avanços da ciência, que já fizera muito "para adaptar a terra à estadia do homem e preparar a 'Idade do Ouro' sonhada pelos poetas." Assim, talvez um dia fosse possível ao homem "contemplar o grande espetáculo das explosões vulcânicas com um sentimento de segurança semelhante àquele que experimentamos frente a uma catarata que se precipita."<sup>2</sup>

A partir das observações feitas diariamente no local, Reclus escreveu um minucioso artigo na *Revue des Deux Mondes*. Nele, detalhou o desenvolvimento da erupção, buscando situá-la dentro do conjunto de explosões do Etna, percebendo-a não como um fato isolado mas como um momento de uma evolução há muito em andamento.

O interesse pelo que o próprio Reclus denomina "forças telúricas"<sup>3</sup> não foi expresso pela primeira vez no artigo acima citado. No início de 1865, o geógrafo publicou um trabalho resultante de seus estudos relacionados aos terremotos.<sup>4</sup> Debruçando-se sobre o tema, ele conclui que a imagem do solo terrestre como imóvel e imutável é falsa: ao contrário do que possa indicar o senso comum, a superfície do planeta encontra-se em estado de oscilação constante. Tais transformações tornam-se facilmente visíveis através dos terremotos. Nenhum fenômeno é avaliado isoladamente, mas dentro de um amplo processo: "tudo

1- ECLUS, Elisée. Le Mont Etna - L'éruption de 1865. *Revue des Deux Mondes*. Juillet-Août/1865. Tome LXIII, Paris, XXXV<sup>e</sup> année, p. 138.

2- Idem.

3- A tendência a valorizar esta área de estudo crescerá no decorrer da obra de Reclus: "podemos reconhecer o elo íntimo que liga a sucessão dos fatos humanos à ação das forças telúricas: permite-nos perseguir, através dos tempos, cada período da vida dos povos correspondentes às mudanças dos meios, observar a ação combinada da Natureza e do próprio Homem, atuando sobre a terra que o formou". RECLUS, E. *L'Homme et la Terre*. Paris, Librairie Universelle, 1905. vol. 1, p. II.

4- RECLUS, E. Les Oscillations du Sol Terrestre. *Revue des Deux Mondes*. Janvier-Février/1865. Tome LV, Paris, XXXV<sup>e</sup> année, pp. 57 a 84.

muda, tudo é móvel no universo, pois o movimento é a condição por excelência da vida."<sup>5</sup>

## II - ELISÉE RECLUS E AS FORÇAS TELÚRICAS

A insistência de Reclus sobre as forças telúricas nessa época é instigante. Principalmente pelo fato de que, como tentaremos mostrar no decorrer do artigo, esta é uma questão que vai retomar em outras obras. Antes, porém, de discutir o momento em que Reclus se dedicou a tais estudos, é interessante esboçar sua trajetória.<sup>6</sup>

Nascido em 1830, numa pequena cidade francesa, Sainte-Foy-la-Grande, Reclus foi criado pelo pai para também seguir a carreira de um pastor calvinista. Mas, ainda adolescente, foi expulso de um curso de teologia protestante por defender idéias republicanas. Havia se iniciado nos estudos de Geografia, em Berlim, quando foi às pressas para a França, dada a iminência do golpe de Luís Napoleão, em 1851.

Elisée Reclus participou de um episódio, em Ortez, no qual vários jovens tentaram impedir o apoio da guarda local ao Imperador. Após a vitória de Luís Napoleão, fugiu e viajou pela Inglaterra, pelos EUA e por alguns países da América Latina, fazendo anotações sobre Geografia. Em 1857, voltou à França. Seus trabalhos alcançaram grande êxito e, em 1862, foi convidado a ingressar em importante comunidade científica, a Sociedade Geográfica de Paris.

No decorrer de suas viagens, Reclus teve suas convicções protestantes e republicanas abaladas. Ao retornar, aproximou-se dos meios socialistas, passando a ter contato com inúmeros militantes de movimentos rebeldes. Em 1864, conheceu importante revolucionário, cuja atuação era motivo de forte polêmica em toda a Europa: o russo Mikhail Bakunin. Eles se encontraram em Paris. As notícias sobre essa figura fascinante e suas ações ousadas despertavam o interesse do geógrafo, antes mesmo do encontro.

5- RECLUS, E. Les Oscillations du Sol Terrestre. Revue des Deux Mondes. Janvier-Février/1865. Tome LV, Paris, XXXV<sup>e</sup> année, p. 84.

6- Sobre a vida e obra de Elisée Reclus, consultar: ANDRADE, Manuel Correia de. Elisée Reclus. São Paulo, Ática, 1865; GIBLIN, Beátrice. Elisée Reclus (1830-1905). Herodote. 22:6-13, Juillet-Septembre/1981; GIBLIN, Beátrice. Reclus: um ecologista avant l'heure? Herodote, 22:107-111, Juillet-Septembre, 1981.

Bakunin passou longos anos na prisão por suas atividades no agitado ano de 1848, quando participou das revoltas ocorridas em Paris, e em 1849, integrando-se ao movimento pela unificação da Alemanha, deflagrado em Dresden. Foi preso e mandado para a Fortaleza de Pedro e Paulo na Rússia. A forma como enfrentou a severa punição tornou-se um exemplo para os rebeldes de então.

Kropotkin, também geógrafo, um dos principais teóricos de anarquismo, foi um dos que tomaram Mikhail Bakunin como modelo. Na década de 1870, Kropotkin também foi detido naquela fortaleza. Segundo conta em suas memórias, animava-se ao saber que Bakunin ali havia passado oito anos e, no entanto, ao ser libertado, "estava mais disposto e mais forte do que seus camaradas que continuavam em liberdade."<sup>7</sup> Para Kropotkin, lembrar-se da resistência de Bakunin significava uma esperança.

Realmente, ao sair da prisão, Bakunin reiniciou com vigor suas atividades: voltando à Europa, envolveu-se nas insurreições dos povos eslavos e perambulou por vários países, sempre associando-se a movimentos revolucionários.<sup>8</sup>

A amizade entre Elisée Reclus e Bakunin durou até a morte do segundo, em 1876, sendo que o primeiro e seu irmão, Elie Reclus, entraram para a sociedade secreta "Fraternidade Internacional Revolucionária", fundada pelo próprio Bakunin, que considerava os dois irmãos como amigos dos mais íntimos, "dois sábios e, ao mesmo tempo (...), os homens mais religiosamente devotados a seus princípios que já encontrara na vida."<sup>9</sup> Elisée Reclus, por sua vez, deve ter se sentido extremamente impressionado, pois sua obra tem marcas da paixão destruidora presente nas palavras do rebelde russo.

É interessante relacionar as concepções revolucionárias de Bakunin com a curiosidade experimentada pelo geógrafo francês por vulcões e terremotos. Bakunin via a revolta como uma necessidade humana, sendo que os gestos destruidores tinham valor em si mesmos, já que possibilitam o empreendimento da

7- KROPTKIN, P. Em torno de uma Vida - memórias de um revolucionário. Rio de Janeiro, José Olímpio, 1946, p. 326.

8- WILSON, E. Rumo à Estação Finlândia. São Paulo, Cia. das Letras, 1986, pp. 256 e segs.

9- BAKUNIN, M. citado por Max Nettlau. Note au sujet des rapports d'Elisée Reclus avec Bakounine, In-Reclus, E. Correspondance. Tome II (1870-1899), Paris, Librairie Schleicher Frère, 1911, p. 166.

reconstrução. Seus ideais eram povoados de imagens avassaladoras. Sonhava com "toda a Europa, incluindo São Petersburgo, Paris e Londres, transformada num imenso monte de escombros."<sup>10</sup>

Reclus deixou-se influenciar pelo discurso arrasador do amigo. As forças telúricas estudadas produziam exatamente as cenas tão sonhadas por Bakunin, para quem "o desejo de destruir é também um desejo criativo."<sup>11</sup> Certamente, as publicações feitas em 1865 não podem ser avaliadas sem a consideração de que, um ano antes, Reclus havia conhecido Bakunin. É a partir dessa época, também, que o geógrafo passou a declarar-se um convicto anarquista. Passou também a lutar por demolir o Estado, os governos, as nações e as Igrejas.

A indissociabilidade entre a obra científica de Reclus e suas idéias libertárias aparece claramente nas imagens presentes nos dois artigos da *Revue des Deux Mondes*. Preocupado em relacionar o desenvolvimento das sociedades humanas com a ação das forças telúricas, ele mostra que a evolução do planeta não se dá sem momentos de grande ruptura.

Sob uma superfície aparentemente calma e estável, muitas vezes deslizam as camadas internas do solo. Após um período de lenta evolução desse interior, chega o momento da revolução. Os terremotos e vulcões revelam o ápice dos movimentos que se iniciaram há séculos, imperceptíveis, subterrâneos, mas causadores de uma catástrofe inexorável, após a qual a superfície passa a ter uma nova configuração.

Professando a íntima ligação entre a História e a Geografia, Reclus afirma, em outras partes de sua obra, que "a Geografia não é outra coisa que a História no Espaço."<sup>12</sup> Assim como a Terra pode ser estudada na sua evolução, o homem pode ser observado numa sucessão de fases. Na História, a evolução das instituições sociais e dos próprios homens é lenta, gradual e, muitas vezes, insignificante aos olhos dos contemporâneos.

Com isso, alguns vulcões sociais aparecem extintos, aplacados. Entretanto, os movimentos revolucionários explodem, provando o contrário e trazendo, como consequência, radicais transformações. Reclus viu a época em que viveu como

10- BAKUNIN, M. citado por WILSON, E., op. cit., p. 256.

11- Idem, p. 256.

12- RECLUS, E. *L'Homme et la Terre*, op. cit., p. 7.

momento de proximidade de uma revolução, conseqüente de um evoluir de séculos: "Uma luta contínua, incessante, que começou na selva, para os homens primitivos, há milhões de anos."<sup>13</sup>, e que só vitórias parciais conseguira até então, estava prestes à originar uma situação revolucionária que levaria a humanidade a uma fase culminante do progredir social: a revolução, em que se combateria pela vitória da anarquia como meio de organização dos grupos humanos.

Essa percepção evolucionista da realidade, expressa já em 1865, foi desenvolvida por Reclus em *Evolução, Revolução e Ideal Anarquista*, publicado na França em 1897, pela primeira vez. Em seu único livro específico sobre anarquismo, Reclus aponta os sinais que julgava prenunciarem uma grande explosão social. O surgimento da Associação Internacional dos Trabalhadores em 1864, os eventos da Comuna de Paris, em 1871, e a fundação da Federação Jurassiana, organização formada pelos mais destacados anarquistas da Europa, também em 1871, são acontecimentos ressaltados pelo geógrafo libertário. Também a crescente conscientização dos trabalhadores é valorizada.

A partir dessas observações,

*"confrontando todos os fatos da vida contemporânea, (...) verifica-se (...) que a evolução diária nos aproxima constantemente desse conjunto de transformações pacíficas ou violentas, que antecipadamente chamamos 'revolução social'."*<sup>14</sup>

Em 1865, Reclus provavelmente lamentou não ter chegado ao local da erupção do Etna no momento exato da primeira explosão. Porém, estava participando ativamente de todas as manifestações revolucionárias da França, com o intuito de acompanhar a revolução social, que julgava próxima, em todas as suas fases.

### III - A SEDUÇÃO CIENTIFICISTA

A associação entre análises sociais e explicações científicas de fenômenos naturais é marcante característica do conjunto da obra de Elisée Reclus. O exemplo

13- RECLUS, E. *Evolução, Revolução e Ideal Anarquista*. São Paulo, La Tribuna Española, 1904, p. 88.

14- RECLUS, E. *Evolução, Revolução e Ideal Anarquista*, op. cit., p. 119.

da imagem do vulcão é, certamente, um dos muitos que podem ser destacados de seus artigos e livros.

O geógrafo francês não foi, entretanto, o único pensador do século XIX que uniu aqueles dois aspectos em suas reflexões. Como poderemos constatar, a obsessão pela ciência esteve presente em relevantes debates daquele século.

Segundo o historiador contemporâneo Jacques Le Goff, duas palavras assumiram significado mágico naquela época: Progresso e Ciência.<sup>15</sup> Também Eric Hobsbawm destaca verdadeira subordinação à ciência entre os homens do século XIX. Assim, os homens impressionavam-se com as suas próprias conquistas. O evolucionismo tornou-se fonte de inspiração para todos os ramos do conhecimento, a partir da divulgação das teorias de Darwin. A descoberta de leis universais passou a ser a preocupação dos estudiosos das mais variadas áreas. As chamadas "ciências sociais", na ânsia de se afirmarem, adotaram paradigmas das ciências naturais, para a compreensão do homem e da sociedade. O avanço do conhecimento "parecia, como o das ferrovias, oferecer a perspectiva da colocação de mais trilhos do mesmo tipo em novos territórios."<sup>16</sup>

A preocupação com a elaboração de um método científico sociológico pode ser facilmente avaliada por meio de Auguste Comte, o "aristocrata intelectual do progresso."<sup>17</sup> Na sua aula inaugural do Curso de Filosofia Positiva, afirmou que os fenômenos químicos, astronômicos, físicos e fisiológicos já vinham sendo estudados a partir do desvendamento de suas leis gerais. Constatava, porém, a grande lacuna relativa aos fenômenos sociais: para que se completasse o grande sistema das ciências de observação, restava fundar a física social.<sup>18</sup> Comte expressava também a sua convicção no início de uma nova fase da evolução da humanidade. O 'Estado Positivo' seria essa etapa, na qual predominaria a Razão.

15- LE GOFF, Jacques. Progresso/Reação. In: Enciclopédia Einaudi Memória/História. Vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, p. 353.

16- HOBBSBAWN, Eric. Ciência, Religião, Ideologia. In: A Era do Capital (1848-1875). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982, p. 265.

17- LE GOFF, Jacques. Progresso/Reação. In: Enciclopédia Einaudi Memória/História. Vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, p. 353.

18- COMTE, Auguste. Curso de Filosofia Positiva. Coleção Os Pensadores. São Paulo, Abril, 1983, p. 9.

Se as idéias de Comte assumiram aspecto conservador no que diz respeito às lutas sociais, muitos pensadores socialistas também insistiram no caráter científico das próprias teorias. As "palavras mágicas", citadas por Jacques Le Goff, permeiam as obras de Robert Owen (que fundou os 'Falanstérios do Progresso'), de Saint-Simon (para quem a perfeição da ordem social viria com os avanços científicos), de Louis Blanc (que fundou, em 1839, a *Revue du Progrès*) e de Karl Marx.

É inegável que Marx buscou fundamentar seus trabalhos na elaboração de uma teoria geral da sociedade. Podemos salientar alguns elementos que mostram essa intenção marxista, como a descoberta de leis genéricas (apontamento da luta de classes como o motor da história) e a criação de um modelo explicativo (implícito no conceito de modo de produção e na distinção entre infra e superestrutura).

A obsessão cientificista do século XIX não se encontra apenas nas ciências sociais. Também na literatura há indicações desse fascículo.

Emile Zola, discorrendo sobre a escola naturalista, afirmava que essa vinha sendo esboçada desde Diderot, que rompera com o classicismo e com a noção de homem metafísico, substituindo-a por uma visão de homem fisiológico e dominado pelo meio. Dos seguidores dessa linha inaugurada por Diderot citam-se Stendhal, Balzac e Flaubert. Após tal evolução, o naturalismo chegara a um estágio onde havia sido sistematizado "o emprego, nas letras, dos métodos científicos de observação e experimentação."<sup>19</sup>

É interessante ressaltar que Zola (1840-1902), contemporâneo e compatriota de E. Reclus, sempre compartilhou idéias e lutas com os meios socialistas e anarquistas europeus. Sua obra *Germinal* tornou-se leitura quase obrigatória para os militantes libertários.

Também entre os geógrafos encontramos a adesão ao cientificismo. Dois nomes são habitualmente citados por seu pioneirismo na ordenação de um método de conhecimento. Alexander von Humboldt e Karl Ritter, ambos alemães, difundiram idéias que marcaram toda uma geração de estudantes. Defendiam o contato direto como o objeto de exame para possibilitar a observação. Adotavam técnicas para controle do material analisado, com base nas utilizadas pelas ciências

19- ZOLA, E. Le Naturalisme. In: Les Oeuvres Complètes de Émile Zola. Vol. III. Paris, François Bernouard, 1928, p. 106.

naturais. Pressupunham que o controle dos fatos e processos humanos era realizado pelas condições físicas e, como conseqüência, buscavam a apreensão das leis que regeriam esses fenômenos.<sup>20</sup>

Elisée Reclus foi aluno de Ritter, em 1851, em Berlim. Não foi apenas o período de aprendizado com esse mestre que influenciou as idéias do geógrafo francês acerca do processo de conhecimento científico. Constantes viagens e contatos com pessoas dos mais diversos países europeus, desde a adolescência, enriqueceram sua experiência e envolvimento com o verdadeiro fervor racionalista que agitava os meios intelectuais de então.

#### IV - SABER E REBELDIA

O conjunto da obra de Elisée Reclus traz consigo uma perspectiva extremamente otimista das possibilidades abertas pelo saber científico. Vivendo "no século do vapor, da imprensa" e de "incessante e febril atividade"<sup>21</sup>, o geógrafo propôs-se a empreender a vastíssima *Nouvelle Géographie Universelle*. A importância da obra deveria ser dimensionada considerando-se "os progressos consideráveis que foram estabelecidos recentemente e que não cessam de se estabelecer dentro da conquista científica do planeta."<sup>22</sup> Diante de um outro mundo que surgia, de uma promissora etapa da história da humanidade que estava prestes a iniciar-se, novos livros deveriam surgir.

O intento de Reclus era fugir de uma geografia tradicional e descritiva. Assim, avisa, logo no prefácio, que a citação das longitudes e latitudes assim como a enumeração das vilas, divisões políticas e administrativas ocupam um espaço secundário nas páginas dos dezenove volumes escritos.

A *Nouvelle Géographie Universelle* orienta-se por uma visão crítica da geografia e pela preocupação do estudo das relações entre o homem e o meio ambiente. A ênfase exclusiva na forma dos continentes ou dos relevos leva, segundo o autor, à perda da possibilidade de se avaliar a ação dos homens sobre a

20- Ver, a esse respeito: AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. A Evolução do Pensamento Geográfico e suas Conseqüências sobre o Ensino da Geografia. In: *Revista Geográfica e Ensino*. 1(1): 5-18, março de 1982.

21- RECLUS, E. *Nouvelle Géographie Universelle*. 1º vol., Paris, Librairie Hachette et Cie, 1876. p. 2.

22- RECLUS, E. *Nouvelle Géographie Universelle*, op. cit., p. 1.

natureza. Um rio pode ser um obstáculo para uma população não civilizada, representar uma via de trocas para uma tribo mais desenvolvida ou ser transformado num canal de irrigação com o qual o homem regula o curso segundo sua vontade.<sup>23</sup>

Posteriormente, em *L'Homme et la Terre*, pode-se detectar o mesmo conhecimento de confiança em relação aos caminhos abertos pelo saber científico. A ilustração que acompanha o prefácio consiste num globo terrestre amparado por duas mãos. Logo abaixo, pode-se ler: "O homem é a natureza adquirindo consciência de si própria". Com isso, se as primeiras coletividades tinham a sobrevivência constantemente ameaçada pelos obstáculos naturais, o progresso e a civilização, frutos do trabalho, permitem ao homem utilizar a natureza em seu favor.

Reclus desejava estabelecer analogia entre a evolução do homem e a do planeta. A partir da análise desse movimento, três tendências universais são identificadas. Em primeiro lugar, as sociedades humanas dividem-se em classes ou castas diferentes e com interesses antagônicos. Em segundo lugar, as injustiças que surgem dessa desigualdade levam a lutas e guerras civis que muitas vezes chegam a gerar profundas transformações. Por último, essas modificações das instituições sociais não são inexoráveis, nem fatalmente determinadas: é a vontade humana que as possibilita.<sup>24</sup>

Elisée Reclus deslumbrou-se com as palavras mágicas que enfeitiçaram seu século. Da mesma forma que outros, buscou apontar leis gerais para a compreensão da sociedade (as três tendências citadas acima são consideradas como leis, pela sua constância).<sup>25</sup> Entretanto negou o determinismo. Sua própria obra é uma negação do cientificismo cego: através dela, vê-se como pôde elaborar uma teoria que ultrapassa o positivismo de seu tempo, afirmando que o homem é o criador de sua história e de seu meio ambiente.

É a liberdade humana que reverte, na opinião do geógrafo, todo o progresso em prol de uma sociedade justa. A ciência social permite aos operários do século

23- *Ibidem*, p. 2. Como vimos anteriormente, Reclus esperava que os vulcões deixassem de representar um perigo para a humanidade e se transformassem numa espécie de atração. Ver a nota n. 2 deste artigo.

24- RECLUS, E. *L'Homme et la Terre*. Vol I. Paris, Librairie Universelle, 1905, p. II e IV.

25- *Ibidem*, p. IV.

XIX compreender as causas da servidão e dos meios de emancipação. O espírito de reivindicação penetra na massa dos deserdados. Aproxima-se o momento em que os oprimidos se levantarão por seu próprio esforço, os espoliados retomarão a riqueza e os escravos reconquistarão a liberdade.<sup>26</sup>

Citando Vico - que havia decomposto a História em três momentos (Deuses, Heróis e Homens) - o geógrafo alerta os leitores de que "há quem gostaria de nos manter à força em uma ou outra das idades já passadas". Entretanto, avisa com grande esperança: "entramos resolutamente na idade dos Homens". Para Reclus, terminou a idade do Acaso. Inicia-se a idade da Razão e da Ciência.<sup>27</sup>

A partir dessas considerações, é fácil perceber que as concepções epistemológicas de E. Reclus baseiam-se numa apropriação rebelde da noção de ciência. O saber deve servir, antes de tudo, à construção de uma sociedade anárquica.

## V - O EVOLUCIONISMO AO AVESSE

Há outros pontos importantes da obra do geógrafo que evidenciam suas posições libertárias. O evolucionismo é um deles: vimos como os fenômenos telúricos e as transformações sociais eram apresentadas paralelamente. Em outro momento, Reclus afirma que o socialismo e o darwinismo haviam entrado, simultaneamente, em cena no mundo e na ciência. Essas duas tendências revolucionárias estão, segundo ele, "perfeitamente conciliadas."<sup>28</sup>

As teorias evolucionistas de Darwin foram importantemente recriadas no pensamento de Reclus. As explicações acerca da seleção das espécies, em geral, são utilizadas para explicar o sucesso da burguesia e a situação de miséria do proletariado. Nessa linha de raciocínio, os benefícios adquiridos por uma minoria privilegiada são explicáveis pela sua superioridade. Pode-se citar o caso do geógrafo F. Ratzel, contemporâneo de Reclus e, como ele, ex-aluno de K. Ritter.

26- RECLUS, E. *Evolução, Revolução e Ideal Anarquista*, op cit., pp. 27, 73 e 111.

27- Idem, *L'Homme et la Terre*, vol I, p. 353.

28- RECLUS, E. *L'Homme et la Terre*, vol. VI, p. 431.

Para Ratzel, assim como a natureza reserva a sobrevivência aos mais hábeis, a vida em sociedade assiste ao predomínio dos mais aptos.<sup>29</sup>

Comemorando a doutrina evolucionista como uma das mais importantes descobertas do século, Reclus virou-a ao avesso. Para ele, o aprimoramento crescente da raça e da civilização humana não se dá pela competição, nem pela concorrência. Pelo contrário, são estes os obstáculos que impedem a construção de um sistema social definitivo. O que possibilita ao ser humano destacar-se de todos os outros é a capacidade para a vida em sociedade e para o apoio mútuo.

Em *L'Homme et la Terre*, E. Reclus realiza um velho sonho: estudar, isento de qualquer censura ideológica (como havia ocorrido com a *Nouvelle Géographie Universelle*), a trajetória da humanidade desde os seus primórdios.

Ao terminar a *Nouvelle Géographie*, Reclus havia reconhecido sua frustração em não ter abordado o processo evolutivo da sociedade. Prometia, porém, dedicar-se ao tema num trabalho futuro, a ser escrito prazerosamente. Nele desenvolveria a idéia geral que percorria "a longa série de livros sem conclusão aparente" que havia empreendido. Recusava-se a acreditar que a humanidade fosse uma "massa cega e caótica, agitando-se ao acaso, sem objetivo, sem ideal realizável, sem a consciência de seu destino."<sup>30</sup>

A epígrafe do primeiro capítulo de *L'Homme et la Terre* exprime a intenção do conjunto da obra: "a sucessão das idades é, para nós, a grande escola". No desfile de povos, raças e épocas focalizadas, tenta-se provar que, em todos os momentos, os maiores progressos foram possibilitados pela união e colaboração. Os empecilhos são identificados nas guerras e na exploração por minorias dominantes.

A visão do geógrafo sobre a evolução está plenamente imbricada nas suas concepções anarquistas. Para os libertários, o apoio mútuo é o fator essencial do desenvolvimento humano e será a base da sociedade anárquica. No século XIX, acreditava-se que os grandes entraves para a plena utilização da técnica e dos avanços científicos em prol de todos consistiam nos privilégios mantidos pela burguesia parasita. Numa sociedade anárquica, conquistada pela união dos

29- Ver ANDRADE, M. Correia de. Op. cit., p. 9.

30- RECLUS, E. *Nouvelle Géographie...*, vol. XIX, p. 795.

oprimidos de todo o mundo, esse progresso seria apropriado e, por sua vez, estendido enormemente em seus limites pela inclusão do fator solidariedade.<sup>31</sup>

Se a concepção de ciência de Reclus traz em si os sinais de suas idéias anarquistas, seu conceito de evolucionismo torna ainda mais evidente sua condição de revolucionário.

## VI - INTERNACIONALISMO E REVOLUÇÃO

Ao examinar o imperialismo, Reclus novamente deixa transparecer seus ideais. Logo nas primeiras páginas de *Nouvelle Géographie*, trai a exigência de seu editor de que os temas políticos fossem excluídos. O representante da Hachette enfatizava que apenas o geógrafo, e não o anarquista, havia sido contratado.<sup>32</sup>

Disparando contra o nacionalismo e o sentimento de superioridade de alguns povos, Reclus afirma que a ciência dos homens não pode ser realizada com sucesso sem que se abandonassem "todos os sentimentos de desprezo, de ódio, de furor que ainda dividem os povos". No futuro, através dos contatos incessantes entre povos e raças, os homens viverão em plena colaboração: cada região fornecerá sua parte de riqueza. Sobre a terra, a civilização encontrará "o seu centro por toda a parte, sua circunferência em lugar algum."<sup>33</sup> Podemos, sem sombra de dúvida, substituir o termo circunferência por fronteira e desvendar o alcance dessa última afirmação: ela se refere à esperança e à luta por uma sociedade sem Estado, sem guerras e rivalidades entre países.

A obra de Reclus difere da de seus colegas de profissão, que edificavam justificativas para o imperialismo. Ratzel, citado anteriormente, é nosso exemplo, mais uma vez. Enfatizando o estudo das fronteiras entre os países, defende o direito de os Estados alargarem seus limites para ampliar seu poder e, obviamente, dominar outros povos.<sup>34</sup> Dois discípulos de um mesmo mestre (K. Ritter) levaram os ensinamentos recebidos a direções opostas. Mais uma vez, Reclus dá provas de sua teoria acerca da liberdade de criação humana.

31- Ver, a esse respeito, KROPOTKIN, P. *El apoyo mutuo como factor de progreso entre los animales y los hombres*. Buenos Aires, Editorial América, 1946.

32- ANDRADE, M.C. de. Op. cit., p. 14.

33- RECLUS, E. *Nouvelle Géographie...*, vol. I, p. 7.

34- Ver ANDRADE, M.C. de. Op. cit., p. 9.

Associando vulcões e revolução, saber científico e lutas políticas, evolução e solidariedade e, finalmente, estudo dos povos e necessidade do fim do Estado, Reclus mostra que, mesmo em momentos de censura, a obra de um intelectual nunca é neutra ou descomprometida. Como afirma o filósofo Cornelius Castoriadis, "não existe lugar e ponto de vista exterior à história e à sociedade (...). Todo pensamento da sociedade e da história pertence em si mesmo à sociedade e à história."<sup>35</sup> Quem fala, enuncia seu discurso de algum lugar e por seus próprios motivos. Talvez tenha sido uma falsa imagem do cientista neutro e imparcial, situado num local de onde pudesse "observar" o real em sua totalidade, o que levou o editor da Hachette a contratar o geógrafo, afirmando que não aceitaria o anarquista. Felizmente, as próprias análises de Reclus revelam que isso foi impossível.

## VII - RECLUS E OS ANARQUISTAS BRASILEIROS

Entre os anarquistas, a obra de Reclus foi amplamente divulgada. No Brasil, a obra *Evolução, Revolução e Ideal Anarquista* foi traduzida e publicada em 1905. O livro, vendido pelo correio, era um dos mais utilizados na propaganda libertária: jornais como *A Terra Livre*, *A Plebe* e *A Lanterna*, todos de São Paulo, anunciavam a venda por preços módicos. Mesmo em Minas Gerais, *A Nova Era*, jornal fundado pelo anarquista mineiro Avelino Fóscolo, aconselhava a leitura do livro. Porém, os anarquistas não liam apenas essa parte da extensa obra de Reclus; *L'Homme et la Terre* é também constantemente anunciado, sendo mais vendido na tradução espanhola.<sup>36</sup>

Os anarquistas sempre valorizaram a obra geográfica de Elisée Reclus como parte integrante de sua militância, percebendo que era impossível dissociar esses dois aspectos. Nos tempos que correm, quando os geógrafos redescobrem esse cientista, é essencial que suas atividades como revolucionário sejam destacadas. Principalmente pela certeza que podemos ter, através dos próprios escritos de Reclus, de que sua intenção era construir uma Geografia revolucionária e

35- CASTORIADIS, Cornelius. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986, p. 13.

36- Ver: *A Terra Livre*. São Paulo, 16-12-1905, ano 1, n. 1, p. 4 e 22-03-1910, ano 4, n. 70, p. 3; *A Plebe*. São Paulo, 16-03-1922, ano 5, n. 200, p. 4; *A Lanterna*. São Paulo, 11-04-1914, ano 3, n. 238, p. 4; *A Nova Era*. Taboleiro Grande (MG), 06-08-1906, Ano 1, n. 2, P. 1.

inovadora, condizente com as renovações que deveriam surgir dos escombros do velho mundo. Caberia à grande revolução anarquista reduzir a sociedade burguesa a cinzas. O mito da Fênix surge aqui com sua força máxima de esperança.

---

## ARTIGO

---

### HISTÓRIA E ANTROPOLOGIA: Intercomunicação Conceitual E Produção De Conhecimento

*João Pinto Furtado*

*Discussão acerca das possibilidades de trabalho interdisciplinar que envolva Antropologia e História, tomando como referência o tratamento dado à questão por algumas obras-chave, de autores notadamente marcados pela Antropologia Social Inglesa e pelo Estruturalismo Francês, e as tensões resultantes de tal cotejo.*

A questão da interdisciplinaridade das diversas áreas do conhecimento em ciências sociais vem sendo rediscutida, no sentido de se buscar maior interação, sem que, no entanto, se perca a identidade das áreas em contato. Tal é o caso da História, que tem demonstrado particular capacidade de transitar entre as demais áreas do conhecimento, tomando de empréstimo categorias, conceitos e até mesmo construções teóricas globais.

Um dos objetos centrais de nossas preocupações é a reflexão sobre esse movimento teórico e suas implicações no processo de produção do conhecimento. Sendo assim, procuramos estabelecer uma problemática que oriente a reflexão proposta e dê a real dimensão de suas possibilidades. Nesse sentido, admitindo que a História é a matriz de nosso campo teórico-conceitual, procuraremos determinar em que medida a produção de conhecimento histórico tem incorporado o aparato conceitual antropológico. Para esse procedimento, nós nos propomos tomar como referência determinada vertente da produção historiográfica que nos parece extremamente receptiva ao pensamento antropológico. Trata-se da história social inglesa, que encontra em Thompson a melhor expressão das concepções que nos

orientam. Nossa discussão há que tomar, portanto, o trabalho do referido autor como representativo daquela vertente historiográfica e fazer dele nosso interlocutor privilegiado. Nesta proposta está implícita também a idéia de que a intercomunicação conceitual entre História e Antropologia é um recorte, entre os vários possíveis, para se discutir o processo de produção do conhecimento em conexão com a interdisciplinaridade, o que não implica prejuízo de outros procedimentos.

A discussão proposta estará centrada em duas perspectivas de abordagem, necessárias e complementares. Na primeira, procurar-se-á discutir, em termos mais gerais, a questão da história social em conexão com a Antropologia e o Marxismo. Tal procedimento se justifica porque são essas três dimensões que informam a concepção de História em Thompson. Com isso, impõe-se uma discussão, ainda que breve, da produção intelectual de algumas escolas de pensamento, notadamente a Escola dos Annales, o Marxismo, a Antropologia Inglesa e, numa certa medida, o Estruturalismo e sua inserção no contexto da produção acadêmica do século XX.

Na segunda perspectiva, o que se propõe é a busca dos elementos teóricos da Antropologia, presente explícita ou implicitamente na obra de Thompson. Acreditamos que a obra do referido autor representa excelente exercício intelectual em relação à discussão que nos interessa e que se insere na perspectiva de uma "história antropológica" onde o tema da cultura ganha destaque. Nessa perspectiva, temos, portanto, o recurso direto à obra de Thompson, com o objetivo de abstrair sua dimensão antropológica e discuti-la. Para os fins a que nos propomos, acreditamos ser suficiente o estudo de dois textos. Inicialmente, *A Formação da Classe Operária Inglesa*<sup>1</sup>, que analisa o processo de constituição da classe operária, buscando resgatar, para além da dimensão estrutural, a dimensão cultural do processo. A seguir, *A Miséria da Teoria*<sup>2</sup>, onde Thompson polemiza com Althusser e seus seguidores, buscando reestabelecer o papel da investigação empírica no processo de conhecimento e resgatar o papel do sujeito na história. A obra *Tradicion, Revuelta y Consciencia de Clase*<sup>3</sup>, coletânea de estudos sobre o século XVIII na Inglaterra, onde discute a metodologia de trabalho e, em paralelo, a dimensão cultural de determinadas formações históricas, servirá como texto de apoio, não diretamente abordada.

1- THOMPSON, E.P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987 (3 vol.).

2- Idem, *A Miséria da Teoria*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

3- Idem, *Tradicion, Revuelta y Consciencia de Clase*. Barcelona, Crítica, 1984.

Delimitados os marcos centrais, passemos à discussão propriamente dita. Se é possível falar em fator de unificação das correntes de pensamento citadas, para a primeira perspectiva de abordagem, acreditamos que a noção de totalidade é o ponto de contato, a conexão possível. Isso não significa que a referida noção seja concebida de maneira uniforme ou inequívoca por elas. O que se afirma é que a realidade é concebida por todas como uma totalidade plena de determinações e que não se podem entender as partes desvinculadas do todo. Entretanto, a maneira como se organiza teoricamente a realidade e a conexão teórica que informa a relação entre as partes e o todo, variam segundo as várias escolas citadas.

A noção de totalidade, enquanto expressão de que a sociedade se constitui como um todo articulado sistematicamente, é um dos pontos centrais na produção historiográfica da Escola dos Annales, no início do século. Com isso, a noção de "História Total" está relacionada à percepção de que nenhuma manifestação da vida humana se apresenta desvinculada do contexto que a gerou. Cada fenômeno social deve ser concebido como um problema, sempre em relação a seu contexto gerador e, tensionando criticamente o conhecimento produzido. Tal preocupação pode ser percebida principalmente nos trabalhos de Lucien Febvre<sup>4</sup> e Marc Bloch.<sup>5</sup> Depois, perceber-se-á preocupação maior com as questões referentes ao tempo e ao espaço. Nesse momento, já se destaca Fernand Braudel<sup>6</sup> e suas observações referentes à longa duração. Em etapa posterior, a Nova História vai demonstrar grande preocupação com as possibilidades de ampliar seu objeto de estudo, incorporando áreas e temas até então mais ligados a outras tradições intelectuais.

A Nova História vai constituir, num certo sentido, um dos "interlocutores" da tradição do estruturalismo antropológico francês, na medida em que parece haver um núcleo comum de preocupações. Isso pode ser afirmado com a constatação de que existe preocupação acentuada na busca de uma ordem estrutural nos trabalhos de Lévi-Strauss, seu criador e maior expoente, preocupação também presente nos estudos de Fernand Braudel sobre a longa duração, onde, por assim

4- FEBVRE, Lucien. *Combates por la História*. Barcelona, Ariel, 1975.

5- BLOCH, Marc. *Introdução à História*. Lisboa, Europa-América, 1976.

6- BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a História*. São Paulo, Perspectiva, 1978; *El Mediterraneo y el Mundo Mediterraneo en la Época de Felipe II*. México, Fondo de Cultura Económica, 1965. Ver também, *História e Ciências Sociais*. Lisboa, Presença, 1982.

dizer, temos uma noção de tempo estrutural. Assim, a idéia de permanência, afastada pela tradição marxista, é reafirmada por Braudel e por Lévi-Strauss, embora em contextos diferentes, ao trabalharem a noção de estrutura. Assim, em Braudel, temos:

*"Imaginar uma muito diversa massa de 'bens' de traços culturais, a forma, o material das casas, seu teto, como um tal tipo de flecha empenada, um dialeto, gostos culinários, uma técnica particular, uma forma de amar, ou a bússola, a prensa do impressor (...) A frequência destes traços num área precisa são os primeiros sinais de uma coerência cultural. Se a esta coerência no espaço, acrescenta-se uma permanência no tempo, chamo de civilização ou cultura o conjunto, o total do repertório (...) Entre os domínios da civilização estabelece um perpétuo jogo de trocas de bens culturais. Pois estes viajam por vias às vezes muito longas e completamente imprevisíveis. A civilização aceita-os ou recusa-os e se afirma através da própria escolha a que procede no âmago dos elementos da cultura que lhe são propostos."*<sup>7</sup>

Inscrita na longa duração (tempo estrutural), a civilização inscreve-se também num espaço cultural, constituindo uma totalidade, a qual não se modifica a não ser também na longa duração.

Se, em Braudel, a troca de bens culturais é constituída por uma dada configuração de civilizações, em Lévi-Strauss, o próprio princípio da troca é constitutivo da estrutura e, por sua vez, elemento de permanência. É o que se percebe nas "estruturas elementares do parentesco"<sup>8</sup> que são definidas a partir do princípio da reciprocidade. Na obra em questão, Lévi-Strauss constrói um raciocínio onde, reafirmando a noção de "fato social total" elaborada por Mauss<sup>9</sup>, procura estudar as regras de parentesco a partir de uma dimensão total. Segundo o autor, o princípio da reciprocidade visa a transformar parentes em parceiros,

7- Extraído da Encyclopédia Française, T. XX e citado por GLENISSON, Jean. Iniciação aos Estudos Históricos. São Paulo, Difel, 1979, pp. 236-37.

8- LÉVI-STRAUSS, Claude. As Estruturas Elementares do Parentesco. Petrópolis, Vozes, 1982.

9- Vide MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a Dádiva. In: Sociologia e Antropologia. Vol. II. São Paulo, E.P.U./EDUSP, 1974.

criando um compromisso que institui as alianças. A troca, nas sociedades primitivas, transcende uma expressão meramente econômica para adquirir sentido total, dotado de significação social, religiosa, econômica, mágica, jurídica e sentimental. Explica Lévi-Strauss: "A troca, fenômeno total, é primeiramente uma troca total, compreendendo o alimento, os objetos e os bens mais preciosos, as mulheres."<sup>10</sup> A instituição das regras de parentesco situa-se na passagem do mundo natural para o mundo cultural. A troca apresenta um sentido cultural, decorrendo disso que a passagem da natureza à cultura não é histórica e, sim, estrutural, reproduzindo-se continuamente. Nesse sentido, percebe-se um distanciamento das proposições braudelianas. Se em Braudel, a cultura é, de certa forma, uma extensão do meio natural e geográfico, em Lévi-Strauss a cultura é definida por oposição à natureza, instituindo limites às determinações da mesma. Percebe-se, portanto, em relação ao contraponto entre Lévi-Strauss e Braudel que, embora partindo de um núcleo comum de preocupações, eles chegam a conclusões opostas, embora nem sempre auto-excludentes do ponto de vista metodológico, uma vez que o "percurso intelectual" que levou a elas é ilustrativo das "lógicas" inerentes às duas áreas do conhecimento.

Acreditando que a oposição entre os dois autores sintetiza, de certa maneira, para os fins a que nos propomos, o diálogo Nova História/Estruturalismo, podemos afirmar que a grande contribuição do estruturalismo lévi-straussiano à História, a nosso ver, reside na atualização da noção de "fato social total" de Mauss, contextualizada numa dimensão estrutural. Para o conhecimento histórico, tal conceito pode redundar em grande utilidade na medida em que permite integração entre análises de nível "micro" e nível "macro", uma vez que prevê que um fenômeno particular pode sintetizar categorias universais em sua expressão mais simbólica. A utilidade cresce na proporção direta da constatação da vacuidade dos esforços empreendidos até então. Ao abrir novas possibilidades de reflexão, a abordagem da perspectiva lévi-straussiana sugere que é possível a incorporação de determinadas categorias do estruturalismo sem implicar leitura necessariamente estruturalista do processo histórico, o que não corresponderia às nossas posições.

Uma outra possibilidade de reflexão bastante enriquecedora aberta pela perspectiva estruturalista reside na tematização da arte como forma de conhecimento (embora acreditemos ser difícil levar esta observação às últimas

10- LÉVI-STRAUSS, Claude. Op. cit., p. 100.

conseqüências) e na desmistificação do processo de produção do conhecimento como expressão unicamente de uma postura dita científica. Esse ponto deverá ser abordado com mais detalhe, ao discutirmos a obra de Thompson.

Dando prosseguimento à discussão, veremos agora a questão da Antropologia Anglo-Saxônica e suas principais manifestações no que concerne à proposta de trabalho da História. A Escola Britânica não será aqui analisada em bloco. O que se propõe é o estudo da proposta metodológica de Malinowski em relação à pesquisa participante e do trabalho de Evans-Pritchard. Acredita-se que os dois autores representam uma síntese do desenvolvimento da antropologia britânica. Daí discuti-los como representativos da tradição que informou a proposta da História Social Inglesa. A princípio, deve-se destacar, como um ponto relevante, a tradição da pesquisa empírica na cultura anglo-saxônica, tradição que remonta a Bacon. Num certo sentido, não é fortuito ou obra do acaso uma proposta, como a da pesquisa participante, ter surgido e atingido sua maior expressão naquele cenário. A proposta teórica de Malinowski<sup>11</sup> enquadra-se, portanto, na tradição que a precede, embora não necessariamente no plano da Antropologia, representando uma tentativa de definição científica da Etnografia em paralelo à apresentação das linhas gerais da pesquisa participante, no tocante à questão do método, da construção do objeto e do "envolvimento" do pesquisador.

A questão do método e da construção do objeto, na perspectiva de Malinowski, são por demais conhecidas e dispensam maiores comentários. O que gostaríamos de discutir é uma ordem de problemas referentes ao "envolvimento" do pesquisador, que se deve deixar "impregnar" por seu objeto de estudo. O ponto fulcral da pesquisa participante encontra-se aí. É só mediante a compreensão dessa proposta que se pode compreender o real significado da afirmação do cotidiano como fonte de conhecimento. A partir destes procedimentos pode-se chegar ao objetivo final do etnógrafo: "Aprender o ponto de vista do nativo, sua relação com a vida, compreender sua visão do seu mundo."<sup>12</sup>

Esse último comentário remete-nos a um tema diretamente ligado à História e suas indagações. A Antropologia é comumente vista como a busca da alteridade,

11- A discussão será mais concentrada nas colocações explicitadas em Malinowski, Bronislaw, Objeto, Método e Alcance desta Pesquisa. In: GUIMARÃES, Alba Z. (org.). *Desvendando Máscaras Sociais*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1980.

12- MALINOWSKI, Bronislaw. Op. cit., pp. 60-61.

do "olhar sobre o outro". A proposta de Malinowski relativiza tal afirmação, sendo que o lugar ocupado pela observação participante sugere a possibilidade do "olhar sobre si mesmo". Isso porque o antropólogo, ao se imiscuir na vida da comunidade que se pretende pesquisar e ao estabelecer o cotidiano como fonte de conhecimento, acaba por absorver também as categorias de entendimento do nativo. O "olhar sobre si mesmo" surge à medida que o pesquisador incorpora a lógica do processo cognitivo de seu objeto. Supõe-se, então, que o objeto de estudo transmuta-se em objeto de conhecimento. Mas se essa constatação exerce certo fascínio sobre o historiador, induz ao levantamento de novos problemas dela decorrentes.

O suposto de que o conhecimento histórico deve estar necessariamente vinculado à prática social, como objeto de estudo ou como resultado dela, é um dos temas mais presentes na historiografia contemporânea. Para além do reconhecimento das possibilidades de análise, devem-se ter em mente os perigos da "hiperempíria" ou de suas variantes.

A discussão que se prenuncia pode ser ainda aprofundada através da obra de Evans Pritchard<sup>13</sup>. Também situado na corrente da Antropologia Inglesa, dá continuidade à linha de teóricos do trabalho de campo da tradição anglo-saxônica. No trabalho do referido autor, nota-se, como primeira contribuição relevante, a ascensão do tema da política como objeto de estudo. Tal perspectiva se justifica porque, em Evans-Pritchard, mais que em Malinowski, a noção de totalidade é muito forte e não se concebe a cultura em desconexão com a sociedade. Qualquer categoria de entendimento só adquire seu significado pleno à luz da totalidade que a envolve. Perceber-se-á, mais tarde, que boa parte dessas concepções estão presentes na análise da formação da classe operária empreendida por Thompson. Em contraposição a Radcliffe-Brown, para quem o objetivo da Antropologia é criar leis gerais do desenvolvimento<sup>14</sup>, Evans-Pritchard recoloca a História no centro das preocupações do antropólogo. A Antropologia é quase concebida como uma "História Social". O contexto teórico parece representar um "grande salto", no sentido de maior aproximação com a temática mais contemporânea da História.

13- As principais posições do autor citado encontram-se em EVANS-PRITCHARD, E.E. *Los Nueros*. Barcelona, Anagnana, 1977 e EVANS-PRITCHARD, E.E. *Antropologia Social*. In: GUIMARÃES, Alba Z., op. cit.

14- RADCLIFFE-BROWN. *O método comparativo em Antropologia Social*. In: GUIMARÃES, Alba Z., op. cit.

Em seu trabalho sobre os nuers, Evans-Pritchard, estudando a organização social daquele grupo, fornece-nos uma série de sugestões interessantes no estudo das sociedades "primitivas", assim como a aplicabilidade desses procedimentos analíticos à análise propriamente histórica. O autor procura perceber a formação de conceitos e estruturas comportamentais, através do estudo da relação Homem-Natureza em conexão com a atribuição de lugares estruturais e com a atribuição de um caráter historicamente relativo a todos os conceitos. A concepção de tempo dos nuers, percebida em seus fundamentos sócio-históricos e na vinculação ao processo produtivo, é particularmente rica em nossa reflexão, pois demonstra que o antropólogo (e/ou o historiador) deve estar apto a fazer sempre uma "arqueologia" dos conceitos com os quais trabalha. Dessa maneira, é interessante notar como o trabalho intelectual, desde que previamente instruído pela teoria, encontra no objeto de estudo os parâmetros que induzem sua própria configuração. O raciocínio é acompanhado "pari-passo" pelo leitor, enquanto Evans-Pritchard vai evidenciando seu percurso analítico, aparecendo-nos como expressão amadurecida da tradição inglesa de valorização da pesquisa empírica aplicada à Antropologia. Tal reflexão faz-se útil ao conhecimento histórico, uma vez que é admitida a possibilidade de um tratamento antropológico, ou provido de categorias antropológicas, à História (sem que isso implique a adoção de postura "empirista", como se verá a seguir). Assim, parece cumprir-se, na História Social Inglesa, uma das reivindicações mais prementes da historiografia contemporânea, a de um trabalho interdisciplinar, especialmente dedicado ao tema da cultura, sem perder de vista a dimensão historicamente dada ao fenômeno cultural.

A seguir passa-se ao terceiro "interlocutor" da História Social Inglesa, o Marxismo. Cabe, a princípio, ressaltar que a discussão proposta não passa necessariamente pela questão do simbólico ou de uma potencial dimensão simbólica presente no Marxismo, tal como propõe Sahlins.<sup>15</sup> Do ponto de vista da História Social, a discussão teórica desloca-se da questão do simbólico para a pesquisa empírica. Dessa maneira, procura-se refletir sobre nova possibilidade, visão alternativa das potencialidades de uma Antropologia Marxista ou, pelo menos, do uso de categorias antropológicas.

Com a discussão que ora se inicia, começamos também a aprofundar a segunda perspectiva daquelas a que nos referíamos no início do presente trabalho,

15- A este respeito, SAHLINS, Marshall. *Cultura e Razão Prática*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

ou seja, a análise dos elementos teórico-conceituais e a presença da Antropologia na obra de Thompson. O diálogo do referido autor com o Materialismo Histórico e sua aplicação vai espelhar, de certa maneira, a problemática central desenvolvida até aqui. Nele estão presentes, a um só tempo, a crítica ao Estruturalismo "stricto sensu" e ao não-reconhecimento da dimensão historicamente dada dos conceitos e categorias marxistas. Na discussão a que se procederá, serão vistas, agora do ponto de vista da História Social, as questões do papel da pesquisa empírica em conexão com a noção de totalidade e das possibilidades de interdisciplinaridade na produção do conhecimento.

Ao fazer um balanço da prática do Materialismo Histórico, comprova-se inicialmente, grande proliferação de teóricos e obras que se dizem tributários do Marxismo. O que chama, no entanto, a atenção, à primeira vista, é um certo negligenciamento da pesquisa empírica, como componente necessário do conhecimento histórico. Dessa maneira, grandes sínteses globais e produções ligadas a discussões teórico-conceituais têm sido a marca distintiva da produção acadêmica, nos termos de uma historiografia marxista contemporânea. A despeito da chamada "crise do marxismo" e da "derrocada" de sua positividade paradigmática, pode-se perceber, em linhas gerais, um certo recrudescimento da discussão em torno do Marxismo.<sup>16</sup> Uma das características distintivas dessa produção historiográfica tem sido a existência de concepção particular de totalidade, onde a estrutura econômica se torna, por assim dizer, um "passe partout", que explica todas as manifestações da vida humana, em suas mais diversas esferas, que ganham caráter crescentemente periférico. O econômico, além de ser sempre determinante, passa a ser um *Deus ex machina*, que tudo preside. É negado ao homem o papel de sujeito da história (seja como indivíduo, seja como classe). A estrutura, no Marxismo assim concebido, ganha conteúdo maquínico, mecanicista, sendo vista como o motor da História.

Ao falar em uma noção particular de totalidade, como foi dito acima, somos induzidos a promover uma reflexão sobre a questão da pesquisa empírica. O panorama da historiografia marxista descrito acima não se apresenta como um todo monolítico. É na tradição da pesquisa empírica inglesa que, a nosso ver, se desenvolve a auto-crítica mais conseqüente do materialismo histórico. A escola

16- Embora não compartilhem de muitas de suas colocações, sugerimos uma visão panorâmica da chamada crise do marxismo, em ANDERSON, Perry. *A Crise da Crise do Marxismo*. São Paulo, Brasiliense, 1977.

historiográfica inglesa, além de dar continuidade aos procedimentos da pesquisa, foi responsável pelo revigoramento teórico-conceitual que ocorreu nos últimos tempos. A experiência concreta, transmutada em instrumento heurístico, acaba por evidenciar a necessidade do diálogo teoria/praxis ou conceito/realidade, no sentido de alargar a própria noção de totalidade, tornando-a permeável às mais diversas manifestações da vida humana. Assim, temos em Thompson<sup>17</sup>:

*"Ocorrem mudanças no ser social que dão origem à experiência modificada; e essa experiência é determinante, no sentido de que exerce pressões sobre a consciência social existente, propõe novas questões e proporciona grande parte do material sobre o qual se desenvolvem os exercícios intelectuais mais elaborados. A experiência, ao que se supõe, constitui uma parte da matéria-prima oferecida aos processos do discurso científico da demonstração (...) Fora dos recintos da universidade, outro tipo de produção de conhecimento se processa o tempo todo. Concordo em que nem sempre é rigoroso (...). Mas devo lembrar que conhecimentos se formaram, e ainda se formam, fora dos procedimentos acadêmicos, ajudaram homens e mulheres a trabalhar os campos, a construir casas, manter complicadas organizações sociais, e mesmo, ocasionalmente, a questionar eficazmente as conclusões do pensamento acadêmico."* (grifos nossos)

A longa citação justifica-se por sua relevância. Através dela, articula-se o conjunto de questões levantadas anteriormente acerca da questão do conhecimento. O "Pensamento Selvagem" de Lévi-Strauss e o resgate do conhecimento do "Primitivo" (A "Ciência Primeira"), a tematização da arte como forma do conhecimento, a observação participante de Malinowski e a produção de conceitos a partir dos conceitos nuer de Evans-Pritchard remetem-nos ao papel da Antropologia, relativizando e redimensionando a idéia de totalidade e de conhecimento e inscrevendo nessa última outras dimensões, notadamente em relação ao tema da cultura popular. É nesse ponto que se percebe mais claramente a questão da interdisciplinaridade. Diz Thompson:

*"A pátria da teoria marxista continua onde sempre esteve, no objeto humano real, em todas as suas manifestações; objeto que, no*

17- THOMPSON, E.P. A Miséria da Teoria. Op. cit., pp. 16 e 17.

*entanto, não pode ser conhecido num só golpe de vista teórico, mas apenas através de disciplinas separadas, informadas por conceitos unitários. Estas disciplinas ou práticas se encontram em suas fronteiras, trocam conceitos, discutem e corrigem-se mutuamente os erros."*<sup>18</sup>

É dentro dessa filosofia que a historiografia marxista contemporânea tem procurado "se abrir" às demais áreas do conhecimento. E é também segundo esses princípios que se deve entender o recurso à Antropologia, numa obra como A Formação da Classe Operária Inglesa, que procura captar, à luz da própria experiência, a formação da classe operária, entendida como produto de uma dada configuração histórica, que lhe confere dimensão cultural que transcende uma visão meramente utilitária. A noção de classe surge, portanto, como uma formação histórica autodefinidora, que homens e mulheres elaboram à luz de sua própria experiência de luta. A classe deve ser apreendida, analiticamente, como "fazer-se" em suas múltiplas expressões, política, econômica e cultural, em suma, à luz de uma noção de totalidade complexa, onde o sujeito da história exerce seu papel.

A Formação da Classe Operária Inglesa é uma obra que busca a história de uma experiência e de uma cultura popular, sendo que Thompson afirma o seguinte:

*"A classe acontece quando os homens, como resultado de experiências comuns, sentem e articulam a identificação de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem dos seus."*<sup>19</sup> (grifos nossos)

A obra em questão procura investigar a constituição da classe operária, partindo da análise dos fenômenos até então inusitados. Nesse sentido, analisa a conjunção do metodismo, dos motins e das sociedades secretas, como representativa de uma primeira formação de organização da classe trabalhadora. A cultura operária contamina as mais diversas esferas da vida social. Um trecho remete-nos à idéia de "fato social total":

*"O fato relevante do período entre 1790 e 1830 é a formação da classe operária (...) Havia instituições da classe operária*

18- THOMPSON, E.P. A Miséria da Teoria. Op. cit., p. 55.

19- Idem, A Formação da Classe Operária Inglesa. Op. cit., p. 10, V. 1.

*solidamente fundadas e auto-conscientes - sindicatos, movimentos religiosos e educativos, organizações políticas e periódicos, tradições intelectuais, padrões comunitários. O fazer-se da classe operária é um fato tanto da história política e cultural quanto da econômica.*"<sup>20</sup>

Sem perder de vista o contexto estrutural da economia, na qual se gesta a classe operária, Thompson amplia o campo de análise em busca da problemática da totalidade. O metodismo ganha uma dimensão organizacional e comunitária para os trabalhadores, reforçando a tradição de vida comunitária já presente na realidade inglesa do século XVIII. A ampliação temática e conceitual decorrente acaba por redimensionar o papel da cultura, como definidora de contextos históricos, com o que nos aproximamos ainda mais da perspectiva antropológica.

As sociedades de auxílio mútuo, fruto da consciência comunitária, fazem-nos lembrar novamente Mauss e Lévi-Strauss, embora num contexto diferente. Mesmo quando organizadas clandestinamente, as sociedades de auxílio mútuo proliferavam em larga escala no período 1790/1830. Não provinham de uma idéia e sim surgiam em resposta a certas experiências comuns. Representavam a cristalização de um caráter de reciprocidade fortemente difundido na cultura e tradição comunitárias britânicas. Os valores coletivistas, contaminados pela cultura operária e fortemente associados ao princípio da reciprocidade, distinguem, por seu caráter formativo, a classe operária do século XIX da plebe do século XVII. Percebe-se um paralelo entre estas colocações e os princípios constitutivos das organizações operárias de tradição menos paternalista e mais combativas (também mais clandestinas).

Em suma, longe de referir-se a um contexto macro-econômico, exclusivamente, as colocações de Thompson procuram, através do recurso ao estudo da cultura e a um referencial antropológico, compreender de que maneira os trabalhadores teceram, na mais profunda clandestinidade (devido à repressão), os contornos de sua consciência de classe, entendida aqui como processo necessariamente marcado pela incompletude e pelo "fazer-se". O recurso ao estudo das instituições e dessa "cultura subterrânea" passa necessariamente pela Antropologia e pela questão do conhecimento. Só admitindo a possibilidade de que os trabalhadores, no seu "fazer-se", enquanto classe, também produzem o próprio

20- THOMPSON, E.P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Op. cit., p. 17, V. II.

conceito de classe, ou seja, uma forma de conhecimento sobre si mesmo que não pode ser simplesmente descartado, podemos compreender o significado da proposta thompsoniana. A partir dessa constatação, podemos perceber em que medida a proposta é, em parte, tributária da Antropologia Inglesa, em seus pressupostos teórico-metodológicos, e em que medida há convergência de similitudes nas obras dos vários teóricos citados, em função do que se desvela de seus próprios objetos de estudo.

Como comentário final, acreditamos ter levantado mais problemas a partir dos já apresentados e avançando para uma discussão que naturalmente não se esgota aqui, gostaríamos de deixar em aberto outra possibilidade de reflexão. Trata-se da rediscussão do que vem a ser a relação sujeito-objeto e de quais seriam as relações entre essas duas instâncias de conhecimento. É um dos objetivos de "uma historiografia que se propõe oferecer uma imagem rica do homem, do homem inteiro, desde sua luta pela subsistência até as manifestações mais elevadas de sua cultura."

Foi deixada temporariamente de lado essa possibilidade de reflexão que tem sido trazida à luz em discussões mais recentes. Não obstante ao reconhecimento de sua centralidade, optou-se por apenas sugerir-la, já que não se poderia levar a termo uma discussão conseqüente a respeito do assunto, nos limites do presente texto. Tal reflexão gira em torno da questão da alteridade e suas relações com o processo cognitivo. O que se poderia chamar, na Antropologia, de "o mergulho sobre o outro", tem sido visto pela historiografia como uma nova linha de pesquisa, das mais promissoras. A esse respeito, numa perspectiva epistemológica, o trabalho de Paul Veyne<sup>21</sup> representa a abertura de uma potencialidade de discussão (a nosso ver, ainda não devidamente explorada), sobretudo a partir do caráter polêmico e provocativo de suas colocações. Deixamos em aberto a possibilidade dessa reflexão à luz da problemática levantada anteriormente, tarefa à qual a historiografia não pode se furtar.

21- A esse respeito, ver principalmente as proposições enunciadas em VEYNE, Paul. *Como se escreve a História*. Lisboa, Edições 70, 1987.

## ARTIGO

## ALGUMAS INTERROGAÇÕES SOBRE AS TENDÊNCIAS RECENTES DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA: A Emergência Do "Novo" E A Crítica Ao Racionalismo

Silvia Regina Ferraz Petersen

*L'article traite du profil théorique-méthodologique de l'historiographie brésilienne actuelle, dont les résultats innovateurs interrogent l'épistémologie rationaliste. Ils laissent les "macro" explications, ils privilégient les nouveaux objets de recherche et récupèrent les aspects subjectives de l'expérience sociale. L'article prétend démontrer, dans un premier temps, comment quelques une de ces caractéristiques considérées comme "nouvelles" constituent, en fait, des tendances existantes depuis le XIX<sup>e</sup> siècle où des tensions permanentes qui accompagnent l'histoire de la connaissance. Dans un deuxième temps, comment des conceptions critiquées jusqu'alors, réussissent à s'infiltrer dans les nouvelles formes de la pensée. Finalement l'article se propose de réfléchir sur quelques effets possibles de la crise du rationalisme.*

Aos que vem acompanhando os rumos da produção historiográfica no Brasil na última década, sobretudo no que se refere a seu perfil teórico-metodológico, não restam dúvidas que os resultados que aparecem como inovadores, como as manifestações mais destacadas e importantes, tem pelo menos algumas características em comum: questionam a epistemologia racionalista-científica-objetivista,

abandonam a dimensão macro-explicativa, instauram novos objetos de investigação, recuperam a dimensão subjetiva e colocam-se criticamente diante da tradição marxista ou pelo menos de sua versão ortodoxa.

Este questionamento aparece ora em trabalhos que se propõem exatamente esta discussão teórico-metodológica (mais escassos), ora no interior das próprias obras historiográficas produzidas; percorre uma escala que vai da atenuação da tradição epistemológica vigente até uma postura iconoclasta radical frente a ela: enquanto alguns autores propõem renovações e desenvolvimentos nos campos teóricos clássicos, outros se colocam radicalmente a favor de novos paradigmas.

Tal discussão não é específica do conhecimento histórico, que a compartilha com a antropologia, sociologia, etc., nem obviamente se circunscreve no âmbito do Brasil. Ou seja, atravessa o conhecimento social no seu todo.<sup>1</sup>

1- Para não incorrer em alguma omissão quanto às obras mais destacadas da nova historiografia brasileira, prefiro indicar aqui alguns artigos que, em diferentes medidas, abordam ângulos desta problemática.

- GARCIA, Marco Aurélio. A célula da História. *Leia*. São Paulo, julho de 1987.
- RIBEIRO, Renato Janine. "Moda" histórica revive a narrativa e cria objetos. *Folha de São Paulo*, 12-11-1988.
- MARTINS, Marliia. Novas imagens do Brasil. *Jornal do Brasil*, 7-5-1989.
- COSTA, Emília Viotti da. Estruturas versus experiência. *Novas tendências na história do movimento operário e das classes trabalhadoras na América Latina: o que se perde e o que se ganha*. BIBL/ANPOCS, Rio de Janeiro (29):3-16, 1989.
- CHALHOUB, Sidney. Jacob Gorender põe etiquetas nos historiadores. *Folha de São Paulo*, 24-11-1990.
- GORENDER, Jacob. Como era bom ser escravo no Brasil *Folha de São Paulo*, 15-12-1990.
- LARA, Silvia H. Gorender escraviza a história. *Folha de São Paulo*, 12-01-1991.

No campo da sociologia, lembro o trabalho de Octavio Ianni, "A crise dos paradigmas na sociologia", adiante citado.

Fora do Brasil, são representativos os artigos de F.R. Ankersmit "Historiography and postmodernism" e de Perez Zagorin, "Historiography and postmodernism: reconsiderations", publicados em *History and Theory*, números 28 (1989) e 29 (1990). Indico também as discussões que aparecem nos números 29 e 30 (1985) da revista *Espace Temps*.

No que se refere ao conhecimento histórico, esta crítica, ao que eu resumidamente chamarei **racionalismo cientificista**, tem vários desdobramentos e a análise de dois deles é o objetivo deste trabalho. Estou me referindo aos limites do "novo" e aos efeitos possíveis da crítica da razão.

- Quando se critica o perfil da tradição historiográfica dominante, cuja matriz é a referida epistemologia, via de regra se aponta para sua contrapartida, consistente em novos métodos, temas e abordagens teóricas. Neste sentido, o que eu quero examinar é a possibilidade de que muito do que é tomado como novo seja na verdade a recuperação de tendências já constituídas - ainda que não dominantes - no pensamento social desde o século XIX (para não ir mais longe) e que muitos dos problemas são, na verdade, tensões permanentes que atravessam a história do conhecimento social. Ainda dentro desta questão, há um outro aspecto que quero abordar: que algumas vezes o novo traz o contrabando do velho, ou seja, concepções que tem sido criticadas conseguem escapar à crítica, infiltrando-se nas novas formas de pensar a história.

- Quando se critica a tradição racionalista apontando para a necessidade de se tomar em conta os aspectos não-racionais, fortuitos, subjetivos, etc., no acontecer histórico e na construção de seu conhecimento, estamos ao mesmo tempo abrindo espaço para outros saberes, exilados pela razão e nos debruçando na beira de um "buraco negro", onde esta posição pode ser "sugada" até submergir no relativismo e irracionalismo completo, onde qualquer pretensão de verdade e objetividade é falsa, onde as evidências e aparências substituem o diálogo com a teoria. Mesmo que na maior parte das vezes não seja esta a intenção da crítica, acaba sendo seu limite possível.

Como acho esta questão muito importante, vou colocá-la de outra forma: mesmo naqueles casos onde o que se reivindica é o espaço do não-racional no acontecer histórico mas onde não se defende uma posição anti-racional de tipo nietzschiano, por exemplo, não se avança no sentido de repensar o estatuto da razão e como se dão as relações entre o racional e o não-racional tanto na história como na produção de seu conhecimento, deixando aberto, mesmo que sem o desejar ou sem disso ter consciência, o caminho para o relativismo, o irracionalismo e a subjetividade que não se reconhece como tal.

A seguir vou analisar estas duas questões.

## I - SOBRE O "NOVO"

A idéia de "novo" no conhecimento histórico é tributária em grande medida da chamada "crise da modernidade" e da forte influência da *Nouvelle Histoire* em nosso meio acadêmico. Mas não analisarei aqui estas duas questões, pois implicaria a discussão de temas muito amplos e complexos, o que me levaria certamente a tangenciar o ângulo específico que desejo abordar.

Não há nenhuma dúvida de que é preciso realizar mudanças quanto as formas de pensar o social. Não só a realidade está mudando, colocando em pauta questões antes inexistentes ou que não tinham sido objeto da atenção dos historiadores, como nossos instrumentos de investigação e nossos métodos de percepção se mostram insuficientes. Parece que se fraturou a ligação entre a realidade e seu conhecimento, questão esta que embora sempre objeto de polêmicas e de entendimentos diferentes, não possuía a centralidade de que hoje se reveste.

É claro que seria inútil insistir na investigação de temas que já foram exaustivamente trabalhados ou em velhas fórmulas, em categorias que já não dão conta do que se propõem representar e que é necessário buscar outros caminhos. E neste quadro a experimentação, o ecletismo, o predomínio de perguntas em relação à respostas são quase imposições deste momento em que se transita de concepções que se mostram insuficientes à outras formas de pensar e conhecer que ainda não se constituíram completamente.

O que me interessa a esse respeito é um ângulo bem específico: por um lado, saber que tanto de novo estamos criando, que tanto estamos avançando (ou velhas idéias estão aparecendo como novas) e, por outro, que tanto velhas concepções tem escapado à crítica e conseguiram infiltrar-se, contrabandeando o velho para novas formas de pensar.

O que eu penso é que temos avançado pouco no aprofundamento teórico do que é realmente novo e na reflexão sobre os desdobramentos que estão implícitos nestas novas tendências teórico-metodológicas.

A crítica dos historiadores aos caminhos que vinha percorrendo o conhecimento histórico nem sempre teve um avanço similar no enfrentamento das questões que souberam localizar com tanta perspicácia. A ausência de um desenvolvimento teórico mais consistente acaba por reduzir o historiador à aproximações parciais da questões que aborda.

Parece que há mais uma busca de novos temas do que a busca de melhores soluções para os complicados problemas da produção de conhecimento histórico. É visível a inovação temática que a historiografia experimenta, mas o mesmo não me parece ocorrer no campo teórico. Mesmo que haja intenções neste sentido, o horizonte teórico tem sido pouco desenvolvido. Aliás, esta observação poderia se estender por analogia a muito do que acontece no Brasil: "Nova" República, Brasil "novo", "novas" medidas do governo, etc... etc.

A crítica à historiografia tradicional se revelou freqüentemente frutuosa e a explosão que provocou em todas as direções de pesquisas constituiu uma verdadeira revisão quanto a maneira de vislumbrar o objeto da história, mas deixou questões teóricas de fundo em suspenso. E não é com uma mudança da gama de objetos, com acrobacias de linguagem ou com quilos de papel vendidos que se mede a vitalidade de uma disciplina. Ela se mede pelos avanços realizados no domínio do conhecimento e para isso segue válido o axioma "sem teoria não há história."

Na nova historiografia, um exemplo disso é a temática do cotidiano. O conceito "cotidiano" via de regra permanece em um nível muito impreciso - o de "vida de todos os dias" - prestando portanto escassos serviços analíticos. Quais são os componentes significativos da vida cotidiana? Existirá alguma forma de hierarquia entre eles, sendo uns mais importantes que outros? Como se organizam, se mantêm e se transformam estes elementos? Que relações existem entre os aspectos cotidianos e não-cotidianos da vida social? Poucos historiadores têm se preocupado com estas questões, ainda que o tema seja "novo" na historiografia.

*"A crise dos referenciais teóricos tem o mérito de liberar o pensamento dos moldes que viciavam suas operações e inibiam sua criatividade. Isto é certamente positivo. No entanto, caberia enfatizar que os resultados obtidos não podem se deter na improvisação, na imitação, no engodo e mesmo no arrivismo. E, contra isso, não há antídoto melhor que uma sustentação teórica consistente e uma metodologia precisa. Se a demolição de referenciais mais antigos pode representar um benefício, não há porque orgulhar-se de não dispor de qualquer referencial."*<sup>2</sup>

2- FALCÃO, Luiz Felipe. O poder da teoria. CPG História UFRGS, 1990, p. 6. (dat.)

Após estas considerações preliminares para situar a questão, quero fazer uma observação sobre o uso exagerado da qualificação "novo" para designar tudo o que se pretende valorizar no conhecimento histórico recente. Não estou dizendo o absurdo de que nada é novo e sim que este qualificativo tem sido estendido indevidamente, criando uma falsa idéia de que só agora estamos avançando.

Às vezes penso que se poderia comparar esse momento com o que viveu Lucien Febvre quando escreveu sua obra clássica *Combates pela história*: tal como na fase inaugural da Escola dos Anais, não está se desenvolvendo uma exposição sobre as formas de pensar historicamente e produzir conhecimento histórico, mas, quando muito, uma crítica destas formas. Como as frentes de combate são muitas, não há quase avanços teóricos fundamentais. Por isso também há contradições inevitáveis e ausência de uma exposição sistemática de princípio destas propostas críticas à historiografia dominante. Elas têm um ar de casual, emergindo de acordo com o problema de que se trate em um dado momento.

Sobre o caráter desse "novo" no conhecimento histórico, creio que pode nos servir de alerta a resposta que o insuspeito François Furet deu à pergunta de seu entrevistador sobre se há algo de novo na história que está sendo feita hoje em dia, e de porque se fala agora em "nova história":

*"- Isto é uma bobagem! As pessoas se batizam periodicamente de 'nova história' para dizer que não gostam daquilo que uma parte de seus contemporâneos faz. Não acredito que isto seja verdade. A única novidade introduzida pelos americanos foi a counterfact history, a história estatística com hipóteses contrafactuais, que é uma parte interessante da história econômica. Mas, tirando isto, o que quer dizer 'nova história'? Se quer dizer que se está fazendo a história dos povos, a história das pessoas em lugar da história dos reis, isto é tão velho como o mundo. Voltaire já condenava esta pretensão há dois séculos. Por conseguinte, eu não acredito que se possa fazer uma história radicalmente nova. O que se pode fazer é renovar os velhos temas ou tratar temas que nunca foram tratados com métodos já testados. Desconfio da palavra 'nova' que é empregada um tanto excessivamente. Isto significaria o nascimento de um setor inteiro da história completamente novo."*<sup>3</sup>

3- FURET, François. O historiador e a história. Estudos históricos. Rio de Janeiro (1), 1988, p. 160.

George Duby também coloca reparos ao uso do vocábulo:

*" O que eu penso é que a nova história - ou antes, a boa história, porque não há hoje 'novos' historiadores, tal como não há 'novos' filósofos, há bons e maus - é que a boa história não cessou de ajustar os métodos da crítica histórica aos seus novos objetivos e que deve continuar a fazê-lo, que a rejeição da erudição, da erudição na sua forma esquelética, seca, ressequida, tenha sido necessária, que tenha sido preciso sacudir a poeira, em dado momento, não restam dúvidas. Mas já não estamos aí. E, para contrabalançar a tentação de partir à conquista de um público muito amplo, seduzindo-o, é indispensável a preocupação de rigor. Se abandonamos a pretensão de elevar a história ao nível das ciências exatas, conservemos a vontade de afinar, incessantemente, os nossos utensílios. "* <sup>4</sup>

Além desta observação sobre o abuso do qualificativo, acho importante examinar também que tanto de novo existe naquilo que é apresentado como novo no conhecimento histórico.

Para isto, tomarei exemplos de questões teóricas que aparecem na historiografia recente como novas, mas cuja novidade, no meu entender, não resiste a um breve exame.

### A historicização dos conceitos

Critica-se freqüentemente a fixidez dos conceitos, sua lógica redutora e totalitária, o fato de serem construídos *post festum* e, portanto, representarem os fenômenos "concluídos", sua incapacidade de apreender aquilo que é fugaz, não sujeito a regularidades, etc., sua superposição formalística e estática sobre objetos que são dinâmicos, complexos e contraditórios. Em suma, são estruturas eóricas coercitivas que privam do prazer de encontrar os sujeitos reais, a própria vida. Que este desvio tenha ocorrido, não significa no entanto que sua crítica seja nova. Quando muito, pode ser uma retomada da noção correta de conceito que o uso vulgar deturpou, pois a relatividade do conceito em representar a realidade é um dos princípios fundamentais do pensamento científico.

4- DUBY, Georges e LARDREAU, Guy. *Diálogos sobre a nova história*. Lisboa, D. Quixote, 1989, p. 49.

Este raciocínio pode ser estendido a outras faces da mesma questão, como por exemplo a reivindicação da concretude da vida humana diante da racionalidade formal da teoria. Assim, não cabe tomar esta questão como nova no campo da epistemologia.

### A constatação da existência de temporalidades múltiplas na história

A concepção newtoniana acerca de um tempo "absoluto", que existe por si e em si mesmo como duração pura, independente dos objetos materiais e dos acontecimentos - isto é, a concepção do tempo como uma espécie de substância -, marcou a ciência e os debates filosóficos por mais de dois séculos.

Esta idéia metafísica de um tempo absoluto, externo à história e desta como uma evolução linear, como observa Ciro Cardoso<sup>5</sup>, já teve seu contraponto no século passado, quando se expôs a concepção marxista do tempo e do espaço, que os considera como tendo existência objetiva, não como substâncias ou essências independentes, mas sim como formas de existência da matéria em movimento. No entanto, mesmo se quisermos ficar em uma tradição mais recente e menos sujeita a uma crítica ideológica, não podemos esquecer que a grande contribuição teórica da Escola dos Anais foi justamente a idéia braudeliana de que na história convivem diferentes tempos e neles, diversos ritmos: a curta duração dos acontecimentos, a média duração das conjunturas e a longa duração das estruturas, além da longuíssima duração das relações do homem com a terra, com o meio que o cerca.

Concordando ou não com a explicação braudeliana (pois não é acompanhada por uma teoria geral sobre a sociedade onde estes tempos se constituiriam), ela não pode ser esquecida, sobretudo por historiadores que são herdeiros da tradição da Escola dos Anais.

### O fato histórico como uma construção

A concepção empirista do fato histórico impregnou profundamente a produção do conhecimento histórico através do tempo, sobretudo, por um lado, pela via da historiografia positivista francesa e, por outro, pela dos historiadores científicos alemães como Leopold von Ranke. Isto sem mencionar que a apreensão

5- CARDOSO, Ciro F. *Ensaio racionalista*. Rio de Janeiro, Campus, 1989, p. 29.

direta, fenomênica, empírica da realidade é a forma de conhecer por excelência do pensamento comum.

Esta tentação de encontrar na aparência imediata do dado a chave da inteligibilidade do real é um dos principais obstáculos ao desenvolvimento do conhecimento (mesmo que a própria definição do que é empírico, do que é ou não relevante no mundo da empiria dependa de alguns pressupostos não diretamente empíricos, assumidos por todo o investigador social). Não se pode esquecer, no entanto, que também no século XIX Marx realizou para a história o que Kant teria denominado "uma revolução copernicana", que pode ser sintetizada na conhecida afirmação que aparece na *Introdução Geral à Crítica da Economia Política de 1857*, texto que foi considerado o discurso do método de Marx: "Parece justo começar pelo real e concreto(...) entretanto, se se examina com maior atenção, este se revela como falso."

Esta mesma concepção Marx também a expressa ao escrever que "... toda a ciência estaria demais se a forma de manifestar-se as coisas e a essência destas coincidissem diretamente."<sup>6</sup> A realidade aparece cifrada e cabe ao investigador decifrá-la. Neste sentido, Marx postulou que a finalidade do trabalho científico consiste em reduzir o movimento aparente ao movimento real da realidade, "... do mesmo modo que para interpretar o movimento aparente dos astros é indispensável conhecer seu movimento real, ainda que imperceptível aos sentidos."<sup>7</sup>

Tal ponto de vista, sem dúvida, questiona a eficácia do procedimento empirista, a apreensão direta do real, a identidade entre o objeto real e sua representação conceitual. Esta distinção entre objeto real e objeto de conhecimento é destacada por Sartre quando escreve: "A originalidade de Marx é estabelecer irrefutavelmente (...) que o ser se mantém irredutível ao saber."<sup>8</sup>

Se no entanto deixamos de lado a Marx, também encontramos, por outros caminhos, em outras tradições teóricas, a refutação do empirismo. Assim, Croce e Collingwood são exemplos do que poderia se chamar genericamente de concepção

6- MARX, Karl. *O capital*. México, Fondo de Cultura Económica, 1974. T. III, p. 757.

7- MARX, Karl. *Op. cit.*, Tomo I, p. 254.

8- SARTRE, Jean P. *Crítica de la razón dialectica*. Buenos Aires, Losada, 1963. T. I, p. 169.

idealista subjetiva do fato histórico, que em diferentes medidas, o considera um produto do espírito ou do pensamento do historiador.

Assim, segundo Croce,

*"... como um fato é histórico apenas na medida em que é pensado, e como não existe nada fora do pensamento, a questão de saber quais os fatos que são históricos e quais os que não são não tem sentido algum."*<sup>9</sup>

E ainda:

*"O espírito mesmo é a história. Em todo momento cria a história e é ao mesmo tempo resultado de toda a história precedente. E assim que o espírito contém em si toda a história, que coincide com ele mesmo."*<sup>10</sup>

A vertente mais conhecida desta concepção é o presentismo: tudo o que constitui a história é produzido pela espiritualidade do historiador, de onde procede que toda a história é contemporânea, isto é, a imagem do passado vai se atualizando conforme se modifica o historiador. Como destaca Adam Schaff<sup>11</sup>, não há passado objetivamente dado, há apenas fatos criados pelo espírito em um presente eternamente variável. Toda a história deve pois ser atual, visto que é o produto de um espírito cuja atividade se situa sempre no presente e que cria a sua imagem histórica (fora da qual não existe história) sob a influência de interesses e de motivos atuais.

Croce escreve:

*"A necessidade prática, na qual todo o juízo histórico se baseia, confere à história a propriedade do atual, porque esta está sempre em relação - por mais longínquo que seja o passado a que se*

9- CROCE, Benedetto. "Zur Theorie und Geschichte der Historiographia. Tubingen, 1915. In: SCHAFF, Adam. *História e Verdade*. Rio de Janeiro, Martins Fontes, 1978, p. 110.

10- CROCE, Benedetto. In: KON, I.S. *El idealismo filosofico y la crisis del pensamiento historico*. Mexico, Ediciones Cultura Popular, 1977, p. 154.

11- SCHAFF, Adam. *Op. cit.*, p. 111.

referem os fatos - como uma necessidade atual, uma situação atual."<sup>12</sup>

E Collingwood:

*"O pensamento histórico é uma atividade da imaginação, com a ajuda da qual tentamos fornecer-lhe conteúdos particulares.*

.....  
*Por esta mesma razão, na história como em todas as questões importantes, nenhum conhecimento adquirido é definitivo. Um testemunho válido num momento dado para a solução de um dado problema, deixa de o ser assim que se modificam os métodos e assim que mudam as competências dos historiadores (...)*

*Por causa destas mudanças contínuas' - por mais lentas que possam parecer aos observadores que se limitam a um breve lapso de tempo -, cada nova geração deve reescrever a história à sua maneira; cada novo historiador, não contente com dar respostas a questões antigas, deve rever essas mesmas questões..."<sup>13</sup>*

Assim, mesmo sem incursionar mais profundamente no pensamento desses autores, a idéia do fato histórico como uma construção não é nenhuma novidade na historiografia.

### Apelo ao relacional, ao global, ao dialético

Esta é uma questão bastante complicada na historiografia recente, pois por um lado temos uma tendência onde os objetos de investigação aparecem como que isolados dos complexos mais amplos onde se realizam, onde a idéia de totalidade é substituída pela de fragmentação, ruptura, etc., que seriam as condições de existência da sociedade pós-industrial. Mas não vou me referir a esta corrente, pois em todo o caso isto poderia ser de fato "novo" na historiografia, um efeito da pós-modernidade. Quero examinar o outro caminho, em que aparece como nova a busca de globalidades, relações, etc., até mesmo apontando para uma "dialética", que em todo o caso nunca se explicita bem em que consistiria.

12- CROCE, B. In: SCHAFF....., p. 111.

13- COLLINGWOOD, R.G. The idea of history. Oxford, 1946. In: SCHAFF....., pp. 115-6.

Considero que, mais uma vez, esta não é uma questão nova para o conhecimento histórico, ainda que seja assim colocada. Bastaria lembrar a obviedade de que não há vida em sociedade sem relações sociais.

A reivindicação para o conhecimento histórico de uma perspectiva globalizante, relacional, já constituía no século XIX um dos pontos centrais do pensamento marxista. Como dizia Lukács, "não é a predominância dos motivos econômicos que distingue de modo decisivo o marxismo da ciência social burguesa, mas sim o ponto de vista da totalidade."<sup>14</sup>

Quando atualmente se critica a unilateralidade das abordagens "macro" e "micro" e se propõe novas formas de abordagem que englobem tanto a "ação" quanto a "estrutura", está se apontando no mesmo sentido em que pensava Marx quando escreve que "os homens fazem sua história, mas em condições que não escolheram", se está justamente indicando este duplo momento na análise do ser social.

Mas se deixamos o campo marxista e ingressamos no da Escola dos Anais, que tanta influência teve em nosso meio acadêmico, observamos que suas reflexões sobre o trabalho do historiador e a história já na década de 40 apontam para uma "vontade globalizadora" que se justifica pela necessidade de superar a limitação tradicional da história factual e política. Em 1941, Febvre opinava que o trabalho do historiador consiste em relacionar aspectos da vida humana, sem que importe quais seja, não havendo fatores predominantes. Define a história como

*"... a harmonia que, perpétua e espontaneamente se estabelece em todas as épocas entre as diversas e sincrônicas condições de existência dos homens: condições morais, condições técnicas, condições espirituais."<sup>15</sup>*

Esta frase quer dizer, em suma, que tudo está relacionado com tudo - o que afinal não era precisamente uma descoberta - ainda que não nos diga como se estabelece esta relação.

A idéia da história global também se expressa na insistência dos Anais em relacionar a história com as ciências que lhe são próximas, modernizando seus métodos, seu conceito de fontes, etc.

14- LUKACS, Georg. Historia y consciencia de clase. Mexico, Grijalbo, 1969, p. 29.

15- FEBVRE, Lucien. Combates por la historia. Barcelona, Ariel, 1974, p. 56.

Sem entrar aqui na discussão do que é essa história global (pois quando Braudel diz, por exemplo, "... para mim a história é a soma de todas as histórias possíveis"<sup>16</sup>, abre a porta a uma concepção para a qual a história está constituída pela justaposição de diferentes histórias particulares, cuja autonomia é absoluta), não se pode desconhecer, no entanto, que esta é uma idéia já muito antiga na produção do conhecimento histórico.

Este elenco de exemplos poderia ser ampliado com outras questões que também aparecem a meu ver inevitavelmente como novas: a história - problema, a recusa aos vários determinismos, etc.

Se observarmos os exemplos, parece que mais do que invenção, o que vem ocorrendo é um retorno à concepções já existentes no acervo do conhecimento social e que por razões diversas agora são recuperadas na produção do conhecimento histórico, sem que se faça, no entanto, uma reflexão sobre as razões do retorno, de porque agora adquirem um estatuto gnoseológico que antes não possuíam.

Por isso, me ocorre também uma outra observação: o historiador não pode desconhecer a história da teoria ou correrá o risco de estar reinventando a roda. O caminho que percorreu a teoria da história parece que foi esquecido: me atrevo até a pensar, conhecendo a tradicional indigência teórica dos historiadores, que em muitos casos este caminho não foi percorrido.

Como comenta Octavio Ianni para a Sociologia<sup>17</sup>, também no campo do conhecimento histórico há questões reais e imaginárias neste embate do novo contra o velho. Assim, por exemplo, uma série de controvérsias e impasses sobre o objeto, a teoria e o método histórico e do conhecimento social em geral são mais ou menos permanentes ao longo da existência deste campo de conhecimento, entre os quais a procura do fator dominante, a tensão entre sujeito e objeto no conhecimento (relação entendida ora como de exterioridade, ora de dependência mútua ou reciprocidade), e a tensão entre indivíduo e sociedade. Estas questões não perdem sua atualidade, assim, a tensão entre indivíduo e sociedade é essencial e contínua sendo, se quisermos entender a trama das relações sociais, os espaços de liberdade, as condições de opressão.

16- BRAUDEL, Fernand. *La historia y las ciencias sociales*. Madrid, Alianza, 1974, p. 75.

17- IANNI, Octavio. A crise dos paradigmas na sociologia. *Revista da ANPOCS*. São Paulo, 13(5): 99 junho 1990.

Alvin Gouldner<sup>18</sup> aponta no mesmo sentido, quando observa que a dissonância entre voluntarismo e determinismo, por exemplo, não é propriedade do pensamento secular moderno, como indica desde muito tempo a tensão entre "livre arbítrio" e a "lei natural" na teologia cristã. Este debate, por sua vez, foi a expressão escolástica teológica de um anterior encontro com o dilema, que procede do pensamento grego antigo: nele o destino (a necessidade), se impunha até aos deuses. Mas os homens enfrentavam o destino: a necessidade grega não continha a idéia do absolutamente impossível. Os limites dos homens e seu destino podiam ser ampliados ou quebrados, ao menos momentaneamente. Tudo o que a lei assegurava era o castigo, mas não podia impedir que ocorresse. O proibido não é o mesmo que o impossível; só implica um custo e os homens podem fazer coisas proscritas se estão dispostos a pagar o preço disto. Quando Édipo peca, a terra de Tebas sofre com isso, mas Édipo pode pecar.

A tensão entre o voluntarismo e o determinismo não é nova nem sem importância no pensamento ocidental, forma parte profunda deste pensamento (St<sup>o</sup> Agostinho x Santo Tomás de Aquino, Vico x Maquiavel, Comte x Dilthey, Marx x Kierkegaard, estruturalismo x existencialismo) e, através dele, da própria teoria social, que em medidas diferentes gravita ao redor destes polos:

*"O primeiro concebe a sociedade como uma rede de significados humanos e encarnações de atividades humanas; o segundo... nos apresenta a sociedade concebida como uma faticidade coisificada, que vigia a seus membros individuais com controles coercitivos e os moldeia em seus processos socializadores... a primeira concepção nos apresenta ao homem como ser social e a sociedade como feita por ele, enquanto que a segunda coloca a sociedade como uma entidade que está sobre e contra o homem, e mostra a este como feito por ela.*

*O problema decisivo da sociologia não é achar maneiras engenhosas de 'harmonizar' estes dois pontos de vista senão aceitar que as instituições feitas pelo homem adquirem de alguma forma certa autonomia oposta a seus criadores e estudar a maneira como surge esta estranha objetividade. Devemos tomar seriamente a objetividade da existência social em sua relação com a subjetividade humana e*

18- GOULDNER, Alvin. *Los dos marxismos*. Madrid, Alianza, 1983, p. 50.

*perguntarmos como é possível que a atividade humana produza um mundo de coisas.*<sup>19</sup>

Ainda dentro desta primeira questão, que chamei Sobre o Novo, há um outro aspecto que quero tratar e que já apontei no enunciado: de que algumas vezes o novo traz o contrabando do velho. Ou seja, aquilo que é criticado como ultrapassado retorna dentro daquilo que presumivelmente tomaria o seu lugar.

Um exemplo disso aparece na crítica ao determinismo estrutural. Principalmente em autores influenciados pela Nova História, não é difícil encontrar as mentalidades muitas vezes se transformando em verdadeiras infra-estruturas determinantes do social; em outros casos, sem chegar a tanto, proclama-se sua autonomia, sua auto-suficiência, sua não-dependência para com as determinações da estrutura global.

Um outro exemplo encontramos nos esforços para uma compreensão adequada dos novos movimentos sociais. Assim, é comum encontrarmos referências a que a emergência deste objeto nos obriga a repensar a política ou alargar a esfera do político. No entanto, permanece intocada a referência central e definidora da política propriamente dita.

*"Conseqüentemente, a questão global orientadora desta nova linha de pensamento não mudou em relação ao raciocínio tradicional. Reavaliar a função política dos movimentos de base significa que ainda estamos procurando o seu potencial político apenas a partir de uma ótica melhor."*

*.....  
Muito menos pretendo postular a existência de domínios da vida social isentos de política, uma coisa que aprendemos é que as relações de poder penetram em todos os poros da vida social. Proponho-me, em vez disso, a completar o raciocínio: está suficientemente claro que toda a relação de poder é permeada, em medida ainda maior, pela vida social?*

*.....  
Tudo isso conduz à seguinte pergunta: é possível imaginar que a contribuição histórica que os novos movimentos podem oferecer não*

19- GOULDNER, Alvin. Op. cit., p. 49.

*esteja na ampliação do potencial político de uma esquerda revolucionária, mas, ao contrário, na possibilidade de resgatar das tenazes da política (inclusive das da esquerda), fragmentos de uma vida social significativa? Em outras palavras, será que a 'novidade' destes movimentos consiste no fato de terem por objetivo a reapropriação da sociedade por si mesma?"<sup>20</sup>*

## 2 - OS CAMINHOS QUE SE ABREM A PARTIR DA CRÍTICA AO RACIONALISMO

A segunda questão, e que me parece mais complicada de trabalhar, são os caminhos que se abrem, a partir da crítica da epistemologia racionalista, por um lado às outras formas de saber e, por outro, ao irracionalismo e subjetivismo, o que parece não estar sendo suficientemente ponderado nesta crítica, que é de fácil enunciação - até pela justeza de seus argumentos - mas que não se desdobra até suas últimas conseqüências, que podem ser extremamente graves.

Creio que há um deslocamento na verdadeira questão que se apresenta ao conhecimento histórico na atualidade: a luta não é tanto entre o velho e o novo, mas entre razão e desrazão; há uma separação muito frágil entre a flexibilidade teórica e o relativismo, entre a crítica a uma racionalidade normativa do real e uma perspectiva irracionalista e assumir uma ou outra postura tem conseqüências cruciais para o conhecimento histórico, para ficar apenas neste âmbito específico.

Esta questão pertence à órbita dos temas que se colocam com a chamada crise da modernidade e dentro dos quais destaca-se a crise da razão moderna.

Algumas faces da crise da modernidade ou da chamada sociedade pós-moderna se conjugam para compor a crise da razão. Ela possui uma série de características que estão na base desta concepção irracionalista da sociedade e que Michel Zaidan Filho<sup>21</sup> enuncia assim:

- O real deixa de ser referência; a ação da mídia reduz tudo ao simulacro; não há um real a ser representado e muito menos um sentido para este real.

20- EVERS, Tilman. A face oculta dos novos movimentos sociais. *Novos Estudos CEBRAP*. Rio de Janeiro (4), abril de 1984, pp. 13-14.

21- ZAIDAN FILHO, Michel. *A crise da razão histórica*. Campinas, Papirus, 1989, pp. 20-22.

- A fragilização do sujeito.

- A sociedade torna-se um fantástico caleidoscópio de micro objetos, sem sentido, sem hierarquia causal, sem razão. Na ausência de um sentido para a história, a preocupação com o futuro desaparece: é o fim da história e o objeto das práticas políticas se define a partir do cotidiano de cada um.

A modernidade gerou um modelo de discurso epistemológico, científico e tecnológico que hoje está questionado. Há muitas explicações do mundo e o racionalismo cientificista tratou de desautorizar outras formas de saber, como a intuição, a opinião, a sensibilidade, o senso comum, que são propriedade de todo o ser humano e que, portanto, dividiriam o poder resultante do saber.

A razão, com virtualidades emancipatórias, tornou-se um instrumento do poder e transformou-se em razão positiva, instrumental, tecnocrática, suicida. A crise da razão se deve a uma aguda desconfiança da razão instrumental, estendida à razão como um todo, o que abre caminho para que se mergulhe resolutamente no irracionalismo.

No que diz respeito ao conhecimento, esta crise afeta os paradigmas da epistemologia racionalista vigente, cria uma suspeita metódica aos projetos do conhecimento científico e denuncia seus fundamentos irracionais e ideológicos.

Estes efeitos da crise da modernidade e das características da sociedade pós-industrial se cristalizam em alguns vetores de crítica aos supostos da epistemologia racional moderna, cartesiana, que é necessário criticar, desmontar, desconstruir, para reconstruir o conhecimento social sobre outras bases.

Os supostos que norteavam as ciências humanas em geral eram: a universalidade do ser humano, a idéia de verdade, a objetividade, a linearidade evolutiva de um processo histórico racional e universal, a separação entre sujeito e objeto, o enfoque macrológico, totalizante, enfoques voltados ao universal e permanente no universo simbólico, o pensamento científico, a noção de identidade, etc.

Uma consequência desta crítica à epistemologia racionalista é que atinge as teorias que partem deste paradigma, como o marxismo. O pensamento de Marx é herdeiro da razão moderna, de suas consequências e de seus limites, da razão emancipadora e da razão positiva.

Outra consequência, dentro da mesma linha de reflexão, é que o conhecimento histórico na atualidade é marcado por um refluxo da preocupação teórica, do modelo do pensamento científico e por um retorno ao empirismo e à narração. Uma manifestação disto é o próprio uso da palavra "ciência", que muitos estão próximos a recusar ou pelo menos a contornar para qualificar a sua disciplina.

As críticas que se fazem à epistemologia racionalista e, mais especificamente aos referenciais das ciências sociais que daí se derivam têm tido, como vimos, influência marcante sobre as características da nova historiografia. Mas, além da dimensão do "novo", que já examinei antes, há outros efeitos, de ordem epistemológica, que considero importantes para a reflexão dos historiadores e quero encerrar minha exposição com alguns comentários neste sentido.

1- Em alguns casos, o que se está criticando não é realmente o paradigma racionalista, mas deformações, leituras vulgares deste paradigma. Por exemplo, quando se examina o conteúdo da crítica ao pensamento científico, em geral ele está se referindo ao cientificismo.

2- A faceta da racionalidade que está subjacente ao paradigma da ciência moderna expurgou como manifestações irracionais ou falsas tudo aquilo que pertence ao campo da intuição, do senso comum, da sensação. A crítica a esta razão dogmática e reducionista está sendo feita de muitos lados (hermenêutica, psicologia, teoria da escolha racional e sociologia compreensiva, para citar alguns dos campos onde ela se realiza), de modo que já não se pode desconhecer que outras formas de conhecimento têm procedimentos e resultados particulares. Conforme o objeto de investigação, as finalidades que se tenha em vista, há formas de conhecimento que são pertinentes.

*"Se, por exemplo, a conceituação reduz o real e não se confunde com ele, o conhecimento imediato por sua vez quase nunca se presta à generalização, a intuição e a sensação tendem a ser por demais subjetivas. (...) Não há, ao menos por enquanto, como avançar na formulação de um modo de pensar e conhecer que contemple todas as formas de saber. Ante a crítica dos grandes sistemas explicativos, o mais que se pode fazer é aprofundar a crítica da teoria, precisar*

*os limites da racionalidade e resgatar as contribuições e atribuições das outras formas e procedimentos de conhecer.*<sup>22</sup>

3- Mesmo que se deplore o fato de que não se pode escapar à rede da razão e que se manifeste desprezo por preocupações epistemológicas "essencialistas", como a verdade, a objetividade, etc., a razão não pode ser evitada. Tudo o que podemos fazer é desconstruí-la, enfraquecer sua pretensão de significados estáveis e unívocos.

4- A crítica ao paradigma racionalista não é o estágio final da crise da razão; ela apenas marca seu contorno, define seus termos: as alternativas estão ainda para serem construídas. Estas questões se dão todas dentro de um campo epistemológico que, se está abalado, não foi ainda substituído. Não se deu ainda uma "ruptura epistemológica" no sentido de estabelecer uma nova configuração cognitiva, onde por exemplo, e verifique um trabalho de transformação tanto do senso comum como da ciência, onde se combine um senso comum "esclarecido" com uma ciência "prudente", no sentido atribuído por Boaventura Santos.<sup>23</sup>

Esta indefinição paradigmática, momento de crise mas ainda não de ruptura, creio que é um dos elementos importantes para entender as características que assume o conhecimento histórico neste momento, com suas contradições, etc.

5- Reconhecer que a razão se tornou um instrumento eficiente do poder, não significa cair no extremo oposto de renunciar a ela ou de condená-la em um processo sumário. Como observa Sérgio Rouanet,

*"... o irracionalismo mudou de rosto, mas não mudou de natureza. Hoje, como ontem, só a razão é crítica, porque seu meio vital é a negação de toda a facticidade, e o irracionalismo é sempre conformista, pois seu modo de funcionar exclui o trabalho do conceito, sem o qual não há como dissolver o existente. Mas há um núcleo de verdade no novo irracionalismo: o conceito clássico de razão deve efetivamente ser revisto."*<sup>24</sup>

22- FALCÃO, L. Felipe. Op. cit., pp. 9-10.

23- SANTOS, Boaventura de S. Introdução a uma ciência pós-moderna. Rio de Janeiro, Graal, 1989, pp. 31-45.

24- ROUANET, S. Paulo. As razões do iluminismo. São Paulo, Cia. das Letras, 1987, p. 12.

## ARTIGO

### CAMPONESES E REVOLUÇÃO

Marco Antônio Villa

*Na história da América Latina, particularmente no século XX, a participação dos camponeses nos movimentos políticos sempre se destacou pelo confronto com a ordem dominante, caracterizada pela defesa do latifúndio. Assim, a Revolução Mexicana de 1910, a Revolução Boliviana de 1952 e a Revolução Cubana de 1959 são momentos maiores da luta camponesa pela terra, que nem sempre atingiu o estágio socialista. No México e na Bolívia, apesar do radicalismo da ação camponesa, a revolução foi interrompida num patamar burguês.*

*No Brasil, desde a Proclamação da República, houve vários momentos nos quais os camponeses se colocaram contra a ordem burguesa. A guerra de Canudos e a heróica resistência às quatro expedições do exército - a última com 10.000 soldados -, a resistência dos camponeses do Contestado, a luta de Trombas e Formoso e a atual onda de invasões de terra comandada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) são alguns exemplos da ativa participação dos camponeses na história contemporânea do Brasil.*

*Apesar disso, os historiadores relegaram esses movimentos a segundo plano, preferindo realçar as "limitações políticas" dos camponeses ou lançando epítetos de fanáticos e messiânicos àqueles que se opuseram a uma ordem discricionária, injusta e antipopular.*

*Neste artigo discuto os possíveis motivos que explicam o desdém, o apriorismo histórico dos historiadores e sociólogos*

*marxistas com relação à ação política dos camponeses, recorrendo às primeiras formulações de Karl Marx sobre o campesinato, às mudanças no seu pensamento em decorrência dos contatos com os populistas russos, e às análises marxianas até a Revolução de 1917. A política camponesa dos bolcheviques e a coletivização forçada do campo soviético são tratados com mais detalhe, pois não só influenciarão decisivamente a interpretação da história política dos camponeses como também servirão de modelo para "resolver" a questão camponesa na transição para o socialismo.*

As primeiras reflexões de Karl Marx sobre o campesinato estão fortemente influenciadas pela repercussão da Revolução Francesa e da Revolução Industrial na vida europeia, particularmente na Alemanha.

A Revolução Francesa não só encontrou grande dificuldade em penetrar na Alemanha como gerou o desenvolvimento de um processo de resistência às transformações políticas, econômicas e sociais advindas dos acontecimentos de 1789. A idealização do passado medieval, a negação da modernidade - representada pela Revolução Industrial Inglesa e Revolução Francesa, serviram para moldar um conservadorismo romântico profundamente reacionário. Karl Marx iniciou a sua vida intelectual atacando tal recusa à modernidade. Para afirmar a sua diferença em relação ao pensamento alemão tradicional, nega qualquer papel renovador/revolucionário às classes que não são intrínsecas ao capitalismo.

Sendo assim, para Marx, somente a burguesia e o proletariado são considerados classes revolucionárias, pois representam o progresso, o capitalismo. Já o campesinato, identificado com a ordem feudal, está associado ao atraso, ao conservadorismo alemão. Daí considerar os camponeses uma classe econômica, e não política, sem possibilidade de alcançar a consciência de classe para si. A desconsideração da ação revolucionária dos camponeses funciona como um mecanismo de defesa, frente ao conservadorismo romântico alemão e, não menos importante, ao socialismo utópico, que idealiza a vida comunitária que foi varrida,

principalmente nas últimas décadas do século XVIII e na primeira metade do século XIX, pelo desenvolvimento avassalador do capitalismo.<sup>1</sup>

O exílio passado na Inglaterra, centro do capitalismo mundial, onde a questão camponesa não mais fazia parte de nenhum programa revolucionário, pois os camponeses tinham sido expropriados entre os séculos XVI e XVIII (desde as leis sangüinárias de Elizabeth I até a intensificação dos cercamentos), colaborou para Marx relegar a plano secundário os camponeses, quando não para demonstrar a inevitabilidade do seu desaparecimento, enquanto classe.

No Manifesto Comunista, um das obras da literatura socialista de maior difusão, Marx e Engels afirmam que o desenvolvimento do capitalismo coloca "em plano secundário as classes legadas pela Idade Média." Essas classes,

*"os pequenos industriais, os pequenos comerciantes, os artesãos, os camponeses - lutam contra a burguesia para garantir sua existência como classes médias. Não são, portanto, revolucionárias, mas conservadoras; mais ainda, são reacionárias, pois procuram fazer girar para trás a roda da História. Se, por acaso tornam-se revolucionárias e, em consequência de sua iminente transferência para o proletariado, não defendem seus interesses atuais mas interesses futuros, abandonam seu próprio ponto de vista pelo do proletariado."*<sup>2</sup>

Dentro dessa concepção de História, é inevitável o desaparecimento da propriedade camponesa: "Não precisamos aboli-la, porque o desenvolvimento da indústria já a aboliu e continua a aboli-la diariamente."<sup>3</sup>

1- "La primera reacción contra la Revolución Francesa y el pensamiento de las luces, que va vinculado a ella, ha sido naturalmente la de verlo todo bajo el aspecto medieval y romántico, e incluso personas de la valía de Grimm lo han compartido en parte. La segunda reacción, que corresponde a la tendencia socialista, aun cuando sus sabios no se den cuenta en absoluto de que es suya, consiste en remontarse, por encima de la Edad Media, a los orígenes de cada pueblo". Carta de Marx a Engels (25 de março de 1868). Max, K. e Engels, F. Cartas sobre el Capital. Barcelona, Editorial Laia, 1974. P. 158.

2- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. "Manifesto Comunista", p. 94. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. Cartas Filosóficas e Outros Escritos. São Paulo, Grijalbo, 1977.

3- Ibidem, p. 97.

Em 1852, Marx publicou *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*. Nessa obra, fartamente citada pelos autores que negam o papel revolucionário do campesinato, Marx descreve como os "pequenos camponeses" franceses se transformaram na base política do bonapartismo.

*"Eles constituem uma imensa massa, cujos membros vivem em condições semelhantes mas sem estabelecerem relações multiformes entre si. Seu modo de produção os isola uns dos outros, em vez de criar entre eles um intercâmbio mútuo. Esse isolamento é agravado pelo mau sistema de comunicações existente na França e pela pobreza dos camponeses. Seu campo de produção, a pequena propriedade, não permite qualquer divisão do trabalho para o cultivo, nenhuma aplicação de métodos científicos e, portanto, nenhuma diversidade de desenvolvimento, nenhuma riqueza de relações sociais. Cada família camponesa é quase auto-suficiente: ela própria produz a maior parte do que consome, adquirindo assim os meios de subsistência mais através de trocas com a natureza do que do intercâmbio com a sociedade. Uma pequena propriedade, um camponês e sua família; ao lado deles outra pequena propriedade, outro camponês e outra família. Algumas dezenas delas constituem uma aldeia e algumas dezenas de aldeias constituem um departamento. A grande massa da nação francesa é, assim, formada pela simples adição de grandezas homólogas, da mesma maneira que batatas em um saco constituem um saco de batatas. Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam umas das outras e opõem o seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura ao das outras classes da sociedade, estes milhões constituem uma classe. Mas na medida em que existe, entre os pequenos camponeses, apenas uma ligação local, em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa exata medida não constituem uma classe. São conseqüentemente, incapazes de fazer valer seu interesse de classe, quer em seu próprio nome, quer através de uma convenção. Não podem representar-se, têm que ser representados. Seu representante tem, ao mesmo tempo, que aparecer como seu senhor, como autoridade sobre eles, como um poder governamental ilimitado que os protege das demais classes e que do alto lhes manda o sol e a*

*chuva. A influência política dos pequenos camponeses, portanto, encontra sua expressão final no fato de que o Poder Executivo submete ao seu domínio a sociedade."*<sup>4</sup>

Somente no início dos anos 70, após um período de estabilização capitalista, Marx passou a considerar que a revolução pode ocorrer primeiro nos países periféricos e não nos países capitalistas desenvolvidos. Isso traz à tona novamente os camponeses, pois, na Irlanda, na Espanha<sup>5</sup> e, principalmente, na Rússia, representam a ampla maioria da população. O Marx de viés evolucionista cede lugar ao que particulariza os estudos de caso, negando que o processo ocorrido na Inglaterra se repetirá *in totum* em qualquer país. Nessa mudança radical, tem papel fundamental o seu contato com o movimento revolucionário populista russo, que permite romper com uma visão etapista da História. Esses sempre se mostraram resistentes em considerar o capitalismo e suas seqüelas como um progresso inevitável, um preço a ser pago pelo progresso. Opor-se ao avanço do capitalismo impede a expropriação dos camponeses, condição histórica indispensável para o pleno progresso do capital, sem resvalar para o conservadorismo romântico, que idealiza o passado, eliminando as contradições de classe.

4- MARX, Karl. "O 18 Brumário de Luis Bonaparte", pp. 396-397. In: MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-Filosófico e Outros Textos Escolhidos*. São Paulo, Abril Cultural, 1978.

5- Durante os anos 1854-1856, Marx dedicou atenção especial aos acontecimentos de Espanha. Em um artigo publicado em 1854, afirma que o "hecho de que el partido revolucionario no supiera vincular los intereses del campesinado con el movimiento de las ciudades fue reconocido por dos personajes que desempeñaron papeles principales en la revolución: los generales Morillo y San Miguel. Morillo, del que en modo alguno puede sospecharse que simpatizara con la revolución, escribió desde Galicia al Duque de Angulema que si las Cortes hubieran aprobado la ley de los derechos señoriales y desposeído, en consecuencia, a los grandes de sus fincas rústicas en favor de las multitudes, el duque se habría enfrentado con amenazadores ejércitos, nutridos de fuerzas patrióticas que se habrían organizado, espontaneamente, como sucedió en Francia en circunstancias análogas". In: MARX, K. e ENGELS, F. *La Revolución en España*. Moscou, Editorial Progreso, 1980, p. 60. Michel Lowy alerta para o fato de que o "interesse desses artigos e correspondências sobre a Espanha reside principalmente no fato de ser uma das raras obras de Marx, dedicada às condições e às possibilidades da revolução num país atrasado, subdesenvolvido, semifeudal." Segundo Lowy, destes artigos é possível concluir que nos "países subdesenvolvidos, atrasados, semifeudais, a revolução socialista é possível depois de um processo de maturação política-social ativa do povo trabalhador". In: LOWY, Michel. *Método Dialético e Teoria Política*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975, pp. 85 e 95.

Já em *A Guerra Civil na França*, escrito em 1871, relatando a epopéia da Comuna de Paris, Marx demonstra que mudou sua apreciação sobre os camponeses:

*"O camponês francês elegeu Luís Bonaparte presidente da República, mas o partido da ordem criou o Império. O que o camponês francês queria, realmente, começou ele mesmo a demonstrar em 1849 e 1850, ao opor o alcaide ao prefeito do governo, o mestre escolar ao padre do governo e sua própria pessoa ao gendarme do governo. Todas as leis promulgadas pelo partido da ordem, em janeiro e fevereiro de 1850, foram descaradas medidas de repressão contra o camponês. O camponês era bonapartista porque a grande revolução, com todos os benefícios que ele havia conquistado, se personificava para ele em Napoleão. Mas essa quimera, que se ia esfumando rapidamente sob o Segundo Império (e que era, por natureza, contrária aos 'rurais'), esse preconceito do passado, como teria resistido ele ao apelo da Comuna, aos interesses vitais e às necessidades mais prementes dos camponeses? Os latifundiários sabiam que três meses de livre contato de Paris da Comuna com as províncias bastariam para desencadear uma sublevação geral de camponeses; daí sua pressa em estabelecer o bloqueio policial de Paris para impedir que a epidemia se propagasse."*<sup>6</sup>

A aproximação de Marx com os populistas russos, ao invés de ser um retorno à visão tradicional dos camponeses, muito em voga na Alemanha durante o período de sua formação intelectual, representa a abertura do seu pensamento para uma realidade muito mais complexa, onde os conflitos de classe não se resumem ao proletariado e à burguesia, onde o passado interage com o presente, moldando o futuro socialista. Portanto a incorporação dos países atrasados à História, transforma a reflexão marxista sobre o processo de rompimento com o capitalismo, pois, nesses países, se tornava possível construir o socialismo sem passar pela acumulação originária do capitalismo e suas trágicas conseqüências.

Na carta à Redação da revista *Otíchestviennie Zapiski*, escrita em novembro de 1877, Marx afirma:

*"no posfácio à décima edição alemã de O Capital - que o autor do artigo sobre o Sr. Jukovski conhece, pois a cita - falo de um 'grande sábio e crítico russo' com a elevada consideração que ele merece. Ele abordou, em artigos notáveis, a questão de saber se a Rússia deve começar por destruir, como pretendem seus economistas liberais, a comuna rural, para passar ao regime capitalista, ou se, pelo contrário, ela pode, sem experimentar as torturas deste regime, apropriar-se de todos os seus frutos, desenvolvendo suas próprias condições históricas. Ele opta por esta última solução. E meu honorável crítico teria pelo menos tanta razão para inferir de minha consideração por esse 'grande sábio e crítico russo' de quem eu compartilhava as opiniões sobre esta questão, para concluir de minha polêmica contra o belletrist e pan-eslavista que eu os rejeitava.*

*Enfim, continua Marx, como eu não gosto de deixar nada para ser adivinhado, falarei sem rodeios. Para poder apreciar, com conhecimento de causa, o desenvolvimento econômico da Rússia, aprendi o russo e estudei, durante longos anos, as publicações oficiais e outras relativas ao assunto. Cheguei ao seguinte resultado: se a Rússia continuar marchando pelo caminho seguido desde 1861, ela perderá a mais bela oportunidade que a História jamais ofereceu a um povo e experimentará todas as peripécias fatais do regime capitalista.*

*O Capítulo sobre a acumulação primitiva pretende somente traçar o caminho por onde, na Europa Ocidental, a ordem econômica capitalista saiu das entranhas da ordem econômica feudal. Ele expõe, assim, o movimento histórico que, ao divorciar os produtores de seus meios de produção, converter os primeiros em assalariados (proletários, no sentido moderno da palavra), e os detentores dos últimos em capitalistas. Nesta História, 'fazem época todas as revoluções que servem de alavanca para o avanço da classe capitalista em formação, sobretudo aquelas que, ao despojar as grandes massas de seus meios tradicionais de produção e de existência, as lançam nas subitamente no mercado de trabalho. Mas a base de toda esta evolução é a expropriação dos cultivadores. Até agora, só na Inglaterra, ela se completou de modo radical... mas*

6- MARX, Karl. "A Guerra Civil na França". In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. Textos 1. São Paulo, Edições Sociais, 1975, pp. 202-203.

*todos os países da Europa Ocidental percorrem o mesmo movimento' etc. (O Capital, edição francesa, p. 315).*

No fim do capítulo, assim é resumida a tendência histórica da produção:

*ela mesma 'engendra sua própria negação com a fatalidade que preside as transformações da natureza'; ela mesma cria os elementos de uma nova ordem econômica, ao dar grande impulso às forças produtivas do trabalho social e ao desenvolvimento integral de cada produtor.*

*A propriedade capitalista, já repousando de fato sobre um modo de produção coletivo, só pode transformar-se em propriedade social. Não forneci ainda nenhuma prova a esse respeito pelo simples motivo de que esta afirmação é, apenas, resumo do que foi discutido nos capítulos que falam sobre a produção capitalista."*

Continua:

*"Que aplicação à Rússia meu crítico poderia fazer desde esboço histórico? Apenas esta: se a Rússia tende a transformar-se numa nação capitalista, à maneira das nações da Europa Ocidental "(e nos últimos anos ela se tem dado mal com essa pretensão), não o conseguirá sem antes transformar boa parte de seus camponeses em proletários. E então, introduzida no seio do regime capitalista, ela experimentará suas leis impiedosas, como ocorreu com outros povos. Isto é tudo. Mas não é para meu crítico. Ele se sente obrigado a metamorfosear meu esboço histórico da gênese do capitalismo na Europa Ocidental em uma teoria histórico-filosófica da marcha geral fatalmente imposta a todos os povos, sejam quais forem as circunstâncias históricas em que se encontrem, para chegar, finalmente, a esta transformação econômica que assegure, juntamente com o maior impulso das forças produtivas do trabalho social, o mais completo desenvolvimento do homem. Mas ele que me perdoe: isso, ao mesmo tempo, muito me honra e muito me envergonha. Tomemos um exemplo.*

*Em diferentes passagens de O Capital, faço alusão ao destino dos plebeus da antiga Roma. Eram originariamente camponeses livres que cultivavam, cada um por sua conta, suas próprias parcelas de*

*terra. No curso da história romana, foram expropriados. O mesmo movimento que os separou de seus meios de produção e de subsistência implicou não a formação não só da grande propriedade fundiária mas também de grandes capitais monetários. Assim, um dia, havia, de um lado, homens livres, despojados de tudo, exceto de sua força de trabalho, e de outro, para explorar esse trabalho, os detentores de todas as riquezas adquiridas. O que ocorreu? Os proletários romanos transformaram-se não em trabalhadores assalariados, mas em um mob ocioso, mais abjeto que os poor whites do Sul dos Estados Unidos. E junto a eles não se desenvolveu um modo de produção capitalista, mas escravista. Portanto, acontecimentos de uma surpreendente analogia, que ocorreram em meios históricos diferentes, levaram a resultados inteiramente distintos. Estudando cada uma dessas evoluções separadamente e comparando-as em seguida, encontra-se facilmente a chave do fenômeno, mas nunca se chega a ela com o passe-partout de uma teoria histórico-filosófica geral, cuja suprema virtude consiste em ser supra-histórica."*<sup>7</sup>

Na famosa carta a Vera Zasúlich (8 de março de 1881), Marx reafirma :

*"en el fondo del sistema capitalista está pues la separación radical entre productor y medios de producción... la base de toda esta evolución es la expropiación de los campesinos. Todavía no se ha realizado de una manera radical más que en Inglaterra... Pero todos los demás países de Europa Occidental van por el mismo camino. (El Capital, edición francesa, p. 316)*

*La 'fatalidad histórica' de este movimiento está, pues, expressamente restringida a los países de Europa Occidental."*<sup>8</sup>

Nos rascunhos desta carta, Marx também muda radicalmente a sua visão sobre a ação do imperialismo inglês na Ásia. Em 1853, Marx diz que:

7- In: FERNANDES, Rubem César (org.). *Dilemas do Socialismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982, pp. 166-8.

8- MARX, K. e ENGELS, F. *Escritos sobre Rusia. II. El Porvenir de la Comuna Rural Rusa*. México, Pasado y Presente, 1980, p. 60.

"não devemos esquecer simultaneamente que essas idílicas comunidades rurais, por inofensivas que parecessem, constituíram sempre uma sólida base para o despotismo oriental; restringiram o intelecto humano aos limites mais estreitos, convertendo-o num instrumento submisso da superstição, submetendo-o à escravidão de regras tradicionais e privando-o de toda grandeza e de toda iniciativa histórica."<sup>9</sup>

#### A Inglaterra

"tem de cumprir na Índia uma dupla missão: destruir, por um lado, e regenerar, por outro. Tem que destruir a velha sociedade asiática e assentar as bases materiais da sociedade ocidental na Ásia. (...) De acordo com a lei imutável da história, os conquistadores bárbaros são conquistados pela civilização superior dos povos subjulgados por eles."<sup>10</sup>

Já em 1881, Marx afirma que nas

"Índias orientales, por ejemplo, todo el mundo, salvo sir H. Maine y otros del mismo jaez, sabe que allí la supresión de la propiedad común de la tierra no era más que un acto de vandalismo inglés, que empuja al pueblo indígena na hacia adelante sino hacia atrás."<sup>11</sup>

Marx, durante os anos 1870, deu enorme importância aos estudos sobre o campo russo. Engels, no prefácio do Tomo III de *O Capital*, diz que

"Marx havia feito, nos anos 70, estudos especiais totalmente novos. Os registros estatísticos e outras publicações sobre a propriedade fundiária, que se tornaram inevitáveis, depois da 'reforma' de 1861 na Rússia, e que amigos russos puseram à sua disposição em forma tão completa quanto se poderia desejar, foram estudados durante

9- MARX, K. "O domínio britânico na Índia". In: MARX, K. e ENGELS, F. *Textos 3*. São Paulo, Edições Sociais, 1977, p. 290.

10- MARX, K. "Futuros resultados do domínio britânico na Índia". In: MARX, K e ENGELS, F. *Op. cit.*, pp. 292-3.

11- MARX, K e ENGELS, F. *Escritos sobre Rusia. II. El Porvenir de la Comuna Rural Rusa*. México, Pasado y Presente, 1980, p. 52.

anos por Marx no idioma original, deles extraindo citações, que tinha a intenção de utilizar na reelaboração dessa seção. Dada a variedade de forma, tanto da propriedade fundiária quanto da exploração dos produtos agrícolas na Rússia, deveria desempenhar o mesmo papel que, no Livro Primeiro, a Inglaterra desempenhou no que tange ao trabalho assalariado industrial. Lamentavelmente, a execução desse plano ficou-lhe vedada."<sup>12</sup>

No próprio prefácio da edição russa de 1881 do *Manifesto Comunista*, fica evidente a preocupação da incorporação do campesinato ao processo revolucionário:

"O Manifesto Comunista tinha como tarefa a proclamação do desaparecimento próximo e inevitável da moderna propriedade burguesa. Mas na Rússia vemos que, ao lado do florescimento febril da velhacaria capitalista e da propriedade territorial burguesa em vias de formação, mais da metade das terras é possuída em comum pelos camponeses. A pergunta, pois, agora é: poderia a comunidade rural, forma por certo já muito deteriorada da primitiva propriedade comum da terra - passar diretamente à forma superior da propriedade coletiva, à forma comunista ou, pelo contrário, deverá primeiramente passar pelo mesmo processo de dissolução que constitui o desenvolvimento histórico do ocidente?"

A única resposta que hoje se pode dar à questão é a seguinte: se a revolução russa torna-se o sinal para a revolução proletária no Ocidente, de modo que cada uma complemente a outra, a atual propriedade comum na Rússia poderá servir de ponto de partida para a evolução comunista."<sup>13</sup>

Infelizmente, grande parte da reflexão marxista sobre os camponeses e os "países atrasados" só foi divulgada no século XX, após a I Guerra Mundial, ou ficou relegada a um plano secundário, pois, na obra fundamental, *O Capital*, estas questões não estão presentes.

12- MARX, Karl. *O Capital*. Vol. IV. São Paulo, Nova Cultural, 1986, pp. 8-9.

13- MARX, K. e ENGELS, F. "O Manifesto de 1848". In: MARX, K. e ENGELS, F. *Textos 3*, p. 66.

Segundo Eric Hobsbawn, só

*"depois da publicação do vol. I do Capital (isto é, quando já estava elaborado o esboço básico dos volumes II e III) o problema começou, ao que parece, a preocupar os dois amigos, sobretudo a partir de 1868, quando Marx iniciou, seriamente, o estudo de Maurer, cujo trabalho ele e Engels, daí por diante, encararam como a base de seus conhecimentos neste campo. Entretanto, o interesse de Marx parece ter-se concentrado na luz que Maurer e outros lançaram sobre a comunidade camponesa primitiva, mais do que na servidão, enquanto Engels, ao que tudo indica, desde o começo interessou-se pelo último aspecto também, apresentando a servidão com base em Maurer, em seu texto O Marco (escrito em 1882). Algumas das derradeiras cartas trocadas entre os dois, em 1882, referem-se à evolução histórica da servidão. Evidencia-se que o interesse de Marx pelo tema cresceu no fim de sua vida, quando os problemas da Rússia passaram a preocupá-lo cada vez mais. As seções do volume III do Capital que tratam das transformações da rendas da terra não mostram qualquer sinal de estudo minucioso da literatura sobre a agricultura feudal no Ocidente."*<sup>14</sup>

Assim,

*"é provável ter havido dois períodos da carreira de Marx dedicados mais especialmente à história das sociedades pré-industriais ou não-européias: os anos da década de 1850, isto é, o período anterior ao do esboço da Crítica da Economia Política, e a década de 1870, depois da publicação do volume I do Capital e de substancialmente esboçados os volumes II e III, quando Marx parece ter retornado aos estudos históricos, especialmente sobre a Europa Oriental e a sociedade primitiva, talvez em correspondência a seu interesse quanto às possibilidades revolucionárias da Rússia."*<sup>15</sup>

Como somente a publicação do livro I de O Capital foi feita em vida e como também Engels nunca partilhou das inquietações de Marx, é compreensível -

apesar de não justificar - o abandono dessa reavaliação do pensamento marxista com relação à negação do papel revolucionário dos camponeses. É importante lembrar que Engels não só não partilhou dessas preocupações de Marx, como, até o final da sua vida, reafirmou o papel reacionário, apático, dos camponeses, reforçando o primado do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas como elemento indispensável para alcançar o socialismo. Em O Problema Camponês na França e na Alemanha, Engels afirma:

*"o camponês só se tem manifestado, como fator do poder político, através de sua apatia, cuja origem está em seu isolamento da vida real." Para Engels, como o desenvolvimento do capitalismo é inexorável, o pequeno camponês, como todo o resto de um modo de produção já caduco, está irremediavelmente condenado a desaparecer. O pequeno lavrador é um futuro proletário.*

Como primeiro representante de um marxismo brutal, de viés evolucionista, Engels indica como um dever do Partido Social-Democrata-Alemão:

*"mostrar aos camponeses, constante e incansavelmente que, enquanto o capitalismo domina, sua situação continuará a ser absolutamente desesperadora; convencê-los da absoluta impossibilidade de conservar sua propriedade parcelar, como tal, infundir-lhes a certeza absoluta de que a produção capitalista passará por cima da antiquada e importante pequena exploração, da mesma forma que um trem passa por cima de um pequeno carro de mão. Se assim agir, estará trabalhando no sentido da evolução econômica inevitável - e esta se encarregará de fazer com que os pequenos camponeses prestem ouvidos a nossas palavras."*<sup>16</sup>

A aproximação de Marx, especialmente, e Engels com os movimentos revolucionários russos intensificou-se com a difusão do marxismo na Rússia e

*"os populistas tomaram maior consciência da incompatibilidade de certas premissas do materialismo histórico com as suas opiniões sobre o desenvolvimento social desejado para a Rússia, mas alguns deles ainda continuaram a aprender com o marxismo e tentaram*

14- HOBBSAWN, Eric. Introdução às Formações Econômicas Pré-Capitalistas. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985, pp. 25-6.

15- HOBBSAWN, Eric. Op. cit., p. 29.

16- ENGELS, Friedrich. "O Problema Camponês na França e na Alemanha". In: MARX, K. e ENGELS, F. Textos 1. São Paulo, Edições Sociais, 1875, pp. 135, 138, 149.

discutir com os "discípulos russos de Marx" em termos marxistas. Os populistas foram o primeiros pensadores a assinalar as características específicas dos "retardatários" (isto é, dos países agrícolas atrasados, que conhecem o desenvolvimento da modernização em condições criadas pela coexistência com os países de capitalismo avançado) e a tentar elaborar a teoria de uma modernização socialista desses países.<sup>17</sup>

"Este problema, continua Walicki, foi desprezado por Plekhânov, dogmaticamente convencido de que os países atrasados deveriam simplesmente repetir as mesmas fases de desenvolvimento já atravessadas pelos países avançados. Todavia o próprio Marx, até o final de sua vida, rejeitou este ponto de vista evolucionista e, para grande desapontamento do grupo de Plekhânov, apoiou de fato as opiniões populistas. Pode-se, portanto, afirmar que o contato entre marxismo e populismo russo produziu alguns importantes resultados: aguda consciência dos problemas específicos do atraso econômico, aos quais o marxismo não oferecia nenhuma solução já pronta e as primeiras tentativas de elaborar teorias da modernização socialista dos países atrasados (...). Enfim, o contato com os problemas da Rússia e com as teorias e as esperanças dos pensadores populistas russos foi, talvez, o fator decisivo de uma certa mudança no pensamento de Marx nos seus últimos anos, mudança de perspectiva e colocação de novas questões, cuja importância, hoje claramente reconhecida, foi grosseiramente subestimada no século XIX, por causa do fascínio exercido pela idéia de um progresso unilinear e 'eurocêntrico'.<sup>17</sup>

Nicolai Danielson (Nikolai-On), um dos mais assíduos interlocutores russos de Marx, em seu livro *A Tarefa Econômica da Rússia*, afirma: a nossa

"história legou-nos a comuna. A pressão do capitalismo, as condições de produção e de circulação por ele criadas e a separação entre a indústria e a agricultura retiram da colona a capacidade de prover a subsistência de seus membros. Nas condições atuais, ela

17- WALICKI, Andrzej. "Socialismo Russo e Populismo". In: HOBBSAWN, Eric (org.). *História do Marxismo*. Vol. 3. Rio de Janeiro, Paz e Terra, pp. 55-6.

está decididamente ameaçada de destruição. Por outro lado, a propriedade comum da terra será uma das principais condições materiais da produção na futura ordem econômico-social. A aplicação da ciência à agricultura não exige necessariamente que se passe pelo caminho ocidental, onde a acumulação capitalista expulsa a maioria dos camponeses de suas terras. Esta expulsão em massa representaria para nós uma verdadeira morte econômica.<sup>18</sup>

Pedro N. Tkatchov, outro destacado populista, em resposta a uma crítica de Engels, escreveu:

"a situação do nosso país é inteiramente excepcional: ela não tem nada em comum com a situação de qualquer país da Europa Ocidental. As formas de luta empregadas no Ocidente são, na melhor das hipóteses, absolutamente inadequadas para nós. Necessitamos de um programa revolucionário totalmente distinto, que deve diferir do alemão, na mesma medida em que as condições sócio-políticas da Alemanha diferem das existentes na Rússia. Analisar o nosso programa do ponto de vista alemão (isto é, do ponto de vista das condições sociais do povo alemão) seria tão absurdo quanto analisar o programa alemão do ponto de vista russo. O senhor não compreende isto, não está em condições de perceber o ponto de vista russo e, no entanto, o senhor tem a ousadia de passar decretos e dar conselhos (...)

Em primeiro lugar, peço que tome consciência de que não dispomos na Rússia de nenhum daqueles meios de luta revolucionária comuns no Ocidente em Geral e na Alemanha em particular. Não temos um proletariado urbano, não temos liberdade de imprensa, não temos instituições de representação parlamentar. (...) Mas isso não o deveria levar a concluir que o triunfo da revolução social seja mais problemático e menos certo na Rússia do que no Ocidente. Absolutamente. Embora não tenhamos aquelas condições que lhes são favoráveis, contamos com uma série de outras que os senhores não possuem.

18- DANIELSON, Nicolai. "A Tarefa Econômica da Rússia". In: FERNANDES, Rubem César (org.). Op. cit., pp. 93-4.

*Não temos um proletariado urbano, é verdade; mas tampouco temos uma burguesia. Entre o povo sofredor e o despotismo estatal que o oprime, não temos uma classe média. (...)*

*Nosso povo é ignorante - também isso é verdade. Mas, em compensação, em vasta maioria (sobretudo nas regiões norte, centro, noroeste e sudoeste da Rússia), está impregnado dos princípios do governo comum e comunitário da terra. Ele é, se assim se pode dizer, comunista por instinto, por tradição. A idéia da propriedade coletiva arraigou-se tão profundamente na visão de mundo do povo russo que, atualmente, quando o governo começa a compreender que esta idéia não está de acordo com os princípios da ordem social e que, em nome destes princípios, procura difundir na consciência e na vida do povo a idéia de propriedade privada, tem que lançar mão dos argumentos do chicote e da baioneta.*

*Decorre claramente daí que o nosso povo, apesar de sua ignorância, está mais próximo do socialismo do que os povos da Europa Ocidental, ainda que aqueles sejam mais esclarecidos.*

*Nosso povo acostumou-se à escravidão e à dependência, não há como negá-lo. Mas o senhor não deveria concluir que ele está satisfeito com a sua sorte. Não, ele protesta sem cessar... Independentemente da forma assumida pelo seu protesto - seja ela a das seitas religiosas (raskol, como são chamadas entre nós), seja a recusa a pagar impostos, seja o banditismo de grupos organizados, sejam as ações incendiárias ou, finalmente, os levantes e a resistência aberta ao poder - nosso povo protesta incessantemente e, às vezes, de maneira muito enérgica. Certamente o senhor não pode saber destas coisas: estas informações nunca são transmitidas à Europa e mesmo na Rússia é proibido falar delas em voz alta.<sup>19</sup>*

A resposta de Engels é exemplar e revela como, ao contrário de Marx, ainda se mantém prisioneiro do economicismo:

*"A revolução a que aspira o socialismo moderno consiste, brevemente falando, na vitória do proletariado sobre a burguesia e*

19- TKATCHOV, Pedro N. "Carta Aberta ao Sr. F. Engels". In: FERNANDES, Rubem César. Op. cit., pp. 133-5.

*em uma nova organização da sociedade mediante a liquidação das diferenças de classe. Para isso, é necessário que exista, além do proletariado, que há de levar a cabo esta revolução, a burguesia, em cujas mãos as forças produtivas da sociedade alcançam o desenvolvimento que faz possível a eliminação definitiva das diferenças de classe. Entre os selvagens e os semi-selvagens, tampouco, há diferenças de classe e por esse estágio passaram todos os povos. Mas nem sequer pode ocorrer-nos restabelecê-lo, porque deste mesmo estágio surgem necessariamente, com o desenvolvimento das forças produtivas da sociedade, as diferenças de classe. Só ao chegar a certo grau de desenvolvimento das forças produtivas, muito avançado até para as nossas condições atuais, torna-se possível elevar a produção ao nível em que a liquidação das diferenças de classe represente um verdadeiro progresso, tenha consciência e não traga consigo o estancamento ou mesmo a decadência do modo de produção da sociedade. Somente nas mãos da burguesia as forças produtivas alcançaram esse grau de desenvolvimento. Por conseguinte, a burguesia é, também sob esse aspecto, uma condição prévia e tão necessária como o próprio proletariado, para a revolução socialista. Portanto, quem for capaz de afirmar que é mais fácil fazer a revolução em um país onde ainda que não há proletariado nem tampouco há burguesia demonstra exclusivamente que ainda deve estudar o a-bê-cê do socialismo.<sup>20</sup>*

Engels repetiu inúmeras vezes esse argumento, na correspondência e nas polêmicas mantidas com os populistas. Em carta a Danielson escreveu:

*"nas colheitas desta primavera, o camponês estará infinitamente mais fraco do que esteve durante as colheitas de outono. Será forçado a recuperar suas forças em circunstâncias consideravelmente menos propícias. Na miséria, endividado até o pescoço, sem gado, que iniciativa poderá tomar, mesmo nas localidades em que conseguiu sobreviver ao inverno sem desfazer-se de suas terras? Parece-me que muitos anos passarão antes que os resultados desta calamidade sejam totalmente superados. E, quando*

20- ENGELS, F. "A Questão Social na Rússia". In: FERNANDES, Rubem César. Op. cit., p. 144.

isto acontecer, a Rússia será um país inteiramente distinto do que era em 1º de janeiro de 1891. Para o nosso consolo, resta somente o pensamento de que, no final das contas, tudo isto há de servir à causa do progresso da humanidade."<sup>21</sup>

Engels é justificado por Hobsbawn:

"É interessante constatar que - de certo modo até inesperadamente - seus pontos de vista (de Marx) se inclinam no sentido dos Narodniks, que sustentavam que a comunidade aldeã russa poderia fornecer a base da transição para o socialismo sem prévia desagregação, através do desenvolvimento capitalista. Esta opinião não flui da orientação natural do pensamento histórico anterior de Marx e não foi aceita pelos marxistas russos (que se enfiavam entre os opositores dos Narodniks, neste ponto) ou pelos marxistas posteriores. De qualquer forma, revelou-se infundada. Talvez a dificuldade de Marx para esboçar uma justificação teórica disso reflita uma certa sensação de embaraço. Isso faz contraste gritante com o retorno de Engels, lúcido e brilhante, à principal tradição marxista - e ao apoio aos marxistas russos - quando da discussão do mesmo tema, alguns anos mais tarde. De qualquer modo, poderá conduzir-nos à segunda razão da crescente preocupação de Marx com o comunismo primitivo: seu progressivo ódio e desprezo à sociedade capitalista (...) Parece provável que Marx, que anteriormente saudara o impacto do capitalismo ocidental como uma força desumana mas historicamente progressiva sobre as estagnadas economias pré-capitalistas, ia ficando cada vez mais impressionado com sua desumanidade."<sup>22</sup>

21- ENGELS, F. "15 de março de 1892". In: FERNANDES, Rubem César. Op. cit., p. 220.

22- HOBBSBAWN, Eric. Op. cit., p. 49. Kurt Mandelbaum analisa esta questão da mesma forma: "La explicación dada por Engels contra Tkachov en el sentido de que la comuna primitiva no sólo está incapacitada para llevar adelante la gran industria en forma colectiva, sino que 'inclusive marcha necesariamente a la bancarrota a causa de la gran industria' resultaba sin duda mucho más acertada que la afirmación de Marx, que invierte la verdadera relación existente entre las fuerzas productivas y las formas de la propiedad para establecer que la propiedad común primitiva podría determinar el modus operandi de las modernas fuerzas productivas recientemente incorporadas".

Para concluir este ponto, vale citar Andrzejew Walicki:

"Demonstrou-se correta a previsão populista de que a derrubada da autocracia seria seguida, na Rússia, por uma revolução socialista, de que não passaria muito tempo entre a revolução burguesa e a socialista. Revelou-se infundada, pelo contrário, sua confiança otimista no fato de que tal desenvolvimento não teria comportado o pagamento de um 'preço do progresso' muito alto, isto é, que a industrialização socialista posterior à revolução não teria exigido grandes sacrifícios humanos. Em 1917, Plekhânov viu em Lênin o continuador de Tkatchov e observou precisamente que a revolução bolchevique contradizia, nos pressupostos fundamentais, sua interpretação do marxismo. A vitória do marxismo na Rússia foi, portanto, diferente das teorias e das previsões do 'pai do marxismo russo'."<sup>23</sup>

## II

A Revolução Russa é o momento privilegiado para entender como os marxistas, no caso fundamentalmente os bolcheviques, enfrentaram a problemática camponesa.

Já em 1905/1906, a ação revolucionária dos camponeses superou a previsão mais otimista dos bolcheviques. Segundo E.H. Carr, foram

"los obreros urbanos los que desencadenaron la revolución, aunque de un modo torpe y vacilante, y las huelgas industriales masivas del otoño de 1905 fueron su logro má espectacular. Pero, ya en febrero de 1905, los campesinos de las regiones de la tierra negra, de las provincias bálticas y del Cáucaso estaban sublevados, y la manifiesta jacquerie que se extendió sobre toda Rusia, más adelantado el año, continuó encendiéndose espasmódicamente en la

In: MANDELBAUM, Kurt. "Introducción a la edición alemana". MARX, K. et alii. Correspondencia 1868-1895. México, Siglo XXI, 1981, p. 363.

23- WALICKI, Andrzejew. Op. cit., p. 75.

primavera y el verano de 1906, mucho después de haberse extinguido la revolución en las ciudades y las fábricas."<sup>24</sup>

Apesar disso, Lenin, em 1905, diz que

"buscar la salvación de la clase obrera en algo que no sea el mayor desarrollo del capitalismo es una idea reaccionaria. En países como Rusia, la clase obrera sufre no tanto del capitalismo como del insuficiente desarrollo capitalista. Por eso la clase obrera está plenamente interesada en el desarrollo más amplio, libre y rápido del capitalismo."<sup>25</sup>

Assim, apoiamos

"el movimiento campesino mientras sea revolucionario-democrático, pero nos preparamos (y nos preparamos sin dilación) para luchar contra él tanto en cuanto aparezca en un papel reaccionario, antiproletario. Toda la esencia del marxismo estriba en este doble cometido."<sup>26</sup>

Durante as reformas de Stolipin, que entre os seus principais objetivos desejava destruir a comuna camponesa pois representava "una barrera a la introducción en Rusia de la agricultura competitiva y eficaz del capitalismo"<sup>27</sup>, Lenin, em 1908, diz que o "viejo debe ser barrido sin más. En las relaciones de propiedad rural no debería subsistir ninguna huella tradicional."<sup>28</sup>

Mesmo, em 1917, quando as sublevações camponesas cresceram de 49, em março, para 1169, em outubro, os camponeses continuavam a ser desconsiderados como agente histórico. Para Trotsky, os camponeses eram cegos e dispersos, não passavam de uma massa ignorante cheia de preconceitos<sup>29</sup>, e

24- CARR, E.H. *La Revolución Bolchevique (1917-1923)*. Vol. 2. Madrid, Alianza Editorial, 1974, p. 27.

25- LENIN, V. I. *Dos Tácticas de la Socialdemocracia*. Moscú Editorial Progreso.

26- LENIN, V. I. Op. cit.

27- CARR, E.H. Op. cit., vol. 2, p. 33.

28- LENIN, V.I. *El Problema Agrario en Rusia a fines del siglo XIX*.

29- TROTSKY, Leon. *A História da Revolução Russa*. Vol. 1. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, pp. 48, 50 e 55.

"não teriam por suas próprias forças, realizado jamais uma revolução agrário-democrática, isto é, a revolução que desejavam. Necessitavam de uma direção. Pela primeira vez na História Universal, deveria o camponês encontrar o seu guia na pessoa do operário."<sup>30</sup>

O mujique era o ponto de apoio do asiaticismo e a fraqueza dos bolcheviques no interior do movimento camponês devia-se ao fato

"de que os bolcheviques não compartilhavam das ilusões dos rurais. O campo não poderia chegar-se ao bolchevismo sendo pela experiência própria e em consequência das decepções."<sup>31</sup>

Charles Bettelheim conclui que, devido a várias razões,

"as massas camponesas continuam limitadas a uma ação direta, tendo por objetivo as terras, e não se orientam para uma aliança organizada com o proletariado das cidades. As razões ideológicas e políticas são fáceis de perceber: a força da influência dos SR e a fraqueza da dos bolchevistas. Mas esses dois aspectos de uma mesma situação política exigem também uma explicação, que será relativamente simples, se voltarmos ao passado: os bolchevistas haviam dirigido muito pouco de seu esforço de propaganda e de organização para as massas camponesas, enquanto os SR, atuando através da *intelligentsia* rural, exerciam influência efetiva sobre uma parte do campesinato. Entre fevereiro e outubro de 1917, os bolchevistas não podiam navegar contra a corrente porque não dispunham de forças suficientes."<sup>32</sup>

O autor não reconhece que os bolcheviques possuíam um programa agrário que não atendia às necessidades dos camponeses, diferentemente dos socialistas revolucionários, em parte herdeiros dos populistas. Portanto, a influência eserista deve-se a uma razão programática, não cabendo aos camponeses o ônus político do isolamento político em relação à classe operária. Foi o P.O.S.D.R. (tanto os

30- TROTSKY, Leon. Op. cit., vol. 1, p. 61.

31- TROTSKY, Leon. Op. cit., vol. 1, pp. 329 e 342.

32- BETTELHEIM, Charles. *A Luta de Classes na União Soviética*. Vol. 1. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, p. 74.

mencheviques como os bolcheviques) que se afastou dos camponeses, impedindo, na prática, uma aliança entre os explorados do campo e da cidade, que poderia ter sido obtida desde 1905.

O próprio Lenin reconhece a impropriedade do programa agrário bolchevique quando afirma que, para provar

*"a los campesinos que los proletarios no quieren mandar en ellos ni darles órdenes sino ayudarles y ser amigos suyos, los bolcheviques victoriosos no han puesto ni una palabra suya en el decreto sobre la tierra, sino que han copiado éste, palabra por palabra, de las ordenanzas campesinas publicadas por los eseristas en su propio periódico (las más revolucionarias, eso sí)."*<sup>33</sup>

A interpretação marxista da Revolução Russa insiste em sobrevalorizar o papel do operariado, desqualificando o campesinato. Este sempre é um aliado preferencial da burguesia e a associação entre a participação dos S.R. de direita no governo provisório colabora para desenhar um quadro político que não corresponde à realidade concreta da luta de classes no campo. É um grave equívoco considerar os camponeses aliados da burguesia simplesmente devido a colaboração dos eseristas ao governo.<sup>34</sup>

Durante o comunismo de guerra as requisições forçadas afastam os camponeses do Estado soviético. Lenin

33- Citado por CARR, E.H. Op. cit., vol 2, nota 16, p. 47. Segundo Trotsky, "proletariado russo não hauria somente em si mesmo sua audácia revolucionária. Sua situação de minoria no país mostra de início que não poderia dar à luta tão grande amplitude nem tampouco assumir a direção do Estado, se não tivesse encontrado apoio nas mais densas camadas das massas populares. Foi a questão agrária que lhe assegurou este apoio". In: TROTSKY, L. Op. cit., vol. 1, p. 57.

34- Segundo Bettelheim, a entrada dos camponeses na luta pela terra deu início a uma nova etapa da Revolução Russa. Ela significa a ruptura de fato da aliança entre o campesinato e a burguesia, aliança que havia permitido a formação do governo provisório e redobrado as forças da burguesia". Ou: "a partir do verão de 1917, o campesinato praticamente se separa da burguesia, pois ele começa a se apossar das terras; entretanto, ideológica e politicamente, não rompe de modo decisivo com a burguesia. De fato, o campesinato não retira integralmente a confiança depositada nos SR, nem coloca o problema do poder. Isto só seria viável se ele aceitasse a liderança da classe operária e do partido bolchevista, fato que não ocorreu então". In: BETTELHEIM, C. Op. cit., vol. 1, pp. 79-82.

*"considera que a requisição não constitui apenas uma medida temporária (devendo ser aplicada em razão das condições da guerra), mas medidas inerentes à ditadura do proletariado, à natureza das relações que podem existir entre o proletariado no poder e as massas camponesas."*<sup>35</sup>

Obviamente, os camponeses resistem, principalmente quando 96,1% das propriedades têm até 14 hectares, conforme é possível constatar pelo quadro abaixo<sup>36</sup>:

Área cultivável por exploração	1905	1922
de 0 a 2,7 dec.	15,8	15,1
de 2,7 a 5,4 dec.	34,7	35,2
de 5,4 a 13,1 dec.	40,0	45,8
mais de 13,1 dec.	10,5	3,9

Apesar do quadro, onde fica evidente o domínio das pequenas propriedades, Bettelheim insiste em qualificar a resistência camponesa de uma demonstração da natureza de classe pequeno-burguesa, que concede um apoio instável ao Estado da ditadura do proletariado.<sup>37</sup> Este Estado sempre procurou enfraquecer a

35- BETTELHEIM, C. Op. cit., vol. 1, p. 317.

36- BETTELHEIM, C. Op. cit., vol. 1, p. 215. Cada deciatina é equivalente a 1,1 hectare.

37- Diz Bettelheim: "Ao nível político, as sublevações camponesas do inverno de 1920-1921 e o episódio do Cronstadt, que é um prolongamento delas, demonstram também a natureza de classe pequeno-burguesa do apoio dado pelo campesinato ao Estado da ditadura do proletariado. Esse apoio é instável na medida em que emana dos camponeses médios (que constituem a massa dos camponeses pobres). Os camponeses médios apóiam o poder soviético enquanto este os ajuda a se desembaraçarem dos proprietários rurais e a tomarem posse de uma certa quantidade

organização camponesa e teme a sua influência política, como, por exemplo, no momento em que foi fixada "a representação camponesa em um delegado para cada grupo de 125 mil habitantes, enquanto a representação urbana correspondia a um delegado para 25 mil eleitores." A explicação de Lenin encobre a eterna desconfiança bolchevique em relação aos camponeses:

*"essa diferença entre as cidades e o campo justifica-se pelo fato de ter a organização do proletariado progredido mais rapidamente do que a do campesinato, o que - acrescenta - deu aos operários uma vantagem real."*<sup>38</sup>

Com a adoção da NEP (Nova Política Econômica) em 1921, a relação do Estado com os camponeses passou por uma melhora sensível, mas em 1927, a política de requisições forçadas foi novamente utilizada atingindo não só os Kulaks, como também os camponeses pobres (Bedniaki).

As "medidas excepcionais" adotadas pelo Estado e as sucessivas crises de coleta levaram ao abandono da N.E.P. e prepararam o terreno para a coletivização forçada. Para o partido, os camponeses transformaram-se outra vez em inimigos, em entraves ao progresso representado pela industrialização. A coletivização, com seu kolkose, é considerado o "socialismo" no campo, um salto à frente em relação ao "passo atrás" do decreto da terra de 1917. Já em 1918, Lenin defendia que

*"se nuestra Revolución es una revolución burguesa en tanto que marchamos con el campesinato en conjunto... Al principio con 'todo' el campesinato contra la monarquía, contra los propietarios, contra el medievalismo (y, hasta este punto, la Revolución sigue siendo burguesa, democrático-burguesa). Después, con el*

de terra, mas seu apoio diminui uma vez terminada a guerra, visto que o poder soviético não os deixa desenvolver livremente seu comércio. Trata-se, portanto, de apoio vacilante de uma pequena burguesia que deseja dispor 'livremente' de 'seus' produtos e poder comerciar com eles". In: BETTELHEIM, c. Op. cit., vol. 1, p. 215.

38- BETTELHEIM, C. Op. cit., vol. 1, p. 97. Exemplo desta desconfiança foi a repressão ao movimento mackonovista na Ucrânia que foi massacrado pelo Exército Vermelho após ter derrotado o exército branco em um momento crucial da guerra civil. Ver MAKNO, Nestor. *A Revolução contra a Revolução*. São Paulo, Cortez Editora, 1988; ARCHINOV. *A Insurreição Camponesa Macknovista*. Lisboa, especialmente as páginas 53, 90, 104, 108, 116, 128; CARR, E.H. Op. cit., vol. 1, pp. 187, 320, 321.

*campesinato más pobre, con el semiproletariado, con todos los explotados contra el capitalismo, que significa también contra los campesinos ricos, los kulaks y los especuladores; y en ese aspecto, la Revolución se convierte en socialista."*<sup>39</sup>

O Kolkose transformou-se em símbolo da organização camponesa socialista e quem não estava disposto a participar era identificado como Kulak. Segundo Bettelheim,

*"a ausência de uma implantação prévia do partido nos campos e a intervenção dos 'encarregados da deskulaquização', vindos de fora e agindo apressadamente, levam à expropriação, prisão ou deportação até mesmo de operários agrícolas e camponeses conhecidos como camponeses pobres."*<sup>40</sup>

Fábio Bettanin destaca que a desconfiança manifestada também pelos camponeses que concordavam em entrar nos colcozes em relação às formas mais avançadas de socialização das propriedades e dos meios de produção não pode ser atribuída somente a motivos de ordem ideológica, mas também ao estado de desorganização e à baixa eficiência da maior parte dos próprios colcozes. Segundo o autor,

*"a desorganização não era o único mal que afligia as fazendas coletivas. Mais grave ainda era a carência de meios de produção, de animais de trabalho e para criação, de quadros técnicos qualificados, consequência direta do atraso secular da agricultura soviética, que não podia ser eliminado em poucos meses, nem mesmo mudando radicalmente as estruturas produtivas. Essa carência era ulteriormente agravada pelo fato de não existir ainda uma sólida base de indústrias produtoras de equipamentos agrícolas e pelo fato de a maioria das famílias que aderiram aos colcozes pertencer aos bedniaks proprietários de fazendas praticamente destituídas de instrumentos de produção e animais."*<sup>41</sup>

39- CARR, E.H. Op. cit., vol. 1, p. 139.

40- BETTELHEIM, C. Op. cit., vol. 2, p. 442.

41- BETTANIN, Fábio. *A Coletivização da Terra na URSS (1929-1933)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979, p. 23.

Uma das principais acusações aos camponeses era que a falta de cooperação impedia o crescimento da produção, o que seria resolvido no kolkoze que racionalizaria o trabalho. Para Sigrid Grosskopf, é uma falácia negar a cooperação camponesa durante a NEP:

*"ante todo en la ayuda espontánea que se aportaron mutuamente que hay que buscar la razón del ascenso económico de una fracción importante de los campesinos pobres: primeiramente, la utilización en común de herramientas agrícolas conoció durante la NEP, una rápida difusión. La ayuda mutua se desarrolló entre otras bajo la forma tradicional de la suprgaga en la cual, a menudo cinco a siete explotaciones utilizaban conjuntamente e intercambiaban la mano de obra, los animales de tiro, las herramientas, el forraje y los créditos. Con el fin de poder realizar en su nivel la suprgaga, ciertos campesinos pobres iban hasta pedir prestados los medios de producción al estrato social superior de su aldea. Las encuestas, que fueron efectuadas hacia el fin de la NEP, aportaron sin embargo la prueba que fue equivocada la opinión pública de la Unión Soviética, según la cual la suprgaga fue durante mucho tiempo considerada sólo como un medio que permitía a los kulaks explotar a los campesinos pobres. Más bien, se reveló que esta última representaba una forma auténtica de trabajo colectivo, a la cual los campesinos pobres y medios recurrían para tratar de hacer productivas sus tierras adquiridas al momento de la revolución agraria (ante todo en las estepas de Ucrania, en Siberia, y en las otras principales regiones productoras de cereales)."42*

Grosskopf alerta que o fantasma kulak é mais produto da imaginação de Stalin do que uma realidade no campo soviético:

*"a importancia numérica de los kulaks se había tornado en la época de la NEP, cuatro o cinco veces menor que ante de la primera Guerra Mundial; los kulaks también perdido en la época de la NEP, una parte de su poder económico. Pero, a causa del debilitamiento general y de la crisis del ganado que afectaba la agricultura soviética, así como a causa de la extremada carencia de*

42- GROSSKOPF, Sigrid. *La Alianza Obrera y Campesina en la URSS (1921-1928)*. México, F.C.E., 1983, p. 258.

*instrumentos de producción que comprendió por lo menos a la mitad de las explotaciones agrícolas, la posición de fuerza de los kulaks acusó, durante la NEP, apenas un repliegue ligero en comparación a la que tenían en la época zarista."*<sup>43</sup>

A deskulakuização foi uma política deliberada dos bolcheviques:

*"não foi a contra-revolução dos kulaks que obrigou o CC a reagir ordenando a 'liquidação' deles, mas, ao contrário, foi o próprio CC que perseguiu, desde os primeiros meses de 1928, um plano de ataque contra os setores abastados do campo, culminando, nos primeiros meses de 1930, com o esmagamento dos kulaks, os quais, é bom lembrar, não se demonstraram em condições de opor qualquer resistência mais séria."*<sup>44</sup>

O custo econômico da ofensiva anti-kulak foi a total desorganização do campo russo:

*"as fazendas dos kulaks permaneciam as únicas capazes de garantir a produção de um excedente comercial que permitisse enfrentar eventuais, de modo algum improváveis, crises de produção e o desaparecimento delas, num momento em que não havia segurança de poder substituí-las pela produção de colcoses não ainda consolidados, descobria perigosamente um flanco da coletivização. Todos esses lados negativos poderiam ser parcialmente contrabalançados, é verdade, pela possibilidade de integrar os fundos indivisíveis dos colcoses com os bens das fazendas deskulakizada. Mas também é verdade que essa contribuição só se tornou considerável em consequência das dimensões excepcionais assumidas pela liquidação dos rebanhos, que certamente não estava prevista nos planos iniciais de coletivização. Assim, de um ponto de vista estritamente econômico, a deskulakização não se justifica, tanto mais que para realizá-la, o CC foi obrigado a arruinar o*

43- GROSSKOPF, Sigrid. Op. cit., p. 257.

44- BETTANIN, Fábio. Op. cit., p. 66.

*campo e a desviar enormes forças partidárias de atividades diretamente produtivas num momento extremamente delicado.*"<sup>45</sup>

Trotsky, em 1930, já no exílio, defende a coletivização forçada:

*"No momento em que este livro aparece em francês, a parte mais consciente da classe operária internacional e a humanidade dita 'civilizada' têm os olhos voltados para a transformação econômica que está em vias de se efetuar no território do antigo império dos czares. O problema da coletivização das explorações camponesas é, sobretudo, o que mais atrai a atenção, despertando o mais vivo interesse (...) A coletivização das explorações camponesas constitui, decerto, uma parte necessária e fundamental da reorganização socialista da sociedade. No entanto as suas proporções e o seu ritmo não dependem apenas da boa vontade do governo, mas se determinam pelos fatores econômicos, pelo nível da economia nacional, pelas relações entre a indústria e a agricultura e, por conseguinte, pelos recursos técnicos desta última.*

*A industrialização, força motriz de toda a civilização moderna, torna-se, por isso mesmo, o único fundamento possível do socialismo. Nas condições atuais da União Soviética, a industrialização significa, antes de tudo, o reforçamento do proletariado como classe dominante. E cria, ao mesmo tempo, as condições materiais e técnicas favoráveis à coletivização da economia rural. Industrialização e coletivização da terra devem ter, em seu avanço progressivo, velocidades correspondentes. O desenvolvimento de ambas ao ritmo mais rápido interessa ao proletariado, pois, dessa maneira, a nova sociedade em construção se previne contra as ameaças externas, elevando, ao mesmo tempo, sistematicamente, o nível de vida das massas trabalhadoras"*<sup>46</sup>

45- BETTANIN, Fábio. Op. cit., pp. 86-7. Bettelheim sugere que a coletivização forçada pode estar vinculada à nova política da Internacional Comunista, que considera que uma nova conjuntura de crise revolucionária pode ocorrer nos "países capitalistas avançados", tornando desnecessária na URSS qualquer aliança com o campesinato. Vide BETTELHEIM, C. Op. cit., vol. 2, p. 518.

46- TROTSKY, Leon. *A Revolução Permanente*. São Paulo, Ciências Humanas, 1979, pp. 2-3. Trotsky não só apóia a coletivização como também transcreve longos trechos de seu livro *Balances e Perspectivas*, sobre os acontecimentos de 1905, onde afirma que

A coletivização forçada pode ser entendida com culminação de um processo que se radicaliza em 1929, mas que desde 1917 fazia parte do ideário bolchevique. Bukarin, logo após a Revolução de Outubro, considera que

*"el campesinato carece de varios elementos necesarios para hacer de él una clase representativa de la aspiración comunista. Los campesinos están atados por la propiedad privada, a cual son muy adictos, necesitan muchos años de entrenamiento para modificar sus tendencias, labor que sólo podía ser realizada si el proletariado tiene el poder estatal en sus manos. Además, el campesinato no está unido através de la producción, no está habituado al trabajo social y a la labor común. Por el contrario, toda el alma del campesino está en su pequeña parcela de tierra; está acostumbrado a la economía individual, no a la social (...)*

*El campesinato evidencia amor a la propiedad privada - que les vuelve hostiles a toda innovación -, individualismo, exclusivismo, desconfianza, todo lo que está fuera de los límites de la aldea."*<sup>47</sup>

Na mesma época Lukács escreve:

*"burguesia y el proletariado son las únicas clases puras de la sociedad burguesa, esto es: ellas son las únicas cuyas existencia y cuyo desarrollo se basan exclusivamente en el desarrollo del proceso de producción moderno, y sólo portando de sus condiciones de existencia es imaginable incluso un plan para la organización de la sociedad entera. El carácter vacilante, o estéril para el proceso, que se observa en la actitud de las demás clases (pequeños burgueses, campesinos) se debe a que su existencia no se funda exclusivamente en su posición en el proceso de producción capitalista - sino que está aún indisolublemente enlazada con restos de la sociedad estamental. Por eso dichas clases no intentan*

o "campesinato é constituído de elementos revoltados que só a força do futuro poder de Estado logrará pôr a serviço da Revolução". In: TROTSKY, Leon. Op. cit., p. 54.

47- BUKARIN, Nicolai. *Teoría del Materialismo Histórico*. Córdoba, Ediciones Pasado y Presente, 1972, p. 289. Por estranho que pareça, na mesma época, Kautsky, polemizando com Lenin, concorda *in totum* com estas palavras de Bukarin. Vide KAUTSKY, Karl, *A Revolução Proletária*. São Paulo, Ciências Humanas, 1979, pp. 66-7, 70-1.

*promover el desarrollo capitalista in empujarle más allá de sí mismo, sino que aspiran en el fondo a anulalo y retrotraerse a estadios anteriores, o, por lo menos, a impedir que consiga un despliague pleno. Su interés de clase se orienta pues sólo a síntomas del desarrollo no al desarrollo mismo: hacia fenómenos parciales de la sociedad, no a la estructura de la entera sociedad. Assim, no se puede propiamente hablar de consciencia de clase cuando se trata de estas clases, y eso en el supuesto de que puedan llamarse tales desde un punto da vista marxista riguroso: la plena consciencia de su situación les revelaría la falta desesperada de perspectivas de sus particulares esfuerzos ante la necesidad del proceso social. "48*

Muitos anos depois, Lucien Goldmann escreve:

*"em 1917, Lenine, para o escândalo da maioria dos socialistas ocidentais, preconizou a distribuição de terra aos camponeses, o que parece contrário a todo programa socialista, simplesmente levou em conta o fato de que o operário russo necessitava, para a Revolução ter bom êxito, da aliança com o campesinato pobre e os diaristas agrícolas, e de que a coletivização agrícola ultrapassava a consciência possível dos camponeses numa sociedade não socialista. "49*

Portanto, a ação bolchevique na Revolução Russa, que servirá de modelo aos movimentos revolucionários socialistas e a uma interpretação da história política dos camponeses, foi o momento privilegiado em que os pré-conceitos sobre o campesinato atingiram o seu ponto máximo. Reinterpretá-la é uma tarefa indispensável para o historiador preocupado em resgatar a história dos dominados.

48. LUKÁCS, Georg. *Historia y Consciencia de Clase*. Barcelona, Grijalbo, 1975, pp. 64-5 e 66.

49. GOLDMANN, Lucien. *Ciências Humanas e Filosofia*. São Paulo, DIFEL, 1979, p. 99.

---

## DOSSIÊ ESCRAVIDÃO

---

---

## DOSSIÊ

---

### APRESENTAÇÃO

LPH - Revista de História publica neste número o "*Dossiê Escravidão*", contendo as transcrições das diversas conferências proferidas durante o Seminário "*Tendências Contemporâneas da Historiografia Brasileira*", realizado em dezembro de 1991, na Universidade Federal de Ouro Preto.

O texto de Luis Carlos Soares, "*Historiografia da Escravidão: Novos Rumos*" foi reproduzido a partir do original entregue pelo próprio autor.

O texto de Luis Mott, "*As Alternativas Eróticas dos Africanos e seus Descendentes no Brasil Colonial*" é, sob autorização do autor, transcrito de seu livro "O sexo cativo" texto base da conferência.

Os textos "*Escravidão no Brasil: Balanço Historiográfico*", de Sílvia Lara, "*A Escravidão Reabilitada*", de Jacob Gorender, e "*Demografia e Escravidão*", de Douglas C. Libby, foram também transcritos a partir das fitas gravadas e revisados pelos autores.

*Os Editores*

---

## DOSSIÊ

---

### HISTORIOGRAFIA DA ESCRAVIDÃO: Novos Rumos<sup>1</sup> (As cidades escravistas brasileiras: algumas reflexões prévias para os estudos de escravidão urbana)

*Luis Carlos Soares*  
(ICHF/UFF)

A partir dos anos 1960, os historiadores e cientistas sociais começaram a prestar mais atenção para os diversos fenômenos que envolvem a problemática da escravidão urbana e o papel das cidades nas sociedades escravistas do continente americano. Embora o debate mais teórico sobre estas questões não tenha ocupado muito o interesse dos investigadores, pode-se dizer que a escravidão urbana e as cidades escravistas têm sido focalizadas a partir de duas perspectivas gerais completamente antagônicas que ressaltam, por um lado, a sua total dependência ao campo e às atividades agro-exportadoras, ou, por outro lado, a total dependência e subordinação destas às atividades urbanas. Entretanto, a nossa opinião é a de que as cidades escravistas e, conseqüentemente, as diversas modalidades da escravidão urbana estavam envolvidas numa outra dinâmica histórica, apresentando, ao mesmo tempo, uma forma de organização diferenciada das áreas rurais - como já tinha assinalado em 1964 o pioneiro historiador norte-americano, Richard Wade,

---

1- Texto preparado especialmente para apresentação no Seminário "Tendências Contemporâneas da Historiografia Brasileira", promovido pelo Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto (Minas Gerais), de 3 a 7 de dezembro de 1991.

no livro *Slavery in the cities: the South, 1820-1860*<sup>2</sup> - e uma associação íntima a estas áreas no contexto mais amplo da sociedade escravista, verificando-se efetivamente uma relação de interdependência entre cidade e campo, como procuraremos mostrar no decorrer deste pequeno ensaio.

Um dos primeiros historiadores que participaram deste debate foi o norte-americano Eugene Genovese, que em 1965 publicou o clássico *A economia política da escravidão*. Embora não tenha abordado diretamente a questão da escravidão urbana e das cidades nas sociedades escravistas, na terceira parte de seu livro há um estudo que focaliza, a partir de uma perspectiva marxista, as atividades urbanas e industriais no Sul escravista dos Estados Unidos e tem o sugestivo título "A subserviência da cidade ao campo".<sup>3</sup>

Seguindo o caminho aberto por Eugene Genovese, encontramos o trabalho de Jacob Gorender, publicado em 1978, intitulado *O escravismo colonial*, já considerado um clássico da historiografia marxista brasileira. Neste livro há um capítulo específico sobre a escravidão urbana, inserido numa parte maior com o título de "Formas peculiares da escravidão". Todavia, a "peculiaridade da escravidão urbana e das outras "formas" da escravidão esbarra na maior importância que as atividades agro-exportadoras têm necessariamente no conjunto das sociedades escravistas. Gorender explicita o seu ponto de vista:

*"No escravismo colonial, o campo domina a cidade, sendo esta um apêndice daquele. Entre os núcleos populacionais alçados à condição administrativa de cidade ou de vila, poucos tinham características urbanas desenvolvidas: algumas vilas da região mineradora e os principais portos marítimos que, além de capitais*

2- Cf. Richard C. Wade, *Slavery in the cities: the South, 1820-1860*. Oxford-Londres, Oxford University Press, 1964, pp. 3-110. Em meados dos anos 1970, a historiadora Claudia Dale GOLDIN procurou fazer, a partir de uma abordagem quantitativa, uma crítica às teses de WADE sobre a dinâmica e o declínio das cidades do "Velho Sul" norte-americano (sobretudo a tese da incompatibilidade entre a instituição da escravidão e a vida nas cidades), sem, contestar, entretanto, a idéia da especificidade e diferenciação da escravidão urbana em relação à escravidão rural (Cf. GOLDIN, *Urban Slavery in the American South, 1820-1860. A quantitative history*. Chicago, The University of Chicago Press, 1976 pp. 1-50).

3- Cf. Eugene D. GENOVESE, *A economia política da escravidão*. Tradutores: Fanny Wrobel e Maria Cristina Cavalcanti. Rio de Janeiro, Pallas Editora, 1976, pp. 133. O título original da edição norte-americana é *The political economy of slavery* (Nova York, Pantheon Books, 1965).

*provinciais, preenchem as funções de centros do comércio exterior e de entrepostos do tráfico de escravos. Vivendo na dependência da economia escravista, tais vilas e cidades realmente urbanas não podiam deixar de pautar seu modo de vida pela norma da escravidão.*"<sup>4</sup>

A crítica à tese da dominação da cidade pelo campo teve o economista Paul Singer e o sociólogo Fernando Henrique Cardoso como seus pioneiros. Embora de tendência marxista, Singer e Cardoso publicaram em 1972 dois ensaios, sob o título geral "A cidade e o campo", nos *Cadernos CEBRAP* (nº 7), onde se pode notar algumas influências weberianas da "Escola Histórico-Sociológica Paulista", que reforçam uma certa preeminência do papel político da cidade. Nesta publicação, os dois cientistas sociais procuram fazer uma análise do papel das cidades num contexto latino-americano mais amplo, das sociedades escravistas e das outras formas de organização social implantadas com a colonização do continente, antes e depois do processo de independência política. Conseqüentemente, a tese de Singer e Cardoso é bastante geral e admite claramente a dominação do campo pela cidade desde a implantação das sociedades coloniais até o desenvolvimento de suas diversas formas neo-coloniais, após o processo de independência política na América Latina. No "Prefácio" desta publicação, os dois investigadores revelam detalhadamente a sua posição:

*"O estudo da evolução da cidade latino-americana requer, em última análise, a revisão de toda história do continente. Da história política, em primeiro lugar, pois as transformações na estrutura do poder se dão a partir de tensões e lutas que, se não se originam na cidade, nela desembocam inevitavelmente. Quando se pensa no relacionamento entre cidade e política, não é da política municipal que se trata, mas da política que se desenrola em âmbitos muito mais amplos. Neste sentido, a 'cidade' de que tratam estes textos não se refere a todo e qualquer agrupamento urbano, mas especificamente àqueles que sediam o poder sobre áreas muito mais vastas que o seu 'entorno' rural.*

*O estudo da evolução desta cidade exige, por isso mesmo, também a revisão histórica da economia continental. Embora a economia*

4- Cf. Jacob GORENDER. *O escravismo colonial*. São Paulo, Editora Ática, 1978, p. 451.

*colonial apresente como um dos seus traços característicos, a especialização em atividades primárias - extrativas ou agrícolas - o que dá lugar a uma aparente supremacia do campo sobre a cidade, a verdadeira relação de poder se apresenta claramente aos olhos tão logo aquela economia seja encarada como um sistema de exploração. Fica claro então, que este sistema só pode subsistir na medida em que as relações de produção, que apresentam, em geral, um caráter de 'imposição', são mantidas e preservadas mediante o exercício de um poder de persuasão e de coerção, cuja base é constituída pela cidade. Neste sentido, é a cidade que impõe ao campo a dominação colonial externa, numa fase da história latino-americana, e a dependência, em suas múltiplas formas neo-coloniais, nas fases seguintes.*"<sup>5</sup>

A tese das dominação do campo pela cidade também foi defendida em 1976 por Raymundo Faoro, ao analisar, com base numa perspectiva claramente weberiana, a extensa obra do grande romancista Machado de Assis (Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio). Para Faoro, a cidade no Brasil Imperial era o centro de dominação política de um "estamento burocrático", produzido por um "capitalismo politicamente orientado", que, com suas influências, envolvia a "aristocracia rural" e a fazia compartilhar dos mesmos valores e interesses políticos de uma burocracia de natureza nitidamente urbana. Eis alguns de seus argumentos:

*"A sociedade agrária é um reflexo da sociedade urbana - diga-se em oposição à corrente dominante na história brasileira. Ela aparece no contexto de problemas que não são seus, ou em virtude de crises que a cidade alimenta e projeta no campo. Excepcionalmente, só excepcionalmente o enredo é todo rural, com suas paixões e dramas. (...)*

*Pela força da máquina, colada a todos os poros do organismo político, os fazendeiros não eram senão os cortesãos dos ministérios, decorados com baronias, comendas e patentes. Atrás do real poder, urbano por sua natureza, estava a imensa camada das influências,*

5- Cf. Paul Israël SINGER e Fernando Henrique CARDOSO. "Prefácio", em *Cadernos CEBRAP N° 7* ("A cidade e o campo"). São Paulo, CEBRAP, 1972, pp. 1-2 (grifos dos autores).

*enraizadas no estamento político, vizinhas à intermediação que alimentava os comerciantes, comissários e banqueiros.*"<sup>6</sup>

Na nossa opinião, as duas teses são insuficientes para analisar o papel das cidades nas sociedades escravistas, em particular na sociedade escravista brasileira, pelo fato de desenvolverem perspectivas deterministas ou unilaterais que privilegiam um dos níveis da realidade social, subordinando os outros à sua lógica de funcionamento. A primeira tese, defendida por Genovese e Gorender, privilegia uma abordagem exclusivamente econômica da sociedade, e a segunda, defendida por Singer e Faoro, privilegia a dimensão política da sociedade e do papel das cidades nas sociedades escravistas e também não-escravistas do continente.

Para um melhor entendimento da dinâmica geral das sociedades, é necessário abandonarmos estas perspectivas unilaterais ou deterministas e percebermos a formação de qualquer tipo de sociedade como um resultado da interação de múltiplas práticas e relações sociais, todas elas de fundamental importância. Isto significa que as sociedades são formadas ou produzidas por uma variedade de práticas sociais que envolvem uma diversidade de relações econômica, políticas, mentais, culturais, jurídicas, etc., que constituem elas mesmas relações de poder de diversos níveis. Portanto, ao invés de determinação exclusiva de um domínio particular da realidade social, seria muito mais apropriado falarmos na multi-determinação ou na sobre-determinação das diversas esferas componentes da sociedade, inclusive porque, dentro desta perspectiva, seria muito difícil delimitarmos os limites precisos de cada uma destas esferas da vida social.<sup>7</sup>

6- Cf. Raymundo FAORO. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1976, pp. 24-28 (grifos do autor).

7- Marc BLOCH e Lucien FEBVRE, fundadores dos "Annales", foram os primeiros historiadores contemporâneos que adotaram uma perspectiva claramente anti-determinista e anti-unilateral na tentativa de compreensão da dinâmica geral das sociedades. Esta também tem sido a posição de historiadores de perspectivas diferentes (Georges DUBY, Jacques LE GOFF, Pierre NORA, François FURET, Philippe ARIES e outros), componentes da chamada "Nova História Francesa", influenciados pelos fundadores dos "Annales" e, alguns deles, pelos trabalhos do filósofo e historiador Michel FOUCAULT, falecido há alguns anos. Cf. Guy BOURDÉ e Hervé MARTIN, *Les écoles historiques*. Paris, éditions du Seuil, 1983, pp. 171-226 e 280-88.

Entretanto, a tese de Paul Singer e Fernando Henrique Cardoso, excluindo o papel exagerado das cidades no contexto latino-americano, nos fornece muitos elementos para redimensionar a dinâmica das cidades escravistas e a problemática da escravidão urbana. Em primeiro lugar, nos parece muito apropriada a perspectiva dos dois investigadores de contextualizar as cidades latino-americanas, e as escravistas em particular, num contexto maior de um sistema de produção e exploração internacional que se organiza a partir da colonização europeia no continente americano e, posteriormente, sofre grandes modificações com o advento da Revolução Industrial, a ruptura do "pacto colonial" e o processo de independência dos países latino-americanos. Este último, por sua vez, representa um grande "divisor de águas" na vida das sociedades do continente e demarca a existência de dois períodos históricos distintos. É dentro das particularidades destes dois períodos distintos que devemos situar a problemática urbana - e mesmo a problemática rural - nas sociedades escravistas e nos outros tipos de sociedade do continente.<sup>8</sup>

Por outro lado, já nos fixando no caso particular da sociedade escravista brasileira, é necessário estabelecermos uma distinção, que na realidade não é nada formal, entre "cidades" e "vilas", e conseqüentemente relativizarmos as dimensões da vida urbana antes e depois a ruptura do "pacto colonial" e do processo de independência política do Brasil. Emília Viotti da Costa, num artigo publicado em 1977, intitulado "Urbanização no Brasil no século XIX", captou muito bem as diferenças do fenômeno urbano brasileiro desde a época colonial, estabelecendo uma clara distinção entre as vilas do interior do país e as cidades litorâneas que funcionavam como portos exportadores e importadores, além de serem centros político-administrativos. Só estas, na realidade, desenvolveram as características nitidamente urbanas encontradas nas cidades europeias. As vilas interioranas eram, na sua totalidade, pequenos núcleos populacionais que congregavam um pequeno comércio varejista e as limitadas atividades da administração municipal, que vivia sob controle exclusivo dos grandes proprietários de terras e escravos - os "potentados rurais".<sup>9</sup> Gorender, na citação acima reproduzida, concorda com Emília Viotti da Costa no que se relaciona à dimensão do fenômeno urbano nos principais portos exportadores e nas vilas interioranas, mas chega a admitir que,

8- Cf. SINGER, "Campo e cidade no contexto histórico latino-americano" e CARDOSO, "A cidade e a política", em *Cadernos CEBRAP*, n° 7. Op. cit., pp. 3-27 e 29-61.

9- Cf. Emília Viotti da COSTA, "Urbanização no Brasil no século XIX", em *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo, Editorial Grijalbo, 1977, pp. 179-189.

no caso das principais vilas da região mineradora, estas também chegaram a desenvolver no século XVIII algumas características da vida urbana.<sup>10</sup>

Para Viotti da Costa, o quadro da limitada vida urbana do Brasil Colonial, ficaria inalterado depois da independência política do país e nem mesmo as transformações ocorridas na segunda metade do século passado chegaram a alterá-lo. A autora argumenta:

*"A sobrevivência da estrutura de produção colonial no Brasil depois da Independência: o trabalho escravo ou semi-servil, o latifúndio, a economia baseada na exportação de produtos tropicais bem como a instituição de um sistema político paternalista baseado num sistema de clientela e na marginalização de extensas camadas da sociedade foram responsáveis no século XIX por um tipo de urbanização que não segue as formas do modelo clássico de urbanização fundado na análise do processo urbano nas áreas centrais do sistema capitalista. As transformações ocorridas na segunda metade do século XIX: desenvolvimento de ferrovias, imigração, abolição da escravatura, crescimento relativo do mercado interno, e incipiente industrialização não foram de molde a alterar profundamente os padrões tradicionais de urbanização que se definiram no período colonial quando, com exceção dos principais portos exportadores, os núcleos urbanos tiveram escassa importância vivendo na órbita dos potentados rurais."*<sup>11</sup>

Na realidade, falar de "cidade" no Brasil, tanto na época colonial como depois do processo de independência, significa colocar nesta categoria apenas as cidades litorâneas - os principais portos exportadores -, devendo-se evitar a inclusão nela dos pequenos núcleos populacionais do interior, que a tradição da administração colonial portuguesa denominou muito apropriadamente de "vilas". Eram estes núcleos interioranos que estavam na dependência direta das atividades agro-exportadoras e constituíam-se em palco das disputas dos grandes proprietários pelo exercício do poder local e, depois da independência, em base de organização da sua intervenção política em níveis mais amplos (provincial e nacional).

10- Cf. GORENDER, op. cit., p. 451.

11- Cf. COSTA, op. cit., p. 179.

De acordo com Richard Morse, num trabalho publicado em 1975, nos Cadernos CEBRAP (nº 22), intitulado "A evolução das cidades latino-americanas", seria impossível falar, nas áreas escravistas do continente, da problemática urbana do século XIX, ou do período posterior à independência, sem relacioná-la ao desenvolvimento da agricultura de *plantation* e vice-versa. Todavia, esta problemática deve ser vista dentro de uma perspectiva de diferenciação, muito próxima a apresentada por Viotti da Costa, que estabelece dois níveis de estruturação dos núcleos urbanos: um nível "nacional" e outro "local", que seriam respectivamente as grandes cidades marítimas, importantes para a articulação da economia nacional com os mercados internacionais, e os pequenos núcleos e cidades do interior, mais próximos das atividades da *plantation*. Morse assinala, de forma tópica, os elementos desta diferenciação, que interfere diretamente na questão das urbanização nas sociedades escravistas do século passado:

*"Conseqüentemente, podemos concluir que a correlação entre a urbanização e a difusão da agricultura de plantation é forte em nível nacional:*

- os portos marítimos estratégicos se desenvolvem;
- o investimento estrangeiro cria novos mecanismos e instituições financeiras;
- as exportações trazem dinheiro para o embelezamento e os serviços das capitais;
- os proprietários de terras participam da política nacional e mudam suas residências para as sedes do poder.

*Em nível local, porém, a correlação é menos segura:*

- a nova infra-estrutura de serviços pode se concentrar nos latifúncios, e não nas cidades pequenas;
- as redes urbanas regionais podem continuar fracas;
- as aldeias tradicionais podem se desintegrar sem que sejam substituídas por pequenas cidades comerciais, por causa do monopólio de serviços exercido pela *plantation*;

*- a força de trabalho rural ganha mobilidade espacial e entra na economia monetária, mas os novos consumidores podem se mudar para as cidades maiores ao invés de permanecerem em cidades pequenas.*"<sup>12</sup>

No final do século XVIII e início do século XIX, existiam no litoral brasileiro grandes e pequenas cidades, mas as que apresentavam características nitidamente urbanas, se comparadas com os padrões urbanos europeus, eram Rio de Janeiro, Salvador, Recife, São Luís e Belém (esta última era o grande centro das áreas extrativistas não-escravistas amazônicas). São estes centros litorâneos que, efetivamente, podem ser chamados de cidades e, antes de serem dominados pelo "campo" ou dominarem a este, desempenhavam um papel fundamental na articulação ou intermediação comercial e financeira do conjunto da economia agro-exportadora com os mercados internacionais. Sem contar que eram os núcleos em que se estabeleciam os mecanismos e as instituições da dominação colonial e onde se garantia não só o domínio político-militar das áreas coloniais brasileiras, como também, através deste, o monopólio comercial e o fluxo de grande parte do excedente produzido para a metrópole. Nesta perspectiva, seria muito mais apropriado falarmos numa inter-relação ou relação de interdependência entre "campo" e "cidade" nas diversas áreas escravistas brasileiras e, talvez, até mesmo do continente americano. Interdependência esta que pressupõe uma divisão ou diferenciação espacial (geográfica) do trabalho e da organização político-social no conjunto da sociedade escravista. "Campo" e "cidade" são espaços organizados diferencialmente, mas intimamente articulados na dinâmica geral da sociedade escravista.

Depois da ruptura do "pacto colonial" em 1808, com a abertura dos portos brasileiros às "nações amigas", e com o desenrolar do processo de independência do país, o papel da articulação comercial e financeira das cidades se ampliou consideravelmente. Estas passaram a desenvolver direta e integralmente a intermediação da economia agro-exportadora com os mercados consumidores internacionais, e principalmente com a Grã-Bretanha. Já não existiam mais os "entraves" representados pelo monopólio de Lisboa no comércio de exportação e importação e no financiamento das diversas atividades agro-exportadoras. Os

12- Cf. Richard M. MORSE, "A evolução das cidades latino-americanas", em Cadernos CEBRAP, nº 22. São Paulo, CEBRAP, 1975, pp. 34-5 (grifos do autor).

grupos monopolistas portugueses perderam uma parcela considerável dos lucros produzidos na comercialização dos produtos brasileiros exportados e tiveram que ceder praticamente o controle das importações para os comerciantes britânicos.

Além disso, com a instalação da sede do "Império" português no Rio de Janeiro, a vida política brasileira ganhou uma nova dimensão, mesmo porque até a eclosão da Revolução do Porto, em 1820, existia um claro interesse da monarquia lusa em se estabelecer definitivamente no Brasil, visto agora como a sua principal fonte de sustentação econômico-financeira. Inclusive, muitos dos antigos comerciantes monopolistas tiveram que se adaptar à nova situação de "livre comércio" e transferiram para as cidades brasileiras a administração direta dos seus negócios. Tão logo, estabeleceu-se uma aliança de interesses entre estes comerciantes, os altos funcionários da administração portuguesa e os grandes proprietários de terras e escravos, que com a instalação da Corte no país sentiram a possibilidade de participação mais direta na vida política e na defesa de seus interesses.

Como muito bem assinalou Maria Odila Silva Dias, num artigo de 1972, intitulado "A interiorização da metrópole (1808-1853)", este "enraizamento de interesses portugueses" foi muito mais intenso no Sudeste (Centro-Sul) brasileiro, sobretudo nas capitanias e depois províncias (com a elevação do Brasil à categoria de Reino Unido de Portugal e Algarves em 1815) do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, cimentando as bases da independência política brasileira depois que as Cortes portuguesas, estabelecidas com a Revolução do Porto, exigiram o retorno da Família Real para Lisboa e a imediata recolonização do Brasil. Com a permanência de D. Pedro de Alcântara como Príncipe Regente, a aliança de interesses formada pelos grandes proprietários, comerciantes e altos funcionários da administração, com todo o apoio do governo britânico, pode resistir às tentativas de recolonização e, depois do fracasso do estabelecimento de um regime de Monarquia Dual, devido à intransigência das Cortes lusas, formalizou-se a ruptura política com Portugal e a constituição do Império brasileiro, que adotou uma organização política centralizada.<sup>13</sup>

A cidade do Rio de Janeiro, como capital do Império, se transformou numa "metrópole interiorizada" e durante toda a primeira metade do século XIX foi

13- Cf. Maria Odila L. SILVA DIAS, "A interiorização da metrópole (1808-1853)", em Carlos Guilherme MOTTA (Org.). - 1922: dimensões. São Paulo, Editora Perspectiva, 1972, pp. 165-171.

vista pelos grupos dominantes das outras províncias, sobretudo do Nordeste e Extremo-Sul do país, exercendo o odiosíssimo papel que outrora Lisboa desempenhara, o que contribuiu para a eclosão de diversas revoltas provinciais de cunho separatista, reprimidas pelo governo central de forma violenta.<sup>14</sup> O perigo separatista, como mostrou muito bem Ilmar Rohloff de Mattos, deixou de existir somente com a estabilidade do regime imperial, alcançada no início dos anos 1850, materializada na formação em 1853 do "Gabinete da Conciliação" chefiado pelo Marquês do Paraná, que significou o rearranjo das forças políticas do país e maior participação e atendimento dos interesses dos grupos provinciais no jogo político nacional, sem que contudo fosse ameaçada a hegemonia dos grupos do Sudeste e, particularmente, dos "Saquaremas" da região fluminense (Corte e província do Rio de Janeiro) que construíram a direção conservadora e centralizadora do Império. A partir daí, a cidade do Rio de Janeiro deixou de ser considerada pelos grupos políticos de outras regiões como uma nova "metrópole colonial" e passou a ser vista efetivamente como a capital de um novo Império, que tinha nas capitais provinciais, muitas delas grandes e pequenas cidades litorâneas, o *locus* de exercício do poder regional da classe senhorial.<sup>15</sup>

Por outro lado, o papel de "metrópole interiorizada" representado pela cidade do Rio de Janeiro deve ser também relativizado. Se num sentido estrito, por força da centralização política do Império e da Hegemonia dos grupos do Sudeste na construção do Estado Nacional, o Rio de Janeiro desempenhava o mencionado papel, devemos lembrar que muitas das atribuições político-administrativas, antes desempenhadas por Lisboa, foram também transferidas para as outras cidades litorâneas brasileiras (grandes e pequenas), que foram erigidas em capitais provinciais. Sem esquecer, como dissemos acima, que estas cidades se tornaram centros de intermediação comercial e financeira da economia agro-exportadora com os mercados internacionais. Por isso, dando um sentido um pouco diferente ao processo estudado por Maria Odila Silva Dias, podemos dizer que o processo de "interiorização da metrópole" tem uma dimensão bem mais ampla, pelo fato de serem transferidas para as cidades litorâneas as atribuições que outrora pertenceram à Lisboa, embora ficasse o Rio de Janeiro com grande parte destas atribuições devido à natureza centralizadora do Estado.

14- Cf. *ibidem*, pp. 173-184.

15- Cf. Ilmar Rohloff de MATTOS, *O tempo saquarema*. São Paulo, Editora Hucitec, 1987, pp. 129-191.

Com a ruptura do "pacto colonial" e com a separação formal de Portugal, as cidades brasileiras puderam ampliar o seu papel de centros de intermediações comercial e financeira. Para elas se transferiram, como dissemos acima, muitos dos antigos comerciantes monopolizadores que operavam em Lisboa e que passaram a operar no comércio interno e disputar com os comerciantes britânicos, que também se estabeleceram em grande número, algumas fatias do comércio exportador-importador, sendo que os britânicos tinham o controle quase que total da importação de produtos industrializados, produzidos em sua maioria no seu próprio país. Não podemos esquecer que, embora fossem muitas as pressões britânicas para a abolição do tráfico negreiro africano a partir de 1808, com a "interiorização" de seu controle, um volume considerável de capitais se concentrou nas cidades litorâneas (principalmente Rio de Janeiro e Salvador por toda a primeira metade do século XIX, propiciando aos comerciantes envolvidos uma sólida base de operações e muita influência política, materializada na protelação pelas autoridades brasileiras da proibição definitiva do tráfico africano aprovada pelo parlamento em 1831. Nesta protelação, eles tiveram o apoio decisivo dos grandes fazendeiros do país, interessados na continuidade da sua principal fonte de reposição da mão-de-obra escrava e, principalmente, dos grandes cafeicultores do Vale do Paraíba, que sem a reposição imediata do braço cativo viam ameaçada a expansão das suas lavouras e o atendimento à demanda internacional sempre crescente. Com a proibição efetiva do tráfico africano em 1850, os capitais pertencentes a estes negociantes foram investidos em outras atividades comerciais e financeiras, dinamizando ainda mais a vida econômica das grandes cidades brasileiras.<sup>16</sup>

Antes do surgimento da rede bancária, nos anos 1850, muitos comerciantes operavam como grandes emprestadores de dinheiro, alguns deles representando até mesmo casas bancárias da Inglaterra. Com a aprovação em 1850 do Código Comercial, a constituição de instituições bancárias foi extremamente facilitada e muitos destes comerciantes formalizaram os seus negócios constituindo bancos e alguns deles, como foi o caso do Barão e depois Visconde de Mauá, se associaram

16- Sobre o tráfico negreiro africano e a "interiorização" de seu controle nas principais cidades brasileiras, no século XIX, ver: Leslie M. BETHELL. *A abolição do tráfico de escravos no Brasil*. Tradutor: Vera Nunes Neves Pedrosa. Rio de Janeiro, São Paulo, Editora Expressão e Cultura, Editora da USP, 1976, pp. 15-94; Robert E. CONRAD. *Tumbeiros: o tráfico de escravos para o Brasil*. Tradutora: Elvira Serapicos. São Paulo, Editora Brasiliense, 1985, pp. 66-138; e Luiz Henrique Dias TAVARES. *Comércio proibido de escravos*. São Paulo, Editora Ática, 1988, pp. 15-68.

nestas instituições a banqueiros britânicos. Muitos bancos foram formados com a associação de capitais pertencentes a comerciantes envolvidos anteriormente com o tráfico negreiro africano, constituindo-se em empresas de participação acionária, mas estes capitais, como já foi assinalado, não ficaram restritos somente à atividade bancária. Com a permissão do novo Código Comercial, foram criadas muitas empresas de serviços urbanos (transportes de carga e passageiros, iluminação pública, serviços de esgotos e limpeza pública, etc.), que se organizaram também como empresas de participação acionária atraindo muitos capitais dos antigos traficantes negreiros e do público em geral. Não podemos deixar de mencionar ainda a criação das estradas de ferro, que ligaram as áreas das lavouras de exportação às cidades-portos a partir dos anos 1850, adotaram a mesma forma de organização empresarial e atraíram a participação de capitais de comerciantes e grandes fazendeiros. Por outro lado, a formação de muitas empresas de participação acionária estimulou o surgimento de um incipiente mercado de capitais nas principais cidades brasileiras e o seu efeito mais expressivo foi a transformação da antiga Praça do Comércio do Rio de Janeiro numa Bolsa de Valores, criada à imagem das Bolsas que funcionavam nos grandes centros do capitalismo da Europa e dos Estados Unidos, atraindo investimentos dos setores mais ricos e intermediários da sociedade (funcionários públicos, militares, profissionais liberais, pequenos comerciantes e industriais, etc.).<sup>17</sup>

As cidades brasileiras, como centros de articulação da economia agro-exportadora com os mercados internacionais, tiveram que responder à conjuntura de crescimento econômico nacional e mundial de meados do século XIX, promovendo uma série de transformações que representaram o início de um efetivo processo de urbanização no país, que se aprofundou no decorrer da segunda metade do século à medida em que se reforçavam as suas atribuições como centros intermediadores e se verificava tanto o crescimento da economia agro-exportadora como o do capitalismo internacional. Neste processo, pequenas cidades como Fortaleza e Porto Alegre, em virtude de um considerável crescimento econômico

17- Cf. Richard GRAHAM. *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil: 1850-1914*. Tradutor: Roberto Machado de Almeida. São Paulo, Editora Brasiliense, 1973, pp. 31-78; Marisa Bárbara LEVY. *História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, IBMEC, 1977, pp. 33-105; Eulália Maria L. LOBO. *História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro)*. Vol. I. Rio de Janeiro, IBMEC, 1978, pp. 153-159; e Almir Chaiban EL-KAREH. *Filha branca de mãe preta: a companhia da Estrada de Ferro D. Pedro II (1855-1865)*. Petrópolis, Editora Vozes, 1982, pp. 11-128.

regional e de sua articulação com as outras regiões do país, foram também alçadas à condição de grandes centros urbanos e a cidade do Rio de Janeiro consolidou a sua posição de maior núcleo urbano nacional e um dos maiores do continente, não só pelo fato de ser a capital do Império, mas sobretudo por ser o grande centro de intermediação da riquíssima região cafeeira do Vale do Paraíba, a região mais próspera do país até os anos 1880. Contudo, São Paulo, que até o início dos anos 1870 não passava de uma pequena cidade do planalto da Serra do Mar, experimentou a partir desta década, um crescimento considerável em virtude da expansão cafeeira no Oeste paulista e de ser ponto intermediário entre as áreas cafeeiras daquela região e o porto exportador de Santos, crescimento este que, antes do final do século passado, transformou a capital "bandeirante" numa das maiores cidades do país. De modo geral, as grandes transformações verificadas nas cidades brasileiras, a partir de meados do século passado, fizeram o país assistir pela primeira vez ao que Caio Prado Júnior denominou de um certo "progresso moderno e uma certa riqueza e bem estar material."<sup>18</sup>

Diante do que foi exposto acima, achamos que não tem nenhum sentido insistir na polêmica da dominação da cidade pelo campo, ou deste por aquela, quando analisamos os diversos aspectos da vida na sociedade escravista. Campo e cidade formam espaços sociais diferenciados, mas intimamente associados na dinâmica da sociedade escravista. Antes de serem um produto da lógica de uma estrutura social existente aprioristicamente, como querem muitos historiadores e cientistas sociais, as relações diferenciadas e articuladas entre campo e cidade nas diversas esferas econômicas, políticas, mentais, culturais, etc., produzem efetivamente a dinâmica geral da sociedade escravista. A totalidade social é muito mais um resultado destas relações diferenciadas e articuladas do que uma racionalização conceitual abstrata que serve de referência para a análise das relações sociais concretas.

Estas reflexões prévias nos parecem fundamentais para os estudos da escravidão urbana. Não devemos considerá-la como uma forma de escravidão

18- Cf. Caio PRADO JUNIOR. *História econômica do Brasil*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1969, p. 166; e COSTA, op. cit., pp. 193-208. Sobre o crescimento da cidade de São Paulo, a partir dos anos 1870, ver: MORSE. *Formação histórica de São Paulo*. Tradutores: Maria Aparecida M. Kerbey e Levi Cruz. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1970, pp. 171-269; e Zélia Maria Cardoso de MELLO. *Metamorfoses da riqueza: São Paulo, 1845-1895*. São Paulo, Editora HUCITEC, 1985, pp. 63-147.

determinada ou dominada pela dinâmica da escravidão nas áreas agro-exportadoras, mas uma forma diferenciada dela: interligada, mas com um relativo grau de autonomia. As duas formas de escravidão exibem similaridades, principalmente no que se refere à necessidade da violência para a manutenção da ordem social, porém a relação senhor-escravo na cidade não apenas envolve atividades econômicas distintas daquelas das áreas agro-exportadoras, como também diferentes formas de dominação e controle social, como demonstraram trabalhos mais recentes de historiadores, seguindo a linha das reflexões pioneiras de Richard Wade.<sup>19</sup>

19- Entre os trabalhos mais recentes que focalizam os diversos aspectos da escravidão nas cidades brasileiras, ver: Sidney CHALHOUB. *Visões de liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990; Luiz Carlos SOARES. *Urban Slavery in nineteenth-century Rio de Janeiro*. Londres, Dissertação de Doutorado apresentada à Universidade de Londres, 1988; Leila Mezan ALGRANTI. *O feitor ausente. Estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro: 1808-1822*. Petrópolis, Editora Vozes, 1988; Mary C. KARASCH. *Slave life in Rio de Janeiro: 1808-1850*. Princeton, The Princeton University Press, 1987; João REIS. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês (1835)*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1986; e SILVA DIAS. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1984.

## DOSSIÊ

AS ALTERNATIVAS ERÓTICAS DOS  
AFRICANOS E SEUS DESCENDENTES NO  
BRASIL ESCRAVISTA<sup>1</sup>

Luiz Mott

## I. INTRODUÇÃO

*"Leitor: se não tens desprezo  
de vir descer às senzalas,  
trocar tapetes e salas  
por um alcouce cruel,  
vem comigo, mas... cuidado!  
Que o teu vestido bordado,  
não fique no chão manchado  
no chão do imundo bordel."  
(Castro Alves: Os Escravos, 1883)*

Apesar dos estudiosos postularem que "o sexo em suas formas caracteristicamente humanas, deve ter se originado na África (Gregersen, 1983:183), a sexualidade dos negróides, tanto no seu continente de origem, como na diáspora americana talvez seja um dos temas menos aprofundados pelos

1- Este artigo faz parte de uma pesquisa mais ampla sobre **Moralidade e sexualidade no Brasil Colonial**, iniciada em 1981 e subvencionada pelo CNPQ, a quem mais uma vez debito meu agradecido reconhecimento. Devo igualmente gratidão, pelos livros emprestados, idéias e sugestões aos seguintes africanistas: Antonietta de Aguiar NUNES, Julio Santana BRAGA, Mario MAESTRI Filho, Ronaldo VAINFAS e Vivaldo Costa LIMA.

pesquisadores. Consultando ilustres africanistas brasileiros e nossas principais bibliotecas especializadas, não encontrei sequer uma monografia consagrada especificamente à vida sexual dos africanos, exceção feita no livrinho *O amor na África Negra* (Travish, 1973), trabalho mais jornalístico do que antropológico. A sugestão de B.MALINOWSKI, já em 1927, em *Sexo e repressão na sociedade selvagem*, de que os cientistas sociais estudassem o homem nu, sem a folha de parreira que lhe esconde o sexo, parece não ter sido levada a sério por nossos antecessores vitorianos, pois somente na presente década que a sexualidade começa a gozar de maior interesse e respeitabilidade como objeto de estudo. Inclusive no Brasil, onde desde 1982, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência aprovou uma resolução estimulando pesquisas na área da sexualidade humana em geral e da homossexualidade em particular<sup>2</sup>. Assunto tabu e melindroso, sobretudo em nossa sociedade fortemente marcada pela sexofobia, já no século I, São Clemente proclamava que "não devíamos ter vergonha de falar do que não teve Deus vergonha de criar..." Inspirado, pois, em tão moderno ensinamento, procuramos reconstituir, neste ensaio, os principais aspectos da vida sexual dos africanos e seus descendentes no Brasil durante o tempo da escravidão. Tema praticamente virgem na historiografia da escravidão do Novo Mundo, teremos como fio condutor destas reflexões sobretudo a farta e indiscreta documentação do Santo Ofício da Inquisição, da Torre do Tombo de Lisboa, secundada por depoimentos de viajantes que aqui estiveram durante os séculos que perdurou o tráfico negreiro. Através destas e de outras fontes, desenhamos um amplo quadro de mais de uma dezena de alternativas sexuais a que se entregaram aqui os africanos e seus descendentes de ambos os sexos, agrupando-as nas seguintes variáveis exológicas:

- 1) **Relações Heterossexuais:** casamento religioso, amancebia, poligamia poligínica, poligamia poliândrica, bigamia, prostituição, relações orgiásticas;
- 2) **Relações Homossexuais:** sodomia, lesbianismo, felação, pederastia;

2- Moção aprovada pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência a favor das pesquisas sobre sexualidade: "Considerando a pequena produção científica no Brasil de pesquisas e trabalhos relativos à sexualidade em geral e à homossexualidade em particular, resolve usar de todo empenho junto às fundações, instituições de pesquisas e órgãos financiadores, para que sejam acolhidos com idêntica objetividade e sem discriminação os projetos que tratam de temas relacionados à sexualidade e à homossexualidade, instituindo-se prêmios e estímulos aos projetos sobre esses temas" (Campinas, 12-7-1982).

3) Parafilias: travestismo, masturbação, bestialismo, sadomasoquismo, diabolismo.

Cada uma destas condutas eróticas será documentada com exemplos reais obtidos em sua maior parte nos manuscritos inquisitoriais. Quando possível avançaremos hipóteses sobre a extensão numérica e/ou geográfica de tais comportamentos, embora nosso escopo seja mais humilde: mostrar sem intenções generalizantes, que a imaginação lúbrica dos escravos e seus descendentes foi muito mais variada, rica e libidinosa do que os historiadores tradicionais se permitiram imaginar. Iniciaremos contudo, esta comunicação, com um mergulho na sexualidade dos negros no próprio território africano, privilegiando aqueles grupos étnicos dos quais foram extraídos escravos para o Novo Mundo.

## 2. O SEXO NA ÁFRICA OCIDENTAL

*"As pretas lustrosas, os peitos à mostra  
bem duros, se esfregam, nos machos fogosos:  
Mandingas, Papéis, Balantas, Guineas...  
se entregam sem pejo, num beijo violento  
aos machos guerreiros, que as gozam ali mesmo."  
(Castro Alves: Visões da África, 1883)*

Nada mais falso e impróprio que falar genericamente "sexualidade africana", se considerarmos a enorme diferença e infinita variedade observada nos costumes sexuais das centenas de etnias do Continente negro (Werner, 1987). O leitor interessado em ter uma visão panorâmica e sumária de como divergem na terra dos negros os tabus e ritos sexuais, as regras de casamento, as técnicas eróticas, a prática homossexual e os costumes exclusivos de certas etnias, consulte a obra *Práticas Sexuais: A história da sexualidade humana* (Gregersen, 1983:183-198). Por hora, a fim de familiarizarmo-nos com a grande diversidade da conduta sexual dos africanos, resumirei alguns traços fundamentais do código erótico de uma dezena de etnias que participaram do tráfico negreiro para o Brasil, mostrando as diferenças e recorrências de tais costumes. Limitaremos nossa incursão às etnias situadas no antigo Reino da Guiné, Costa do Ouro, Costa da Mina e Reino do Congo-Angola, principais áreas abastecedoras de mão-de-obra para a América Portuguesa (Viana, 1946; Verger, 1968).

Um traço cultural bastante comum na maioria das sociedades africanas do passado e presente é a poligamia poligínica. Apesar de nem todos os homens conseguirem "comprar" mais de uma esposa, e muitos deles somente formarem seu pequeno harém após ultrapassarem os 50 anos, tomando como amostra três áreas culturais, Guiné, Sudão Ocidental e Congo, W.DORJAHN avaliou em 35% o total dos homens casados praticantes da poliginia, sendo de 2,4 a média de esposas para cada beneficiário. Como padrões dominantes, observou este autor algumas regularidades nesta área multicultural: as mulheres casam-se mais cedo, por volta dos 19 anos, enquanto os homens após os 24; malgrado o equilíbrio dos sexos ao nascimento, certos mecanismos culturais tornam a poliginia possível graças às regras de celibato definitivo para algumas categorias de homens e a maior mortalidade masculina decorrente das guerras e caçadas (1965:104-109).

Se a poligamia, tanto quanto diferentes tabus de incesto, constituem traços comuns à maioria dos grupos étnicos situados entre a Guiné e Angola - principal área fornecedora de mão-de-obra escrava para o Brasil colonial - várias peculiaridades distinguem o código parental e erótico destas diferentes tribos. Apesar de fragmentárias, conseguimos informações relativas às principais etnias negras formadoras do "povo brasileiro". Eis um quadro geral das matrizes sexo-comportamentais dos africanos trazidos como escravos para o nosso país:

- GUINÉ: No tempo do tráfico, a Costa da Guiné abrangia o vasto território situado entre a embocadura do rio Senegal à do rio Orange, fazendo limite, ao sul, com o reino de Benin, incluindo por conseguinte os atuais territórios da Serra Leoa, Costa do Marfim, Gana e Togo. Destas costas, centenas de milhares de negros foram transportados nos tumbeiros para o Novo Mundo, entre eles os seguintes grupos tribais, na época chamados Jolofos, Mandingas, Malinkés, Barbacins, Fulas, Felupos, Sonrai, Mossii, Fulani, Felatos, Fulbes, etc. (Nunes, 1987). A seminudez dos nativos de ambos os sexos não provoca constrangimentos de nenhuma espécie. A exposição das nádegas, contudo, é considerada um atentado ao pudor. Entre os Jolofos e Barbacins, segundo depoimento do Capitão André Alvares d'Almada, já em 1594, havia o costume de circuncidarem os rapazes aos 15 anos, sendo vedado aos incircuncisos a cópula e o casamento (1946:27). A etnia Sape tinha o costume de oferecer suas mulheres aos visitantes como sinal de hospitalidade. Escrevendo sobre as tribos da Guiné contemporânea, Estácio de LIMA, autor de *O Mundo místico dos negros*, assim se expressou: "A vida sexual na Guiné começa muito cedo. Meninas e meninos impúberes não encontram o espantinho das repressões violentas. A virgindade é

expressão que inúmeros dialetos não conhecem."(s/d:173) Este autor, fundador de um museu de objetos rituais africanos na Bahia, descreve com riqueza de detalhes os rituais da circuncisão. Diz-se que entre os Fulas e Mandingas, os meninos são circuncidados entre os 12 e 14 anos, enquanto as meninas são submetidas à clitoridectomia pouco antes da puberdade. A amputação do clitóris é minuciosamente descrita e documentada através de numerosas fotografias comprobatórias do terror e dores atrozes sofridas pelas indefesas guineenses quando imobilizadas no chão por cinco mulheres adultas, auxiliares da sacerdotiza neste cruel ritual iniciático. A clitoridectomia é rotulada pelo autor como "prática religiosa lamentável e brutal", redundando, além de infecções, na desastrosa incapacidade da plenitude do prazer por parte da mulher. Prática antiga, descrita inclusive por LEMOS COELHO já em 1684, estas mutilações sexuais são hoje objeto de justa repulsa por parte das feministas e defensores dos direitos humanos, apesar de ainda fartamente praticada do Egito à África Central.

A região da Serra Leoa, descoberta pelos portugueses em 1462, é habitada sobretudo pelos Foro, Humoi e Timini, entre os quais é tabu manter relação sexual antes da puberdade, e proibido qualquer ato libidinoso praticado dentro da mata, sendo obrigatório o banho antes e depois da cópula (Ottemberg, 1960:203). Entre os Mande, Sherbo e Gola, no início da puberdade, antes dos jovens dos dois sexos entrarem para as sociedades secretas, é feita a circuncisão e a clitoridectomia. O casamento políglico se realiza através da compra da noiva, cimentando-se assim os laços de aliança interfamiliares (Turnbull, 1977:108/178).

Em Gana e na Costa do Marfim, região outrora chamada Costa do Ouro, e onde situava-se o importante enclave escravista, o forte São Jorge da Mina, predominam as etnias Fanti, Achanti, Haussé, Agni, Gêge, Akan e Accra, tendo existido nesta região importante reino militar durante o século XVIII. Af costumam praticar a circuncisão quando o menino tem de 8 a 12 anos, privilegiando-se os casamentos entre primos cruzados, malgrado a existência de seis diferentes tipos de consórcio, dependendo do status e do valor do dote dos nubentes. O noivado pode ser realizado antes mesmo do nascimento da menina, devendo a cópula ser consumada somente após a segunda menstruação da noiva. Há autorização para o divórcio quando comprovado adultério ou impotência. A descendência é regida por regras matrilineares, os clãs são exogâmicos, exceção feita para os filhos dos escravos, que podem casar dentro do próprio grupo doméstico (Manoukran, 1850:30-33). Entre os nativos da tribo Ga, da região de Accra, quando um rapaz quer casar-se, oferece pequenos presentes à sua eleita,

enquanto a observa por dois meses, para certificar-se de sua fidelidade, só aí completando o pagamento do dote a seus sogros. Gravidez anterior aos ritos de iniciação é considerada grave blasfêmia, acreditando os nativos que as faltosas não de parir crianças anormais. Algumas tribos desta região também praticam a circuncisão feminina, tanto a clitoridectomia, quanto a infibulação (costura dos grandes lábios genitais), (Lystad, 1965:191).

BENIN: O antigo Reino de Benin ocupava território maior que o atual, incluindo a Nigéria, tendo sido contactado pelos portugueses em 1482, predominando aí as etnias Yoruba, Fon, Adjás, Bariba, Fulbe, Calabar, Mina, Gêge, Nagô, Ijexá, Timinis. Segundo ensina o antropólogo M.HERSKOVITS, autor da principal obra sobre esta região, entre os 9-12 anos as meninas são confiadas a uma mulher-mestra encarregada do processo de alargamento de suas vaginas, utilizando para tal deformação, massagens, movimentos mecânicos, substâncias vegetais irritantes e a introdução na genitália das iniciadas de falos artificiais feitos de chifre de animal, madeira ou raiz de índigo (1967:278). A menarca é objeto de comemoração familiar, assim como a circuncisão dos rapazes, praticada geralmente entre os 17-19 anos. Antes mesmo desta idade, os mais velhos tem por costume ensinar aos adolescentes como praticar o ato sexual, sendo socialmente aceito que as meninas mantenham relações libidinosas seja com meninos, seja com suas amigas. A masturbação recíproca é aceita com absoluta naturalidade, sendo mal visto o "vício solitário". O lesbianismo é mais frequente que o homossexualidade masculina, existindo aí, até os fins do século XIX numeroso batalhão de invertidas, as famigeradas "amazonas do Daomé", compulsoriamente afastadas de qualquer intimidade com o sexo oposto. Também ocorre aí tradicionalmente, com relativa frequência, que dois rapazes mantenham amizade particular e contactos homoeróticos por toda a vida, sendo esta região africana famosa na antropologia, por praticar o chamado "casamento de mulheres", onde uma matrona "compra" uma mais jovem, para sob sua tutela ser incorporada ao harém de seu marido (Bohannan, 1968). Na obra *Viagem de África em o Reino de Daomé*, datado de 1800, o padre baiano, Vicente Ferreira PIRES informa que nesta região o adultério era severamente castigado: a mulher consentidora tornava-se escrava do Rei e o adultério infeliz, quando comprovada a sua infidelidade, perdia sua legítima mulher em favor do "cornudo". Era tabu castigado como crime, copular com mulheres grávidas ou menstruadas, existindo nesta sociedade altamente hierarquizada, dois grupos bastante estratificados em razão de sua função sexual: as meretrizes: "maricó", presas de guerra e propriedade do Rei, e numeroso séquito de eunucos, "leguedé", zeladores da

segurança da família real (1957:III e ss.). Livros de viajantes do século XVIII costumam reproduzir uma gravura onde se mostra o cruel castigo dado à infidelidade conjugal de uma concubina do Rei do Benin: seu amante é queimado vivo num espeto sobre uma fogueira enquanto a adúltera era supliciada sob copioso banho de azeite quente - provavelmente o óleo de palma, o nosso dendê.

Até o século XIX atual Nigéria pertencia o Reino de Benin, tanto que a composição étnica deste país, hoje o mais populoso da África, apresenta grande similaridade com o limítrofe Daomé. Aí predominam os Haussá, Yorubá, Fulbe, Ibo, Kanuri, Nupe, etc... ensina o primeiro historiador nativo da região, Samuel JOHNSON que neste país, todas as mulheres têm marido, excetuando-se apenas as muito velhas, que não encontram um macho protetor. O divórcio acontece só raramente, sendo justificado quando se comprova adultério com parente consanguíneo do marido, quando a mulher é ladra inveterada, estéril ou quando o esposo revela-se extremamente cruel. As meninas são conservadas em reclusão durante o período que vai da menarca até o casamento. Os matrimônios podem realizar-se durante todo o ano, sendo contudo mais estimados durante as cerimônias do Egun-gun(1921:114). Entre os Igbirá do Norte, o jovem deve trabalhar três anos seguidos para os sogros antes de obter a noiva, sendo vedado qualquer tipo de contacto, seja físico, seja verbal (Brown, 1955:68). Entre os Ijaw, as relações sexuais são interditas durante o festival anual da pesca (Turnbull, 1977:108) enquanto entre os Ibo, o mesmo tabu prolonga-se durante os três primeiros anos após o nascimento do filho, encarregando-se a parturiente, ela própria, de arranjar uma amante que a substitua na esteira de seu marido, sendo a convivência geralmente amigável, segundo observou um dos principais "expert" desta área, o antropólogo Darryl FORDE. As relações extraconjugais clandestinas são muito comuns, e raras as cenas de ciúme. Entre os Ibibio, residente a sudoeste, o noivado é oficializado quando a menina tem entre 2 e 6 anos, devendo igualmente ser antecedido de árdua prestação de serviços por parte do rapaz. O divórcio não acarreta estigma para os cônjugues, obrigando à família da noiva a devolução do dote. Nalgumas tribos desta área, o marido pode mandar sua esposa de volta para a casa paterna, seja temporária, seja definitivamente. Caso a mulher fuja com outro homem, sua família é obrigada a devolver todos os bens e serviços recebidos quando do noivado (1950:18).

A etnia Nupe era chamada pelos negreiros luso-brasileiros de Tapa, e segundo seu principal estudioso, S.F.NADEL, a circuncisão apesar de ser costume

universal em todas as suas tribos, não deixava de causar verdadeiro terror nos indefesos iniciados: é praticada por barbeiros, sem rituais próprios, em meninos de 8 aos 13 anos. Apesar da negação oral e de violenta repressão, também os Nupe de ambos os sexos praticam "o amor que não ousa dizer o nome", havendo maior tolerância ao lesbianismo do que à homofilia masculina. Certas cerimônias comportam a prática do travestismo ("gunnu"), e fortes doses de excitação sexual, como nas danças rituais "gami", onde sob o efeito de afrodisíacos, as regras de moralidade sexual são temporariamente liberadas (1954:219). Ainda segundo FORDE, entre os Yoruba do sudoeste da Nigéria, a circuncisão se faz no primeiro ano de vida do menino, e a clitoridectomia antes do casamento (1950:28). Nas tribos Fulbe e Ndiki, no vizinho país do Camerum, a circuncisão representa mais uma prova de coragem para os adolescente, do que ritual religioso: somente os iniciados que suportaram impassíveis as dores dessa mutilação é que podem tornar-se guerreiros. Costumam usar um estojo peniano até a cicatrização do prepúcio (Dugast, 1960:332).

CONGO-ANGOLA: Este antigo Reino, descoberto pelos portugueses em 1482, forneceu para o Brasil o maior contingente de escravos durante o século XVII. Através da obra *Descrição Histórica dos Reinos do Congo, Matamba e Angola*, de 1591, informa-nos o capuchinho Frei Antonio Cavazzi de MONTECUCOLLO que a maior parte destes nativos praticavam a poligamia, chegando alguns homens mais poderosos a possuir 20, 30 ou até 50 concubinas ("mucaji"), "mostrando por este meio sua grandeza". Quando se suspeitava ou se provava adultério, logo a mucaji infiel era repudiada. Em se tratando de mulher plebéia, era executada ou se tornava escrava. Muitas famílias acertavam o noivado de seus filhos ainda no útero materno, sendo os maridos que pagavam o dote para as famílias de suas noivas. Realizavam primeiro uma espécie de casamento de experiência por dois ou três anos: caso a convivência tivesse sido problemática, devolviam a mulher para sua parentela (1965:136).

É para os nativos do Congo-Angola, que dispomos a melhor e mais antiga descrição da prática homossexual masculina em território africano. Já em 1591 era denunciado à Inquisição um escravo da tribo Manicongo, Francisco, morador na Bahia, "que tinha fama entre os negros que era somítigo (homossexual), recusando-se trazer vestido o vestido de homem que lhe dava seu senhor". Eis o depoimento convincente de seu denunciante: "Declara saber que em Angola e Congo, nas quais terras ele denunciante, andou muito tempo e tem muita experiência delas, é costume entre os gentios negros trazerem um pano cingido

com as pontas por diante, que lhes fica fazendo uma abertura diante os negros sodomitas que no pecado nefando servem-se de mulheres pacientes, aos quais pacientes chamam na língua do Congo e Angola Jimbanda, que quer dizer somítigos pacientes". (Mott, 1986:32) Em 1681, outra importante confirmação de que a homossexualidade masculina era institucionalizada nas tribos angolanas: segundo o autor da *História Geral das Guerras Angolanas*, "há entre o gentio de Angola muita sodomia, tendo uns com outros suas imundícies e sujidades, vestindo-se de mulheres. E lhes chamam pelo nome da terra: quimbandas" (Cardonega, 1942:259).

Entre as tribos bantus trazidas desta região, no chamado "ciclo de Angola", citem-se: Congo, Benguela, Cabinda, Angola, Muxicongo, Rebolo, Angico, Malele, Loango, Monjolo, Cassange, Samba, Mussaogo, etc.. Sobre os Cabinda é que dispomos de maior número de informações etnográficas relativas a sua sexualidade e sistema de parentesco. Por volta dos 14 anos todo rapazote tem que submeter-se à circuncisão: uma série de provas de resistência e coragem se realizam no mato, onde permanece em reclusão, até que no meio de danças e mascaradas, se faz excisão do prepúcio, feita com um machadinho de pedra sobre um pedaço de madeira. Cinza de folha de bananeira e azeite de dendê são usados como curativo, devendo ser lavado o pênis sete vezes por dia. Raramente há infecção do prepúcio. Só então o rapaz adquire a maioridade dentro do clã. Os não circuncidados são tidos como degenerados e desprezados pelas mulheres. "Takula" é o nome do ritual de iniciação das donzelas, realizado após a terceira menstruação. É causa de extremo pavor nas mocinhas, que reagem o quando podem à sua realização, sendo literalmente caçadas quando fogem para o mato, espavoridas, e só após muita luta, exaustas e inânimes, é que se sujeitam. Primeiro pintam-lhe todo o corpo, cortam-lhe a carapinha e uma velha abre-lhe a vagina para certificar-se se o hímen permanece intacto. Rompe-o então com um falo de madeira - ritual também praticado entre os Maconde de Moçambique, só que o falo é de cerâmica. Só então tornam-se aptas para o casamento. De acordo com a antiga lei de Ngoyo, os adúlteros ou desrespeitadores das mulheres tribais eram flagelados e tinham suas orelhas cortadas. As adúlteras tornavam-se escravas de seu marido e filhos (Vaz, 1970:209-262).

Algumas tribos angolanas, do subgrupo Bochiman, possuem costumes sexuais peculiares: os Vasekele só fazem sexo à noite, sem rebuliço, com as pernas entrelaçadas e desconhecem o beijo. Os Vakwankala praticam o coito de lado,

frente a frente, enquanto entre os Nhae-Nhae, o homem se cola às costas da mulher, levantando os lábios vaginais para penetrá-la (Guerreiro 1968:249).

Apesar de fragmentado e bastante incompleto, este é o mais amplo levantamento feito até agora no Brasil relativamente aos costumes e práticas sexuais das diferentes etnias africanas transportadas para a América Portuguesa. Algumas conclusões podem ser avançadas antes de entrarmos no cerne deste trabalho.

1) a predominância na maior parte das sociedades africanas escravizadas, da poligamia poligínica, praticamente inexistindo a possibilidade de uma mulher permanecer celibatária;

2) a existência na maior parte das etnias citadas, também em caráter quase universal, de ritos de iniciação com mutilação sexual: circuncisão, clitoridectomia e em escala menor, a infibulação e defloração com falo cerimonial;

3) o adultério, homossexualidade, masturbação, divórcio e prostituição, são algumas das variáveis da conduta sexual destas diferentes tribos, cuja reação a tais comportamentos varia da indiferença à repressão até com a pena de morte;

4) a grande variedade e complexidade dos códigos morais desta dezena de povos se reflete na maneira como cobrem ou não a nudez, seus tabus e interditos sexuais, seus variados padrões de valorização da estética corpórea, etc.

Assim sendo, do mesmo modo como seria uma simplificação indevida falar de "sexualidade africana" como uma entidade homogênea, também revela-se impróprio defender que na África predominava uma sexualidade "natural", não repressiva, ou então, a "prosmicuidade sexual primitiva". Na Costa Ocidental do continente negro encontramos etnias tão sexofóbicas e pudibundas quanto a sociedade judaica-cristã, valorizando grandemente a virgindade, proibindo intercurso sexual antes do casamento, reprimindo qualquer manifestação erótica fora do matrimônio. Há também grupos que se norteiam por ideologia mais dionisíaca, que desprezam a virgindade, onde os adolescentes mantêm relações sexuais com um e outro sexo, onde o divórcio e a infidelidade conjugal são tratados com naturalidade. Portanto, os negros e negras que vieram para o Brasil, além das marcas e cicatrizes tribais estampadas no rosto, tórax e demais partes do corpo, a grande maioria dos adultos e adolescentes certamente deviam trazer mutilações sexuais como a circuncisão, clitoridectomia e mesmo infibulação. Milhares destes infelizes seres humanos já tinham sofrido, na própria África, o

infortúnio da escravidão tribal, convivendo portanto com outros códigos morais e sexuais diferentes de suas tribos originárias, inclusive com a ética sexual do islamismo e do cristianismo. Alguns desses homens e mulheres teriam sido vendidos como escravos aos negreiros exatamente como punição de seus desvios de conduta sexual, como determinava a lei de muitas tribos da África Ocidental.

### 3. O SEXO CATIVO

*"Há porventura algum senhor que tenha o poder de enfrear a concupiscência nos escravos?"  
(Padre Benci, S.J., 1700)*

Para efeito deste ensaio, ampliamos o universo de análise incluindo aqui não apenas os africanos escravizados no Brasil, mas também seus descendentes mestiços e os alforriados.

Ao serem pilhados na África, ou comprados aos magotes pelos comerciantes de gado humano, já af o sexo dos pretos funcionava como elemento diferenciador na seleção dos cativos, pois os compradores do Novo Mundo preferiam adquirir jovens do sexo masculino, mais resistentes para os diferentes tipos de trabalho, em detrimento das mulheres, crianças e anciãos. Apesar de minuciosa inspeção de seus negros corpos pelos traficantes, houve casos onde maliciosamente a "peça da Guiné" conseguiu esconder seu verdadeiro sexo. Por volta de 1550 o negro Antonio, natural do Benin, sodomita inveterado já em sua terra, conseguiu tão bem travestir-se de mulher, que ficou acorrentado no grupo das escravas, só muito mais tarde sendo descoberto, para seu desconsolo, seu verdadeiro<sup>3</sup>.

Nos porões dos navios negreiros predominava, portanto, população masculina amontoada corpo a corpo, aproveitando-se cada centímetro deste lúgubre espaço, fétido e úmido. As gravuras de CLARKSON (1815) mostram melhor que as de RUGENDAS (1835) a proximidade desta mercadoria humana, amontoada como sardinha numa lata. Malgrado o dantesco desconforto físico, o forte abatimento emocional e a animosidade das diferentes etnias agrilhoadas no porão, nos 40, 50 ou mais dias que demorava a travessia do Atlântico, seminus

3- Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Inquisição de Lisboa, Processo no. 10868 (doreavante abreviado: ANTT, IL, Proc.).

naquela escuridão enfadonha, um dos únicos prazeres que estes pobres diabos tinham a liberdade de auferir era dar vazão a seus devaneios e lembranças eróticas, redundando em excitação e ereções espontâneas ou provocadas, masturbando-se ou copulando com seus vizinhos agrilhoados no mesmo infortúnio. Se até os prisioneiros nos cárceres do Santo Ofício, malgrado a rigorosa vigilância e grande risco, praticavam sexo entre si<sup>4</sup>, seria por demais angelical supor que nos dois meses de travessia, os negros praticassem abstinência sexual no escuro dos tumbeiros, sobretudo os jovens, muito acostumados a frequentes orgasmos. Como os homens eram separados das mulheres, havia maior probabilidade estatística de predominares nos negreiros as relações homoeróticas, sobretudo havendo "quimbandas" e "amazonas" no porão. Sendo costume dos negreiros levarem diariamente mulheres e crianças ao convés para tomar sol e respirar melhores ares, certamente a tripulação não deixava de usar sexualmente as raparigas e rapagotes de melhor aspecto (Burg, 1984). Se nas caravelas comerciais de passageiros, todas as mulheres a bordo eram zelosamente trancadas debaixo de sete chaves, em dormitórios especiais, para impedi-la ousadias por da parte da marujada<sup>5</sup>, não é difícil imaginar a conduta da tripulação destes navios negreiros, ávida de sexo nessas travessias intermináveis, sobretudo tendo a bordo, ao alcance da mão e do chicote, indefeso gado humano.

Ao desembarcar na América, as viçosas peças da Guiné sobreviventes ao inferno da travessia "pareciam fantasmas. Os homens nus, os sexos desproporcionalmente grandes para os corpos magérrimos; as mulheres só ossos, as tetas caídas; as crianças arrastadas pelas mãos, pequenos zumbis" (Maestri, 1988b).

Nos portos brasileiros, a negrada aguardava nos armazéns e mercados de escravos quem os quisesse comprar. O médico J.B.A. IMBERT, no seu *Manual do Fazendeiro* (1839), chamava a atenção dos compradores que atentassem para os órgãos sexuais dos negros, "evitando-se adquirir os indivíduos que os tivessem pouco desenvolvidos ou malconformados". E Gilberto FREYRE completa: "Havia compradores que prestavam muita atenção às proporções dos membros viris dos negros e à amplitude dos quadris das pretas, ligando tais proporções à maior ou menor capacidade de machos e fêmeas para a procriação" (1979:20).

4- ANTT, IL, Proc.4.810, (1645).

5- ANTT, Livro de Leis no. 8, fl. 168 (5-8-1747).

Ao serem adquiridos, uma das primeiras constatações que os africanos deviam fazer era a gritante superioridade de negros face ao reduzido contingente de negras. GORENDER, baseando-se em várias fontes, avalia que em certas áreas, as mulheres representavam 1/3 ou 1/4 da população escrava (1978:333-346); Emilia Viotti da COSTA fala de 1 para 5 a relação entre negras e negros (1966:267). No Piauí, em 1697, num total de 129 fazendas de gado, viviam 203 negros e tão somente 7 negras (Mott, 1985a:75) e nas Minas Gerais, em 1719, no Morro de Vila Rica, os escravos do sexo masculino representavam 91% da população (Russell-Wood, 1982:112). Portanto, 30 negros para 1 negra no Sertão piauiense; 10 machos para 1 fêmea nas Gerais. Como todos esses homens extravasavam seus impulsos sexuais sendo tão poucas as mulheres?

Antes de responder a esta questão, uma correção deve ser feita: até agora não encontramos nenhum documento comprovatório de que escravos fossem castrados no Brasil. No livro *Da palmatória ao patíbulo* há referências a "castrações, amputações de seios, etc.", sem contudo citar exemplos concretos (Goulart, 1971:162), o mesmo ocorrendo no filme "Chico Rei", onde é mostrado um grupo de negros no ato mesmo em que eram castrados. Dois documentos por nós localizados na Torre do Tombo comprovam indiretamente o contrário: que um dos castigos considerados mais cruéis para punir os cativos, era magoar os testículos com pesos ou amarras, suplício que na opinião do contemporâneo era tão cruel, que merecia ser identificado como heresia, e como tal, denunciada à Santa Inquisição. Foi o que aconteceu com o latifundiário mais rico do Brasil setecentista, Garcia Dávila Pereira de Aragão, que na crudelíssima lista de tortura por ele praticadas e levadas ao conhecimento do Santo Ofício por um denunciante mais humanitário, assim o potentado agiu contra seu crioulo Hipólito, 16 anos: "mandou-o montar em um cavalo de pau e que o amarrassem os pés altos fora do chão braça e meia, e em cada pé uma arroba de bronze. Mandou então passar-lhe uma ponta de corda nos testículos, bem apertada, e na outra ponta mandou pendurar meia arroba de bronze, ficando no ar para lhes estar puxando os grãos para baixo, que o pobre miserável dava gritos que metia compaixão". (Mott, 1988b) Tortura diabólica que durou duas horas de relógio, sem contudo ter chegado à castração do pobre infeliz. Este outro episódio se passou em Minas Gerais: o Tenente Manoel Aires Pinheiro, após judiar atrozmente de seu negro, ficando quatro dias preso na golilha, "mandou pegar no seu membro viril até ficar duro e depois o mandando rebolar; se não o fazia, era açoitado. Foi mandado, então, amarrá-lo por dois escravos para o caparem: fizeram toda diligência, e com

as dores, gritava, até que os parceiros do dito negro rogaram ao senhor que não o fizesse, pois era criatura humana"<sup>6</sup>.

Embora a Igreja Católica ainda no século XVIII autorizasse e, indiretamente, até estimulasse a excisão dos testículos dos "castrati", peças fundamentais nos corais sacros, tudo nos leva a crer que a castração de escravos, caso ocorresse no Brasil, devia merecer sua reprovação, tanto que a ela é que se dirigiam os denunciadores para informar sobre tais crueldades venéreas praticadas por senhores "hereges". Na África sim, ao menos no Daomé, numeroso séquito de eunucos tinham sido castrados - os "leguedé" - a fim de cuidar dos afazeres da família real, inclusive policiar seu numeroso harém. No Brasil, até provarem o contrário, fica descartada a ocorrência de castração nos escravos como recurso utilizado para controlar os impulsos sexuais da negrada. Em termos de prática repressora da sexualidade feminina, diz o já citado Prof. Estácio de LIMA, ter ouvido do Dr. Francisco Peixoto MAGALHÃES NETO, catedrático de Higiene da Faculdade de Medicina da Bahia, que alguns pretos velhos lhe haviam segredado que na Ladeira de São Bento, no centro de Salvador, existiu outrora uma casa onde se praticava a clitoridectomia: "a reação do meio obrigava as populações negras do Brasil a esconderem ao máximo as diferentes formas de mutilação ritual até que desapareceram" (s/d:173). Quanto à circuncisão masculina, embora seja nossa convicção de que a quase totalidade dos africanos aqui aportados eram circuncisos, não dispomos de nenhum documento relativo a tal prática, comum tanto em tribos islamizadas quanto nas animistas. Encontramos sim, em pleno século XVIII e até na segunda metade do XIX, negros africanos e até crioulos e mestiços, que ainda praticavam deformações ou mutilações tribais, inclusive extração ou afilamento dos dentes (Mott, 1986:7c): é bem provável que muitos negrinhos aqui nascidos foram circuncidados por suas mães ou parentes, ritual secreto e escondido, necessário para a entrada dos adolescentes no mundo adulto, e que por ser reprimido pela sociedade dominante, seu registro se perdeu na história.

Tudo nos leva a crer que tanto quanto hoje, a masturbação, prática socialmente aceita em muitas etnias negras, devesse ser a forma mais corrente de satisfação venérea praticada pelos negros e negras no Brasil antigo. Dada porém sua condição de "vício solitário", praticado no escuro das senzalas, no meio do canavial, atrás das banananeiras, sua documentação é coisa rara. Mesmo assim,

6- ANTT, IL, Caderno do Promotor no. 130, fl. 48, Sabará (2-6-1778).

encontramos alguns registros dessa prática que já no século XVI nossos antepassados chamavam de "punheta" e o clero de "molice": o negro Antonio, ladino, Mina de nação, escravo do Coronel Manuel da Fonseca Pereira, morador na vila do Cabo, Pernambuco, em 1734 denunciou ao Santo Ofício que confessando certa feita com o Padre João Pinto, "Acusou-se do pecado de molices, e confessor solicitou então que o fizesse consigo mutuamente. Consentiu, sendo depois absolvido, persuadindo-se que molice não era pecado e continuou a fazê-lo por 8 ou 10 anos sem escrúpulo"<sup>7</sup>.

Muito mais documentados são os casos de masturbação recíproca, chamada pelos teólogos antigos de "molice ad invicem" e popularmente de "fazer as sacanas" ou simplesmente "sacanagem". Em Vila Rica, 1749, denunciou-se perante o Comissário do Santo Tribunal, o músico Antonio do Carmo que "se deitava na cama com o pardo Valentim Pereira, João Antunes mulatinho, Filipe Nunes pardo, entre outros, e com eles estava com brincos desonestos, fazendo pulsoes nas mãos dos ditos moços"<sup>8</sup>.

Digna de nota é a tentativa deste homossexual em atenuar sua culpa, alegando "estar chumbado do pito" quando cometeu tais "maganagens". "Pito de pango" era como chamavam antigamente o "fumo de Angola", também apelidado de maconha, diamba, bongo, todos nomes da língua bantu falada no antigo reino do Congo-Angola (Mott, 1986b:123). Seu poder afrodisíaco é confirmado inclusive por Gilberto FREYRE, um dos poucos intelectuais nativos que ousaram declarar ter fumado a planta africana.

Na falta de parceiros para "fazer as sacanas", sobretudo na zona rural, os moleques encontravam no reino vegetal a solução para satisfazer seus apetites libidinosos: como ensina mais esta vez Mestre Gilberto, "a bananeira, a melância, a fruta do mandacaru com o seu visgo e a sua adstringência quase de carne (1970:397), eram alguns dos elementos utilizados para a obtenção do gozo, conforme ratifica José lins do REGO no seu *Menino de Engenho* ou *Moleque Ricardo* (1932).

O bestialismo parece ter sido outra válvula de escape para os impulsos eróticos da escravaria. Já em Portugal, nas primeiras décadas após o estabelecimento do Terrível Tribunal, em 1574, um negro de nome João, escravo

7- ANTT, IL, Proc. 14.327.

8- ANTT, IL, Caderno do Nefanto no. 20, fl. 89 (21-3-1749).

de Afonso Matos, 30 anos, morador na vila de Moura, confessou-se assim perante o Santo Ofício: "Por ser homem que andava no campo, tinha feito muitos pecados contra Nosso Senhor Jesus Cristo: tomado do desejo, dormiu carnalmente como se fossem mulher com as seguintes alimárias: três cabras, três ovelhas, duas burras, uma égua e uma mula". Por tão repetidos e graves pecados "contra natura", foi condenado à galés para sempre<sup>9</sup>.

Na vizinha Espanha, certamente teria sido queimado, pois lá os Inquisidores tinham ordem papal para aplicar a pena capital contra os zoófilos.

Nos finais do século XVIII, nas Minas Gerais, localizamos duas denúncias de escravos praticantes do bestialismo: em Santo Antonio de São Joanico, em 1791, o escravo Manoel, pardo, "foi encontrado em cópula com uma jumenta", enquanto o crioulo Eusébio, forro, é acusado de "cometer pecados carnis com porcas, tendo uma besta que chegava a procurá-lo..."<sup>10</sup> Cativos e libertos, negros e mulatos se irmanavam na atração irresistível pela genitália das fêmeas animais, cuja quentura, revelam os aficionados, é muito mais erótica do que a das fêmeas humanas...

A homossexualidade, por ser considerada, de todos os pecados, "o mais torpe, sujo e desonesto", chamada na época de sodomia, foi perseguida tanto pela justiça civil como pela religiosa, daí ser a conduta erótica mais documentada não só para a população branca, como para a escravaria. O "abominável pecado nefando" incluía tanto a homossexualidade masculina e feminina, como a cópula anal heterossexual, embora a partir de 1646 os Inquisidores tenham restringido a condição de crime somente à "sodomia perfeita", isto é a cópula anal entre varões, descrita nos manuais e regimentos inquisitoriais como "penetratio in vas posteriore cum seminis effusione" (Mott, 1988a).

Em nosso trabalho *Escravidão e Homossexualidade* (1986a), mostramos a extensão do homoerotismo sobretudo masculino, notadamente nos antigos reinos do Benin e Angola na época do tráfico negreiro, assim como sua prática entre os negros do Brasil nos primeiros séculos de nossa história. Tomando como amostra os sodomitas denunciados nas Visitas do Santo Ofício à Bahia, Pernambuco e Pará (1591-1769) de um total de 85 "fanchonos", encontramos 41 negros e mestiços

9- ANTT, Inquisição de Évora, Proc. II.217.

10- ANTT, IL, Caderno do Nefando no. 20, fl. 365; Caderno do Promotor no. 134, fl. 47 (1799). Um caso de bestialismo praticado por um escravo na África do Sul, em 1774, redundou na venda do mesmo para outra propriedade, cf. Ross 1976:433.

(48%), o que revela a grande extensão do "amor que não ousa dizer o nome" entre a camada de cor. Dentre estes, 23 eram africanos, vindo referidos com os seguintes étnimos: 14 angola, 4 Mixicongo, 4 Quiné e 1 Manicongo. De um total de 34 relações homossexuais onde é declarada a cor dos parceiros, notamos a predominância das uniões de negros e brancos, seguidas de negros e mulatos, e em menor escala negros com negros.

Noutro trabalho, *Relações raciais entre homossexuais no Brasil Colonial* (1985b), mostramos como as variáveis raça e status foram vivenciadas pelos sodomitas na época escravista, ora ratificando a dominação senhorial vis-à-vis às camadas subalternas, ora invertendo-se, no microuniverso homoerótico, as relações de poder.

Ao escrever aqueles dois trabalhos, nossas fontes tinham sido tão somente os livros das visitas do Santo Ofício ao Brasil. Agora, após 9 meses de pesquisas na própria Torre do Tombo, dispomos de material muito mais rico e abundante, que vem reforçar e ampliar nossas primeiras ilações, que podem ser sumarizadas assim:

Muitos africanos ao chegarem ao Novo Mundo já tinham sua orientação homossexual definida, como por exemplo os quimbanda do Congo-Angola, membros de uma "casta" ou "quadriha" de invertidos exclusivos, conforme já divulgamos em páginas anteriores. Além de sodomitas, praticavam também o travestismo "vestindo-se como mulheres", como era o caso daquele nativo de Benin, citado há pouco, que fez-se passar por mulher quando aprisionado, e que mais tarde jogava pedras em quem o chamava de Antonio, só atendendo pelo nome de Vitória, ou como o também já nosso conhecido Francisco Manicongo, que em 1591 era acusado de recusar-se trazer "vestido de homem". Não foi, portanto, a falta de mulheres, nem o abuso senhorial a causa da prática homoerótica destes e de muitos outros negros sodomitas.

Vários homossexuais africanos e seus descendentes encontravam seus parceiros e amantes dentro do próprio subgrupo de cor, como foi o caso de Francisco Manicongo, "que fazia o pecado de sodomia com outros negros", ou de seu contemporâneo em Salvador, Joane da Guiné, "que no dito pecado usa do ofício de fêmea", ou ainda os escravos Jerônimo Soares e o mulato Bugio, que em 1645 são denunciados de terem fama pública "que um chupava o outro"<sup>11</sup>. Se tais

relações homofílicas envolvendo gays de cor, aparecem menos nos registros inquisitoriais, sua ausência deve ser explicada pela menor visibilidade e insignificância social dos amantes não-brancos, que nos recônditos das palhoças ou no segredo do mato, mantiveram secretos seus amores unissexuais.

Da mesma forma como foi documentado para os Estados Unidos, em 1646, na então chamada colônia da Nova Holanda, quando o negro Jean Creoli foi queimado por ter cometido o crime de sodomia com Manoel Congo (Katz, 1976:35), e também para a cidade do Cabo, na África do Sul, no século XVIII (Ross, 1976:431), também no Brasil muitos senhores reagiram às vezes violentamente quando noticiados que escravo seu praticava o "mau pecado". Por ser crime punível com a fogueira e sequestro, ter escravo fanchono era arriscar-se a perdê-lo, daí a maior repressão à sodomia entre os cativos. No Sertão de Sergipe, nos finais do século XVII, comentava-se que o escravo Jerônimo tinha sido embarcado do Porto para o Brasil, e de Salvador para Itapicuru, por inciativa de seu senhor, como estratégia para livrá-lo das garras inquisitoriais, ou melhor, para não perdê-lo se condenado pelo Santo Ofício. Na Capitania de Sergipe, por volta de 1670, um negro anônimo, escravo de Luiz Gomes, ao retornar para casa trazendo um par de ceroulas, "perguntando seu senhor donde ou a quem as furtara, o não quis dizer. E por este respeito, o mandara açoitar e estando a açoitar, confessara o negro que lhas tinha dado o Capitão Pedro Gomes, por cometer com ele o pecado nefando". Injuriado, o fazendeiro mandou castigar severamente o escravo sodomita: "este negro morreu dos açoites que então lhe mandou dar seu senhor" (Mott, 1988c). Quer dizer: este senhor preferiu perder seu capital do que carregar a infâmia de ter em sua casa um escravo sodomita, revelando tal episódio as primeiras raízes da intolerância machista no Nordeste brasileiro.

Vários são os documentos comprobatórios dos amores homoeróticos de homens brancos por sedus escravos de cor. Há casos que o senhor parece ter escolhido a dedo, no mercado de gado humano, seu preferido, já pensando em torná-lo seu parceiro sexual, igual ao que acontecia entre senhores heterossexuais, segundo assinala Mestre Gilberto em *Casa Grande e Senzala*. O crioulo Anselmo, 18 anos, natural de Taubaté, trabalhava no Contrato de diamantes no Arraial do Tijuco. Havia um ano que estava com seu senhor, o Cabo de Esquadra, Inácio Geraldês. Ele próprio contou que "logo que o comprou seu senhor, começou a tratá-lo como filho, e algumas noites o ia buscar à cozinha e trazia para sua cama e

11- ANTT, IL, Caderno do Promotor no. 29, Bahia (4-12-1645).

ali começava a bolir nas suas partes pudendas e cavalejou-o pela via de trás<sup>12</sup>. Outro negro, João da Silva, 21 anos, escravo de Manuel Alves Carvalho, residente à rua da Boa Vista, próximo à Sé de Olinda, disse que seu amo ao chegar a Pernambuco "o comprara e levando-o para sua casa, nessa mesma noite, mandara que fosse ter com ele à sua cama e entendendo que era para ato pecaminoso, disse-lhe que se o comprara para este efeito, que o tornasse a vender", recusando-se qualquer intimidade<sup>13</sup>.

Como nas relações heterossexuais, encontramos no homerotismo ampla gama de arranjos interacionais: relações duradouras, contactos eventuais, estratégias de sedução, violência do poderoso contra o mais fraco, ciúmes de paixão. Vários são os gays brancos que se especializaram na conquista de negros boçais recém-chegados da costa africana. O Capitão Salvador Martins Bonilha, da vila de Ararituaba, Capitania de São Paulo, tinha o costume de "dar de comer, com largueza, aos negros novos, para pecar com eles, matando porcos para mimar os negros minas não batizados e assim os atrair para o nefando". Causava particular irritação nos vizinhos seu gesto democrático de "regalá-los com aguardente, brindando-os ele primeiro<sup>14</sup>". Também o Padre André da Silva Ribeiro, de Itaboraí, no Rio de Janeiro, é acusado pelo escravo Paulo, guiné, de ter comprado um preto de nome João, "instando-o para atos sodomíticos, sendo o escravo ainda boçal<sup>15</sup>". Também boçal era o negro angolano de nome ignorado, que fugindo de seu senhor, na Bahia, em 1689, no Sítio Jacumirim foi acolhido pelo estaqueiro de fumo Luiz delgado, a 11 léguas de Salvador. Mantiveram uma relação de sodomia imperfeita, conforme explicou outro negro-tradutor, pois o fujão ainda não falava a língua do Brasil (Mott, 1988a:10). A preferência por escravos boçais pode ter várias explicações: desconhecendo os costumes dos brancos, aceitariam mais facilmente a sedução sexual imaginando fazer parte de suas obrigações como escravos; não falando a língua portuguesa nem conhecendo a gravidade do crime de sodomia, não corriam grandes riscos os senhores ao copularem com os boçais; e por que não imaginar que para alguns civilizados a selvageria dos negros novos recém-chegados das aldeias africanas constitua forte atrativo para suas fantasias eróticas?

12- ANTT, IL, Caderno do Nefando no. 20, fl. 329 (15-1-1762).

13- ANTT, IL, Caderno do Nefando no. 20, (16-10-1742).

14- ANTT, IL, Caderno do Nefando no. 19, (25-9-1741).

15- ANTT, IL, Caderno do Nefando no. 20, (22-3-1753).

Diversos são os documentos que comprovam que tais relações muitas vezes se prolongavam anos a fio. O já citado crioulo Anselmo, no Arraial do Tijucu, "há muitos anos estava amancebado pela via traseira e também pela boca com seu senhor, o Cabo Geraldês". Algumas testemunhas dão mais detalhes sobre este "caso": dizem que o negro contava que o militar "tinha-lhe muito ciúmes e que o prendeu com correntes de ferro quando o pegou conversando com outro soldado. Que seu senhor lhe pedia que o mamasse no seu membro viril, o que fez várias vezes e também lhe servia de instrumento com as mãos para ter poluição<sup>16</sup>".

Em São João Del Rey, outro militar, o Capitão José de Lima Noronha Lobo, por 18 anos seguidos copulou com o angola Antonio, "tendo para isto lugar destinado num bananal que tem em seu quintal<sup>17</sup>". Por ser casado, e ter mulher em casa, se via forçado a usar o quintal para a fornicação, o mesmo não acontecendo com o também já referido Padre Ribeiro, de Itaboraí, que "de sua cama ouviram-no chamar ao preto Antonio dos Santos por estas palavras: Vem cá, dá-me o cu, dá-me o cu que quero foder...e os outros pretos que estavam junto à camarinha lhe diziam: Arre com o Padre! Arre com o padre! Tu és a mulher do Padre, arre com o padre!<sup>18</sup>". Este outro mulato, José, escravo do fazendeiro baiano Pero Garcia, é acusado na segunda visitaçao do Santo Officio de ter tanta familiaridade com seu amo que era chamado "manceba de seu senhor<sup>19</sup>".

Tal qual acontecia nas relações dos senhores com suas escravas, também aqui há muitos casos onde o branco demonstra não ter resistido ao fascínio dos corpos luzidios de suas peças de ébano: num processo datado de 1703, o pardo João Carvalho de Barros, 26 anos, rendeiro de um engenho em Matoim, no Recôncavo baiano, ao ser perguntado pelos Inquisidores "há quantos anos o Diabo o tinha tentado com esta imaginação de cometer o pecado nefando, respondeu que havia quatro anos, estando uma noite em companhia de alguns negros seus, vendo-os nus, como eles costumam andar, se lhe excitou ao apetite e desejo de pecar com eles<sup>20</sup>". Em 1714, o viajante Frézier calculava que 95% das pessoas que se vêem na cidade baixa de Salvador eram negros e negras completamente nus, com

16- ANTT, IL, Caderno do Nefando no. 20, fl. 329 (15-1-1762).

17- ANTT, IL, Caderno do Nefando no. 20, fl. 458 (30-6-1778).

18- ANTT, IL, Caderno do Nefando no. 20, fl. 139 (22-3-1753).

19- Id. Visitaçao do Santo Officio à Bahia, 1618:444

20- ANTT, IL, Proc. 15097.

exceção das partes que o pudor obriga a cobrir" (Verger, 1981:21) e em meados do século passado, várias posturas municipais ainda ameaçavam castigar os negros que andassem despidos ou tomassem banho nus nas praias ou fontes.

Quantas e quantas vezes a nudez dos africanos e crioulos não há de ter causado irresistível tentação em nossos colonos? Quantos, como este rendeiro pardo do Recôncavo, não teriam iniciado relações erótico-sentimentais como ele, que há oito anos passados, tendo seu moleque Matias caído do cavalo, levou-o para dormir ao pé de sua cama "para o curar com cuidado". E aí, sempre tentado pelo Espírito Impuro, "algumas três vezes, pegou nas partes vivendas do moleque e as meteu na sua própria boca"...ou como este outro bahiano, Manuel Vieira Martiniano, natural de Ilhéus, que também é acusado de praticar felação com os escravos Luiz Nagô e Gonçalo Gêge, "chupando-os com suma complacência...<sup>21</sup>". Nunca é demais lembrar que no domínio da sexualidade, as fantasias eróticas nem sempre reproduzem mecanicamente a hierarquia social dominante fora da cama, pois não observamos nas relações homossexuais de brancos com negros correlação necessária entre senhor-ativo e escravo-passivo. Apesar do significado cultural valorativo que se atribui em nossa sociedade falocrática àquele que penetra seu pênis no ânus, na boca ou na vagina, também havia outrora lugar para fantasias masoquistas ou passivas por parte dos donos do poder, como ilustram esses dois últimos feladores livres (Mott, 1985b).

Se alguns senhores eram bastante fiéis a seus amantes de cor - até 18 anos de amancebia! - muitos pulavam de galho em galho, como o minerador Manuel Álvares Cabral, natural da Ilha de São Miguel, solteiro, que apareceu perante o Comissário do Santo Ofício José Simões, na vila do Carmo (Mariana), em 1739, declarando que "para a salvação de sua alma e reforma de sua vida e costumes, vinha se denunciar e pedir misericórdia, em que cegamente se arrojou, esquecido da lei natural, divina e eclesiástica, por quanto levado e vencido de sua miséria e tentação, há 8 anos tem cópula sodomítica sendo agente com os seguintes escravos: José Coura, há 8 anos; João Gago, há 7 anos; João Ladano, há 6 anos; Luiz Mina e Antonio Jorge Ladano, há 5 anos; Francisco Angola, há 4 anos; todos pretos seus escravos, sendo forçados ou quase forçados a tal, e há três meses, na última Quaresma, abriu os olhos à razão e pede misericórdia e promete cumprir o castigo<sup>22</sup>". Nos dias subsequentes à tão patética confissão, cinco destes escravos

21- ANTT, IL, Caderno do Nefando no. 20, fl. 386 (17-3-1766).

22- ANTT, IL, Caderno do Nefando no. 20, fl. 439 (12-II-1739).

também vão se delatar perante o Comissário Inquisitorial: José Courá, 28 anos, diz ter "sido paciente muitas vezes na cópula sodomítica, levado pelo temor de escravo e respeito de seu senhor, que quase o obrigava". Parece que não foi assim tão forçado, pois ele próprio ratificou que tinha sido "quase forçado". O Ladano Antonio Jorge, 25 anos, foi mais contundente: "violentado do medo e do castigo e por respeito a seu senhor" deixou-se possuir, mas há dois anos não mais praticava somitigarias. João, 20 anos, da mesma etnia, declarou que "não resistia pelo temor do castigo", também abandonando o homoerotismo há quatro meses, e o angola Francisco, 20 anos, apelou para a ignorância: "sem conhecimento da fealdade desse pecado". Gostaríamos de enfatizar: o "quase forçado" que alegou o primeiro escravo relativiza a violência senhorial, pois localizamos diversos casos de cativos que recusaram aceitar as investidas lascivas de seus donos, quer fugindo, quer denunciando-os perante as autoridades. O moçambicano Francisco, cativo de Jacinto Ferreira dos Campos, morador em vila Rica em 1758, "repetiu umas 10 vezes o Santíssimo Nome de Jesus, dizendo que não era mulher para saciar os apetites de seu senhor". Ao que uma negra forra respondeu-lhe "que desse parte aos brancos, por que sabiam os meios que havia para fustigar semelhante pecado<sup>23</sup>". Muitos e muitos negros denunciaram - às vezes falsamente - seus senhores de praticarem o nefando, aceitando o Santo Ofício as delações mesmo de indivíduos desclassificados como eram os cativos.

O episódio de maior violência numa relação homoerótica entre senhor e escravos ocorreu no Pará, nos meados dos setecentos. O culpado: Francisco Serrão de Castro, herdeiro do engenho Boa Vista. Segundo denúncia de uma de suas 19 vítimas, João Marimba, nação Maxicongo, 30 anos, em 1759 quando recém chegara de Angola, chamou-o seu dono para o mato, onde os outros escravos não podiam vê-lo. Aí mostrou-lhe seu pênis, mandando que o negro boçal o pegasse. Apesar do medo e pejo, obedeceu. Mandou então que se deitasse com a cara no chão e o sodomizou. Passado um ano, chamou-o de novo à lógea da casa e fechada a porta, deu-lhe um copo de aguardente e tabaco dizendo-lhe "que lhe desse o seu cu, ao que o negro respondeu que não era negra para pecar com ele, mas que era homem ainda que escravo, e da primeira vez lhe tinha feito doer muito a dita parte e não queria atuar mais dores". Tentou agarrá-lo à força sem conseguir, prometendo vingar-se da desfeita<sup>24</sup>. Acusação parecida foi feita por outro

23- ANTT, IL, Caderno do Nefando no. 20, fl. 364

24- ANTT, IL, Proc. 17.759.

angolano, Joaquim Antonio, 25 anos, também sodomizado à força por este mesmo senhorzinho, quando tinha 20 anos: "cheio de medo de algum rigoroso castigo, conveio no que ele quis, descendo os calções..." Teve melhor sorte, pois o branco violento "Consumou seu depravado apetite fora do vaso traseiro, enchendo-lhe as pernas do sêmem que derramou". Também o obsequiou: de-lhe 4 vinténs. Ambos cativos confirmaram que este amo "era useiro e vezeiro a cometer o pecado de sodomia", tendo consumado com 19 escravos, cujos nomes são citados, entre moleques, solteiros e casados, dos quais vários adoeceram "de inchações e infusões de sangue no vaso prepóster, e por esta causa cinco deles morreram<sup>25</sup>". Provavelmente este senhor de engenho devia ser portador de uma doença venérea, daí as deletérias consequências causadas no ânus de seus infelizes parceiros.

Embora esses últimos episódios comprovem que também nas relações homossexuais houve muito abuso sexual, a documentação inquisitorial sugere que às vezes a iniciativa da sedução partia dos próprios negros, incluindo igualmente por parte deles, recurso à violência. Na la. Visitação do Santo Officio ao Nordeste, há notícia de que o mulato Domingos, 22 anos, escravo "veio à cama de Bastião de Morais, 18 anos, filho do Juiz da vila de Igarapu, e o provocou a pecarem, ambos consumando alternadamente o nefando pecado de sodomia, sendo um deles uma vez agente e outra paciente<sup>26</sup>". Um mulato Mateus Duarte, 50 anos, fora preso em Salvador na mesma época por ter solicitado para o nefando a um moço branco<sup>27</sup>.

No século XVIII, no Ceará Grande, o escravo Luiz Frasão é acusado de ter obrigado a pederastia o jovem José, filho do dono da Fazenda dos Araticuns "que ficara com a roda (ânus) maltratada e todo ensaguentado<sup>28</sup>". Este outro caso revela a violência intrarracial: na vila de São Gonçalo dos Campos, Bahia, o crioulo Antonio, filho de uma escrava Mina, denunciou ao Comissário local que outro crioulo forro, Inácio Pereira, recém chegado dos sertões, enquanto ele dormia, tentou sodomisá-lo à força: acordou "oprimido e atracado por detrás, com grande dor". Diz mais, que outros negros e mulatos reclamaram do mesmo assédio noturno por parte do sertanejo, que era muito infamado de amante da

25- Livro da Visitação do Santo Officio ao Pará, 1763-1769:261-265.

26- Livro da la. Visitação do Santo Officio, Confissões de Pernambuco: 26.

27- Livro da la. Visitação do Santo Officio, Denúncias da Bahia: 249.

28- ANTT, IL, Caderno do Nefando no. 20, fl. 95 (23-6-1749)

somitigaria<sup>29</sup>. Nesta mesma vila, já no século anterior outro escravo mestiço, Francisco Rodrigues, também era delatado da mesma truculência erótica: "tem fama pública e constante em toda a freguesia e seus contornos, que é relapso no nefando, cometendo os escravos assim do engenho de seu senhor, como outros, a saber: Pedro Picapau, Bartolomeu, Antonio Saquará - este último aparecendo arranhado e mordido pelas costas e os calções rasgados por detrás, por não consentido com Francisco Rodrigues que o quisera violentar". Manoel, escravo carpinteiro teve pior sina: "andava vasando-se em sangue pela serventia traseira, por razão de ser o paciente". Com o escravo Lázaro, o feitiço virou contra o feiteiro: na casa das caldeiras do engenho, este mesmo fanchono ofereceu-lhe 5 tostões para cometer descarações. Afí Lázaro pediu-lhe "que lhe ensinasse o que havia de fazer, a cujas palavras estendeu Francisco um casacão sobre as caixas de açúcar e lhe disse que se deitasse para fazer o officio de mulher, que ele faria o de homem, a cuja resolução respondeu Lázaro danço-lhe com um bordão de algumas pancadas e correndo atrás dele para lhe dar mais<sup>30</sup>".

Às vezes a violência envolvendo gentes de cor devia-se aos "zelos de amor" por parte de amantes mais ciumentos, ocorrendo inclusive entre mulheres homossexuais. Como o lesbianismo fora descriminalizado pelos Inquisidores em 1646, e sua prática era ainda mais secreta que a sodomia entre varões, a documentação sobre o amor entre mulheres é assim mais rara e lacunosa do que sobre a homossexualidade masculina. Dentre as 18 mulheres do Brasil, denunciadas ao Santo Officio por praticarem o lesbianismo, 9 eram brancas, 5 índias e 4 negras e mulatas (Belini, 1987:40-41). Dentre as descendentes das amazonas africanas, a mais infamada e afoita foi Francisca Luiz, negra forra natural da cidade do Porto, degredada para o Brasil antes de 1580 provavelmente por pecados tocantes à sodomia. Na Bahia, agora em 1592, é novamente denunciada de ter declarado em alto em bom tom "quero mais a um cono (vagina) que quantos caralhos há..." sendo corrente a fama "de dormir carnalmente com Isabel Antonia, mulher solteira a quem a chamam 'a do veludo' de alcunha, e que tem ajuntamento nefando com um instrumento coberto de veludo<sup>31</sup>". Na África Ocidental, falos de cerâmica, chifre ou madeira são utilizados em várias tribos para deflorar cerimonialmente as raparigas: seu emprego como "consolo" nas relações entre mulheres é citado na

29- ANTT, IL, Caderno do Nefando no. 20, fl. 152 (26-6-1775)

30- ANTT, IL, Caderno do Nefando no. 15, fl. 227 (7-6-1693)

31- ANTT, IL, Proc. 13.787. Agradeço a Ronaldo VAINFAS a indicação deste documento.

ilha de Lesbos, à época de Safo e na Europa nos tempos do Marquez de Sade (Mott, 1987a). No Brasil escravista, é a única referência que encontramos na documentação inquisitorial, embora fosse uma constante na curiosidade malsã dos reverendos do Santo Ofício indagar às tribades se haviam empregado algum instrumento em suas depravações. Também na Bahia, outra relação lésbica envolve uma portuguesa, Guiomar Piçarra, com uma negra da Guiné, Mécia, a branca com 12-13 anos, a preta ladina com 18: "ajuntando suas naturas em desonesta amizade por duas ou três vezes<sup>32</sup>".

Outro capítulo revelado pela documentação inquisitorial, particularmente interessante, é o imaginário erótico dos africanos, notadamente a pretensão de alguns de term mantido cópula com o Diabo. Sabemos hoje que muitas das divindades da Costa da Mina, notadamente na cultura Yorubá, têm atributos e performance sexuais nem sempre perfeitamente de acordo com a moral tribal, praticando incesto, adultério, rapto, hermafroditismo, etc. (Bastide, 1960). Ao serem compulsoriamente cristianizados, alguns africanos fascinaram-se pela mitologia católica, inclusive por suas superstições e crendices populares. Como desde a Idade Média acreditavam, fiéis e o clero, que o Espírito das Trevas podia manter relações sexuais com os mortais, inclusive gerar filhos nas possuídas (Mott, 1985c), vários foram os africanos e seus descendentes que declararam igualmente ter mantido cópula com o Exu dos cristãos. Eis alguns exemplos: em 1735 a angolana Maria de Jesus declarou que tinha 12 anos quando o Demônio tirou-lhe a virgindade, visitando-a regularmente com feição "de homem bem parecido, bonito de cara e feio de corpo". Versátil, às vezes Satanás virava amazona, "tratando torpemente com ela como mulher, com figura de mulher, mostrando ter peitos pequenos e vaso de mulher como o dela, porém mais pequeno. Quando o Demônio copulava com ela como homem, tinha ela trabalho e dores na parte pudenda, mas quando era em figura de mulher, não experimentava dor em si, antes deleite<sup>33</sup>".

Quem mais confessou ter copulado com o Demônio dentre os negros processados pelo Santo Ofício foi o jovem José Francisco Pereira, 25 anos, famoso mandigueiro e amante apaixonado dos prazeres da carne, preso em 1730. Era exímio fabricante de "bolsas de mandinga" e "cartas de tocar" (para seduzir mulheres), tendo mantido por muitos anos seguidos intimidade sexual com o

32- ANTT, II, Proc. I.275.

33- ANTT, II, Proc. 2.279 (1735).

Rabudo "servindo-lhe o Demônio em figura de mulher para a sua torpeza, sendo o Diabo sempre súcubo ( o que fica por baixo), aparecendo-lhe às vezes como mulher bem parecida, outras vezes feia, sempre de cor branca, às vezes moça, outras vezes mais velha. E tendo ele exercitado luxúria com muitas mulheres e por vários modos, deflorando algumas, o que consumava com as mulheres era-lhe mais delectável pois o Demônio tinha frialdades e asperezas dentro de seu vaso e mostrava as pernas tortas e os pés como de lebre...". Vez por outra Satã em vez de aparecer como mulher, vinha como homem, e mantinha cópula homossexual "metendo os membros pelas pernas um do outro e derramando semente entre elas. E quando o Diabo o procurava pelo vaso traseiro, sempre sentiu que o penetrava e derramava dentro dele coisa fria, sentindo grande dor e aspereza e alguma inchação, e do seu vaso traseiro deitava sangue (Mott, 1985c:85). Não era somente a este demonopata que o Cão visitava: cinco outros mandingueiros seus amigos, quando faziam suas reuniões macabras, também fornicavam com Lúcifer: "as vezes o Demo vinha em mesmo número que seus companheiros, outras vezes vinha só, e servia a todos de homem e mulher. Como mulher dava-se o nome de Virgínia ou Vitória". Haja tesão para um só Diabo satisfazer a cinco negros endiabrados!

Até aqui apresentamos diferentes alternativas eróticas praticadas pelos africanos e seus descendentes no Brasil Escravista: masturbação individual e recíproca, bestialismo, homossexualidade masculina e feminina, inclusive pederastia, diabolismo. Deslocaremos agora a análise para as relações heterossexuais, começando pelas condutas eróticas desviantes da moral cristã, para concluir com o único sexo permitido a livres e cativos: o santo sacramento do matrimônio.

Kátia MATTOSO sugere que o "coitus interruptus" era a forma mais usual de contracepção praticada pelas negras escravas (1982:127), enquanto Mário MAESTRI supõe que a sodomia heterossexual "tenha sido o recurso anticoncepcional mais utilizado pela escravaria (1988:106). Pesquisando a documentação inquisitorial e os viajantes, não encontramos referência alguma que o onanismo ou a sodomia fossem praticados regularmente pela escravaria, nem aqui, nem no Continente africano. No Brasil, diversas são as negras registradas nos documentos do Santo Ofício que disseram ter reagido asperamente às tentativas de serem possuídas "à italiana". Alguns senhores são denunciados por sodomisarem indistintamente negros e negras: nas minas de Paracatu, Manuel de Sousa Meirelles, é acusado de sodomisar não só sua escrava Ana Maria, como os

moleques Antonio e Sebastião, angola<sup>34</sup>. Na vizinha Mariana, a crioula forra também Ana Maria, acusa seu marido, o reinol Jacinto Costa, de obrigá-la ao nefando, chegando a dizer-lhe: "que era casado e tinha liberdade de usar das duas vias..." Malgrado a repugnância da negra, por duas vezes diz ter consentido em seu pérfido apetite, sendo forçada a tanto. Não querendo mais submeter-se a sexo tão pecaminoso, denunciou ao Comissário os maltratos recebidos de seu esposo, que espancando-a certa vez, abriu-lhe a cabeça com uma paulada e noutra, com a espada, quebrou-lhe um braço, sendo forçada por isso a fugir de casa<sup>35</sup>.

Outra preta, de nome Clara, escrava no Rio das Mortes, acusava seu senhor, Manuel Nunes Pelouro, de forçá-la a atos de sodomia: "levantando-lhe as roupas, lhe dizia que sendo sua cativa o havia de servir em tudo". Certamente este reinol deixara-se fascinar pela sensualidade desta Vênus de Ébano, como acontecera com o viajante francês Charles Expilly, que proclamava, por experiência própria que "aquele que sentiu duas vezes o cheiro acre, mas embriagador, da catunga de uma negra, achará desde então muito desenhado o cheiro que exala a pele da mulher branca" (1977:102). A negra Clara escandalizava-se do fetichismo de seu patrão, que "chegava a cheiras as suas partes vergonhosas<sup>36</sup>". Estoutro episódio, ocorrido no Recôncavo baiano em 1703, confirma o quanto a sodomia heterossexual era abominada pela negrada: a crioula Domingas, 30 anos, filha de mãe angolana, era amásia do sitiante João Carvalho de Barros. Recusando manter cópula anal com o mesmo, foi severamente açoitada. Perguntada no dia seguinte pelo feitor que causa tinha o seu senhor para lhe dar tantos e tão cruéis castigos, "lhe respondeu que era por não querer consentir no mais enorme pecado do mundo, pois preferia ser cativa de um turco do que sofrer tal coisa<sup>37</sup>".

Apenas num documento encontramos sugestão de ter havido consentimento por parte das negras na cópula sodomítica: o minerador Jerônimo de Araújo, solteiro, morador no Sabará, ao voltar para o Reino acusou-se à Mesa Inquisitorial ter "acometido pela traseira uma negra casada, Gertrudes, sem saber com certeza se o engano foi dele, cego do apetite, ou da dita preta". Disse mais: "que com

34- ANTT, IL, Caderno do Nefando no. 20, fl. 115 (2-4-1731).

35- ANTT, IL, Caderno do Nefando no. 20, fl. 450 (8-5-1770).

36- ANTT, IL, Caderno do Nefando no. 20, fl. 149 (20-12-1755).

37- ANTT, IL, Proc. 15.097.

outras três ou quatro pretas, também levantando-lhes a perna, não sabe se as penetrou pelo vaso natural ou pelo traseiro<sup>38</sup>". Na via das dúvidas, era melhor confessar do que ser denunciado.

Tanto as "ofendidas" quanto a sociedade global reagiam dramaticamente às tentativas de violência anal: Antonio de Moura Carvalho, minerador, fora preso na cadeia de Pitangui por ter sodomizado à força a crioula Tereza, que gritou e foi socorrida. Na opinião do promotor da Justiça de Minas Gerais, o réu "merce a pena de morte por ter agido contra o Direito Divino e Humano", opinião que os Inquisidores não ratificam, pois a cópula anal heterossexual no casuísmo da teologia moral da época era tão somente "sodomia imperfeita", pecado grave mas isento da fogueira, tanto que de Lisboa veio a ordem de soltar o feroso mineiro<sup>39</sup>.

Certamente o leitor deve ter-se dado conta de vários destes episódios eróticos ocorrerem nas Minas Gerais. De fato, como já dizia o Padre Antonil, "quem atravessa a Mantiqueira deixa dependurada a consciência", pois as minas foram a região do Brasil onde a moralidade sexual cristã foi menos respeitada, e os desvios mais frequentes. A riqueza fácil advinda do ouro e pedras preciosas, a falta crônica de mulheres, o mau exemplo vindo do próprio clero, a predominância demográfica de africanos acostumados a expressões sexuais divergentes da moral cristã - tudo contribuía para que a Babilônia mineira ultrapassasse Sodoma e Gomorra na heterodoxia sexual. Eis a devassa confissão de um mineiro qualquer, Manuel Pereira Guimarães, residente em Congonhas nos finais do século XVIII, que assim declarou ao Inquisidor Geral: "Meu senhor: por minha miséria cometi horrendos pecados que ignorava pertencessem ao Santo Ofício. Para excitar minha carne, pequei no 6o. Mandamento com meu escravo Ventura, mandando-o pegar em minhas partes desonestas enquanto também pegava nas partes de uma mulher, como aconteceu com as crioulas Vitoriana, Mariana, Ana Gonçalves e Felícia e nas cabras Maria Teresa, Letícia, Maria Lopes, Rosa e outras mais. Além do dito escravo, também cometi o mesmo com outros homens a quem eu chamava e a alguns pagava". Não contente com tais orgias, o devasso reinol mandava a seus parceiros que copulassem com as ditas crioulas, enquanto ele, voyeurista, se masturbava. Mas ainda: "estando na cama com uma mulher, tanto folgava por diante como por detrás, outras vezes metia o membro na boca de algumas mulheres e homens, mas nunca pulsei na boca de nenhum, fazendo algumas vezes com a

38- ANTT, IL, Caderno do Nefando no. 20, fl. 147 (15-2-1755).

39- ANTT, IL, Caderno do Nefando no. 20, fl. 159 (174-1753).

minha mão pulsão a mim mesmo. Eu mandava meu escravo fazer pulsão a mim com a mão e eu fazia a ele, e mandava fazer o mesmo a mim por várias crioulas e cabras..." Arrependido, pede perdão e promete não mais cair em faltas contra a castidade<sup>40</sup>.

O mau exemplo, repetimos, vinha do próprio clero, que não respeitava sequer a santidade do confessor. Nos volumosos *Cadernos dos Solicitantes da Torre do Tombo*, centenas de sacerdotes são acusados de terem cometido, pela Colônia afora, inúmeros atos de impureza, convidando, acariciando, apalpando, bolinando e mesmo tendo cópula com negras e mulatas no próprio ato da confissão sacramental. Apenas alguns exemplos dos muitos que poderia citar: em Mariana, o Padre João Nunes da Gama ao confessar a nega mina Maria, escrava do Sargento Mor, lhe disse "que queria ser seu filho e tomar uns amores com ela, e muitas coisas mais". Conseguiu seu intento pois viveram amancebados por dois anos seguidos, chegando o clérigo ciumento a mandar um moleque espiar "se ela falava com algum homem"<sup>41</sup>. Na freguesia de Nossa Senhora Mãe dos Homens dos Montes Altos, o Padre Manuel Saraiva confessava confortavelmente sentado numa rede, num quarto interno da casa do capelão. Ao ajoelhar-se a seus pés a escrava Inácia, ainda moça, "solicitou-a com palavras e atos torpes"<sup>42</sup>. No Ceará, o Padre Bernardo Luiz da Cunha é acusado de ter mantido tratos ilícitos e tocamentos com os pés em Maria Monteiro, escrava do Tenente João Fernandes<sup>43</sup> e Frei Manuel de Jesus Maria, carmelita de Tracunhanhem, ao confessar a escrava Luiza Francisca, de 18 anos, disse-lhe "que queria ver e apalpar com os dedos se estava honrada", tocando sua genitália e pedindo segredo<sup>44</sup>. Na Bahia, no tempo de Gregório de Mattos, a padralhada vivia tão devassamente, que amiúde aparece denunciada nos poemas do "Boca do Inferno". Um tal Padre Baltasar vivia amancebado "de portas a dentro" com duas mulheres:

*"Vossa luxúria indiscreta é tão pesada e violenta,  
que em dous putões se sustenta, uma mulata e uma preta.  
C'uma puta se aguenta o membro mais desonesto,  
porém o vosso, indigesto, há mister na ocasião  
a negra para trovão, e a parda para cabresto".*  
(Mattos, s/d:288)

Muitas e muitas negras e mulatas adolescentes tendo sido "desonradas" ou "desonestadas" viviam da prostituição, prática corrente nalgumas sociedades africanas mas que no Novo Mundo se amplia adquirindo conotação muito mais cruel e espoliativa em decorrência da própria estratificação estamental de nossa sociedade escravista. Os Jesuítas Benci e Antonil chamaram a atenção dos senhores e senhoras para a imoralidade de permitirem, ou mesmo estimularem que suas cativas ganhassem a vida "no torpe uso de seus corpos". Debalde, pois de norte a sul da Colônia as negras e mulatas meretrizes lá estavam, nas vilas e cidades, à disposição de brancos e negros, forros e escravos, que quisessem pagar por seus serviços eróticos. Em Itaubira, o mineiro Manuel da Silva, 1753, chegava a angariar semanalmente uma oitava e meia de ouro com o meretrício apenas de uma escrava "e costumava dizer que gostaria imensamente que os negros se lhe convertessem em negras, por que rendiam mais os jornais" (Souza, 1982:181). Algumas "quengas" mais saliente, como Inácia da Silva, parda forra, e as mulheres que com ela moravam, nos dias de missa iam à porta das igrejas de Vila Rica chamar os homens "e estes escapavam pela sacristia para irem ter com elas" (Souza, 1982:183). Nas casas públicas, como a dirigida pelo pardo Custódio, em São João del Rei, ou de Maria Lavadeira, negra forra, "frequentadas por negros, soldados e capitães do mato", além do comércio venéreo, nelas se faziam galhofas e batuques. No caminho de Padre Faria, à saída de Ouro Preto, em 1733, o preto forro José "dava casa de alcouce apenas a negros e negras" (Souza, 1982:184). Portanto, a prostituição representava no período colonial uma das alternativas para a satisfação dos impulsos sexuais, sobretudo da negrada urbana, chegando a existir casas de tolerância especiais para este segmento populacional. Na própria capital imperial, no século passado, abundavam negras e mulatas nos bordéis dos bas-fonds, vários deles situados às ruas do Ferradores, do Sabão, de São Pedro, do Hospício, etc., predominando aí as cativas "por que a castidade não era um tipo de sentimento que se cultivasse no coração do africano ou do crioulo embrutecido pelo cativoiro" - palavras do Dr. LASSANCE, na sua *Dissertação sobre a prostituição no Rio de Janeiro*, de 1845 (Soares, 1986:148).

40- ANTT, IL, Caderno do Nefando no. 20, fl. 360 (2-6-1792).

41- ANTT, IL, Caderno dos Solicitantes no. 26, fl. 90, (28-9-1745).

42- ANTT, IL, Caderno dos Solicitantes no. 26, fl. 369 (1745)

43- ANTT, IL, Caderno dos Solicitantes no. 1221 (17-4-1762).

44- ANTT, IL, Proc. 1.132.

Nas propriedades rurais mais isoladas, para evitar desordens e disputas, os senhores regulavam a vida sexual de seus cativos com soluções nem sempre aprovadas pelo Catecismo: "Administrador providente, o fazendeiro brasileiro soube cuidar de sua fortuna com certa moralidade flexível. Como não pode ir contra a natureza, impedindo aos negros "frequentarem" as negras, tinha-se o hábito nas grandes propriedades de reservar uma negra para quatro homens. Cabia-lhes arranjar-se para compartilharem sossegadamente o fruto dessa concessão, feita tanto para evitar os pretextos de fuga, como em vista de uma futura procriação destinada a equilibrar os efeitos da mortalidade" (Debret, 1972:196). Não encontramos outra referência além desta à prática da poligamia poliândrica entre os escravos do Brasil, embora sempre com base única fonte, tal prática fosse "hábito" em nosso passado. Dada a dramática falta de mulheres de cor, provavelmente a poliandria deve ter sido muito mais praticada do que a Igreja e os moralistas da época ousariam admitir, dado o escândalo a ela associado.

A poligamia poligínica, prática corrente na maior parte das culturas da costa africana, também carece de registros documentais diversificados para o tempo da escravidão. Kátia MATTOSO chega a dizer: "A poligamia africana foi substituída no Brasil por uma sucessão de ligações passageiras". (1982:127). Parece ter sido prática no Quilombo de Palmares - quiças também noutros mucambos. Segundo um documento da época, citado por Edson CARNEIRO, cada palmarino tinha "as mulheres que quisesse", vindo o exemplo do próprio Ganga Zumba, que possuía três fêmeas, duas negras e uma mulata (1966:27). Malgrado a suposta licenciosidade destes quilombos, dos quais se dizia que "o apetite dos negros é a regra de sua eleição" - de acordo com a legislação criminal de Palmares, o adultério era punido com a pena de morte, equiparado ao roubo, homicídio e deserção (Freitas, 1973:199). Não é de estranhar que longe da sociedade dos brancos, nos quilombos e mucambos, os africanos e seus descendentes tentassem restaurar suas tradições culturais, inclusive no que tange à moral sexual. Quantos e quantos negros não devem ter vivido a mesma experiência deste escravo anônimo do senhor de engenho Domingos Dias Coelho, Familiar do Santo Ofício de Sergipe del Rey, que nos incios do século XVIII fugiu da fazenda de seu dono "levando em sua companhia duas pretas, escravas também de outros senhores, e com estas se foi arrancar no centro dos sertões da Jacoco, onde viveu alguns anos fora de todo comércio de outra gente. A princípio, com o que lhe dava o campo, os matos e rios do Vazabarris, e depois, com roças lavouras que plantava, vestindo-se ele e as concubinas com os filhos que delas ali teve, de peles de veados que apanhava em fojos e à felecha, e os curtia". (Jaboatão, 1761:56).

Dada a carência crônica de negras, felizardo era o escravo que tinha uma parceira só para si - duas concubinas, como este fujão, devia ser privilégio muito invejável. Inclusive nas cidades, onde o equilíbrio dos sexos geralmente era a regra: entre os participantes da famigerada revolta dos Malês (1835), "como era de se esperar, os escravos quase não tinham oportunidades de manter relações amorosas, episódicas ou duradouras", exceção feita de um dos revoltosos, José, curandeiro, "que dividia seu tempo afetivo entre Lucinha e Felicidade. Duas amantes: a maioria esmagadora dos escravos não tinha tanta sorte" (Reis, 1986:124). Nem todas as negras, contudo, aceitavam tranquilamente dividir seu homem com outras concubinas: Ana Maria da Silva Rosa, liberta do gentio da Guiné, casada com Matias de Sousa, divorciou-se judicialmente do mesmo por que ele utilizava-se dos bens que ela possuía, prodigalizando-os com suas amantes (Oliveira, 1979:115).

Os forros, sobretudo crioulos e mestiços, gozavam de maiores oportunidades sexuais e/ou matrimoniais que os cativos: em 1813, o preto forro Hilário Pereira, de Valença, no sul da Bahia, "deixou a companhia de sua mulher e foi viver na roça amancebado com Francisca, crioula forra, viúva, e quando sua legítima mulher o procura, lhe dá pancadas até que ela se retira ficando ele com sua concubina" (Mott, 1982:20). Quer dizer: tinha duas mulheres à sua disposição, embora a uma tivesse repudiado. Em Sergipe, em 1834, apenas 31,7% dos negros cativos eram casados, subindo para 47,3% os negros forros na mesma condição (Mott, 1986d).

Os libertos constituíam um mundo à parte e sui generis dentro da sociedade escravocrata, muitos deles adquirindo escravos e os mesmo hábitos de seus antigos senhores. Quase às vésperas da Abolição, declarava o liberto africano Ignácio Soares de Sá em seu testamento, que quando solteiro, "teve uma filha havida de sua escrava Maria Luíza, africana; outra havida da africana Joana Soares de Sá (que ostentava seu mesmo sobrenome) e um filho havido de outra escrava - todas três mulheres solteiras e sem impedimento algum" (Oliveira, 1979:130).

Malgrado a insistência da Igreja em cristianizar a vida sexual dos africanos e crioulos, obrigando os senhores a autorizar o matrimônio religioso de suas peças, "para remédio da concupiscência e para evitar pecados" (Benci, 1977:90), coibindo-se aos donos de cativos que separassem os casais sacramentalmente constituídos (Vide, 1707:parágrafo 303), o concubinato foi a forma mais usual de união praticada na sociedade colonial. "Negro não se casa, se junta", repete até hoje o

ditado popular, e a ex-escrava Maria Chatinha, confirmava: "Naquele tempo não havia casamento. Naquele tempo havia juntá, muntá..." (Maestri, 1988b:45).

No sul da Bahia, em 1813, quando um Visitador episcopal realizou devassa em doze vilas da Comarca de Ilhéus, foram denunciadas 213 pessoas vivendo em concubinato - 59% do total das acusações. Destas, 86% eram "gentes de cor". Nesta amostra, todas as uniões cromáticas e sociais fazem-se presentes: o já citado forro Hilário amancebado com uma viúva crioula; a escrava Jacinta com o cabra escravo Antonio Ribeiro; o Vigário Domingos José Dantas, de portas a dentro amigado com sua escrava Francisca; o filho do Capitão-Mor com a parda Joaquina de tal; o escravo preto Domingos, amasiado com uma crioula forra; o crioulo Tomás "concubinado teúdo e manteúdo com Paulina Maria, branca". (Mott, 1982). No cômputo geral, prevaleciam as uniões de homens brancos ou pardos com negras ou mulatas, o inverso sendo mais raro e socialmente muito mal visto. Branca casar-se ou amigar-se com negro, representava conduta das mais recriminadas, sintoma de descaração por parte da mulher alva, considerada como traidora e indigna. No Maranhão, até hoje conserva-se na memória oral da população de Magalhães de Almeida este cruel episódio: "O meu avô contou para minha mãe que a filha do dono do Arraial gostou de um negro. Quando foi descoberta, ela já estava buchuda. Aí ele mandou chamar o padre, no brejo, encapuzado para não saber onde ia. Mandou cavar a sepultura dentro do quarto e ajuntou a filha dele com o escravo, barriga com barriga, amarrado. Disse pro Padre: É para você confessar os dois marmanjos. Enterraram os dois vivos, em pé, e botaram barro arriba" (Assunção, 1988:108).

Nos locais e época onde havia equilíbrio da sexratio, a amancebia prevaleceu face ao casamento religioso, dada a dificuldade da burocracia canônica, seu alto custo e desinteresse, notadamente entre as camadas mais humildes, em sacramentar essas uniões consensuais. Nas Gerais, no século XVIII, o concubinato representava 95,2% das acusações nas Devassas Eclesiásticas (Carrato, 1968:16). A mancebia entre senhores e escravas tem merecido a atenção dos historiadores, relacionando-a sobretudo com as cartas de alforria e testamentos (Mattoso, 1968; Schwartz, 1974). Já em 1700, assim se expressava o jesuíta Benci: "Não é escândalo e o mais abominável aos olhos de Deus, amigar-se o senhor com a sua escrava? E não ainda muito mais e mais abominável, obrigá-la à força a consentir neste pecado de seu senhor e castigá-la quando repugna e quer apartar-se desta ofensa de Deus? Nenhum católico o há de negar!" (1700:121).

Ser amante do senhor foi o destino de milhares e milhares de africanas e suas descendentes no Novo Mundo, a maioria usadas e abusadas como objeto sexual, algumas poucas amadas e tratadas com amor e carinho. A história desta Rosa Maria deve ter-se repetido com uma série interminável de negrinhas. Eis como resumiu sua biografia: "Disse que é natural da Costa da Mina, de nação Courana, e que veio para a cidade do Rio de Janeiro em idade de 6 anos, onde a comprou José Souza de Azevedo e a mandou batizar na Igreja da Candelária, e na companhia deste esteve até a idade de 14 anos, o qual senhor a deflorou e tratou com ela torpemente e a vendeu para as Minas, onde se desonestava vivendo como meretriz, tratando com qualquer homem secular que a procurava"<sup>45</sup>.

Esta outra escrava, Maria do Egito, mulata de Sergipe, também conta sua triste história de objeto sexual: "Disse que seu senhor, sob a promessa de a libertar, deixou-se levar de sua virgindade, por amor único de gozar deste maior bem que pode usufruir um ente humano, a liberdade. E de efeito, seu senhor desfrutando-a, deu-lhe carta de alforria e a teve por barregã por mais de 14 anos. Passados estes, promoveu o senhor um casamento com seu sobrinho, o qual aceitou o casamento apenas para achar na cozinha do tio, mulher, casa e pão, tanto que é chamado de 'pão mentira', rasgando-lhe seu senhor a carta de alforria e pretendo agora chamá-la ao cativoiro"<sup>46</sup>.

Alguns senhores, em vez de amancebias sucessivas, preferiam o estilo do Rei Salomão - também ele, grande amante das etíopes, mantendo verdadeiro harém à seu bel-prazer. Em 1798 chega à Inquisição a denúncia que o Morgado de Porto da Folha, no Rio São Francisco, Antonio Gomes Castelo Branco, homem estudioso e abundante de bens, "com pouco temor de Deus, abandonou sua mulher na Bahia e no lugar do Araticum formou um serralho onde colocou 50 escravas fêmeas e algumas forras, e com todas trata ilicitamente, inclusive deflorando crianças. Há 5 anos reside em Penedo, Alagoas, e toda semana manda trazer diferente escravas nas canoas para fornicar"<sup>47</sup>. Se tinha eunucos para zelar por rebanho tão numeroso a documentação não informa...

45- ANTT, IL, Proc. 1.763.

46- Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Libelo Civil contra Maria do Egito, Aracaju, 1858.

47- ANTT, IL, caderno do Promotor no. 134, fl. 83.

Outros senhores, sob o pretexto de corrigir as faltas de suas cativas, davam vazão à tirânicos rituais sadomasoquistas com manifesta fixação sexual: o Senhor da Casa da Torre, o já citado Garcia Dávila Pereira de Aragão "mandava suas escravas deitarem-se com a saia levantada e ao mesmo tempo lhe ia botando ventosas de algodão e fogo nas suas partes pudendas, com a sua própria mão, dizendo: É para chuparem as umidades...e com a crioula Teresa, sua escrava, casada, quando a apanhava dormindo antes de ser hora de dormir ou de se deitar, levantando-lhe a saia, lhe metia uma lamparina acesa pelas suas partes venéreas e a queimava toda, fazendo-lhe isto várias vezes em ausência de seu marido. E às mulatas Rosana, Francisca e Maximina mandou que ficassem nuas e após açoitá-las rigorosamente por todo o corpo com dois rabos de arraia, ficando estes corpos lanhados e cutilados, já sem pele, mando que arrancassem os cabelos do púbis umas às outras, estando ele próprio, o dito Mestre de Campo Garcia Dávila Pereira de Aragão, ao mesmo tempo com sua própria mão; barreando os ditos púbis com cinza quante para se arrancarem melhor, e quanto mais gritavam as pobres, das dores que padeciam, mais com força mandava se arrancarem os cabelos do púbis" (Mott, 1988b).

Para pequena parcela dos africanos e seus descendentes no Brasil, o casamento sacramental representou a maneira institucional de dar vazão a seus impulsos eróticos e sentimentais: "Dir-me-eis que para esta gente bruta não são feitos os matrimônios, pois tanto que casam, deixam assim os maridos como as mulheres de fazer vida entre si e se entregam a maiores pecados depois de casados" (Benci, 1700:103). Tal devia ser o argumento de muitos senhores, que sob a alegação de evitar a profanação deste sacramento, eram coniventes com o concubinato, prostituição ou prosmicuidade de sua escravaria. Outros defendiam abertamente que o celibato era a melhor condição de vida para a negra: nas fazendas dos Jesuítas do sertão do Piauí, no século XVIII, segundo depoimento de um visitador da Companhia de Jesus, "o casamento de negros demonstrou causar males temporais e eternos", advogando ser mais salutar para a manutenção da ordem, afastar as negras dos currais: diz ter "gozado da mesma paz no sertão do Piauí que Adão desfrutou no Paraíso Terreal enquanto nele não houve Eva<sup>48</sup>". Até o próprio Rei chegou a preocupar-se com este problema, a ponto de determinar às autoridades coloniais: "Sendo-me presente os males físicos e morais que aos povos resultam de se conservarem os escravos na vida libertina que quase todos têm em

consequência do estado celibatário em que vivem, sou servido ordenar-vos que promovais eficazmente os casamentos dos escravos desta Capitania" (Silva, 1984:147).

Eis como DEBRET pinta a instituição matrimonial no primeiro quartel do século XIX: "É de bom tom nas casas ricas do Brasil fazer casarem-se as negras sem contrariar demasiado suas predileções na escolha de um marido: esse costume assenta na esperança de prendê-los melhor à casa. Naturalmente apaixonados, é com efeito, somente em detrimento do serviço que os criados pretos conseguem visitar suas amigas, o que leva os mais ousados a pernoitar escondido fora de casa. Essa primeira indisciplina os arrasta não raro ao roubo, a fim de se mostrarem amantes generosos. É para evitar essas consequências funestas que na alta sociedade quase sempre se obriga a criada de quarto da senhora a casar com o copeiro do amo; e o mesmo ocorre com as outras negras empregadas no serviço interno, que são casadas com os criados de confiança do dono da casa. O crioulo orgulha-se de ter nascido de pais casados" (1972,II:174). Além do casamento religioso, secretamente, muitos negros legitimavam suas uniões matrimoniais nas casas de culto dirigidas por pais e mães-de-santo africanos. Em Paracatu, MG, por volta de 1747, num terreiro dirigido pela negra Josefa Maria, de nação Courá, Costa da Mina, o negro forro José Bahia "diante de seu Deus prometera casar com outra preta, cujo casamento ajustara fazer Josefa Maria, que era o 'padre' que os havia de receber na dita casa" (Mott, 1986e:130).

Hoje, modernas pesquisas históricas, quer no Brasil, quer nos estados unidos e Caribe, redimensionam a extensão, significado e importância do casamento na constituição da família escrava. Tratando-se de tema bastante explorado por outros estudiosos, remeto o leitor aos especialistas (Blassingame, 1972; Fogel 1974; Costa 1987; Slenes, 1987). Não resta dúvida de que uma parcela cada vez maior de descendentes de africanos passou a encontrar através do casamento religioso a possibilidade de legitimar suas uniões sexuais, muitas delas realizadas provavelmente por imposição e conveniência dos senhores, havendo contudo lugar para as eleições individuais onde o amor romântico, a atração física ou os interesses dos mais variados, foram o móvel destes consórcios. Virgindade, pureza e honestidade, valores ideais que o catecismo romano procurava impingir na cristandade - embora tais mores fossem manipulados de acordo com as conveniências próprias pelos donos do poder - passam a fazer parte da própria ideologia dos descendentes dos africanos em seu processo de aculturação ao mundo dos brancos: já em 1790, o africano da Costa da Mina, Francisco Nunes de

48- ANTT, Manuscritos do Brasil, avulso 5, no. 3, relatório do Padre Domingos Gomes.

Moraes, liberto, casado e sem filhos, em seu testamento declara ter trazido para sua companhia a crioula Maria, órfã, libertando-a do cativo com a condição de "viver honradamente para merecer o estado de casada, o que não sucedeu, por que desonestou-se com pessoa mui desigual a ela e se acha com dois filhos..." (Oliveira, 1979:194).

No Novo Mundo, as regras e motivos para se casar se modificam, pois aqui não há lugar nem condições demográficas e culturais para a manutenção do sistema matrimonial das tribos de origem. Tanto quanto na África, também aqui o amor romântico não era ingrediente primordial nas eleições por parte dos nubentes, embora consideremos um pouco exagerada a afirmação de que "o gratuito romantismo burguês não encontra espaço nos casamentos (dos libertos), onde o que mais importa é a camaradagem, a confiança e o auxílio mútuo" (Oliveira, 1979:118). O documento que vamos agora transcrever revela vários aspectos culturais que estavam subjacentes num casamento envolvendo uma crioula de primeira geração de mãe africana da Costa da Mina: status, etnia, honra, aliança e até romantismo se interpenetram de maneira evidente. Trata-se de uma representação enviada ao Juiz de Casamentos da Arquidiocese de Salvador no ano de 1811: "Diz Alexandre Francisco, crioulo forro, morador no Engenho Jacuípe do Brito, que nas mesmas terras mora uma preta de nome Ana e tem uma filha crioula, Joaquina Maria do Sacramento, a quem se inclinando o suplicante, a pediu à mãe para se casarem. Esta não duvidou, agradecendo a esmola que lhe fazia. E, estando assim justos e contratados, foi tal aliança que traçaram, que frequentava o suplicante com excesso a sua casa, já nela se lhe fazia o comer e lavava a roupa, além de outras circunstâncias, e ordenado-se as proclamas, se opôs um impedimento à instância da suplicada mãe, que por ser Nação Nagô, se deixou seduzir pelos da sua Nação, querendo que a filha agora se case com um preto Nagô, arguindo ser o suplicante cativo e casado, quanto tudo é falso, porque é forro e viúvo, como consta dos dois documentos juntos com o qual fica desvanecida toda a suspeita da suplicada. Quanto mais que a dita filha só quer se casar com o suplicante, com o qual está junta e tanto que se ausentou da casa da mãe e se foi recolher, como está recolhida, na casa de Dona Joaquina, proprietária do Engenho, onde está suprimindo o suplicante do necessário e tanto (com o devido respeito), a despojou da sua honra, razões todas por onde acolhido aos pés benignos de V.Exa.Rma. vem a rogar-lhe pela suas entranhas de piedade, haja por bem serem recebidos em matrimônio e aconterem outra causa, seja logo sem perda de tempo remetido à Câmara Episcopal, para ali se tratar dos termos, pois que a filha da suplicada publicamente diz que só com o suplicante quer casar e não com

o outro, um preto Nagô. Portanto, pede a V.Exma.Rma. seja servido providenciar ao suplicante na sua pretensão, visto o expendido" (Mott, 1980:25).

Deste documento tão rico de conteúdo cultural, chamamos a atenção apenas para um importante detalhe: a mãe da nubente alega que o pretendente era casado - obstáculo intransponível para novo matrimônio. Malgrado a propalada falta de mulheres no universo escravista e as rigorosas penas aplicadas pela Igreja contra os que se casassem no religioso segunda vez, estando o primeiro cônjuge vivo, diversos formam os negros e mestiços denunciados, alguns processados pelo Santo Offício, envolvidos com o crime de bigamia. Em 1758 o crioulo Manuel, escravo dos Jesuítas do Engenho de Santana dos Ilhéus, é acusado de ter-se casado sacramentalmente duas vezes: alega em sua defesa que após as primeiras núpcias descobriu ser parente próximo de sua mulher, afastando-se da ligação incestuosa e casando-se pela segunda vez com autorização dos próprios inicianos seus senhores<sup>49</sup>. Em Itu, SP, é realizado um enorme sumário contra outro preto, Belchior, "que sendo viva sua primeira mulher, casou-se em Curitiba com outra". Comprovado seu delito, é levado preso para São Paulo, depois para o Rio de Janeiro. Chegando a notícia da morte da primeira esposa, é solto "por ter todo o cabelo branco e parecer ter mais de 100 anos<sup>50</sup>". Quatro escravos bígamos chegaram às barras do tribunal inquisitorial: a escrava Maria Fernandes (1595), o negro benguela Manoel de Souza (1742), o pardo mineiro Antonio Lopes (1749) e a preta Lourença Correia da Lapa (1746), cuja pena, de acordo com os regimentos do Santo Offício, constava de degredo para locais diferentes de onde viveram em estado pecaminoso<sup>51</sup>.

Sumarizando a documentação aqui apresentada, podemos avançar algumas conclusões:

1. Malgrado a grande diversidade das matrizes erótico-sexuais das diferentes etnias africanas trazidas para o Novo Mundo, o modelo moral imposto pelo catolicismo comandou o processo de redefinição e unificação da conduta sexual e das relações de parentesco dos africanos e seus descendentes no Brasil escravista,

49- ANTT, IL, Caderno do Promotor no. 128, (1758).

50- ANTT, IL, Caderno do Promotor no. 128, (1760).

51- ANTT, IL, Proc. 10.745; 9.110; 10.631; 11.283. Agradeço a Ronaldo VAINFAS a indicação destes documentos.

resvalando a negrada nos mesmos desvios sexuais comuns aos demais cristãos abaixo do Equador;

2. Embora o casamento religioso fosse a única solução imposta pela Igreja católica para domesticar os impulsos sexuais de todos os colonos, somente pequena parcela dos africanos e seus descendentes sacrementou suas uniões conjugais, predominando, contudo, as uniões consensuais ou amancebais nas regiões e épocas onde havia equilíbrio dos sexos;

3. Dada porém a grande superioridade numérica da população masculina em muitos lugares e períodos, os africanos e seus descendentes celibatários entregaram-se às mais diversas expressões eróticas, tanto hetero como homossexuais, incluindo a masturbação individual ou recíproca, a felação, o bestialismo, a homossexualidade masculina e feminina, o travestismo, a prostituição e relações orgiásticas, a poligamia poliândrica e poligínica, a bigamia, a sodomia heterossexual, o diabolismo;

4. Apesar da ocorrência de graves violências sexuais por parte dos donos do poder ou de seus prepostos, que usavam e abusavam impunemente dos corpos de seus cativos e cativas, foi através da sexualidade que brancos e negros de ambos os sexos alcançaram o maior nível de intimidade e igualdade sócio-racial, invertendo-se muitas vezes as relações de poder dentro do microuniverso erótico-sentimental, sendo através do sexo que muitos escravos e escravas conseguiram a tão cobiçada liberdade, além de muitos momentos de prazer;

5. Percorrendo as intimidades eróticas e as práticas sexuais dos africanos e seus descendentes no Brasil escravista, além da constatação de que mesmo cativos, o sexo e a sexualidade representam um domínio privado que dificilmente os senhores conseguiam controlar, não obstante, a análise de tais comportamentos obriga-nos a dar razão ao ensinamento antropológico quando postula ser o erotismo conduta fundamentalmente cultural, inexistindo portando uma "moral natural", cabendo-nos a tarefa primordial de desmascarar e denunciar quaisquer dogmatismos sexológicos, seja do cristianismo, do islamismo ou dos orixás, que desrespeitem o direito fundamental de todo ser humano, de com liberdade mútua, fazer do sexo fonte de prazer e amor, e não de opressão.

## DOSSIÊ

### ESCRAVIDÃO NO BRASIL: Um Balanço Historiográfico

*Silvia H. Lara*

A história da escravidão, como a de qualquer tema histórico, tem sido atravessada por inúmeros debates - o que não constitui nenhuma novidade. No início dos anos 60, a produção da assim chamada Escola de São Paulo (e refiro-me aqui, basicamente, aos trabalhos de Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni e Emília Viotti da Costa) cerrou fileiras contra as teses de Gilberto Freyre, redimensionando os estudos históricos sobre o tema. O mito de relações doces e benevolentes entre senhores e escravos e a "conseqüente" democracia racial no Brasil foram denunciados e questionados duramente, com pesquisas e trabalhos histórico-sociológicos de grande envergadura. Esta avaliação não se deve apenas à qualidade dos trabalhos empreendidos por estes estudiosos, mas também à sua importância política e acadêmica: eles marcaram época nos estudos sociológicos no Brasil; influenciaram praticamente todos os estudos posteriores sobre o tema e marcaram profundamente a formação de muitos militantes do movimento negro; suas teses estão presentes na maior parte dos livros didáticos, etc. Todos os envolvidos com o tema da escravidão, sobretudo os historiadores, foram formados através da leitura destas obras.

Ao longo da década seguinte, o debate sobre os modos de produção no Brasil envolveu os estudos sobre a escravidão, trazendo novos posicionamentos teóricos que foram se desdobrando em diversas direções. Em encontros acadêmicos como o que ocorreu na UNICAMP em 1976, em diversas coletâneas de textos e artigos como as editadas por Théo A. Santiago em 1975, José Roberto do Amaral Lapa em 1980 e Paulo Sérgio Pinheiro em 1984, o debate se fez e se espalhou por outros livros e artigos: nos anos 70-80 quem trabalhasse com o tema deveria quase inevitavelmente defender uma posição ou outra: afinal, qual era o caráter daquela

sociedade? Tratava-se de uma sociedade colonial, formada nos quadros do Antigo Sistema Colonial e atravessada pela necessidade da acumulação primitiva de capitais, como afirmava Fernando Antônio Novais; ou de um modo de produção historicamente novo, o modo de produção escravista colonial, que obedecia a determinadas leis de funcionamento, como enfatizavam Ciro F.S. Cardoso e Jacob Gorender; ou ainda de uma sociedade capitalista, o avesso do mesmo tecido que determinava a formação de relações assalariadas no mundo europeu, como argumentavam Maria Sylvania Carvalho Franco e Antônio Barros Castro?<sup>1</sup>

Profundamente marcado pelos debates no interior do marxismo e mantendo relação direta com a discussão sobre o caráter da tão almejada revolução a ser promovida no Brasil, estes confrontos se desenvolviam, no entanto, em um espaço eminentemente teórico: diferentemente dos anos 60, a pesquisa histórica (entendida aqui apenas em termos de investigações empíricas associadas a debates historiográficos) não se fazia muito presente na maior parte dos textos. A maioria dos autores envolvidos no debate dedicava muitas e muitas páginas a leituras e releituras, interpretações e análises de passagens de *O Capital*, dos *Grundrisse*, do clássico debate sobre a transição do feudalismo para o capitalismo empreendido por M. Dobb e P. Sweezy, etc.

Diferentemente da produção dos anos 60, os debates da década de 70 não deixaram marcas tão profundas na historiografia sobre o tema, assim como havia acontecido com a produção da Escola de São Paulo. Ou, melhor dizendo, estes debates influenciaram a historiografia de um modo diferente. Ao invés de alterar radicalmente a forma de abordagem e análise do tema, os confrontos teóricos da década de 70 nunca chegaram a terminar: em inúmeras monografias produzidas neste período e nos anos 80 reencontramos o mesmo debate, embora em outros termos, como se ele tivesse apenas se deslocado, espalhando-se regionalmente. As teses de Fernando Novais a respeito do Antigo Sistema Colonial são encontradas em diversos livros didáticos, reaparecem em estudos sobre a ideologia escravista, sobre a religiosidade colonial, sobre diversos aspectos da época moderna, feitos em geral na Universidade de São Paulo. As teses que postulam a existência de um Modo de Produção Escravista Colonial (desconsiderando momentaneamente as divergências entre Ciro Cardoso e Jacob Gorender) aparecem em diversos estudos

1- Cf. Théo A. Santiago (org.). *América Colonial, Ensaios*. Rio de Janeiro, Pallas, 1975; J.R. do Amaral Lapa (org.). *Modos de Produção e Realidade Brasileira*. Petrópolis, Vozes, 1980; e Paulo Sérgio Pinheiro (org.). *Trabalho Escravo, Economia e Sociedade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

feitos na Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, seja sobre temas diretamente relacionados com a escravidão e a abolição, seja sobre temas "correlatos" como o da história da agricultura, da formação do Estado Nacional, etc. Não há aqui nenhum "determinismo geográfico". Trata-se apenas da constatação da importância crescente dos trabalhos desenvolvidos nos programas de pós-graduação - daí, aliás, o caráter monográfico destes estudos - na produção historiográfica brasileira, e da presença de vários dos autores envolvidos diretamente nos debates deste período como professores-orientadores de teses e dissertações no interior destes programas.

Os anos 80 marcam um revigoramento da produção historiográfica sobre o tema da escravidão e da abolição no Brasil, com a defesa de inúmeras teses em diversos centros universitários nacionais e estrangeiros - grande parte delas publicadas rapidamente (talvez em função do apelo editorial proporcionado pela proximidade do centenário da abolição no Brasil). Desta produção historiográfica destaca-se um conjunto de textos que se diferenciou da produção das décadas anteriores tanto por seus pressupostos quanto por seus procedimentos, sobretudo pelo questionamento que empreendiam em relação a posições teóricas e linhas explicativas defendidas por diversos estudiosos que publicaram seus livros nos anos 60 e 70 e que haviam sido responsáveis pela formação de sucessivas gerações de historiadores.

Ao que tudo indica, isto parece ter causado certa "sensação" - sobretudo nos meios acadêmicos. Parece que estamos, novamente, diante de um "outro" debate sobre o tema. Deixando de ocorrer apenas em algumas conversas informais ou nas salas de aula, a discussão foi aos poucos se fazendo presente em palestras, depois em artigos publicados aqui e ali, em livros, chegando até às páginas de alguns jornais de grande circulação no eixo Rio-São Paulo.<sup>2</sup>

Contudo, apesar dos vários congressos, simpósios, encontros e manifestações promovidas por diferentes setores do movimento negro ou da vida acadêmica brasileira, o debate, efetivamente, não chega a ocorrer. Não creio que se trate de uma propalada "ausência de tradição de debate científico" no Brasil, como costumam dizer alguns. Nestas plagas brasileiras, temos, a bem da verdade,

2- Ver, por exemplo, os artigos de Sidney Chalhoub - "Gorender põe etiquetas nos historiadores", de Jacob Gorender - "Como era bom ser escravo no Brasil" e de Sílvia Lara - "Gorender escraviza história", publicados no Caderno Letras da Folha de São Paulo, respectivamente nos dias 24/11/90, 15/12/90 e 12/01/91.

maus modos de produção de qualquer debate acadêmico e político. E não me refiro aqui à frequente prática de se tomar eventuais críticas intelectuais como ataques pessoais...

O que é intrigante (e talvez instigante) é que o debate efetivo não chega a acontecer justamente porque a questão nunca é posta de modo a que efetivamente possa existir, de modo a que possa se desenvolver um debate. O exercício do confronto de idéias, opiniões e posições teóricas e políticas diversas não tem acontecido não apenas porque as pessoas não se encontram em um mesmo espaço físico, dispostas a um diálogo sobre suas diferenças. Isto poderia até parecer um bom motivo, mas o que tem freqüentemente acontecido é o vício (de certo modo solitário) da crítica, incapaz de fecundar um debate político e acadêmico.

Gostaria de me deter um pouco mais sobre esta questão, examinando algumas críticas formuladas "contra" estes textos recentemente publicados que, ao que tudo indica, ousaram questionar algumas "verdades" já estabelecidas: verdades tão estabelecidas que alguns - talvez menos familiarizados com a natureza mesma dos trabalhos históricos e historiográficos - chegam a afirmar que, desde mais ou menos o início dos anos 70, "o tema da escravidão era considerado assunto resolvido nos meios universitários."<sup>3</sup>

Mas, quem seriam estes "iconoclastas", e quais seriam seus "pecados"? Para responder a estas questões, nada melhor que recorrer a um trabalho de investigação empírica, buscando em alguns textos que pretendem criticar esta "nova" historiografia os indícios para esta resposta. Refiro-me aqui, basicamente, aos textos de Emília Viotti da Costa, "História, metáfora e memória", publicado no Boletim semestral do Arquivo do Estado de São Paulo; ao artigo de Ciro Cardoso intitulado "A abolição como problema histórico e historiográfico", publicado em uma coletânea que ele mesmo organizou - *Escravidão e Abolição no Brasil: Novas Perspectivas* -; e ao provocativo livro de Jacob Gorender - *A Escravidão Reabilitada*. São, evidentemente, textos de caráter, sentidos e objetivos bastante diversos. Seus autores defendem teses historiográficas diferentes, mantêm posições teóricas e têm concepções diversas sobre História, sobre o trabalho do historiador, etc. Guardadas as diferenças, no entanto, é possível realizar um pequeno exercício de investigação.

3- GORENDER, Jacob. *A Escravidão Reabilitada*. São Paulo, Ática, 1990, p. 205.

Para Emília Viotti da Costa haveria uma tendência que teria se desenvolvido na historiografia brasileira dos últimos anos. Preocupada em "resgatar a fala e a memória dos oprimidos" ou que pretenderia "recuperar a subjetividade dos personagens históricos" - uma nova tendência dedicada a "recuperar a memória do povo, o discurso dos oprimidos, a sua subjetividade (...), os indivíduos e suas percepções ou motivações", que empreende uma análise centrada no nível das conjunturas, dos episódios, das práticas discursivas e ideológicas, tomadas em "uma total autonomia", na perspectiva de uma microfísica do poder e da resistência isolada do ato cotidiano. Esta perspectiva - cujos contornos ficam sempre vagos - estaria identificada com indesejáveis tendências políticas, constituídas como reação a certas posturas do marxismo tradicional, provindas tanto de setores nitidamente anti-marxistas, como de setores da "nova esquerda".<sup>4</sup>

Renunciando ao discurso totalizador que incorpora as múltiplas subjetividades e as transcende, conferindo-lhes "significado" e, ainda segundo a autora, abandonando "totalmente a idéia de que existe um processo histórico que ao mesmo tempo constitui os indivíduos e é constituído por estes", esta nova abordagem teria deixado a história para ser memória: "tudo se transforma em subjetividade, a do agente histórico e a do historiador, tudo fica uma questão de opinião."<sup>5</sup> Haveria portanto, segundo Emília Viotti da Costa, uma oposição básica, entre história e memória, entre a perspectiva da análise mais abrangente do processo histórico e a da análise das conjunturas, da subjetividade dos agentes históricos: assim, o debate não parece ter mais lugar, nem razão de ser. Reduz-se simplesmente à dúvida hamletiana sobre ser ou não verdadeiramente histórico, ser ou não ser "científico"; eis a questão.

Em um texto dedicado a realizar um balanço da recente historiografia sobre a abolição, Ciro F. S. Cardoso selecionou certos "eixos temáticos preferenciais" e escolheu algumas obras que naquela ocasião haviam sido recentemente publicadas para analisar.<sup>6</sup> Neste texto, Cardoso critica os trabalhos de Célia Azevedo e de

4- Cf. Emília Viotti da Costa - "História, metáfora e memória: A revolta de escravos em 1823". Arquivo: Boletim Histórico e Informativo, 9 n. 1 (jan./jun. 1988): 7-20. As citações foram retiradas das páginas 7, 8 e 9; vide também pp. 15-16 e 19-20.

5- COSTA, Emília Viotti da. Op. cit., p. 9.

6- CARDOSO, Ciro Flamarion S. "A abolição como problema histórico e historiográfico". In: Ciro F.S. Cardoso (org.). *Escravidão e Abolição no Brasil: Novas Perspectivas*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1988, pp. 73-110.

Lilia Schwarcz<sup>7</sup>, como sendo obras que teriam se ocupado "de forma prioritária com a dimensão do imaginário, das representações" - vítimas, portanto, do modismo ou da "influência da chamada Nova História. Depois de reafirmar o postulado de que a produção histórica não prescinde de um quadro teórico bem construído, e de avaliar rapidamente o papel desempenhado por cursos de pós-graduação para a elevação da qualidade média da produção historiográfica nos últimos anos, Ciro Cardoso refere-se ao que considera ser o "esquerdismo" de certos autores juvenilmente solidários com "os excluídos, com as 'vítimas da história' (loucos, criminosos, desviantes, vencidos...)"<sup>8</sup>.

Do ponto de vista teórico, Ciro Cardoso reconhece

*"a emergência (nos anos 80) de uma corrente historiográfica que se caracteriza não apenas por se opor às anteriores (dos anos 60 e 70), como também e principalmente por duvidar dos pressupostos analíticos (racionalistas, explicativos) daquelas (dos anos 60 e 70) em seu conjunto, o que configuraria um corte bem mais radical dos que os que haviam ocorrido até então e cujos desdobramentos e conseqüências futuras são, a respeito, difíceis de prever."*<sup>9</sup>

Embora tenhamos agora algumas pistas - até mesmo nomes e indicações bibliográficas - a respeito desta nova corrente historiográfica, seus contornos aparecem ainda muito vagos: haveria falta de rigor teórico, uma certa dose de doença infantil associada aos modismos da nova história e um indefinido "corte bem mais radical"...

Se os artigos de Emília Viotti da Costa e Ciro Cardoso indicam apenas algumas pistas, há no entanto um outro texto que se demora larga e explicitamente sobre a questão (o que talvez seja um de seus únicos méritos). No ano passado, o público leitor foi brindado com a publicação de uma obra que parece ter a pretensão de colocar os pingos nos "iis". Assim, mais que sobre os outros dois

7- AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda Negra, Medo Branco. O negro no Imaginário das elites - Século XIX*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987 e SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em Branco e negro. Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

8- CARDOSO, Ciro F. S. Op. cit., respectivamente pp. 93, 103 e 104.

9- Ibidem, p. 103.

textos mencionados, é sobre a obra de Gorender que vou me deter mais demoradamente.

Virulento, irado e provocativo, o livro de Jacob Gorender - *A escravidão reabilitada* - é, no entanto, extremamente frágil. Esta fragilidade - para não ficar no nível de uma abstração genérica como faz o próprio Gorender - reside justamente na distância entre aquilo que este autor acha que faz e aquilo que ele efetivamente realiza.

Pretendendo realizar uma crítica historiográfica, Gorender investe, em um verdadeiro estruído intelectual, contra aqueles que pretende atingir com uma saravada de adjetivos malcheirosos: os reacionários neopatriarcalistas, os antimarxistas culturalistas, os anti-teóricos apoiados em paupérrimas evidências empíricas que tecem verdadeira exaltação à acomodação e ao ajustamento, anti-históricos risíveis, triviais e falhos que elaboram sofismas formalistas, os reformistas que proferem despautérios prenes de confusões teóricas, mistificadores imprecisos que arrombam portas abertas para defender uma ideologia reacionária travestida de historiografia moderníssima do ponto de vista metodológico, etc., etc.

Em seu esforço para identificar as determinações mais gerais da produção historiográfica que quer criticar, Gorender acaba abusando do velho critério da determinação geográfica, ao cunhar e batizar esta execrável tendência com o estranho nome de "escola unicampista".<sup>10</sup> Segundo ele, o Departamento de História da UNICAMP seria "o foco mais ativo das novas tendências reacionárias." Afinal, lá haveria uma certa concentração de "agentes do mal": Sidney Chalhoub, Célia Azevedo, Verena Stolcke, Michael Hall, Robert Slenes, Ademir Gebara, Lilia Schwarcz e... Silvia Lara - que teriam se deixado influenciar pela orientação neopatriarcalista de Kátia Mattoso, por ventos anti-marxistas vindos de Paris, Londres e de plagas norte-americanas que, aliás, teriam apanhado também historiadores falaciosos e dados à ficção como João Reis, Eduardo Silva, e vários outros.

Se é que estou autorizada a falar sobre isto, o único elo comum a esta "escola" historiográfica parece ser dado pelo fato de que vários dos autores nomeados como pertencentes a ela trabalham no mesmo lugar. Explico melhor minha observação. Há grandes diferenças teóricas, metodológicas e historiográficas entre os vários autores criticados por Gorender, mesmo entre

10- GORENDER, Jacob. *A Escravidão Reabilitada*, pp. 22, 145, 147 e passim.

aqueles "da UNICAMP"... Ademir Gebara, por exemplo, deve ter dado tão boas risadas quanto eu mesma, ao ver-se identificado como um dos hereges unicampistas que pertencem à seita deste notório anti-marxista que é E.P. Thompson.<sup>11</sup> Talvez ele também tenha se surpreendido ao saber, através de Gorender, que entre ele e esta perigosa participante do ativo "foco ... reacionário" que vos fala, pudesse haver qualquer tipo de afinidade - sobretudo depois de termos debatido duramente, em diversos seminários internos e, publicamente, em uma mesa-redonda ocorrida em 1988, sobre nossas irreconciliáveis diferenças intelectuais e políticas.<sup>12</sup>

É bem verdade que Gorender, a despeito das confusões, tenta apreender algumas diferenças e - no interior deste pérfido modo-de-produção historiográfico existente na UNICAMP - acaba por reconhecer algumas "brechas". Em vários momentos do livro, ele não esquece de advertir o leitor de que existem, neste Departamento, "professores sem conexão com a tendência criticada, "historiadores e cientistas sociais em geral que se situam em posições claramente diversas ou opostas"<sup>13</sup> - embora em nenhum momento estes entes capazes de merecer o reino dos céus sejam nomeados para a devida canonização. Aliás, são poucos os que se salvam da verdadeira metralhadora giratória de Gorender, instalada no alto da verdade histórica que somente o verdadeiro marxismo revolucionário pode produzir. Quem não concorda com eles, com suas categorias e leis, merece farpas, tiros e outros tantos adjetivos desqualificantes: seriam todos "reabilitadores da escravidão", verdadeiros escravocratas deslocados no tempo e no espaço. Eis o procedimento que lhe permite juntar num mesmo balaio historiadores tão diferentes entre si.

Quais os pecados que estes hereges reformistas teriam cometido? Como em todo bom libelo acusatório, Gorender elabora ao final de seu texto uma síntese das falsidades perpetradas; mas vou me abster de repeti-las aqui. Gostaria de destacar apenas algumas delas, que dizem respeito a elementos fulcrais de sua crítica: a

11- Ibidem, p. 29. Thompson é objeto da crítica de Gorender em diversas passagens do texto. A título de exemplo, vide o capítulo singelamente intitulado "Pecados do marxismo e miragens do antimarxismo", pp. 97-112.

12- Mesa-Redonda sobre "O Mercado de Trabalho Livre no Brasil", realizada durante o I Colóquio de Pesquisadores do Museu da Casa Brasileira, em maio de 1988, em São Paulo.

13- GORENDER, Jacob. *A Escravidão Reabilitada*, pp. 22 e 145, nota 17.

questão da violência ou benevolência da escravidão brasileira e a questão da reificação versus "subjetividade" dos escravos.

Através da análise destas duas questões, pretendo discutir também a fragilidade da obra escrita por Gorender. Esta fragilidade resulta, em geral, do fato de que Gorender abandona os registros intelectuais e os procedimentos básicos que caracterizam o trabalho de historiador na construção de seu texto. Não desejo referir-me aqui a certos procedimentos que poderíamos chamar - sem exagero - de truques, nem às citações de fontes feitas sempre de segunda mão, e outras bricolagens, pois isto demandaria um longo exercício de demonstração. Reservo este assunto para a tranqüilidade das páginas escritas, quando tiver tempo e paciência para fazê-lo.<sup>14</sup>

Creio também que tais truques não seriam suficientes para sustentar minha opinião de que Gorender não toca no mesmo diapásão que os historiadores - pois todos sabemos que há muitos de nós que compartilham com ele desta falta de intimidade com os documentos empoeirados dos arquivos e de outros procedimentos básicos para o trabalho do historiador. Deixando as questões técnicas, relativas ao ofício do historiador, para uma outra ocasião, gostaria de destacar apenas que este tipo de procedimento é bastante comum entre aqueles que julgam que uma boa teoria pode substituir completamente o trabalho da pesquisa. Com uma boa teoria pensam chegar à certeza da verdade, bastando pinçar em textos publicados por terceiros as citações documentais capazes de provar e comprovar suas teses (mesmo sem saber os contextos de onde estas citações foram retiradas, ou de pequenos detalhes sobre como certas histórias, contadas por outros autores, ocorreram).

Gorender, ao escrever e ao revisar e ampliar *O Escravidão Colonial*, por exemplo, desconhecia (ou deixou de utilizar ou de, pelo menos, mencionar em sua

14- Sidney Chalhoub em "Gorender põe etiquetas nos historiadores". *Folha de São Paulo*, 24/11/1990, Caderno Letras, p. H-7) indica um exemplo deste tipo de procedimento. Apesar da transcrição desta palestra destinar-se à publicação, continuo deixando uma demonstração detalhada destas afirmações para outra ocasião. O leitor mais interessado poderá comparar passagens do texto de Gorender com as páginas dos próprios livros indicados por ele em suas notas de pé de página. Se cotejar, por exemplo, a página 22 de *A Escravidão Reabilitada*, com a página 201 do livro de João José Reis - *Rebelião Escrava no Brasil* (São Paulo, Brasiliense, 1986), observará como Jacob Gorender transforma a opinião de um viajante inglês (analisada por João Reis) em afirmação feita por este último. Há inúmeros exemplos: é só começar.

bibliografia) um dos textos clássicos sobre o tema - a obra de Ribeiro Rocha - talvez pelo simples motivo de ela não ter sido publicada em segunda edição desde 1758...<sup>15</sup> Em palestra recente na ANPUH, ao comentar a variedade do "ser escravo", mencionou o extraordinário caso de um escravo de Campos dos Goitacases que alugava alguns forros para o cultivo de uma roça de feijões, afirmando não poder saber o que havia acontecido com este escravo depois de terminada a contenda que manteve com sua senhora... Não podia saber pois não consultou o documento existente no arquivo. Se tivesse consultado, saberia; mas preferiu transformar algumas passagens deste documento transcritas em meu livro na totalidade do processo...<sup>16</sup> Mas estes são pequenos detalhes (embora frequentes em seus dois livros sobre a escravidão), diante do poder e da glória de uma boa teoria.

Mas vamos às duas questões mencionadas há pouco. E peço licença para me referir mais detalhadamente às críticas que faz ao meu livro: afinal este é, com certeza, um dos que melhor conheço da bibliografia citada e criticada por ele.

Em Campos da Violência passo páginas e páginas a descrever e analisar o papel do castigo físico exemplar no controle que os senhores mantinham sobre seus escravos, e a defender a tese de que este tipo de castigo é um dos elementos fundamentais no exercício do poder senhorial, nas práticas de dominação e exploração

15- Trata-se da obra do Pe. Manoel Ribeiro Rocha - *Ethiophe Resgatado, Empenhado, Sustentado, Corregido, Instruido e Libertado. Discurso theologico-juridico em que se propõem o modo de commerciar, haver e possuir validamente, quanto a hum, e outro foro, os Pretos cativos Africanos, e as principaes obrigações, que correm a quem delles se servir.* Lisboa, Oficina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1758. Esta obra não aparece na bibliografia de *O Escravismo Colonial*, tanto na primeira quanto na quarta edição, esta última revista e ampliada. Depois de várias tentativas de uma nova edição, a obra de Ribeiro Rocha foi recentemente transcrita e publicada em *Cadernos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*, 21 (Campinas, UNICAMP, agosto de 1991).

16- Trata-se do caso de Antônio Angola que em 1806 acionava sua antiga senhora para manter seus direitos sobre a colheita das socas de um canavial e de uma roça de feijão. Antônio, em 1806, era escravo de Paula Maria Ribeiro e assim continuou sendo, mesmo depois de ter ganho o processo através de um acordo com sua antiga senhora. Cf. "Autos Cíveis de Libelo: Antônio escravo de Paula Maria Ribeiro - Autor, contra Maria Tereza - Ré (1806)". Arquivo do Cartório do Segundo Ofício de Campos, maço 146. Este processo é analisado por mim em *Campos da Violência. Escravos e Senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, pp. 210, 211 e 346.

de escravos e libertos.<sup>17</sup> Gorender chega até mesmo a se utilizar de minhas conclusões (sem indicar a fonte, é claro) e de várias citações documentais e evidências empíricas existentes no livro para argumentar a favor da tese da violência da escravidão - contrapondo-se à tendência que ele identifica como sendo dos edulcoradores da escravidão, dos que tentam caracterizá-la como "benevolente, paternal, legalista, com negociações pacíficas, acordo sistêmico e paz social" entre senhores e escravos (entre os quais, evidentemente, ele me inclui).<sup>18</sup>

Sem dúvida, é um estranho procedimento: como é possível utilizar meus próprios argumentos contra minhas próprias idéias? A resposta é simples. Isto só é possível porque Gorender não consegue entender minha argumentação contra o uso do termo "violência" para qualificar as relações entre senhores e escravos. Para ele, se me recuso a utilizar este termo - e me recuso a fazê-lo pelas implicações políticas e pelo profundo anacronismo que ele contém -, automaticamente estaria afirmando que a escravidão teria sido suave, doce, terna: um sofisma igual ao que os escravistas se utilizavam contra os abolicionistas.<sup>19</sup> Parafraseando um conhecido polemista, poderia dizer que "é bom ser lido, melhor ainda é ser entendido."

Gorender afirma que "a contradição entre ser coisa e ser pessoa constituía a vivência do escravo durante toda a sua existência". E que, "suprimida esta contradição" - como eu teria feito em meu livro - "a escravidão deixa de ser escravidão."<sup>20</sup> Ora, é evidente que Gorender não consegue entender que, no período em que vigorou a escravidão, homens e mulheres eram vendidos como escravos: o que hoje nos parece paradoxal e contraditório não era nada paradoxal nem contraditório para aqueles senhores e escravos, homens e mulheres que viviam em um mundo diferente do nosso, no qual existia a escravidão. Na escravidão, pessoas são vendidas, compradas, depositadas em juízo, trocadas, empenhadas, etc. - há um comércio de homens e mulheres.

O fato de se afirmar que a escravidão seja uma relação de dominação e exploração violentas (e é claro que ela é), que a sociedade escravista seja uma

17- Cf. Sílvia H. Lara - *Campos da Violência*, especialmente pp. 41-96 e 342-345.

18- GORENDER, Jacob. *A Escravidão Reabilitada*, pp. 26-27, 38, 40-42; a citação é da p. 43.

19- *Ibidem*, pp. 22-23.

20- GORENDER, Jacob. *A Escravidão Reabilitada*, p. 23.

sociedade desigual (o que é óbvio), não é suficiente para diferenciá-la da sociedade em que vivemos hoje. Nosso mundo também é um mundo de desigualdades (e de desigualdades extremadas); também vivemos relações de dominação e exploração extremamente violentas. Adjetivar a escravidão como violenta, acentuando sobretudo uma idéia de violência absolutamente abstrata, é um procedimento incapaz de diferenciar a escravidão do mundo de hoje. Hoje, a violência não é mais a do chicote do feitor nos ombros do escravo, mas existem atualmente muitas outras formas de violência. Embora elas possam nos parecer muito "naturais" foram, no entanto, construídas historicamente. Hoje regulamos nosso tempo pelo relógio; o operário que chega atrasado tem o tempo de atraso descontado em seu salário.<sup>21</sup>

Medir o tempo de trabalho e da vida em minutos não foi um acontecimento tranqüilo. Houve motins, quebras de relógios públicos e muitos embates e conflitos antes que esta se tornasse uma prática "natural", a ponto de todos termos nossos relógios de pulso. Do mesmo modo, é preciso muito cuidado ao falar de violência em um mundo onde a justiça penal se fazia através do suplício público e onde o castigo físico, corporal, era absolutamente constante; o que pode ser "natural" em uma sociedade não o é em outra. Se devemos ter, em relação à violência, uma atitude de denúncia, em e por princípio, isto não significa que a atitude de denúncia possa obscurecer a especificidade histórica. No caso da escravidão, a utilização deste adjetivo, em termos abstratos, não é capaz de explicar as relações entre senhores e escravos, de diferenciar a dominação e exploração escravistas de outras tantas relações de dominação e exploração ao longo da história.

A capacidade para lidar com a diferença é algo essencial para um historiador: é o único caminho para evitarmos o anacronismo. Para mim, por exemplo, cidadã do final do século XX, uma única chicotada constitui uma violência inaceitável. Mas é preciso compreender como homens e mulheres de outros tempos puderam imaginar que 400 chicotadas dadas em 10 dias alternados (40 lambadas ministradas dia sim dia não, durante 20 dias) eram mais humanas e

21- Esta não é, aliás, nenhuma afirmação nova. K. Marx, ao analisar a disciplina imposta pelo capital sobre os trabalhadores das fábricas, diz que "no lugar do chicote, do feitor de escravos surge o manual de penalidades do supervisor. Todas as penalidades se resolvem, naturalmente, em penas pecuniárias e descontos de salários (...)". Cf. K. Marx à O Capital, Críticas da Economia Política (trad.) 2ª ed. São Paulo, Nova Cultural, 1985, tomo 2, p. 45.

moderadas que 400 dadas de uma só vez... A discussão deste problema atravessa páginas e páginas do livro de Jorge Benci, publicado em 1705, ocupa outras tantas páginas da obra de Ribeiro Rocha, publicada em 1758, reaparecendo bem mais tarde na obra de Vilhena e na de Azeredo Coutinho, no início do século XIX.<sup>22</sup>

O debate sobre o melhor tipo de castigo a ser ministrado aos escravos, se com chicotes, grilhões, ou outros instrumentos está presente em diversos textos do período colonial. Diversas Cartas Régias do final do século XVII e início do XVIII evidenciam a preocupação em moderar o castigo dado aos escravos - basta ler a correspondência entre a metrópole e o governo do Brasil neste período. As Cartas Régias de 20 e 23 de março de 1688, de 23 de fevereiro de 1689, 11 de janeiro de 1690, 7 de fevereiro de 1698, outras de 1702 e 1710, indicam uma longa discussão sobre a necessidade metropolitana de substituir castigos "cruéis" por castigos "moderados" e "justos" sem, no entanto, fragilizar a dominação senhorial sobre os escravos ou abrir brechas para reclamações ou revoltas escravas.<sup>23</sup> Este debate pode ser flagrado também em outro tipo de documentação, como no caso dos regimentos de feitores. O regimento elaborado para um feitor de um engenho de Pernambuco em 1663, o regimento do feitor-mor do engenho Pitanga, na Bahia, de 1692, constituem bons exemplos. Neste último, referente ao engenho Pitanga, pertencente aos Jesuítas, afirma-se que os crimes deveriam ser punidos com 45 açoites - cinco chicotadas a mais que aquelas recomendadas pelo também jesuíta Jorge Benci, praticamente na mesma época.

Podemos também encontrar este debate em outras fontes; em processos criminais, por exemplo. Citarei apenas três deles, coletados durante minha pesquisa sobre a relação senhor-escravo nos Campos dos Goitacases no final do século XVIII. Um deles revela o caso de um senhor que está sendo processado pela morte de um escravo em 1797. Em sua defesa, este senhor argumenta que não ministrou castigos físicos capazes de levar o escravo à morte, somente castigos moderados e justos, pois o escravo havia cometido a falha de fugir, precisando portanto ser corrigido - tratava-se de um castigo educativo, como deviam ser os castigos ministrados aos escravos.<sup>24</sup> Este tipo de argumentação reaparece no relato de um feitor que havia encontrado morto um escravo de sua fazenda, em

22- Para uma indicação completa destas fontes e uma análise mais detalhada desta questão, vide Sílvia H. Lara - Campos da Violência, pp. 45-56.

23- LARA, Sílvia H. Op. cit., pp. 64-67.

24- LARA, Sílvia H. Op. cit., pp. 57-61.

1788. Várias testemunhas afirmam que o escravo havia se suicidado por causa dos castigos recebidos depois de uma fuga. Há no processo várias indicações de que o suicídio do escravo teria sido fruto da "paixão" do escravo e que o castigo - 100 açoites no primeiro dia, 80 no segundo e 60 no terceiro, seguido de prisão no tronco - teria sido "justo" e "educativo".<sup>25</sup> A noção de um castigo justo e educativo, no entanto, não aparece apenas em falas senhoriais. Em 1799 três mulheres escravas lutam para não serem enviadas para casa de seu novo senhor, que consideram muito cruel. Dizem elas que preferem ficar com seu antigo senhor, pois este só lhes dava o castigo moderado, necessário à sua educação, com um pai deve dar a seus filhos.<sup>26</sup>

Este debate a respeito da moderação ou crueldade do castigo dos escravos é bastante complexo e tem muitas facetas. A mesma Coroa que tentava limitar a crueldade dos senhores, através das Cartas Régias que mencionei há pouco, estipulava que qualquer escravo achado com uma faca teria como pena 100 açoites dados ao pé do Pelourinho - de uma só vez... Diante destes dados, como podemos decidir quem é cruel, quem é moderado? O que é ser violento, neste contexto? Para mim, esta é uma pergunta fundamental.

Para Gorender, no entanto, esta é uma questão sem importância. Trata-se, como ele avalia o meu caso, de uma negação e - paradoxalmente - de uma "reabilitação" da escravidão. Talvez mais até do que isto: de uma formulação claramente "escravocrata" defendendo a suavidade das relações entre senhores e escravos. Um entre tantos despautérios fantasiosos apoiados em paupérrimas evidências empíricas...<sup>27</sup> Equiparada aos escravocratas e a Gilberto Freyre, passo a ser, portanto, premiada com os adjetivos de que Gorender tanto gosta: reacionária, neo-patriarcalista, anti-marxista, etc. etc. E assim, o tom é de denúncia, de adjetivações extremadas, de censuras e reprovações: entre a esquerda e a direita, entre marxistas e anti-marxistas, revolucionários e reacionários, não há diálogo ou debate possível, apenas a luta até a vitória final...

Gorender insiste em se digladiar contra aqueles que, segundo ele, privilegiariam a análise da subjetividade dos escravos. Poderia concordar com ele avaliando que uma análise inteiramente baseada na "subjetividade" dos agentes da

25- Ibidem, pp. 61-62.

26- Ibidem, pp. 69-70.

27- Cf. Jacob Gorender. *A Escravidão Reabilitada*, p. 23.

história é sempre problemática, embora considere instigantes algumas das contribuições de historiadores como Peter Gay. Mas isto é bem diferente do que afirmar que os escravos foram sujeitos da história. Gorender recusa-se a ser incluído entre os que defendem a "teoria do escravo-coisa". Esclarece mais uma vez em *A Escravidão Reabilitada* a diferença entre coisificação social e coisificação subjetiva, reafirmando que a contradição entre ser coisa e ser pessoa constituía a vivência do escravo durante toda a sua existência; algo que, segundo ele, seria essencial na própria definição de escravidão.<sup>28</sup>

Há aqui duas questões a levantar. A primeira é bastante simples: como podemos afirmar algo sobre a visão escrava da escravidão sem consultar documentos a este respeito? Basta entrar em um arquivo cartorial e encontraremos milhares de documentos e testemunhos sobre a escravidão e até mesmo relatos dos próprios escravos sobre suas vidas, suas experiências e projetos de vida. Mesmo que essas vozes nos cheguem "filtradas" pela pena do escrivão, do oficial de justiça ou do advogado, elas vão freqüentemente nos causar surpresas e nos levar a rever muitas das imagens fixadas pela historiografia sobre a escravidão e sobre a relação senhor-escravo. Costumo dizer que levei um enorme susto ao abrir as folhas daqueles velhos processos que estão guardados nos cartórios do primeiro, segundo e terceiro ofícios da cidade de Campos. Parece-me difícil imaginar Gorender experimentando uma sensação semelhante...

A segunda questão diz respeito à diferença entre a subjetividade do escravo, mesmo se considerarmos que ele seja o "agente subjetivo do processo de trabalho e não um capital fixo"<sup>29</sup>, e a afirmação de que os escravos foram sujeitos da história, de que a história da escravidão foi construída por senhores e por escravos. Há efetivamente um debate entre diferentes perspectivas teóricas de análise histórica da escravidão e da abolição: esta é a razão pela qual historiadores gastam páginas e páginas a discutir se os escravos eram ou não "coisas", se a escravidão era ou não "violenta", se os abolicionistas, as classes médias urbanas ou sei lá quem mais fizeram ou não a abolição, etc. etc. Afinal, qual o interesse em saber se milhares de pessoas submetidas como escravos ao domínio de senhores - todos eles mortos já há bastante tempo - eram "coisas" ou sujeitos de sua própria história?

28- Ibidem, pp. 25, 36-37 e 110-111, entre outras.

29- Cf. Jacob Gorender, p. 36.

É que este debate histórico não deixa de ser político. Emília Viotti da Costa, por exemplo, afirma que o conhecimento da "macrofísica do poder" e das "estruturas significativas" de dominação é fundamental porque "quem não sabe para onde vai tem dificuldade de decidir o que fazer". Esta afirmação é feita por Emília Viotti tanto em relação ao significado do trabalho do historiador no presente quanto em relação à ação dos agentes históricos no passado.<sup>30</sup> Os escravos de Gorender

*"não podiam alcançar a formulação abrangente de uma proposta de transformações revolucionárias da sociedade existente (...) não dispunham de condições estruturais para formular um projeto nacional e ultrapassar o âmbito local ou regional, na ação prática..."*<sup>31</sup>

Como se a existência de um "projeto nacional" ou de propostas de "formulações abrangentes" fossem condições *"sine qua non"* para qualquer ação transformadora...

Escravos e libertos no passado ou historiadores no presente teriam que ter alguém que lhes apontasse o rumo da história, elaborasse projetos abrangentes e indicasse as etapas necessárias para chegar à abolição da escravidão ou da *"soi-disant"* libertação proletária? Como se a história tivesse um único curso, a ser seguido em mão única. Teriam todos, escravos, libertos e historiadores - que ser leninistas e depender das iluminadas vanguardas do partido da abolição da luta de classes para nos dizer para onde ir? Este é, evidentemente, um debate político. Não um debate entre direita e esquerda, como querem fazer crer alguns -, mas um debate no interior das esquerdas.

O próprio título do livro de Gorender é significativo: **reabilitação** é uma palavra carregada de sentidos no vocabulário da militância. Para ficar no jargão stalinista poderia simplesmente dizer que se Gorender acusa vários historiadores de "reabilitarem" a escravidão, ele nada mais faz que "renegar" a história. Mas é preciso ir além: recusar o jargão e com ele seus pressupostos e procedimentos.

Em primeiro lugar, isto significa recusar os anátemas. Estes só podem ter origem em tribunais nos quais a certeza da "linha justa" é inabalável. Tal postura

30- COSTA, Emília Viotti da. Op. cit., p. 9.

31- GORENDER, Jacob. *A Escravidão Reabilitada*, p. 164; vide também pp. 122-123.

não é própria de historiadores, a não ser aqueles pertencentes a uma certa tradição marxista, para a qual a "Grande Teoria", a crença inabalável na verdade e na ciência "revolucionárias" obscurecem qualquer relação com a multiplicidade da experiência social.

É bem verdade que vários autores expressam suas críticas às teorias stalinistas e aos procedimentos althusserianos - mas até que ponto? Gorender, por exemplo, já publicou livros e artigos a este respeito.<sup>32</sup> Seu conceito de modo de produção e todas as suas "leis" são, no entanto, construídos a partir de reflexões teóricas e críticas bibliográficas. Gorender julga-se no direito de apontar erros e acertos da produção historiográfica com a qual ele lida. Foi justamente contra concepções desta natureza que Thompson acusado por Gorender do pecado de "frouxidão estrutural"<sup>33</sup>, e o grupo de historiadores marxistas britânicos do Partido Comunista Inglês se insurgiram nos anos 60, logo após o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética.

Aliás, a dimensão mais ampla deste debate no interior do marxismo desaparece no texto de Gorender, sob as acusações peremptórias de "pecados", "miragens" e ataques estruturalistas e antimarxistas cometidos aqui e ali. "O que vinha de Paris coincidiu com o que irrompeu de Londres", afirma Gorender.<sup>34</sup> Mesmo que ele aponte algumas diferenças entre Londres e Paris, em poucas páginas temos todo um debate, múltiplo, denso e de conseqüências políticas as mais diversas, passado a limpo por adjetivos desqualificantes. Um debate que vem se desenvolvendo desde o início dos anos 60 e que já teve desdobramentos significativos nos anos 70: basta ler a produção marxista inglesa, francesa ou norte-americana sobre a história social do trabalho nos últimos 20 anos para se ter idéia de que há muito mais em pauta do que Gorender quer deixar entrever...

Em segundo lugar, recusar o jargão significa também recusar a noção, tão arraigada em parte da esquerda, de que os intelectuais - possuidores da "boa teoria" - detêm o poder de juízes, de dizer com certeza de onde viemos e para onde vamos. Sidney Chalhoub, João Reis, Robert Slenes, Peter Eisenberg, Verena

32- Cf., por exemplo, Jacob Gorender - "O Enfoque Neopositivista do Marxismo". *Movimento*, p. 182. São Paulo, 31/12/1978 e "Reflexões Metodológicas". In: *O Escravidão Colonial*. São Paulo, Ática, 1978, pp. 15-49.

33- GORENDER, Jacob. *A Escravidão Reabilitada*, p. 108.

34- GORENDER, Jacob. Op. cit., p. 17.

Stolcke, Michael Hall, Célia Azevedo, Kátia Mattoso, Lilia Schwarcz - para não falar apenas de pessoas de mesma posição teórica -, eu e tantos outros abrimos mão desta arrogância.

Não nos preocupamos em saber se os escravos agiam ou não segundo as leis específicas de um bem construído conceito de modo de produção ou qualquer outra modalidade teórica disponível no mercado. Ao estudar a escravidão no Brasil procuramos encontrar e ouvir os escravos: não conceitos abstratos, nem arquétipos de heróis ou vítimas. Em nossos textos, os escravos, fugitivos e libertos têm nomes. Suas histórias mostram como seres humanos submetidos à escravidão tinham outros valores e projetos - diferentes daqueles de seus senhores - e lutaram por eles enquanto escravos. Construíram alternativas de vida, lutaram de diversas formas e conquistaram - por que não usar a palavra? - certos "direitos", transformando as próprias relações de dominação a que estavam submetidos. Suas ações e valores só podem ser compreendidos no interior e através das relações sociais tecidas por eles e seus senhores. Deixar de lado noções anacrônicas e absurdamente abstratas de violência e liberdade significa apenas dar voz para estes homens e mulheres afirmarem suas concepções a respeito destas palavras.

Liberdade não é valor universal. Ao longo da história e para diferentes grupos sociais esta é uma palavra que teve significados muito diferentes. Tinha sentidos diversos para senhores e escravos, por exemplo. Podemos aprender com os escravos e libertos que liberdade não significa vender livremente sua força de trabalho, mas sim ter o direito de ir e vir, ter acesso à terra, manter linhagens e laços de solidariedade arduamente construídos: precisamos entender a importância destes significados no interior da experiência escrava. A luta pela liberdade que empreenderam pode ter sido derrotada pelos abolicionistas imigrantes e golpeada definitivamente pela República, mas quem dirá que ela não renasce a cada dia, no movimento negro ou nas lutas pela reforma agrária? Por outro lado, muitos escravos eram monarquistas nos primeiros anos da República e isto não os transforma em "reacionários", contrários ao avanço das forças produtivas, "alienados" ou "anti-marxistas" *"avant la lettre"*.

A história é bem mais contraditória do que supõe a vã teoria. Vivemos em um país no qual milhões de pessoas passam fome e, no entanto, foram os "descamisados" que elegeram um presidente capaz de gerar mais fome e miséria. Talvez a fé de grande parte das esquerdas em posturas tão surdas às vozes da experiência social tenham contribuído para que isto acontecesse. Na história e na

política aprendemos, há algum tempo, a respeitar as diferenças. Somente assim poderemos efetivamente empreender um debate - algo essencial à produção do conhecimento, ao trabalho dos historiadores e às transformações da história. E, talvez, mais do que no campo da história e dos historiadores, o debate de que necessitamos seja aquele que deve ser estabelecido entre as diferentes esquerdas, somado a uma reflexão profunda sobre as relações que elas mantêm com as diferenças sociais e políticas existentes no interior das classes dominadas.

Junto com o velho muro e as estátuas da Praça Vermelha, a "Grande Teoria" foi também demolida - mas não a perspectiva de que trata-se, afinal, de "transformar o mundo", como propunha nosso velho sábio do século XIX.

## DEBATE

*Silvia, li há algum tempo seu livro e acho que o entendi porque gostei muito dele e aprendi coisas muito interessantes. Concordo, em linhas gerais, com o que você disse a respeito da dimensão política do debate que tem ocorrido sobre o tema da escravidão e do escravismo. Como você, acho que devemos afastar o jargão e o viés stalinista ou qualquer outro semelhante da análise histórica. Também concordo quanto à necessidade de uma revitalização dentro das pretensões historicistas globalizantes, modelos que tudo explicariam e até mesmo prescindiriam de evidências empíricas - diga-se de passagem que seu livro é brilhante neste aspecto.*

*Contudo, acho que a politização do debate teórico é perniciosa, embora haja uma dimensão política evidente em muitas das colocações teóricas - ou que se pretendem teóricas. Esta politização acaba por desviar a atenção dos historiadores para questões outras, talvez importantes em alguns momentos, mas que são menos importantes para o efetivo exercício do fazer histórico. Fico me perguntando quais seriam essas questões verdadeiramente importantes do ponto de vista teórico e de outros pontos de vista, para um e para outro autor. É sobre isto que gostaria de lhe formular uma pergunta.*

*Quando li seu livro e também o de Sidney Chalhoub, tive uma sensação mais ou menos dupla. De um lado, concordei e gostei da perspectiva de um*

*distanciamento daquilo que se poderia classificar grosseiramente de marxismo vulgar. Por outro lado, verifiquei um certo distanciamento da possibilidade de discussão teórica - talvez isto fique evidente, por exemplo, na passagem em que você faz críticas muito pertinentes à bibliografia, mas deixa a discussão em suspenso. Parece que a escravidão se torna um pretexto para um mergulho no cotidiano. Pergunto-me, então, se poderíamos fazer equivaler a discussão teórica sobre as relações eventualmente existentes em fenômenos ocorridos no nível da cotidianidade, e aquelas sobre outros fenômenos que podemos chamar simplificada de macroestruturais. Poderíamos afastar esta discussão teórica diante das infelicidades teóricas produzidas pelo marxismo vulgar? Ou seja, quando afastamos a discussão pretensamente teórica, proposta pelo marxismo vulgar, não estaríamos abandonando qualquer perspectiva de discussão teórica? Gostaria de ouvir seus comentários sobre esta questão. Seria possível uma reflexão teórica mais fina, ignorando um pouco as questões propostas pelo marxismo de viés stalinista, sobre as articulações entre os chamados fatos culturais, mentais ou do cotidiano e os fenômenos mais estruturais - ou a alternativa que se coloca é a de um mergulho muito interessante no cotidiano e na empiria mas sem uma resposta teórica precisa?*

Esta é realmente uma questão. Mas, antes de respondê-la, vou discordar um pouco de você. Não creio que a politização do debate teórico seja perniciosa, mesmo porque não sei como fazer um debate teórico sem fazer política. Não há teoria sem política - portanto não se coloca o julgamento se a presença política é ou não perniciosa. Parto de uma concepção de história na qual o trabalho do historiador se efetiva através do duplo diálogo com as evidências e com a historiografia e na qual a teoria e a empiria não se separam. A teoria não é algo que existe em um certo lugar e que é aplicada, posteriormente, à empiria: esta é uma marca quase caricatural disto que você chamou, numa ótima expressão, de infelicidades teóricas do marxismo vulgar.

Trabalhar com evidências empíricas é um ato efetivamente político e teórico. Não se pode construir, em se tratando da história, uma teoria em termos abstratos, à maneira de Althusser, com a empiria atravessando a generalidade um, a generalidade dois, até chegar à verdadeira essência. Hoje é mais ou menos frequente a crítica a este tipo de procedimento. Quando digo que Gorender tem um procedimento teórico próximo do althusseriano e do stalinismo, não ignoro que ele mesmo já tenha formulado críticas a Althusser e ao stalinismo. A proximidade está

justamente na ausência deste duplo diálogo com a bibliografia e com a empiria na elaboração teórica.

Parto do princípio de que, do ponto de vista teórico, os conceitos e categorias com os quais os historiadores trabalham devem ser profundamente históricos, móveis e elásticos, não categorias fixas e definidas "a priori". Trabalhar com empiria, portanto, é ouvir a diversidade, trabalhar com o confronto entre interesses diversos, normas e valores que lutam entre si. Não se trata de postular, em princípio, a existência da luta de classes, mas procurar o modo como as classes se definem neste processo conflituoso e contraditório, como elas se fazem na luta - para retomar a expressão thompsoniana. É assim que devemos construir nossas categorias e conceitos. Os textos marxistas mais interessantes, neste sentido, são os capítulos chamados históricos de *O Capital*, ou textos como *O 18 Brumário*. Assim sendo, não se trata de opor a "macrofísica do poder" ou o "sistema", de um lado, e a "cotidianidade", de outro.

Por outro lado, a noção de experiência é muito diferente da idéia de uma história do "cotidiano". Hoje em dia, no Brasil, há muitos trabalhos sobre a chamada história do cotidiano ou história das mentalidades, apoiados em uma vertente historiográfica que é fruto dos desdobramentos de certos postulados iniciais da Escola dos Annales. Quando se trabalha com a noção de experiência, no entanto, estamos muito distantes da noção de cotidiano presente nestes textos. Vou utilizar meu livro como exemplo. Iniciei uma pesquisa que estava fundada na bibliografia e nos debates existentes na década de 70. Ao chegar aos arquivos, no entanto, encontrei escravos e escravas agindo de um modo que não era absolutamente contemplado por esta bibliografia. A experiência destes escravos me levou ao debate com esta historiografia. Trata-se de um debate historiográfico e teórico que não prescinde das evidências empíricas. É por isto que não creio que se possa colocar a questão em termos de uma contraposição.

*Além do pecado de frouxidão estrutural, há também a acusação de uma perspectiva muito documentalista e empiricista. Gostaria de lembrar de uma resposta interessante, dada pelo próprio Thompson, a respeito da acusação de frouxidão estrutural, em um entrevista para a M.A.R.H.O., na qual se refere ao capítulo "Exploração" de A Formação da Classe Operária Inglesa. Ele diz que "não é que eu não esteja preocupado com as estruturas macroeconômicas, ali eu tenho uma discussão em torno "disto". Mas seria interessante pensar que esta*

*acusação de "neopositivismo" se refere muito mais à preocupação acentuada com a pesquisa empírica propriamente dita. Laura de Melo e Souza disse recentemente que "diferentemente de nossos mestres (e ela se referia a Sergio Buarque de Holanda, Fernando Novais, ao Gorender também), somos uma geração de arquivos; nossa geração é uma geração que tem muito apego ao documento, ao arquivo, à pesquisa empírica propriamente dita". Você acha que esta acusação de "neopositivismo" com que Gorender chega a classificar alguns historiadores tem relação com você?*

Em primeiro lugar, acho que há diferenças entre os autores citados: Sérgio Buarque de Holanda e Fernando Novais freqüentaram vários arquivos para realizar seus trabalhos; creio que Jacob Gorender teria dificuldades em se movimentar depois de passar a porta de entrada de um arquivo. Mas este não é um problema em si: outros historiadores também não costumam freqüentar arquivos. Muitas vezes porque a documentação com a qual trabalham se encontra publicada. Vejo de uma forma muito positiva o fato de que esta última geração de historiadores seja uma geração de arquivo. Mas entrar ou não nos arquivos não resolve a questão. O problema está na relação mesma que o historiador mantém com a documentação, com as evidências que achamos nos arquivos.

É possível realizar uma pesquisa em arquivos e manter uma relação com as evidências de Prova e contra-prova, no interior do esquema geral da "grande teoria" inabalável em sua verdade. Infelizmente, em minha opinião, encontramos muitos exemplos disto entre os historiadores. E é exatamente este tipo de postura que permite a alguns deles construir um trabalho histórico e partir de citações documentais pinçadas em textos de segunda mão: escolhe-se aquilo que lhes interessa para dar "apoio documental" a uma argumentação que está construída "a priori". O problema histórico já se encontra resolvido em termos teóricos e então a pesquisa tem menos importância. Assim, entrar ou não em arquivos não é capaz de solucionar o problema, pois trata-se da natureza do diálogo que é mantido com as evidências e do modo como, a partir delas, se constrói o diálogo com a historiografia.

Quando se entra em um arquivo, é fundamental estar disposto a ouvir coisas diferentes, ter um enorme ponto de interrogação como instrumento de pesquisa e não uma certeza a ser defendida de qualquer maneira. É exatamente a ausência deste procedimento - que considero básico para o trabalho do historiador - que

falta aos que acusam alguns trabalhos recentes de empirismo descritivo. Para estes acusadores o empirismo e o neopositivismo são equivalentes pois não conseguem ver nem entender a natureza deste diálogo com as evidências ou perceber suas implicações teóricas. Lembro aqui a crítica de Gorender ao livro de Thompson sobre a Lei Negra. Senhores e Caçadores. Para ele, Thompson está trabalhando com a lei, com a superestrutura, sendo taxado de culturalista, portanto. Ora, este é um livro árduo, de uma leitura difícil: Thompson trabalha o tempo todo com inúmeras evidências e somente ao final do livro a crítica se torna explícita. Depois de atravessar uma densa floresta de evidências documentais é possível demonstrar como a elaboração da lei e a própria lei constituem uma arena da luta de classes e não um mero "reflexo" superestrutural. Mas Gorender não entende isto; ele simplesmente traduz o trabalho de Thompson para sua linguagem conceitual: Thompson trabalha a lei, e lei é parte da superestrutura, portanto é culturalista.

Por isto, não se trata simplesmente da presença nos arquivos. Talvez até possa concordar com um certo empiricismo em alguns trabalhos, mas a questão fundamental é a da relação com as fontes, da existência ou não do duplo diálogo a que me referi.

*Vou colocar uma questão de natureza política, mas quase pessoal. Há, neste debate, algo que me intriga. Li o livro O Escravidão Colonial há muitos anos atrás; depois a historiografia foi se renovando, apareceram novas pesquisas - toda esta legião que o próprio Gorender arrolou como inimigos de classe. Recentemente, volto a ouvir falar de Jacob Gorender, a propósito do livro A Escravidão Reabilitada. Há alguns meses atrás ouvi uma palestra de Sidney Chalhoub sobre este assunto em Belo Horizonte e hoje escuto sua fala sobre o mesmo assunto.*

*O que me pergunto é o seguinte: estes trabalhos, apresentados por Gorender desta maneira, são os que, contemporaneamente, mais exercem influência na pesquisa e no ensino. Posso estar afastado desta área há muito tempo, mas acho que estes trabalhos são atualmente dominantes na paisagem intelectual universitária sobre a escravidão. Assim, neste debate, Gorender não seria o maior beneficiado? Ou seja, o vigor da resposta que você, Sidney e outros fazem, em termos polêmicos, não é mais interessante para ele do que para vocês? Em outras palavras, como dizem os gauleses, será que vocês não estão atirando*

*em uma ambulância? Mesmo porque o novo sempre vem, como diz o Belchior, e então, um dia, vocês serão contestados. Espero que esta contestação chegue de onde vocês imaginam, quer dizer, feita a partir da prática da pesquisa em arquivo, do debate sobre diferentes pontos de vista na análise, etc. Talvez esteja ainda um pouco cedo para surgir este tipo de contestação, mas com certeza ela vai chegar, porque a única coisa certa é que o novo virá.*

*Mas não vejo a relevância deste tipo de contestação que é apresentada contra vocês por Gorender. Tenho a impressão de um sujeito que está passeando naquelas praças da Europa Oriental, tentando segurar as estátuas que estão caindo. Gostaria que você falasse sobre a relevância, digamos assim, políticas dos debates.*

Talvez você peque por uma certa proximidade afetiva para com Sidney Chalhoub e para comigo. Não creio que estes trabalhos - de Sidney Chalhoub, João Reis, Célia Azevedo (mais próximos do ponto de vista teórico) ou os de Eduardo Silva, Kátia Mattoso e de outros, que têm pequenas diferenças teóricas - sejam dominantes na historiografia, nem em termos acadêmicos, nem em termos políticos mais gerais.

Em termos acadêmicos, as teses centrais da Escola de São Paulo ainda se mantêm de pé: na maior parte dos cursos de História é frequente se trabalhar com a idéia clássica formulada por Marx em algumas passagens específicas de *O Capital* e retomada por Eric Williams, de que o capitalismo precisou da escravidão para se desenvolver mas, depois de desenvolvido, acabou com a escravidão. Esta é uma tese marcante que está na base de toda a análise sobre a abolição da escravidão empreendida pela Escola de São Paulo, por exemplo. O trabalho de Seymour Drescher, por exemplo, que questiona cabalmente esta tese, com as mesmas evidências empíricas utilizadas por Eric Williams, demonstra que nas colônias inglesas o tráfico foi abolido no momento de máxima produtividade das fazendas escravistas, quando apresentava maior volume, enormes lucros e grandes interesses em jogo. Ele inverte completamente o argumento de Eric Williams e o título de seu livro - *Econocídio* - já dá para se ter uma idéia do alcance deste trabalho. Ora, este livro aparece mencionado pela historiografia brasileira apenas de passagem, como por exemplo na crítica feita por Ciro Cardoso às teses da Escola de São Paulo. A tese de Williams permanece viva, não só em

termos da história da escravidão como em termos mais gerais, da história do Brasil e da história moderna.

Além disso, as teses da Escola de São Paulo e os vários posicionamentos, em diferentes direções, que se constituíram a partir dela estão presentes no movimento negro. Já tive oportunidade, em uma reunião com militantes do movimento negro, de reler as páginas dos livros de Florestan Fernandes e Roger Bastide que se referem à promiscuidade generalizada das senzalas, a questões relativas à mulher negra, etc. O susto foi enorme: como é possível que autores que constituem a base da denúncia do racismo empreendida pelo movimento negro possam ter escrito aquelas páginas? Creio que este é um tema importante para ser pensado.

Por isto mesmo, as propostas presentes em vários destes trabalhos recentes não são de forma alguma dominantes. Mais que isto, as posições básicas de Gorender, por exemplo, são referências básicas para muitos trabalhos que estão sendo feitos hoje em dia. Não tenho uma preocupação especial com Gorender em si mesmo; trata-se de um respeitável militante das esquerdas neste país. Por isto mesmo, é natural que seu texto seja virulento, incisivo, que pouca gente acabe escapando de sua crítica. O que me preocupa é a repercussão de seu trabalho e suas implicações políticas em termos da produção historiográfica. É exatamente por isto que considero o debate necessário. Não apenas porque o debate é necessário para a produção historiográfica, como também porque o debate político não é exterior ao próprio trabalho do historiador - esta também é uma arena das lutas sociais. É preciso também que o debate se faça através de evidências empíricas. Tenho certeza de que, daqui a alguns anos, tudo o que está sendo dito hoje poderá mudar. Neste sentido, o exemplo de Christopher Hill é absolutamente fantástico. Sua interpretação da Revolução Inglesa produzida em 1940 é desmontada por ele mesmo 40 anos depois: trata-se de um belíssimo exemplo do modo como trabalha um historiador.

*Como você mesma disse, há diversas passagens do livro de Jacob Gorender em que ele ataca os historiadores. Acho que isto revela uma falta de ética profissional e creio que as discussões entre correntes historiográficas e entre os historiadores estão tendendo para o lado pessoal. Gostaria de saber o que você pensa a este respeito.*

O tom da linguagem de Gorender não é o da falta de ética, mas sim o tom do debate militante. Este é o tom dos debates políticos entre militantes, sobretudo de uma certa tradição de militância. Por isto mesmo, prefiro trabalhar com os argumentos dele e não com a linguagem utilizada por ele. Não me importo de ser chamada de reacionária - uma escravista deslocada no tempo - por Gorender; com isto ele simplesmente desloca o problema. E este deslocamento é a questão fundamental: é disto que devemos tratar. Deslocar o problema desta maneira significa negar a possibilidade de discutir as diferenças, de empreender um debate no interior da esquerda. Se Gorender não me reconhece como parte da esquerda tudo fica mais simples: trata-se de uma luta até a vitória final, de derrotar um inimigo de classe. Em termos do mundo acadêmico em que vivemos, talvez cause um pouco de espanto o tom da crítica formulada por Gorender - por ser um tom altamente militante - e também o tom da resposta. Falas incisivas ou politizadas causam, em geral, um certo constrangimento em platéias acadêmicas. Não temos a prática deste tipo de debate. Mas acredito que eles são essenciais para o trabalho dos historiadores, pelo menos da maneira como concebo o trabalho dos historiadores. Este tipo de debate é muito pouco frequente em nossas universidades, mas é bastante presente em vários outros círculos acadêmicos por este mundo afora. Não se trata, de modo algum, de uma questão pessoal.

*Como você vê a presença de seu trabalho no livro de Gorender? Qual o papel desempenhado por novos temas na historiografia sobre a escravidão? Ou isto seria apenas uma viagem interessante, como alguém já disse aqui?*

Bem, meu trabalho está citado no livro de Gorender, em alguns capítulos específicos, aparece em várias notas de pé de página. Por outro lado, aparece também em outras partes do texto, quando Gorender se utiliza de alguns de meus argumentos sem citar as fontes. Oralmente é um tanto cansativo demonstrar este tipo de apropriação: é preciso comparar cuidadosamente passagens de texto, evidenciar os deslocamentos, etc.

Quanto à idéia de fazer uma "viagem" aos Campos dos Goitacazes, um convite que faço ao leitor de meu livro, trata-se de certo modo de um artifício de linguagem. O livro está estruturado em duas partes: na primeira discuto a questão do castigo físico exemplar e do papel desempenhado por um certo tipo de castigo na dominação dos senhores sobre os escravos: na segunda vou, literalmente, aos Campos dos Goitacazes, tentando apreender diferentes aspectos das experiências de senhores e escravos - no comércio de escravos e nas situações de compra e venda de escravos, nas situações de trabalho, de fuga, etc. De certo modo, são os temas clássicos da historiografia sobre a escravidão. Talvez o que espante tanto seja o fato de que estes temas vão sendo desconstruídos a partir de evidências documentais e sobretudo a partir da inserção da ótica escrava em relação a estes aspectos da escravidão. A documentação indica, por exemplo, a participação do escravo em seu próprio comércio: a compra e venda de um escravo não envolve apenas os senhores mas também o escravo que está sendo comercializado, pois trata-se de um comércio de homens e mulheres. Este é um dos elementos que me leva ao questionamento da tese da "coisificação" do escravo, por exemplo.

Com relação aos novos temas, acho que quanto mais temas, melhor. Mas não acredito que a questão da renovação historiográfica passe por uma diversificação de temas, mas sim por um modo de trabalhar. Até mesmo a maneira de nomear os temas é objeto de debates: trata-se de estudar as mulheres, ou estudar os gêneros, por exemplo? Estas são questões que atravessam toda a história social, com debates muitas vezes semelhantes ao existente hoje sobre a escravidão no Brasil.

*Antes de fazer minha pergunta, gostaria de fazer um pequeno relato. Como bisneta de um escravo e estudiosa da raça negra também, acho que a escravidão, no Brasil, continua mais marcante do que nunca. Temos o extermínio de crianças negras, as mulheres negras são esterilizadas. quando a polícia entra em um ônibus a procura de um ladrão, se houver um negro sentado ele será o primeiro a ser revistado; as cadeias estão lotadas de pessoas negras. Nós, da raça negra, sabemos muito bem que o Brasil é um país racista. Apesar deste país dever muito ao negro, ainda somos considerados marginais, minorias, tanto na área política quanto social. Não temos liberdade para entrar em certos lugares; ainda há lugares proibidos para o negro no Brasil. Infelizmente 90% dos historiadores brasileiros são brancos; os negros têm muito a dizer, mas não são aceitos. Dizem que a Princesa Isabel aboliu a escravidão, mas será que o 13 de maio é nosso dia*

*realmente? Venho de Ouro Preto, uma cidade onde o negro sofreu muito para construir aquelas igrejas e monumentos mas, recentemente, no 13 de maio de 1988, quando quisemos realizar uma passeata em Ouro Preto fomos reprimidos. É por isto que digo que o racismo ainda existe no Brasil. Por isto eu lhe pergunto: por que o negro ainda é minoria nas universidades? Por que o negro ainda é minoria na sociedade brasileira?*

De maneira simples, curta e direta, o negro não está nas universidades ou está nos trabalhos pior remunerados porque este é um país racista. Isto me parece absolutamente claro e a luta do movimento negro, a denúncia do racismo são extremamente importantes. Há um significado político enorme, de denúncia, quando o movimento negro afirma que a data do movimento não é o 13 de maio mas o 20 de novembro, opondo a concessão da Princesa à morte de Zumbi. Em termos de uma denúncia política posso até concordar com você sobre a continuidade da escravidão no Brasil e o mesmo poderia ser dito com relação à violência. A maior parte dos assalariados ganha tão pouco e são negros na maioria - são escravos do capital, de certo modo.

Contudo, historicamente falando, esta escravidão é bem diferente daquela do século XVIII, assim como esta última é diferente da do século XIX. Considero importante que o movimento negro discuta a força das formulações racistas do final do século XIX - e estou me referindo aqui a uma certa ideologia específica, que hierarquiza os homens e as sociedades com bases biológicas pretensamente científicas. Mas isto não quer dizer que o racismo tenha existido sempre. As formulações racistas da segunda metade do século XIX estão presentes na argumentação de vários grupos políticos deste período, inclusive naqueles que defendiam o final da escravidão e a importação de trabalhadores imigrantes. Estas concepções foram tão fortes neste período que acabaram influenciando até o próprio modo com que a historiografia entende a escravidão. É por isso que enxergar os escravos como sujeitos históricos é algo difícil hoje em dia. É por isso que discutir estas questões, discutir concepções que nos pareçam absolutamente naturais e inquestionáveis é algo importante a ser feito - e acredito que isto contribua para a luta contra o racismo no Brasil.

Dou um exemplo. Quando o movimento negro hoje em dia fala de suas raízes africanas, valorizando estas raízes na maneira de vestir, por exemplo, está utilizando um instrumento de grande força política. Mas, em geral, trata-se da valorização da cultura iorubá, que é predominante na Bahia. Na região centro-sul, a partir do século XIX, a cultura escrava era predominantemente banto, não

iorubá. Entendo que em função da denúncia política se possa lançar mão de certas simplificações, mas acredito que seja importante recuperar as especificidades, as diferenças, os contrastes, sobretudo quando se trata de fazer história. Caso contrário estaremos homogeneizando tudo. E podemos tirar lições destas historicidades, aprender com os escravos como eles lutavam contra a dominação em uma situação extrema como a da escravidão. Isto pode tornar a luta contra o racismo neste país mais forte, podemos fazer com que a luta contra o racismo não seja somente uma luta dos negros mas de todas as pessoas. Independentemente da cor da pele.

*Fiquei com a impressão de que, em sua opinião, o trabalho historiográfico que não recorre aos arquivos fica desmerecido. Qual a relação entre fontes primárias e secundárias? As duas não seriam necessárias para o trabalho do historiador? Em segundo lugar, gostaria que você retomasse algumas questões colocadas por Sidney Chalhoub com relação ao debate ocorrido em 1988 sobre os significados do 13 de maio para os escravos. Se em 1988 houve todo um debate sobre comemorar o 13 de maio ou o 20 de novembro, isto quer dizer que nada mudou?*

Há diferentes formas de se conceber o trabalho historiográfico. Há historiadores que trabalham apenas com textos publicados, há outros cujo trabalho é analisar a produção historiográfica. Estou simplesmente dizendo que eu não consigo fazer crítica historiográfica sem discutir a documentação, ao mesmo tempo. Não sei fazer história sem ir aos arquivos, sem o diálogo com as evidências: sem isto, para mim não há produção do conhecimento histórico, não há teoria histórica, conceitos históricos. Esta é uma concepção de história; há várias outras. A qualidade dos trabalhos em história não é medida pela concepção de história de seus autores, mas pelos resultados que eles apresentam, em vários níveis. Exatamente por isto devemos ler todos os textos sobre um determinado assunto que nos propomos a estudar. Não podemos fazer uma classificação "a priori" e ler apenas os autores deste ou daquele grupo. Muitas vezes podemos encontrar em certos textos qualidades que o debate historiográfico apagou ou esqueceu. Eu gosto de ir aos arquivos e acredito que esta é uma maneira produtiva e conseqüente de fazer história. O que não quer dizer que não existam excelentes textos de história feitos de outra maneira.

Quanto a sua segunda pergunta, não sei se posso responder pelo Sidney. Mas o que ele afirma é que houve escravos que comemoraram a libertação em 13 de maio de 1988. Isto não quer dizer simplesmente que estes escravos estavam enganados em relação ao significado da abolição promulgada pela Princesinha. O que ele propõe é que se discuta o processo histórico que levou à lei de 13 de maio e que se inclua neste processo os diferentes significados de liberdade para os escravos naquela época. Retomar a complexidade deste processo histórico, perceber estes outros significados das liberdade não quer dizer que nada tenha mudado.

Há tradições de luta que precisam ser recuperadas. A luta dos escravos pela liberdade tinha um profundo sentido de luta pela terra. Hoje no Brasil, há uma série enorme de lutas pela terra: basta abrir um jornal para ver quantos líderes dos sem terra, camponeses, que são assassinados; nas cidades temos as lutas dos sem teto, etc. A luta pela terra foi algo extremamente importante nas lutas escravas do século XIX. Reid Andrews, por exemplo, ao analisar o momento da abolição em São Paulo aponta para o fato de que os cafeicultores preferiam contratar imigrantes porque estes impunham menos condições para trabalhar que os antigos escravos. A afirmação da liberdade para os ex-escravos passava por não deixar que suas mulheres e filhos fizesse parte do contrato de trabalho, por exemplo - algo que não aparecia quando o contrato era feito com imigrantes. Estas questões podem levar a uma outra leitura do processo da abolição. Estas tradições de lutas dos escravos precisam ser retomadas, e estão presentes em muitos dos movimentos sociais de hoje.

Infelizmente temos o mau hábito de separar a história do trabalho no Brasil da história da escravidão. Mas o escravo foi o primeiro trabalhador neste país: a história dos trabalhadores no Brasil começa com a história da escravidão, com a escravização dos africanos e sua transformação em trabalhadores escravos. Retomar estas tradições de luta é algo importante não apenas em termos da história como também da política. Talvez isto não apenas contribua para as lutas dos movimentos sociais de hoje mas possa fazer com que, aprendendo a ouvir estas tradições, a esquerda neste país também mude.

## DOSSIÊ

### A ESCRAVIDÃO REABILITADA

*Jacob Gorender*

Agradeço o convite feito pelo Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto para tomar parte nesta semana de conferências sobre temas da História Brasileira, entregues à responsabilidade de historiadores competentes, cuja companhia me honra. Agradeço as palavras do Prof. Carlos Fico, em particular a lembrança que aqui faz; já não é a primeira vez que eu tenho o prazer intelectual de falar neste auditório de Mariana.

O tema, que abordarei, é obviamente polêmico, como tudo que faz parte da ciência é polêmico. Não pode haver numa ciência nada que se imponha pela autoridade e que não seja suscetível de discussões dentro de cânones metodológicos. Quero aqui observar - antes de entrar propriamente na parte que me toca - que nesses últimos tempos, digamos, nesses últimos vinte anos, tem havido, em escala mundial, - tomando o nosso mundo ocidental, ao menos, como ponto de referência - o que eu chamaria de historiografia das reabilitações. Podemos lembrar que ainda há poucos anos, em 89, quando se comemorou o Bicentenário da Revolução Francesa, foi abundante a produção historiográfica que veio a público, negando a significação antes atribuída à Revolução Francesa, ou mesmo que tivesse havido uma Revolução Francesa. Há toda uma historiografia que se empenha em provar que revoluções são algo pertencente ao mundo do imaginário, são criações ideológicas. A literatura negadora da Revolução Francesa, trouxe a reabilitação da monarquia francesa, a monarquia dos Bourbons. Por conseguinte, o que se chamou de Revolução Francesa teria sido uma série de episódios *tresloucados* que perturbou o processo dito normal de evolução da sociedade francesa. Alegou-se que, sob inclusive no reinado de os Bourbons, Luís XVI, a França estava progredindo, estava realizando a centralização administrativa. Se não fosse a revolução - a Revolução Francesa com seus Robespierre, Danton e outros *tresloucados* -, a França teria se desenvolvido muito mais no século XIX e

seria mais depressa uma grande potência industrial. Então, o que perturbou o desenvolvimento da nação francesa foi exatamente o infeliz episódio chamado de revolução francesa. Dever-se-ia homenagear a monarquia dos Bourbons, reabilitá-la ao invés de festejar o mito revolucionário.

Reabilita-se também a Inquisição. Toda uma literatura historiográfica demonstra que a Inquisição não foi tão cruel assim. Afinal de contas, quantos morreram nas fogueiras, nos autos da fé; vai se verificar, por exemplo, que foram 2 ou 3 por ano. O que é isso? Não é muita coisa. Afinal de contas, nos episódios das guerras e repressões do mundo atual, morrem milhões. Evidentemente, na contabilidade da inquisição não se leva em conta aqueles que morreram nas prisões, aqueles que enlouqueceram, aqueles que se tornaram - ao serem libertos - mendigos ou pessoas desclassificadas, os parentes atingidos e envolvidos. Ou seja, todas as repercussões e conseqüências da repressão feita pela Inquisição. Só se toma um dado; aqueles que morreram nas fogueiras. E mesmo esse dado, por ser 3 ou 4 por ano, nem por isso deixa de ser significativo. É, afinal de contas, algo sem interesse diante do qual a gente deva ser neutro, o fato de que uma pessoa venha morrer, queimada viva, porque é acusada de heresia, de judaísmo ou de algum outro pecado? A reabilitação da Inquisição, como esclarece Anita Novinsky, se insere na grande onda de reabilitações historiográficas reacionárias.

Atualmente há toda uma literatura, na França, na Alemanha e numerosos outros países, de reabilitação do nazismo. Houve mesmo, na Alemanha, uma clamada discussão entre historiadores, que envolveu também, cientistas sociais de outras áreas, filósofos e políticos, em torno da questão do nazismo. O ponto inicial foi um artigo do historiador Ernster Nolte em que ele justificou o massacre nos campos de concentração como um ato de defesa da nação alemã contra o bolchevismo. Nolte lembrou o massacre dos indígenas, aqui nas Américas, de negros nas Áfricas, para justificar o massacre nos campos de concentração que continuaram até quase o fim, ou até quase o momento da derrota completa do nazismo, como ato de defesa da nação alemã contra a agressão judaica e o que seria o domínio dos russos com toda sua crueldade. Há os que vão além e negam a existência de campos de concentração, e de câmaras de gás. Tudo isso seria uma mentira, uma invenção da literatura historiográfica sionista ou de anti-alemães. É claro que tudo isso tem sido devidamente respondido. O historiador francês Pierre Vidal Nacquet, muito apropriadamente chamou esses reabilitadores do nazismo de assassinos da memória.

Agora, na Ex-União Soviética, há uma historiografia de reabilitação do czarismo, do antigo regime czarista, que, segundo alguns, se tivesse prosseguido, se não tivesse sido extinto pela revolução de 1917 teria feito da Rússia uma nação próspera e feliz. Teria evitado que o país caísse hoje numa tremenda crise política, econômica, moral, enfim, numa crise global. Em primeiro lugar, a falência do socialismo de Estado não justifica a conclusão sobre a morte do socialismo marxista. O próprio socialismo, com suas terríveis contradições, recolocará a alternativa do projeto socialista perante a humanidade. Em segundo lugar, o czarismo não é reabilitado por uma historiografia séria, porém pela mais exacerbada paixão nacionalista, pela romantização do expansionismo russo.

Acrescentar mais um tipo de reabilitação, já em curso, e que, certamente, florescerá no ano próximo: a reabilitação da colonização ibérica no continente americano. O ano de 1992 assinalará o quinto centenário da chamada Descoberta da América, da chegada das naves comandadas por Cristóvão Colombo à Ilha de São Domingos, no Caribe. Uma série de eventos estão sendo preparados na Espanha, cuja coroa patrocinou esta viagem. E também em Portugal, pioneiro das viagens transatlânticas e um dos principais colonizadores do continente americano. Em particular, obviamente, do nosso país. Já contra esse tom triunfal da chamada descoberta das Américas se pronunciam diversas instituições no nosso continente, mudando o sinal das comemorações. Não se pode falar em descoberta de um continente, como se nesse continente não existissem povos que já aqui viviam há várias dezenas de milhares de anos, e que em algumas partes das Américas já tinham construído sociedades com adiantado grau de vida material e cultural. Ao invés de pacífico encontro de culturas, e chegada dos europeus às Américas, prosseguindo o que o próprio Colombo iniciou, trouxe o massacre das populações indígenas de nosso continente. Tanto da faixa andina e da América Central, como do Caribe e da América do Norte. Bem como aqui no Brasil - desse território que os colonizadores batizaram de Brasil - e onde se instituiu uma colônia submetida a de Portugal. Ademais, os efeitos dessa colonização, dessa invasão do continente americano pelos europeus, não se limitou as populações aborígenes, mas também repercutiu de maneira duríssima entre os povos africanos, que serviram de viveiro para fornecer os escravos trazidos à força ao nosso continente para produzir açúcar, algodão, tabaco, café, de ouro, e diamantes.

Aqui, o meu propósito, é o de localizar uma específica reabilitação que é a brasileira, objeto, como vocês sabem, de um livro que eu escrevi e publicado pela editora Ática, o ano passado. Trata-se da reabilitação da escravidão.

Historiadores de status universitário, imprimiram as suas pesquisas um direcionamento ideológico e, nesse sentido, é impossível deixar de fazer observações críticas. Tem se batido muito, no caráter consensual da escravidão. Quer dizer, a escravidão não teria sido o resultado de uma violência, de uma compulsão que faria do homem o escravo. Não teria sido uma violência organizada e sistematizada, que tinha apoio legal e se exercia como qualquer violência pela força, mas teria sido aceita pelos escravos. Por conseguinte, o contrário da violência. Nesse particular, as vias de aceitação podiam ser o patriarcalismo ou a hegemonia senhorial que os escravos aprovavam e à qual eles se subordinavam.

A visão patriarcalista da escravidão obviamente não é nova. Aqui mesmo em nosso país, ela já vem de muito tempo atrás e teve um expoente de ressonância mundial. Justamente Gilberto Freyre, cuja principal obra - *Casa Grande e Senzala* - foi escrita na década de 30. Antropólogo, sociólogo, historiador, a contribuição de Gilberto Freyre à ciência social brasileira não é por mim, de modo algum, subestimada, nem, de maneira alguma, desaconselhada a leitura de seus livros. Ao contrário, eu considero fundamental sejam lidos. Além do que ele é um grande escritor, do ponto de vista estritamente literário. Mas é inegável que a orientação ideológica de Gilberto Freyre produziu um efeito prejudicial na qualidade das suas obras. É dele a concepção da escravidão patriarcal, a visão da escravidão como uma sociedade dominada pela família patriarcal que abriga - de homens livres e de escravos, e hierarquizados mas também solidários e mesmo irmanados. Não devo, no princípio, entrar em detalhes para mostrar que isso era falso, porque a própria obra de Gilberto Freyre - *Casa Grande e Senzala* - é uma obra que, podia se resumir, à primeira parte do título, a Casa Grande. Da Senzala ele fala muito pouco. A Senzala é vista da janela da Casa Grande. Ele não penetra no interior da Senzala, não tem muita coisa a dizer do que acontecia dentro dela. É mais o mundo da Casa Grande com seus escravos, principalmente domésticos, é esse o mundo que ele estuda. E daí, a visão que extrai de uma escravidão benigna, benevolente, doce, o objetivo que ele repete muitas vezes, e que seria favorável aos próprios escravos.

A idéia da escravidão patriarcal foi modernizada por um historiador norte-americano, Eugene Genovese, autor de uma obra monumental, intitulada em inglês *Roll, Jordan, Roll*, já traduzida em nossa língua como *A Terra Prometida*. Uma obra que consubstancia enorme pesquisa e também é fundamental para quem quer conhecer a escravidão nos Estados Unidos. Todavia, é inegável que Genovese tornou como arquétipo a obra de Gilberto Freyre. De certo modo, o livro de

Genovese é a "Casa Grande e Senzala" dos Estados Unidos. Sendo que Genovese dá muito mais importância, tem muito mais pesquisas sobre o trabalho dos escravos do que Gilberto Freyre.

Não obstante, a idéia central de Genovese é a da hegemonia dos senhores sobre os escravos. Hegemonia é um conceito explicitamente extraído do pensador marxista italiano Antônio Gramsci. Que significa hegemonia? Significa a direção consensual de uma classe dominante uma classe dirigente que o é pela aceitação da classe subalterna. Os senhores queriam a direção dos escravos de maneira consensual. Isso se faria pela lei, pela religião, sobretudo pelo tratamento patriarcal que permitia aos escravos obter concessões consolidadas pelo costume e pelas praxes da sociedade escravista.

A idéia da escravidão hegemônica é suscetível de muitas críticas. Já foi analisado por autores norte americanos, que se contrapõem a esta visão patriarcalista de Genovese. Visão que pode ser refutada desde autores que escreveram antes de Genovese, como Kenneth Stampp, com sua magnífica obra sobre a Instituição peculiar que foi a escravidão nos Estados Unidos. Uma obra que, apesar dos anos, continua clássica até hoje. Até autores mais recentes como John Blassingame, Paul A. David e outros.

O conceito de hegemonia é funcional, do ponto de vista teórico, em nossa sociedade burguesa. Mas é inaplicável - em minha opinião - na sociedade escravista. Ali, nesta sociedade, na sociedade colonial escravista, o meio de dominação fundamental não é o consenso, é a violência e violência sistematizada, praticada ou latente ameaça de violência. É isso que mantém a submissão dos escravos no dia-a-dia, no cotidiano repetido continuamente. Não é que não exista patriarcalismo, certa dose de patriarcalismo existe. Não se pode negar tampouco que os senhores faziam concessões aos escravos, dentro dos limites das conjunturas, de suas situações individuais etc. Que, pelo costume, os escravos adotavam um limite de tolerância e os senhores não ignoravam os riscos de ultrapassá-lo. Porém nada disso invalidava a objetivação do escravo enquanto mercadoria e a instabilidade de qualquer melhora individual porventura alcançada.

Dois autores americanos, Fogel e Engerman, na obra *Time on the cross*, acentuaram que a escravidão foi rentável, e, por isso mesmo, ela permitia oferecer aos escravos perspectivas de melhoras de condições de vida, que os mantinham ativos e os convenciam a "concordar" com sua situação de escravos. Existem provas convincentes de que a escravidão era rentável, o que variava com as

conjunturas. Contrariamente à tese de historiadores, inclusive de historiadores da escola paulista, os quais enfatizam que a escravidão era uma questão de status, de tradição, na linha de raciocínio weberiano. Por conseguinte, não era uma instituição racional e rentável. Tem sido demonstrado que a escravidão durante séculos foi rentável. Forneceu excedentes, que davam aos senhores a possibilidade de viverem como senhores. Em condições de luxo para os termos da época, e ainda fazer uma acumulação de riquezas, que permitia expandir a própria escravidão. Mas esta rentabilidade não repercutia no nível de vida dos escravos, nem os fazia concordar com a escravidão. Porque, Fogel e Engerman, com a sua argumentação baseada na teoria econômica neoclássica, afirmam que os escravos produziam o suficiente para dar o lucro aos senhores e gozar de um bom padrão de vida, sob a forma de alimentação farta, de habitação e a satisfação de outras necessidades materiais, o que equivaleria a um salário elevado, mais alto até do que o recebido pelos operários livres das Inglaterra. Só que, dizem eles: para isso era preciso usar da violência, coagir os escravos a trabalhar em excesso, acima do que pudessem tolerar. Trata-se de uma incoerência, porque, segundo a teoria neoclássica, cada fator de produção se ajusta às necessidades da atividade produtiva, espontaneamente, induzido pelo mecanismo do próprio mercado e não sob coação externa. O dono do capital utiliza o capital até o ponto em que ele é lucrativo; quando deixa de ser lucrativo, então a utilização diminui, se transfere para um setor que é mais lucrativo. Isso o próprio mercado faz. Então, como é que os escravos deviam ser forçados pela violência a produzirem de maneira satisfatória? É que aí a teoria marginalista neoclássica não pode explicar esse fenômeno. A rentabilidade, reconhecem Fogel e Engerman, é obtida pela violência e não pelo consenso.

Eu não preciso aqui citar autores brasileiros seguidores de linha semelhante. Não queria polemizar com eles, porque não estão presentes, e, afinal de contas, o que eu tinha de dizer sobre eles, já o disse, com todas as letras e dando os nomes de cada um e das suas obras, no livro *A Escravidão Reabilitada*. Quero, entretanto, prosseguir, mostrando ainda outros aspectos. Vejamos a questão da coisificação do escravo. A palavra coisificação, em certa literatura historiográfica sobre a escravidão, se tornou um palavrão, um nome feio, que não se pode usar senão entre aspas depreciativas. Dizer que havia coisificação do escravo - escrevem alguns autores - é o mesmo que afirmar que, de fato, eles eram coisas. Ora, eu acho que isso constitui um exagero inaceitável.

Qual é o grão de razão? Eu admito que alguns autores, nos anos 50 e 60 em particular, ao refutar as teses de Gilberto Freyre, se excederam e falaram na coisificação do escravo como coisificação subjetiva e como fato geral. Não só a coisificação do escravo era até subjetiva como era um fato geral. Os escravos se viam a si próprios como coisas. Isso era geral, e por isso eles não tinham efetividade histórica. Eles eram, como disse um autor, e nesse caso me permitam citá-lo, o senador Fernando Henrique Cardoso, eles, os escravos, eram testemunhas mudas da história. Outro autor, também muito conhecido e que eu respeito, Clóvis Moura, escreveu que só os escravos, que fugiam e participavam de quilombos, eram escravos que combatiam o regime escravista. Os outros, os que ficavam no trabalho, que não iam para quilombos, que não se insurgiam, consolidaram o regime escravista. Eram coniventes com ele. Ambas as posições me parecem extremadas e inaceitáveis. Não aceito que a coisificação subjetiva fosse um fato geral. Podia ser um fato singular, um caso limite, de pouquíssimos escravos, até assumindo formas patológicas. Mas o fato geral não era o da coisificação subjetiva. O escravo como pessoa, como subjetividade não aceitava a escravidão. Era obrigado a se adaptar a ela, porém não a aceitava. E demonstrava isso, não só fugindo, não só participando de quilombos, de insurreições, do que a maioria não participou, mas na vida cotidiana, como mau trabalhador, como sabotador do trabalho, como um trabalhador que exigia um alto custo de vigilância. Calculada evidentemente como coeficiente do custo geral da produção.

Se a coisificação subjetiva constitui um caso-limite muito raro, já a coisificação social era geral. Porque, recusar que havia coisificação social, na minha opinião, é recusar que havia escravidão. Do ponto de vista social, o escravo era uma coisa, uma mercadoria. Assim dizia a lei. Podia ser comprado e vendido como qualquer mercadoria, alugado, hipotecado, seqüestrado e, portanto, penhorado, e assim por diante. Todas as operações, de que são suscetíveis as mercadorias, incidiam sobre os escravos. Então, ele era coisa, do ponto de vista social, vejam bem. Evidentemente, se se nega isto, o que se tem em vista é algum outro regime que não a escravidão. O escravo era um sujeito, tinha subjetividade, podia reagir ao senhor, seja pela insubordinação, pela astúcia, ou pela violência, ou mesmo em alguns casos - pela negociação. Isso não deixava de fazer com que, então socialmente, ele fosse uma coisa. Como, de fato, era, no sentido de que era mercadoria, que o senhor tanto podia comprar, vender, alugar etc. Não se pode negar a coisificação social do escravo, porque assim se nega o próprio fato da escravidão. E não se pode também, a meu ver, enfatizar a escravidão como um regime legalista em que a lei era respeitada, cumprida à risca. Por conseguinte, a

escravidão assumiria um aspecto contratual, como é o trabalho assalariado no mundo capitalista, subordinado a contratos individuais ou coletivos de trabalho, regidos pela lei e discutidos muitas vezes nos tribunais. Esse legalismo, no caso brasileiro, recebeu uma influência muito grande das obras de Edward Thompson, grande historiador inglês, que, exatamente, enfatizou a importância da luta pelo cumprimento da lei na trajetória do movimento operário na Inglaterra. Mas, sem entrar em considerações sobre a obra de Thompson, porque eu não tenho credenciais para isso, penso que a crítica adequada a Thompson foi feita por um historiador inglês, também um grande historiador, Eric Hobsbawm, e por Perry Anderson. Mas o próprio Thompson observou que esse legalismo, com a submissão conseqüente da própria classe dominante à lei, e a importância que isto tem para as classes dominadas, esse legalismo era inaplicável a certas categorias de pessoas, que ele cita: os escravos e as crianças. Ambos são categorias tuteladas. Quando se apoiam em Thompson, os nossos legalistas, os nossos adeptos da escravidão legalista, não mencionam esta ressalva, omitem-na por completo. Então Thompson não pode servir de base de apoio para tal concepção.

Porque a escravidão não era contratual, não podia ser - não era um contrato entre o escravo e o senhor. O escravo era comprado contra a vontade dele. Em geral, capturado na África, a captura era obviamente um ato de coerção, de violência extrema, traumatizante, ao qual muitos sucumbiam. Mesmo aquele, que nascia escravo e se educava entre escravos, não aceitava estas condições, porque a própria vivência da escravidão e a visão do que era a liberdade usufruída pelos homens, que tinham direito a ela, incitavam o escravo a não se submeter à condição servil, a não aceitá-la, ao menos subjetivamente, e traduzir esta não aceitação em uma série de atos que podiam ser pequenos atos de insubordinação, de mau trabalhador e assim por diante, até os atos extremos de fuga, de atentados, etc.

Argumentar com os documentos de cartórios, nos quais estão registrados pleitos entre escravos e senhores, para formular a idéia da escravidão contratual, parece-me uma extrapolação excessiva. Estes documentos não provam que a escravidão fosse contratual, só porque alguns escravos puderam, em certas circunstâncias, chegar aos tribunais e pleitear alguns direitos que a lei lhes conferia e que supostamente teriam sido lesados. O número de escravos, que conseguia chegar aos tribunais era ínfimo. Demais o que se diz nesses documentos não é o que o escravo pensava. O escravo quase sempre era analfabeto e os requerimentos dos pleiteantes eram redigidos por advogados, rúbulas, escreventes ou pessoas que

se empenhavam na fidelidade à ideologia jurídica da época. Obviamente, a ideologia jurídica que legitimava a escravidão. O escravo devia pleitear diante do tribunal, já de antemão, antecipando que ele aceitava a escravidão como fato legítimo, pois, de outra maneira o tribunal não seria receptivo à argumentação. Neste caso, como em tantos outros, de alguns fatos, evidentes e documentados, está se tirando conclusões que extrapolam de longe a evidência comportada pelos próprios fatos.

Cito só um exemplo, extraído da obra de um desses historiadores. É o caso de um escravo que dispunha de um lote de terra concedido pelo seu senhor. Esse escravo certamente era um ótimo trabalhador, sabia aproveitar bem o seu tempo, teria ajuda, talvez, de sua mulher e filhos, prosperava com aquele lote, conseguia colheitas abundantes. A tal ponto que, para fazer a colheita do feijão e de outros gêneros, ele alugava jornaleiros, contratava homens livres para ajudá-lo na colheita. Então vocês vêem esse fato singularíssimo. Um escravo que era patrão de homens livres, que contratava homens livres para ajudá-lo na colheita, e os pagava com o jornal - como se dizia naquela época -, com um salário diário. Isso era compatível com a escravidão. A escravidão tinha elasticidade para admitir um fato dessa natureza. Mas esse escravo, nem por isso, deixava de ser escravo. Por que o que aconteceu? O senhor dele morreu e os herdeiros o venderam, resolveram vender o escravo. Ele perdeu aquela situação privilegiada. No processo, que se seguiu, ele reclamou o dinheiro auferido da venda da última colheita, que ele foi impedido de realizar, embora fizesse o plantio. Com efeito, o escravo foi ressarcido pelos herdeiros. Mas os documentos não dizem que tratamento ele recebeu de seu novo senhor. Mas podemos supor: ou que ele recebeu um tratamento igual ou que, ao contrário, o novo senhor o tratou de maneira completamente diversa. Quer dizer, a situação dele como escravo tornava o privilégio uma concessão sumamente instável. Com a morte do senhor, como eu disse, ele perdeu tudo isso. Se fosse um homem livre, obviamente não perderia.

O fato de escravos que comerciavam, escravos que tinham um pecúlio, que acumulavam certas quantias com o consentimento do senhor, ou às vezes sem o consentimento; escravos proprietários de escravos, porque isso se constata aqui no Brasil, embora com muito mais raridade do que na escravidão antiga em Roma, tudo isto era compatível com o sistema escravista. O sistema tinha certa elasticidade e admitia esses casos, na medida em que eles fossem casos marginais, quer dizer, em número reduzido. Porque, se fossem muito numerosos, o próprio caráter da escravidão seria afetado e mudado.

O grosso dos escravos trabalhava de sol a sol, longas e longas horas, jornadas que iam de madrugada até alta noite nas fazendas, produzindo os gêneros de exportação ou gêneros consumidos no mercado interno, ou então extraindo ouro e diamantes como foi o caso mais característico de Minas Gerais. Esse era um trabalho duríssimo, que consumiu a existência de muitíssimos escravos.

Vem a propósito uma outra questão, que se levanta no quadro, que eu estou aqui desenhando de maneira muito sumária. Refiro-me à questão da brecha camponesa, tese defendida particularmente no Brasil pelo historiador Ciro Cardoso. O fato de que escravos recebessem lotes de terra para cultivo e benefício próprio fez com que tais escravos fossem caracterizados como proto-camponeses como disse Sidney Mintz, estudando, em particular, o escravo das Antilhas. E daí veio a idéia de que esse tipo de atividade, de cultivo de um lote em benefício pessoal, constituísse uma brecha camponesa no sistema da escravidão. A meu ver, essa interpretação não é aceitável. O balanço historiográfico que eu pude fazer, no caso brasileiro, incluindo minhas próprias pesquisas, e apoiado o mais possível na historiografia de vários países das Américas, conduziu-me a conclusão que passo a expor.

Nos Estados Unidos esse fenômeno do lote individual para cultivo próprio não foi um fenômeno muito difundido. Ele existiu, porém não teve grande peso. Em geral os senhores alimentavam os escravos com alimentos que eles forneciam, com rações que eles forneciam, seja de terras cultivadas dentro das fazendas, seja pela compra de alimentos fora delas. Como o Oeste americano era um grande produtor de alimentos baratos, os escravistas do sul podiam comprá-los e fornecê-los aos seus escravos. Havia de fato, em certos casos, lotes, nos quais os escravos podiam cultivar alguma coisa para si próprios. Ou então praticar a caça, a pesca, atividades em seu próprio benefício. Mas isso teve um peso muito pequeno. Reconhece o próprio Genovese, que - no caso - é uma autoridade insuspeita.

Creio que, também no Brasil, se pode dizer algo de semelhante, embora o fenômeno tenha tido uma dimensão maior que nos Estados Unidos, particularmente na área do café. Não tanto na área do açúcar, um produto exigente de muito trabalho, durante quase o ano inteiro. Isto porque, logo depois da safra, da colheita da cana, da moagem e da produção do açúcar, se seguia o plantio, também muito trabalhoso. Tal acúmulo de trabalho compulsório, dava muito pouca margem para que o escravo tivesse tempo e energias a fim de cultivar o lote próprio, ao menos durante o ano inteiro.

Na área do algodão, atividade menos exigente, na área do café, o aproveitamento do lote próprio foi mais generalizado. Assim mesmo, de maneira instável, porque nas fases de alta cotação do produto, o senhor escravista tinha o interesse de obter o máximo de produção, o que o levava a restringir o tempo que o escravo podia dispor para cultivar o seu próprio lote, seja produzindo às vezes até produtos de exportação, como algodão e café, que eram comprados pelo senhor, seja produzindo gêneros alimentícios para consumo próprio, ou para venda no mercado interno.

Por conseguinte, o fenômeno não teve um peso que pudesse configurar um proto-campesinato ou uma brecha camponesa. Na minha opinião, na formação do campesinato brasileiro, o cultivo do lote próprio pelo escravo entra como um fator de reduzida significação se nós estudarmos a maneira como se formou o campesinato brasileiro, particularmente a partir do século XVIII, quando ele engrossa, e no decorrer do século XIX, sobretudo na segunda metade, quando a escravidão entra em declínio e vai se extinguir.

Onde a atividade dos escravos, nos seus lotes, teve uma difusão mais significativa, com um peso maior de fato, foi nas Antilhas, e isso é inegável. Por uma razão que se pode explicar. Muitas das ilhas das Antilhas são diminutas. Existem quatro ilhas que são chamadas de grandes Antilhas: Cuba, Porto Rico, Jamaica e São Domingos. As demais são as pequenas Antilhas. Basta dizer que todas as ilhas antilhanas reunidas totalizam um território menor do que o de Cuba, com 105.000 Km<sup>2</sup>. Então, vocês podem imaginar o que é Granada, o que é Aruba, o que é Trinidad, o que é Tobago, o que são estas ilhas, que em certo momento foram grandes produtoras de açúcar, porque todas elas só produziam isso praticamente como grande artigo de exportação. Com o açúcar tomando conta de quase tudo, se vinha um acidente como um furacão, uma inundação, as pequenas ilhas ficavam literalmente desprovidas de alimentos, dependentes de fornecimentos externos, dependentes de navios que trouxessem alimentos. Em consequência, a própria legislação das potências colonizadoras (da Espanha, França, Holanda, Inglaterra) estabeleceu que os escravos deviam, além do trabalho da produção de gêneros exportáveis, ter tempo para produzir gêneros de consumo, sobretudo os gêneros que fossem pouco afetados pelos furacões, como são o inhame, a mandioca e tubérculos em geral. E também para criar aves, pequenos animais e assim por diante. Os senhores procuravam facilitar aos escravos uma atividade regular nos seus lotes, porque, com isso, os próprios escravos tinham uma alimentação assegurada e podiam vender o excedente nos mercados à população livre.

Havia uma razão, digamos ecológica, que determinou que esse fenômeno do cultivo próprio dos escravos tivesse uma difusão e, uma estabilidade maiores nas Antilhas.

Assim mesmo, de maneira bastante relativa, porque, nas épocas de safra, a atenção dos proprietários se concentrava no açúcar, no café, no algodão. Enfim, naqueles cultivos de exportação. Em Cuba, depois que veio o auge do açúcar, depois das invasões da Inglaterra e da introdução de dezenas de milhares de escravos, os conucos - como eram chamados os lotes cultivados pelos escravos - quase desapareceram, porque o açúcar se tornou soberano absoluto. Só depois dos anos 40, após manifestações de aguda rebeldia dos escravos é que os donos, os plantadores, passaram a conceder o direito de plantio para benefício próprio aos escravos. Então, mesmo em Cuba, também se tratava de uma concessão sujeita a uma série de condições.

Oponho-me à tese da brecha camponesa, porque ela deu margem para que outros autores falassem de outras brechas, como a brecha assalariada. Esta última, no caso dos negros de ganho, que eram aqueles escravos que, nas cidades, andavam pelas ruas, não estavam sujeitos a uma vigilância estrita e contratavam serviços de transporte e outros serviços com terceiros. Também, aí não cabe falar em assalariados, porque se tratava de um escravo obrigado a entregar uma parte fixa de sua renda, do seu ganho, ao senhor, sob pena de castigo. O escravo não era um assalariado livre, que realiza o trabalho contratado e tem direito ao salário previamente estabelecido. O escravo primeiro tinha que pagar ao senhor uma certa quantia. E o que sobrasse, se sobrasse, era dele. A parte detida pelo escravo se destinava à sua alimentação, e às vezes, ao pagamento de sua moradia. Podia residir fora da casa do senhor, no caso de certas concessões. Também aí não se pode falar em brecha assalariada. Eu me permito aqui citar um dos oradores desse ciclo, o Prof. Luis Carlos Soares, numa recente reunião da ANPUH nacional, este ano, presidindo a mesa no dia em que eu fui conferencista. Com toda sua honestidade de competantíssimo historiador que é, autor já de uma obra muito importante e pioneira sobre a escravidão urbana, o professor Luis Carlos Soares reconheceu que, não mais defendia a tese da "brecha assalariada" como fizera antes. Argumentou que não cabia usar este conceito, uma vez que a escravidão tinha elasticidade ou flexibilidade para comportar variadas situações dos escravos, sem que eles deixassem de ser escravos, e sem que o sistema fosse atingido por essas variadas situações.

Em conclusão, falar em brechas só faz trazer confusões ao que não deve ser confundido.

Eu queria, por último, me referir, embora rapidamente, à questão da família escrava. Esta existia, em certos limites. Não se deve negar a existência da família escrava. O fato tem sido estudado, em particular, com relação a São Paulo. Mas também daí se vêm extraindo ilações descabidas, que descaracterizaram a escravidão como um fato baseado na violência, fundamentalmente favorável não aos escravos, mas aos senhores.

Como é claro, a questão da família escrava se estende a todos os aspectos de demografia da escravidão. Eu não vou aqui entrar em detalhes a respeito da questão, que será aliás, objeto de uma conferência amanhã do professor Douglas Libby. Eu só quero aqui dar a minha opinião à respeito dessa literatura, no sentido em que ela tem sido elaborada por diversos pesquisadores com o pressuposto da neutralidade do sistema escravista para a demografia da escravidão. A demografia da escravidão seria influída pelos sistemas de lactação, pelos sistemas alimentares, pelas origens étnicas ou regionais dos escravos, de costumes tais ou quais, de hábitos sexuais, mas nunca pelo sistema escravista. Este seria neutro para questões demográficas.

Ora, é inconcebível que o sistema escravista pudesse ser neutro para a demografia da escravidão. Não que o sistema determinasse todos os aspectos dessa demografia. Isso seria também um exagero, cair num outro extremo. A demografia, ou o desenvolvimento demográfico, os fenômenos demográficos, sofrem incidências de numerosas variáveis. Eu não vou aqui fazer uma dissertação sobre o assunto. Mas, me parece que, em qualquer formação social, o sistema econômico-social vigente é um fator decisivo da demografia, não pode deixar de ser, e no caso da escravidão isso é muito evidente por todos os estudos que queiram fazer a respeito dele. Negar que o sistema escravista, o modo de produção escravista colonial, como eu formulo, fosse neutro com relação aos fenômenos demográficos é, me parece, uma maneira também de reabilitar a escravidão. Com toda a evidência, esses procedimentos se prolongam no próprio estudo do processo abolicionista aqui no Brasil. De um lado, pretende-se negar completamente a luta abolicionista como um fato, um processo que teve uma importância muito grande em nosso país, ainda que o Brasil tenha sido o último país das Américas a eliminar a escravidão do seu território. Mesmo assim, a luta abolicionista conseguiu ao menos poupar o Brasil de uma geração de escravismo, e isso tem significação muito grande para todos os eventos posteriores. Porque, com mais uma geração de

escravismo, nós seríamos muito mais atrasados hoje do que já somos, com relação ao centro desenvolvido do sistema capitalista. Esse processo abolicionista teve uma importância muito grande. E, nele, ao meu ver, nós temos a participação dos escravos como força autônoma, como força que reagiu à opressão, nas circunstâncias de declínio do regime escravista da segunda metade do século XIX. E temos a vertente dos homens livres, que se empenharam também na extinção desse regime. Porque, enquanto a frente dos homens livres não se cindiu, as lutas dos escravos terminaram sufocadas, não conseguiram ganhar desdobramento. Nem mesmo o Quilombo dos Palmares, que durou quase um século, e depois foi irrepetível, porque nenhum quilombo assumiu as proporções nem a duração do Quilombo dos Palmares. Foi somente quando a frente dos homens livres se cindiu, ou seja, quando uma parte crescente dos homens livres aderiu à causa do abolicionismo é que a ação dos escravos, conjugada com a dos homens livres, levou ao apressamento da Abolição, à aceleração do tempo histórico em nosso país. Apesar disso, o Brasil foi o último país que aboliu, que eliminou a escravidão do seu território.

Termino a conferência afirmando que, de maneira alguma, pretendo que a metodologia marxista, tenha esgotado qualquer tema, inclusive o tema da escravidão brasileira. Não quero subestimar a contribuição, que podem dar novos procedimentos de pesquisa, a todos os campos da historiografia, em particular ao campo da escravidão. Seja a história chamada oral, seja a história das mentalidades, incluindo aí o imaginário, o simbólico, o saber popular, o folclórico, os estudos em que a história se apóia na Antropologia, sem se converter em Antropologia. Porque penso que a história é uma disciplina dotada de objetivo próprio, não devendo ser convertida numa espécie de Antropologia Histórica, em que um estudo de campo, ao invés de ser feito com populações vivas, é feito em arquivos. Mas a historiografia pode se apoiar na Antropologia, como se se apóia na demografia, como se apóia na sociologia, e como se apóia em todas as outras ciências sociais, ao mesmo tempo servindo de elo a todas elas. Nesse particular, é claro que certos campos especiais também precisam ser explorados, não podem ser subestimados como o são os campos da sexualidade, da família, da criança, da religião, das superstições, das crenças, enfim, de tudo isso que tem sido chamado de imaginário, de simbólico, que também faz parte da existência dos homens e sem o quê não existem sociedades.

O marxismo é infenso a estes procedimentos metodológicos e nem à extensão do campo de estudos da própria historiografia. Isso seria uma

interpretação própria de um marxista dogmático, a meu ver, errônea, equivocada, prejudicial ao próprio marxismo. Hoje, é sabido que a cotação do marxismo não é alta. A história do marxismo e dos estudos marxistas inevitavelmente sempre se ligaram às atividades práticas de partidos e correntes partidárias, correntes de idéias, correntes de ação que se inspiram na sua doutrina e que procuram transformar a vida social. E, nesse sentido, é claro, com os acontecimentos no Leste Europeu e em outras partes do mundo colocaram o marxismo em causa. Mas não se pode pôr em causa a contribuição de Marx à história das idéias. Isso quem diz não é um marxista como eu, mas é um adversário do marxismo, como Delfim Neto. As idéias do mundo de hoje são impensáveis, são incompreensíveis sem a contribuição de Marx, sem a sua visão da vida econômica, do capitalismo em particular, da sua crítica do capitalismo e a sua concepção filosófica e particular. Por mais que se seja adversário dele, e que se considere que ele foi um homem do século XIX que não podia prever os acontecimentos tão diferentes, tão diversos, dessa segunda metade do século XX. E, ainda há pouco, nada menos que o *Wall Street Journal* porta-voz da Bolsa de Nova Iorque, publicou um artigo afirmando que Marx não morre porque o Leste Europeu desmoronou, uma vez que muitas das suas idéias são perenes, estão assimiladas pelo próprio modo de vida do mundo capitalista. O diário nova-iorquino mencionou as reivindicações de Marx incorporadas à legislação trabalhista e faz de Marx um precursor da ecologia, porque no seu tempo, reclamou contra a sujeira do Rio Tamisa, poluído pelas indústrias e pelo sistema de canalização de esgotos. Por fim, argumenta o *Wall Street Journal* - argumento muito repetido - que, se não se pode culpar Cristo pelos crimes da Inquisição, não se pode culpar Marx pelos crimes do stalinismo e de outros ditadores do Leste Europeu.

Esta é uma argumentação mínima, porque na verdade nosso mundo intelectual, por menos que se queira, está impregnado de idéias cuja origem estão na obra de Marx. Mas, a obra de Marx não se cinge apenas a essas idéias. Com tudo isso que está acontecendo, o marxismo não é um capítulo já encerrado na história. Penso, tenho essa convicção, de que lhe caberá escrever outros capítulos, novos capítulos na história das idéias e na história concreta dos povos, neste final do século XX, ou já no século XXI.

O que não podemos é interpretar aquilo que o marxismo considera determinação como pré-determinação, como fatalidade, fazendo do marxismo uma doutrina que propõe uma trajetória fatal ou inevitável à humanidade, isto não é marxismo, é anti-marxista. E nem podemos exigir que o marxismo como ciência

escravismo, nós seríamos muito mais atrasados hoje do que já somos, com relação ao centro desenvolvido do sistema capitalista. Esse processo abolicionista teve uma importância muito grande. E, nele, ao meu ver, nós temos a participação dos escravos como força autônoma, como força que reagiu à opressão, nas circunstâncias de declínio do regime escravista da segunda metade do século XIX. E temos a vertente dos homens livres, que se empenharam também na extinção desse regime. Porque, enquanto a frente dos homens livres não se cindiu, as lutas dos escravos terminaram sufocadas, não conseguiram ganhar desdobramento. Nem mesmo o Quilombo dos Palmares, que durou quase um século, e depois foi irrepetível, porque nenhum quilombo assumiu as proporções nem a duração do Quilombo dos Palmares. Foi somente quando a frente dos homens livres se cindiu, ou seja, quando uma parte crescente dos homens livres aderiu à causa do abolicionismo é que a ação dos escravos, conjugada com a dos homens livres, levou ao apressamento da Abolição, à aceleração do tempo histórico em nosso país. Apesar disso, o Brasil foi o último país que aboliu, que eliminou a escravidão do seu território.

Termino a conferência afirmando que, de maneira alguma, pretendo que a metodologia marxista, tenha esgotado qualquer tema, inclusive o tema da escravidão brasileira. Não quero subestimar a contribuição, que podem dar novos procedimentos de pesquisa, a todos os campos da historiografia, em particular ao campo da escravidão. Seja a história chamada oral, seja a história das mentalidades, incluindo aí o imaginário, o simbólico, o saber popular, o folclórico, os estudos em que a história se apóia na Antropologia, sem se converter em Antropologia. Porque penso que a história é uma disciplina dotada de objetivo próprio, não devendo ser convertida numa espécie de Antropologia Histórica, em que um estudo de campo, ao invés de ser feito com populações vivas, é feito em arquivos. Mas a historiografia pode se apoiar na Antropologia, como se se apóia na demografia, como se apóia na sociologia, e como se apóia em todas as outras ciências sociais, ao mesmo tempo servindo de elo a todas elas. Nesse particular, é claro que certos campos especiais também precisam ser explorados, não podem ser subestimados como o são os campos da sexualidade, da família, da criança, da religião, das superstições, das crenças, enfim, de tudo isso que tem sido chamado de imaginário, de simbólico, que também faz parte da existência dos homens e sem o quê não existem sociedades.

O marxismo é infenso a estes procedimentos metodológicos e nem à extensão do campo de estudos da própria historiografia. Isso seria uma

interpretação própria de um marxista dogmático, a meu ver, errônea, equivocada, prejudicial ao próprio marxismo. Hoje, é sabido que a cotação do marxismo não é alta. A história do marxismo e dos estudos marxistas inevitavelmente sempre se ligaram às atividades práticas de partidos e correntes partidárias, correntes de idéias, correntes de ação que se inspiram na sua doutrina e que procuram transformar a vida social. E, nesse sentido, é claro, com os acontecimentos no Leste Europeu e em outras partes do mundo colocaram o marxismo em causa. Mas não se pode pôr em causa a contribuição de Marx à história das idéias. Isso quem diz não é um marxista como eu, mas é um adversário do marxismo, como Delfim Neto. As idéias do mundo de hoje são impensáveis, são incompreensíveis sem a contribuição de Marx, sem a sua visão da vida econômica, do capitalismo em particular, da sua crítica do capitalismo e a sua concepção filosófica e particular. Por mais que se seja adversário dele, e que se considere que ele foi um homem do século XIX que não podia prever os acontecimentos tão diferentes, tão diversos, dessa segunda metade do século XX. E, ainda há pouco, nada menos que o *Wall Street Journal* porta-voz da Bolsa de Nova Iorque, publicou um artigo afirmando que Marx não morre porque o Leste Europeu desmoronou, uma vez que muitas das suas idéias são perenes, estão assimiladas pelo próprio modo de vida do mundo capitalista. O diário nova-iorquino mencionou as reivindicações de Marx incorporadas à legislação trabalhista e faz de Marx um precursor da ecologia, porque no seu tempo, reclamou contra a sujeira do Rio Tamisa, poluído pelas indústrias e pelo sistema de canalização de esgotos. Por fim, argumenta o *Wall Street Journal* - argumento muito repetido - que, se não se pode culpar Cristo pelos crimes da Inquisição, não se pode culpar Marx pelos crimes do stalinismo e de outros ditadores do Leste Europeu.

Esta é uma argumentação mínima, porque na verdade nosso mundo intelectual, por menos que se queira, está impregnado de idéias cuja origem estão na obra de Marx. Mas, a obra de Marx não se cinge apenas a essas idéias. Com tudo isso que está acontecendo, o marxismo não é um capítulo já encerrado na história. Penso, tenho essa convicção, de que lhe caberá escrever outros capítulos, novos capítulos na história das idéias e na história concreta dos povos, neste final do século XX, ou já no século XXI.

O que não podemos é interpretar aquilo que o marxismo considera determinação como pré-determinação, como fatalidade, fazendo do marxismo uma doutrina que propõe uma trajetória fatal ou inevitável à humanidade, isto não é marxismo, é anti-marxista. E nem podemos exigir que o marxismo como ciência

seja onisciência. Isto é anticientífico. Toda ciência tem de se submeter à prova dos fatos. Se agora o marxismo é chamado à prova dos fatos, precisa ter a capacidade de interpretar esses fatos novos desses novos tempos. No caso do marxismo, sem dúvida alguma, renovar-se é indispensável para não se esterilizar. E, assim como se sucedeu em crises anteriores, embora esta seja a maior crise, ao que eu saiba, já sofrida pelo marxismo, é justamente nas épocas de crise que o marxismo mais floresceu. Estou convencido de que a crise atual será uma incitação ao novo florescimento do marxismo. Com isso eu encerro a minha conferência.

## DEBATE

*Eu queria fazer uma pergunta a propósito do marxismo, não sei se exclusivamente da escravidão, mas a propósito de algumas pretensões que aqueles historiadores que se postulam como alternativa teórica do marxismo, como alternativa do fazer histórico ao marxismo expresso notadamente diante das questões de uma história que fala pelos episódios da dimensão temporal do cotidiano; é bastante comum entre esses historiadores a abordagem desse fenômeno, os fenômenos mais episódicos do cotidiano. E, o que se vê, nem sempre é uma solução muito satisfatória do ponto de vista da articulação desses fenômenos com aquelas questões, vamos dizer, para simplificar, estruturas relacionadas à economia e assim por diante. Por outro lado, o marxismo, até aonde a gente pode perceber, nunca se debruçou, nunca se deteve especificamente sobre esses aspectos, pelo menos no que tange às correntes mais sólidas da historiografia de inspiração marxista. Hoje me parece que um dos desafios interessantes postos à frente do marxismo é justamente encontrar respostas de natureza teórica que busquem esta articulação entre os fenômenos de um cotidiano, de um nível mais episódico com aqueles fenômenos de natureza macroestrutural, econômicos, etc. O senhor teria, talvez, alguma reflexão sobre esse assunto?*

Sem dúvida. Eu penso que o cotidiano é uma dimensão da existência de todos os homens e mulheres, de todos os seres que fazem parte da humanidade. Todos nós o que se pode chamar de cotidiano. Ou seja, praticamos atos que repetimos regularmente ou com frequência. Atos indispensáveis à nossa sobrevivência, como, por exemplo, alimentar-se e dormir, e atos que dizem respeito ao trabalho, à profissão que exercemos, ao lazer, à diversão, etc. Que isso tem de importante para o historiador? Sem dúvida, estudar o cotidiano de cada

época nos dá uma visão do que é esta sociedade que tem aquele peculiar cotidiano. Que fazem, digamos, os homens e mulheres de um certo corte social, de certo segmento (afé preciso ver as coisas do ponto de vista da divisão da sociedade em classes sociais, da sua estratificação e assim por diante), que é que eles fazem quando acordam? Qual é a higiene das suas habitações? Como eles se alimentam? Qual é o trajeto que percorrem para ir ao trabalho? Como são tratados no trabalho? Quantas horas trabalham? Que tipos de doenças contraem através de sua vida? Qual é a sua expectativa de vida e como é que se dá sua morte? A morte também é uma dimensão obviamente inevitável da vida e deve ser estudada, como o fez, um dos historiadores das mentalidades mais importantes, Michel Vovelle, declaradamente marxista. Mas, essa visão do cotidiano, a meu ver, só tem importância historiográfica se for enfocada do ponto de vista da mudança. Quer dizer, dos processos que vão introduzindo mudanças no cotidiano, novos hábitos, novos procedimentos, novos comportamentos de tipo moral, novos relacionamentos que se impõem no cotidiano deste ou daquele segmento da sociedade. Isto é o que interessa para o historiador. A visão estática e meramente descritiva - na minha opinião - acaba no trivial, termina nivelando tudo e colocando todos os fenômenos do cotidiano no mesmo plano, como se eles tivessem a mesma importância. Não raro, a título de pesquisar o cotidiano, saímos da historiografia e fazemos reportagem, fazemos crônica, ou então, no melhor dos casos, antropologia. Uma reportagem pode ser até interessante para o leitor comum e se converte em "best seller". Porém, do ponto de vista historiográfico, de conhecimento da história e da trajetória histórica, que é o objetivo do estudo historiográfico, pouco representa. Mas, evidentemente, o cotidiano é uma dimensão que interessa ao historiador. Quanto a isso, estou de acordo.

*Tenho duas questões em relação ao que os conferencistas, Silvia Lara e Luiz Mott disseram aqui, em relação ao que foi colocado e que me deixou bastante em dúvida. Primeiro, a questão da violência que, segundo a Silvia Lara coloca que nos seus trabalhos, ocorre um certo anacronismo de usar o termo violência para determinadas situações históricas em que essa violência não era sentida dessa maneira, do presente, da maneira do presente, pelos seus agentes, pelas pessoas que viveram no momento. Luiz Mott, de alguma forma confirmou isso, falando que a escravidão não teria sido tão violenta assim, já que há em documentos que falam do tráfico, evidências de escravos, que preferiam ficar no Brasil do que na África subalimentados.*

*E também colocou a questão das famílias escravas. Ele enfatizou muito as tradições africanas de sexualidade - vamos dizer assim - e que a grande maioria dos escravos, viriam de regiões em que os casamentos eram poligâmicos, e que havia certos - vamos dizer assim - desvios sexuais para a moral cristã. Para a moral cristã, os escravos, de alguma forma, teriam uma sexualidade muito diferenciada. Ele acha que não deve ser sexualidade africana, mas sexualidades africanas, são várias. E enfatizou muito a questão da tradição, essa tradição, essa sexualidade como fator importante a ser levado em consideração quando se vai analisar - pelo menos foi essa a conclusão que tirei - a questão das famílias escravas, e não analisar apenas pelo âmbito do processo do plantio. Eu queria que o senhor falasse sobre isso.*

A respeito da questão da violência, eu já respondi à proposição da professora Silva Lara, no meu livro *A Escravidão Reabilitada*. Concordo que o que se chama violência é condicionado por situações sociais, por épocas históricas. O que uma forma de sociedade considera violência, uma outra sociedade pode não considerar. Para ser claro, eu me circunscrevo ao fenômeno da violência física e o defino como pressão e agressão física. Ao argumentar que se usa o termo violência de maneira imprópria para a escravidão, a Prof<sup>a</sup> Silvia Lara se baseia em pleitos judiciais - os próprios escravos reconheciam que o castigo a eles infligido era castigo justo, castigo que um pai aplicaria a um filho. Tais termos aparecem em alguns desses processos, que ela cita. Os próprios escravos aceitariam aqueles castigos não como violência, porém como processo normal pedagógico, por assim dizer, já que comparado a castigos aplicados por pais aos filhos. A argumentação foi por mim contestada com a seguinte contra-argumentação. A Prof<sup>a</sup> Lara se apóia em documentos que não foram escritos pelos escravos. Os escravos eram, no Brasil, quase todos analfabetos. O Censo de 1973 registrou mil e poucos escravos alfabetizados em todo o país. Ao contrário dos Estados Unidos, onde - se bem que a grande maioria fosse analfabeta - o número de alfabetizados chegava, ao final da escravidão, a cerca de 200 mil. Então, quem escrevia os documentos que reproduziam afirmações dos escravos? Não eram os escravos, pessoas familiarizadas com o mundo judicial: advogados ou rábulas, escrivães e outros que assumiam causas dos escravos. Causas, em geral, envolvendo questões financeiras. Eram pleitos que reclamavam pecúlios, direitos de herança, alforrias, cultivos de lotes de terra. Para isto, usavam de uma argumentação apropriada à instituição judiciária. Não se podia pleitear alguma coisa em favor do escravo, se não se partisse do princípio fundamental da legalidade e da legitimidade da própria escravidão. Quer dizer, o escravo tinha de reconhecer que a escravidão era legal e

legítima, de outra maneira o juiz não aceitaria nenhuma das suas alegações. Por consequência, o escravo devia aceitar que também o castigo se justificava. O escravo se queixava dos excessos por ventura praticados no ato do castigo, não do castigo como tal. Todavia, não se pode isentar a escravidão brasileira da violência, só porque em alguns pleitos os escravos reconheceram a legitimidade da escravidão e dos castigos físicos. E não se pode, tampouco, baseado apenas nesses documentos, afirmar que o fator coesivo fundamental da instituição escravista foi o consenso dos escravos e não a violência dos senhores. Penso que a Prof<sup>a</sup> Silvia Lara se filia à concepção legalista, contratual e consensual da escravidão. Evidentemente, ela tem todo o direito de ter esta concepção. Mas eu discordo frontalmente deste enfoque.

Quanto às famílias escravas, há estudos, em vários países, que mostram que não se deve pensar nessas famílias sob a ótica da família dos homens livres, os quais adotaram a moral cristã e se organizavam em famílias de tipo monogâmico. A moral cristã e a lei que se acoplava a ela obviamente proibiam a poligamia. Ainda que, como nós sabemos, nas sociedades cristãs, até hoje é admitido que o homem, particularmente, seja de fato polígamo, possa - além da família legal - ter outra família ou, pelo menos, relações sexuais e afetivas com mulheres diversas. Já as famílias escravas, obviamente, procuravam se organizar segundo tradições africanas. Mas elas enfrentavam, sobretudo no Brasil e em outros países, o desequilíbrio entre sexos peculiar à da escravidão brasileira (isto é, um forte desequilíbrio em favor dos homens: 2/3 ou 3/4 de homem para uma mulher, enquanto durou o tráfico africano). Esse desequilíbrio entre os sexos impedia justamente o que era característico de famílias africanas em muitas etnias africanas, ou seja, a poligamia ou a poliginia. A poliginia era dificilmente praticável nessas circunstâncias, quando as mulheres existiam em quantidade muito inferior à dos homens. Mais comum seria o que se poderia considerar uma poliandria, se a relação com dois ou mais homens tinha certa estabilidade: uma mulher com três ou quatro homens, com os quais ela regularmente teria intercuro sexual. Demais estou convencido de que a escravidão sempre existiu com promiscuidade sexual, promiscuidade no sentido literal da palavra. Ou seja, relações sexuais que não estão reguladas por normas e que se produzem ao acaso dos encontros entre os variados parceiros, irregulares e, portanto, promíscuos. Toda a escravidão tem certo grau de promiscuidade. E não vão nos dizer que foi por hábitos africanos que, no Brasil, existia um intercuro sexual das escravas com escravos libertos e homens livres, sobretudo os senhores, os filhos dos senhores, os feitores, os homens livres do estabelecimento escravista, de maneira promíscua. Não foi por

costumes africanos, foi por causa da escravidão. Também aqui, certos historiadores querem fazer da escravidão, do sistema escravista, algo neutro que nada tem que ver com a sexualidade. Tudo mais tem que ver, mas não a escravidão! Isso é falso, isso é completamente falso. E, justamente, uma historiadora - que nesse caso é insuspeita, porque ela é um dos expoentes da visão patriarcalista ou neopatriarcalista da escravidão brasileira, a Professora Kátia Matoso -, estudando a escravidão em Salvador, pois observou e disse com todas as letras: raríssimas eram as famílias escravas, raríssimas! Em Salvador, que tinha um dos maiores contingentes de escravos das cidades brasileiras, muito raramente os filhos de escravas eram registrados com o nome do pai, porque o nome do pai quase sempre era desconhecido. E é o caso de perguntar: como é que o escravo se gerou? Por via de um relacionamento promíscuo! E, em muitos casos, os escravos, os pequenos escravos, já com 10 anos, não têm nem pai - porque já não sabiam quem era -, e nem mãe - porque a mãe já tinha sido vendida ou, algumas vezes, falecida. Em casos comuns, observa ainda Kátia Matoso, se constata comunidades masculinas, em que só há homens. Porque as escravas eram sobretudo escravas domésticas. Os homens, muitas vezes, eram escravos de ganho, negros de ganho, que podiam viver fora da casa do senhor. Então, eles não viviam em família, porque não a tinham, e viviam em casas ou em porões, ou em quantos, amontoados, 10, 15 homens, constituindo uma comunidade, porque não tinham famílias.

E isso era fruto de quê? De tradição africana? Era tradição africana o homem ficar solitário? Ao contrário, a tradição africana era da poliginia. Então, isso constituía fruto do sistema escravista, que não se pode considerar neutro também para o fenômeno da família e da sexualidade dos escravos.

*Gostaria de levantar algumas questões que foram colocadas ontem na palestra da Prof<sup>a</sup> Silvia Hunold Lara que dizem respeito ao trabalho do senhor. Inicialmente ela mencionou, sem se estender sobre o assunto, que haveria uma identificação entre suas obras e as correntes estruturalistas. A afirmação é precedente? Haveria esta proximidade?*

*Em outro ponto da conferência a autora - e aqui eu gostaria de me desculpar por insistir no cotejo entre as duas exposições, mas como o objetivo do seminário é justamente o de estimular o debate em torno da escravidão, julgo que são forçadas as referências aos debates anteriormente havidos - aponta, sobretudo*

*na obra *Escravidão Reabilitada* uma certa negligência no tratamento das fontes primárias o que enfraqueceria muitas das conclusões da obra citada. No mesmo sentido, Silvia Lara considera que as afirmações feitas tem como apoio a documentação primária já utilizada em fontes bibliográficas. Tal fato teria sérias implicações metodológicas, sempre na visão da autora, que afirma que a teoria só pode ser constituída a partir da pesquisa nos arquivos, que o historiador deve ouvir os arquivos, ouvir a documentação. E, só aí a gente pode construir a teoria.*

A primeira afirmação a respeito da proximidade do que eu escrevi com o estruturalismo é uma opinião. Quem a tiver, que a defenda. Mas, eu penso que não sou estruturalista no sentido da escola de Louis Althusser, se é isso o que a Professora Lara tem em vista. Ao contrário, Louis Althusser eliminou o sujeito da história. Quer dizer, a história, a vida social seria um sistema que tem sua lógica, suas leis, mas não tem sujeito. Quer dizer, não possui um agente com vontade própria que interfira nesse sistema, tal como ele propõe. Eu não tenho, de modo algum, esse ponto de vista, esse enfoque, e, tanto em *O Escravismo Colonial* como em *A Escravidão Reabilitada*, faço a crítica circunstanciada de Althusser. Apesar disso, quem achar que, mesmo com essas críticas, eu continuo próximo de Althusser, deve argumentar e demonstrar. Como não ouvi a conferência da Prof<sup>a</sup> Silvia Lara, não sei em que ela se baseia para fazer essa afirmação. Não tenho como abordá-la.

A outra afirmação, a respeito de fontes. Quando eu escrevi *O Escravismo Colonial*, pelo próprio teor da obra (já não quero falar das circunstâncias pessoais em que me encontrava para poder fazer a pesquisa e finalmente redigir aquele livro), mas, pelo próprio teor da obra, eu não teria como avançar em pesquisas de arquivo, porque se trata de uma obra que pretende uma visão global da escravidão. Agora, dizer que, por isso, ela é uma obra apoiada em fontes secundárias, não é verdade. Está claro que eu cito fontes secundárias. E, muitos historiadores, senão quase todos, também se apóiam em fontes secundárias. Não se apoiar em trabalhos de outros historiadores seria o mesmo que todo historiador querer ser o marco zero da história, o iniciador do próprio trabalho historiográfico. Toda ciência se apóia no trabalho de pesquisadores anteriores, que conquistaram um espaço considerado válido. É a partir daí que o pesquisador segue em frente, e, na sua pesquisa, ele pode tanto comprovar o que antes foi conquistado no terreno do conhecimento, como também refutar. O que não pode é ignorar e pretender ser o marco zero da pesquisa historiográfica. Então eu, de fato, procurei também me apoiar em fontes secundárias na medida em que as considerei confiáveis. Mas, me

apoiar principalmente em fontes primárias. E aí há um engano, um equívoco por parte de certos historiadores: eles consideram que uma fonte primária, um documento, ou qualquer outro tipo de fonte primária, uma estatística, seja lá o que for, que tenha sido impressa deixa de ter qualidade como fonte primária. Isso não é correto. Qualquer de documento impresso, tem a natureza de fonte primária tanto quanto um documento manuscrito, que se encontra num arquivo. Muitas vezes, esse documento impresso tem muito maior valor historiográfico do que um manuscrito de arquivo. História não é uma pilha de documentos e fatos que se pode citar na nota de rodapé. Isso não é história. Amontoar documentos e fatos e simplesmente citá-los e descrevê-los ainda não é fazer ciência historiográfica. É necessário todo um trabalho de conexão, de interpretação, de verificação da validade interna e externa da fonte, o que a Professora Silvia Lara não fez no seu livro *Campos da Violência*. Não levou em conta este cuidado elementar com a coerência interna e externa das fontes. Isso é elementar para o historiador, e isso faltou a ela. Eu o disse, no meu livro, e por isso posso repeti-lo aqui. Então, o problema das fontes primárias impressas de maneira alguma tira valor ao seu uso. Se nós tomarmos alguns acontecimentos de grande relevância como, por exemplo, a Revolução Francesa, uma imensidão de fatos, que se relacionam à Revolução Francesa, está impressa. Será que, por isso, ela deve deixar de ser estudada e reestudada? É claro que nem tudo que havia na sociedade francesa da época da Revolução está impresso, muita coisa se encontra em cartórios provinciais e municipais e se refere a fatos judiciais, a fatos da vida cotidiana, etc., Mas o que foi impresso deve ser posto de lado? De maneira nenhuma. Isto pode ser estudado e reestudado. Se todo documento impresso perde a natureza de fonte primária, então já não há quase nenhuma fonte primária para a história antiga. Por conseguinte, a crítica, que pretende negar o meu trabalho por esse lado, é destituída de fundamento. Meu trabalho pode ser um trabalho destituído de significação. Não quero atribuir nenhuma significação especial a ele, não quero me julgar a mim mesmo. Porém não aceito este argumento, porque não é válido, e com isso eu não estou negando que é importante estudar os arquivos, não estou desaconselhando o trabalho nos arquivos, não é isso que eu quero dizer. Encontrar novos documentos, novos fatos nos arquivos é importantíssimo, mas, na medida em que os documentos vão sendo impressos, esses documentos também não perdem valor como fontes primárias. Eles continuam fontes primárias tanto quanto eram quando estavam apenas manuscritos ou recolhidos como exemplares únicos a um arquivo.

## DOSSIÊ

### DEMOGRAFIA E ESCRAVIDÃO

*Douglas C. Libby*

Prof. Douglas: Antes de mais nada, gostaria de agradecer o convite da Universidade Federal de Ouro Preto, por estar aqui hoje para tecer algumas considerações sobre o tema "Demografia e Escravidão".

Acho que a primeira questão que teríamos de examinar é a seguinte: por que procurar aplicar os conhecimentos da demografia histórica à escravidão? Na verdade, de acordo com a historiografia tradicional, não haveria quase que nenhuma razão para estudar a demografia das populações escravas. Isto porque pensava-se que existiria um único padrão de comportamento demográfico entre as populações escravas, exceção feita a do sul dos Estados Unidos. Dado que o tráfico negreiro transportava na vasta maioria homens- normalmente de 2 a 3 homens para cada mulher- as populações escravas do Novo Mundo eram marcadas por um crônico desequilíbrio entre os sexos. Tal desequilíbrio, aliado às péssimas condições de vida, teriam constituído obstáculos intransponíveis à reprodução natural das populações mancipias. Dessa forma, a manutenção ou ampliação dos plantéis somente era possível através de novas injeções através do tráfico negreiro- um verdadeiro ciclo vicioso. Ainda no início da década de 1970, o respeitado historiador sueco, Magnus Morner, sentenciou, em artigo de ampla circulação, que de pouco adianta gastar esforços em pesquisas demográficas sobre as populações escravas, pois, em todos os períodos e regiões- de novo, com a exceção das colônias/estados sulistas- a triste história da reprodução "negativa" repetia-se. Acho importante que se reflita um pouco sobre as consequências de aceitarmos a avaliação de Morner. O que acontece com a família escrava enquanto legítimo objeto de estudo por parte da História? Qual é a relevância da população crioula- isto é, dos cativos nascidos nas Américas- na construção, parafraseando Eugene Genovese, de um mundo dos escravos? Com efeito, como falar de uma cultura escrava, ou mesmo de uma cultura negra, se sua base histórica não passou de um

constante aglutinado de africanos de diversas regiões, com curta expectativa de vida e mínimas chances de efetuar a simples reprodução biológica? Pior ainda: a sombria demografia da historiografia tradicional sustenta a noção de promiscuidade, nas senzalas de Gilberto Freyre ou de Emília Viotti da Costa. Paralelamente, a suposta excepcionalidade da História Demográfica do sul dos Estados Unidos faz com que Luiz Filipe de Alencastro e Claude Meillassoux concluam que lá não houve um regime escravista, e sim uma variação do Feudalismo.

Durante as duas ou três décadas após a Segunda Guerra Mundial, quando os estudos sobre a escravidão começam a tomar vulto, praticamente nada se fazia no campo da demografia escrava. Com os estudos sobre o tráfico negreiro a demografia passou a fazer parte da historiografia da escravidão e do escravismo. Na verdade, até o final da década de 1960, não se tinha noção clara do volume total de africanos transportados para as Américas e utilizavam-se, como moeda corrente, estimativas elaboradas ainda no século XVIII. Em 1969 apareceu um estudo do africanista Philip Curtin intitulado: "O Comércio Negreiro do Atlântico, um Censo".

Trata-se de tentativa de determinar o volume de africanos transportados desde o início do século XVI até o fim do tráfico. Curtin conclui que de 10 a 12 milhões de africanos "participaram" do tráfico negreiro, ou seja, trata-se da maior migração forçada da História. Diga-se, de passagem, que mais de 40% destes africanos desembarcaram na Terra de Santa Cruz. A estimativa de Curtin tem sido amplamente aceita nos inúmeros estudos sobre o tráfico publicados nos últimos vinte anos. No entanto, é um número frio que nada nos revela sobre o funcionamento deste comércio infame. Por isso mesmo, Curtin procura estabelecer se havia ou não uma lógica com relação às variações nas taxas de mortalidade durante a travessia do Atlântico.

Na verdade, os índices de mortalidade dependiam muito da época do ano em que os navios saíam da África; dependiam, também, e principalmente, da duração das viagens. Quando as viagens duravam além dos quarenta e cinco a sessenta dias, a mortalidade entre os africanos aumentava enormemente, em função da comida e água estragadas e a conseqüente propagação de doenças. Quando se chegava em menos tempo, como não raras vezes acontecia, a mortalidade normalmente era bem menor. Curtin detecta também um processo no qual a taxa de mortalidade dos navios negreiros baixou no período entre os meados do século XVIII e o fim do tráfico. Mesmo assim, eram taxas muito altas, com médias em

torno de 7%, enquanto que na travessia, por exemplo, de condenados da Inglaterra até a Austrália - uma viagem muito maior - as taxas eram inferiores a 1%. Sem dúvida, "participar" do tráfico era uma experiência terrível e perigosa.

Mais recentemente temos o livro de Joseph Miller nos traz muitas informações sobre a variedade da organização do tráfico na África, ou seja, do comércio africano que alimentava os navios negreiros. Na verdade, até bastante recentemente sabíamos muito pouco sobre como os africanos chegavam aos portos e entrepostos espalhados pelo litoral da África Ocidental. Miller mostra que havia inúmeras maneiras de encaminhar as pessoas para o tráfico. Muitas vezes, o africano já era um escravo na sua sociedade de origem. Mas, cada vez mais as pressões da demanda americana conduziam ao surgimento de um mercado insaciável, capaz de levar populações inteiras de vilarejos ou partes de tribos inteiras para o litoral e, subsequentemente, para a escravidão americana. Deve-se frisar que, desde muito cedo, a captura de "peças" para o tráfico negreiro tornou-se um negócio africano no qual as estratégias da guerra, da submissão política e da disseminação do caos social desempenharam, alternadamente, papéis de relevância. Tudo isto iria levar, ao longo do século XIX, à emergência de um regime escravista na África Ocidental que espelhava os regimes congêneres do outro lado do Atlântico e que somente seria erradicado no início deste século.

Cabe referir também ao livro do português José Capela que, embora não seja uma análise demográfica, traça o desenvolvimento do tráfico negreiro em Moçambique. O título é bastante sugestivo: A Escravatura, Conceitos, Empresa de Saque. Sobresai nesta obra a natureza exclusivamente colonial do tráfico moçambicano, pois os agentes eram colonos portugueses, radicados na África há várias gerações, e comerciantes brasileiros. A noção que frequentemente se tem de um tráfico triangular, com a forte participação de interesses metropolitanos, pode, assim, não corresponder à realidade.

No Brasil temos uma grande obra que lida com este comércio essencialmente afro-brasileiro: O Fluxo e Refluxo do Tráfico de Escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos dos Séculos XVII ao XIX de Pierre Verger. Acho relevante registrar o desinteresse no Brasil, por temas demográficos ou temas ligados ao tráfico. Este livro, que na verdade é a tese de Doctorat d'Etat defendida por Verger na Universidade de Paris, foi publicado na França em 1968, ou seja, um ano antes do livro de Curtin. Foi também publicado em inglês pela Universidade de Lagos, Nigéria em 1976. Somente em 1987 foi publicado no Brasil: esperou-se quase 20 anos para se ter acesso ao que talvez seja o mais

importante livro sobre o tráfico para o Brasil. O objetivo principal de Verger é mostrar que este tráfico constituiu-se em um tráfico colonial no sentido de que os fluxos se davam entre África e Brasil.

Não havia um tráfico triangular, pois, normalmente, bastavam os capitais e as mercadorias disponíveis nos portos brasileiros e africanos para se colocar em funcionamento o comércio de seres humanos. As casas mercantis de Lisboa ou do Porto podem ter servido, inicialmente, como financiadoras do tráfico, mas, com o passar do tempo, tais serviços financeiros foram se tornando desnecessários. O financiamento, como Verger mostra muito bem, se dava entre os negreiros sediados na África e os comerciantes brasileiros. Seu estudo focaliza basicamente Salvador e suas relações com uma determinada região africana; mas, já existem outros estudos, como o de Herbert Klein, que mostram claramente que o chamado "tráfico português" não passava no maior das vezes de um negócio entre a África e o Brasil. A importância destes laços comerciais foi tão grande que, na década de 1820, haviam movimentos, tanto em Angola quanto em Moçambique, visando a anexação destas colônias portuguesas ao Império do Brasil.

O estudo de Klein, intitulado *The Middle Passage*, nos leva mais perto ainda do funcionamento cotidiano do tráfico negreiro. Ele demonstra que a quase totalidade dos desembarques no Brasil se dava entre os meses de junho e dezembro. Esta temporalidade do tráfico derivava da maior probabilidade de tempestades no Atlântico Sul de janeiro a abril, o que, obviamente, representava um perigo durante a travessia e um perigo ainda maior para os bons negócios. Ora, isto significa que o ritmo do tráfico dependia de uma lógica racional e interna às especificidades do ramo, que nem sempre seguia os ciclos da demanda americana. Talvez o fato mais surpreendente e interessante apontado por Klein seja a constatação de que, no século XIX, até 40% das tripulações dos navios negreiros com destino ao Brasil era composta por escravos, mais uma vez frisando a natureza colonial do tráfico. Retomando minha colocação inicial sobre a suposta inviabilidade de estudos demográficos que visam populações escravas- deve-se lembrar que, desde meados do século XVIII, no sul das colônias continentais britânicas a reprodução natural era um fato consumado e reconhecido contemporaneamente. Reitera-se que, durante décadas e décadas, mesmo nos Estados Unidos, a demografia escrava não se tornou objeto de estudo. Talvez a própria singularidade do comportamento demográfico dos cativos norte-americanos tenha relegado o fenômeno à categoria de uma mera curiosidade e como tal pouco merecedora de maiores esforços acadêmicos. Por outro lado, é tentador especular

que estudos demográficos feitos com um pouco de sensibilidade poderiam resgatar uma página vibrante e heróica da História Negra- uma página pouco condizente com as teorias da historiografia tradicional e capaz de desmentir outras teorias, menos acadêmicas, que alimentam o racismo norte-americano.

Para colocar em perspectiva esta potência reprodutiva basta lembrar que, quando se extinguiu o tráfico negreiro para os Estados Unidos em 1809, a população escrava incluía pouco mais de 1 milhão de indivíduos. Quando a escravidão foi abolida, em 1863, esta população já ultrapassava os 4 milhões. Não se trata, então, de uma população medianamente capaz de reprodução; trata-se de uma população cuja reprodução era muito ampla. Provavelmente foi uma das populações que mais rapidamente cresceu, no mundo, durante o século XIX, sem nenhum tipo de injeção por migração- forçada ou não. Em 1976 foi publicado um livro, a meu ver monumental, de autoria de Herbert Gutman que, infelizmente, faleceu há uns quatro anos cujo título, traduzido é "A Família Negra na Escravidão e em Liberdade, 1750-1925". Como quase todos os livros de História, este tinha um objetivo político que foi explicitado por Gutman. Na época em que ele começou suas pesquisas de campo sobre a família negra, durante o governo Nixon, havia o que se chamava de uma política de "abandono benigno" com relação à população negra. É bom lembrar que o final dos anos 60 e início dos anos 70 foram marcados por terríveis distúrbios nos grandes centros urbanos dos Estados Unidos, distúrbios centrados nos bairros negros. O objetivo de Gutman foi demonstrar que a desagregação da família negra era fruto das políticas sociais de sucessivos governos norte-americanos ao longo do século XX e que a desagregação não era algo historicamente herdado da condição da escravidão. E esta demonstração o autor fez com competência.

Gutman mostrou com toda clareza que, pelo menos desde 1750, a organização familiar predominava entre as populações escravas dos Estados Unidos. Os plantéis eram organizados em comunidades de famílias, interligadas por uma rede de parentesco extremamente complexa. Existem registros claros do carinho, do amor e do afeto dessas famílias para com seus próprios membros e com os demais membros da rede de parentesco. Ora, se as famílias negras dos anos 60 estavam desagregadas, este fato não era definitivamente um legado da escravidão dos séculos anteriores. Gutman foi muito além, no entanto. No intuito de desvendar os mecanismos da reprodução, o autor empreendeu uma série de estudos da genealogia escrava- imaginem, genealogia escrava! Em termos de métodos e técnicas, considero sua análise como a contribuição mais criativa para

os estudos da escravidão dos últimos 20 anos. Ele encontrou ciclos bem distintos no que diz respeito à possibilidade de reprodução- simples ou ampliada- da população escrava.

Esses começavam com uma fase denominada o ciclo de consolidação de famílias e consolidação de redes de parentesco. Neste período, normalmente, a população escrava lograva, no mínimo, se manter em termos numéricos, enquanto as famílias e redes de parentesco se formavam. Seguiu-se uma fase de estabilidade, tanto das famílias quanto das comunidades- isto é, dos plantéis. Durante o período ou ciclo de estabilidade a reprodução era ampla, muito ampla. Não era nada incomum a mulher escrava estar com dez filhos vivos quando atingia entre 45 e 49 anos, ou seja, no término de seu ciclo pessoal de reprodução. Ao ciclo de estabilidade ou de reprodução ampliada seguir-se-ia uma fase de dispersão dos plantéis.

Com o falecimento do senhor, suas propriedades eram repartidas entre seus vários herdeiros o que implica, evidentemente, a repartição dos plantéis. Neste momento assistia-se a desagregação da comunidade escrava. Embora, de acordo com Gutman, a separação de famílias fosse bastante rara, a comunidade normalmente era desfeita. Dividida entre os herdeiros, a comunidade desaparecia e seus fragmentos davam início a um novo ciclo de consolidação, ou melhor, de reconsolidação. Dessa forma, em se tratando do sul como um todo, a população escrava norteamericana já estava crescendo a partir dos meados do século XVIII. Na verdade, existem alguns indícios de que o mesmo tipo de comportamento cíclico ocorreu nas colônias de Maryland e Virgínia já no início do século- 1720, 1730.

Não creio que tenham ocorrido outros exemplos de comportamento plenamente reprodutivo tão cedo em qualquer outra parte do Novo Mundo. Ademais, não resta dúvida de que a intensidade do tráfico negreiro e a proximidade das rotas deste comércio desempenharam um papel primordial na História Demográfica das populações escravas. O lugar secundário que o sul norteamericano ocupava na economia do Atlântico e, portanto, no sistema de comercialização de escravos, favoreceu, sem dúvida, a reprodução de suas populações cativas. Há muito ainda a estudar a esse respeito e creio ser importante focalizar outras regiões das Américas- principalmente Cuba antes da virada do século XIX e as áreas não exportadoras do Brasil ao longo de toda a sua História.

Foi também em 1976 que surgiu um livro de Barry Higman, um jamaicano que estudou na Universidade de Cambridge e participou do grupo demográfico desta Universidade que possui talvez o mais importante centro de História Demográfica. O título pode ser traduzido assim: "A População e a Economia Escravas da Jamaica, 1807-1834". Higman elabora uma cuidadosa confirmação sobre a incapacidade da população escrava jamaicana de se reproduzir. Analisa a mortalidade infantil, os problemas climáticos e ecológicos, as doenças, as insuficiências alimentícias, etc. para demonstrar que na Jamaica não havia possibilidade de reprodução da população como um todo. Ainda em 1834, quando a escravidão foi abolida de vez nas colônias britânicas, o crescimento na Jamaica continuava negativo. Foi somente em meados da década de 1840 que a população de ex-escravos passou a se reproduzir.

Por outro lado, Higman faz certas ressalvas quanto à incapacidade reprodutiva geral. Para a Jamaica e, na verdade, para o Caribe como um todo, a incapacidade reprodutiva foi muito ligada à plantation, especificamente à plantation açucareira. Quando, porém, as atividades econômicas eram de outra natureza, haveria alguma tendência reprodutiva. Na Jamaica isto se deu entre os cativos que trabalhavam nas fazendas de café, o que, sem dúvida, é algo surpreendente. Também ocorreu entre escravos urbanos, por exemplo: as famílias dos estivadores cresciam através da reprodução natural. Enfim, via de regra, a possibilidade de reprodução das populações escravas aumentava em razão inversa ao grau de envolvimento na produção destinada ao comércio internacional. Naqueles poucos setores da economia caribenha voltados para o mercado interno havia uma boa chance de reprodução entre os escravos. Higman demonstra ainda que, nas ilhas do Caribe britânico que estavam, por assim dizer, trilhando para fora do sistema colonial na virada do século XIX, as populações escravas já se reproduziam de forma ampliada- especificamente nas Bahamas, em Santa Lúcia e até em Barbados. Para Higman, tal capacidade reprodutiva estaria intimamente associada à estabilidade ou à sedimentação econômica e social- em inglês, settledness- derivada do distanciamento das flutuações e da dinâmica "perversa" da economia colonial clássica.

Há ainda mais uma obra que trata do Caribe publicado em 1984 pelo norteamericano Kenneth Kipple. Seu título em português seria: "O Escravo Caribenho: uma História Biológica". Na verdade, acabei de ler este livro apenas há duas semanas e devo dizer que há muito tempo que não leio uma obra tão instigante, inovadora e fascinante. Kipple analisa o ambiente epidemiológico e

imunológico do Caribe após a chegada dos europeus e dos africanos demonstrando que praticamente a única população que poderia sobreviver naquilo que o Caribe se tornou em termos de doenças contagiosas, eram os escravos africanos e seus descendentes. Após múltiplas migrações, o Caribe se transformou em uma terra de ninguém para os brancos, enquanto para os índios... bem, hoje não resta um índio do Caribe para contar a história; morreram todos e não apenas por causa das doenças européias. Logo depois vieram os escravos africanos, com uma nova bagagem de doenças. Trata-se, portanto, de uma dose dupla e os índios ilheus simplesmente não sobreviveram.

Do ponto de vista mais especificamente demográfico, Kipple nos ajuda a compreender, e isto muito claramente, por que as populações escravas do Caribe foram incapazes de se reproduzirem. Os africanos estavam equipados com vários graus de imunidade, principalmente com relação às doenças que eles mesmos haviam transportados: a febre amarela, o tifo e a malária. Mas, dado o regime alimentício ao qual estiveram submetidos, sofriam de seríssimas deficiências de vitaminas, de ferro e de proteínas que, por sua vez, provocavam uma série de doenças que debilitavam o organismo.

Estas doenças se refletiram negativamente no processo reprodutivo, aumentando a incidência de natimortos e reduzindo as chances de sobrevivência dos recém-nascidos. Os primeiros nove dias de vida representavam um obstáculo tão difícil que cerca de um terço dos recém-nascidos falecia neste curto período. Mesmo que as crianças sobrevivessem a barreira dos nove dias, até alcançarem a idade de um ano, uma verdadeira bateria de infirmitades tiraria a vida de outros 20% delas. A mortalidade infantil do primeiro ano de vida resultava de complicações pré-natais, pois a dieta inadequada das mães pouco favorecia a imunização natural durante o desenvolvimento do feto. Assim, o primeiro ano já eliminava um pouco mais de 50% das crianças escravas nascidas no Caribe.

Além disto, em termos de doenças e enfraquecimento imunológico, havia inúmeros outros obstáculos a serem vencidos pelas crianças, até chegarem aos cinco anos de idade. De fato, os próximos quatro anos eliminavam, em média, mais 30% dos nascidos. Evidentemente, uma taxa de sobrevivência de apenas 20% inviabilizava o processo de reprodução natural.

Retornando o estudo de Higman, pode-se perceber que não foi fortuito que a reprodução das populações escravas de algumas ilhas do Caribe britânico, ainda que em escala reduzida, somente teve lugar no início do século XIX. Após a

cessação do tráfico britânico, como acontecia em todos os demais sistemas escravistas, surgiu uma política, às vezes consciente, às vezes inconsciente, de melhorar as condições de vida dos escravos, principalmente através de mudanças no regime alimentício. Aliado ao fato de que o desequilíbrio entre os sexos diminuía com a cessação do tráfico, um regime alimentício melhor criou condições para a maior sobrevivência das crianças. Diga-se, de passagem, que a alta mortalidade infantil e sua posterior melhora dava-se em um quadro no qual as taxas de fertilidade das mulheres escravas do Caribe eram tão altas como as de qualquer outra população de alto crescimento, à época: havia em torno de 50 nascimentos anuais para cada 1.000 mulheres em idade reprodutiva. Trata-se de taxa bastante alta, muito mais alta, por exemplo, que a taxa brasileira de hoje. No caso do Caribe, portanto, a incapacidade reprodutiva resultou, sobretudo, da falta de cuidados com o regime alimentício por partes dos senhores e seus administradores.

Qual foi a influência, no Brasil, de obras inovadoras como as de Kipple e de Higman? *The Caribbean Slave* já tem oito anos de publicação mas é desconhecido; foi somente este ano que se começou a trabalhar com Higman na pós-graduação em História da USP e da UFMG. Sem dúvida, o namoro entre a História e a Biologia é fascinante e pode resultar em interpretações inteiramente novas. Por outro lado, esta análise supõe a existência de documentos deixados por médicos ou senhores e administradores preocupados com o problema da saúde. Trata-se de documentos essencialmente privados, produzidos no dia a dia dos engenhos, das minas e outros tipos de unidades produtivas e como tal é um tipo documental praticamente desconhecido nos acervos do período colonial. É possível que, para o século XIX, surja uma documentação que permita, por exemplo, identificar doenças. Haveria diferenças entre as doenças que acometiam brancos, negros e mulatos? Este parece ser um bom ponto de partida para novas pesquisas.

O problema é o mesmo quando se pensa em seguir os passos de um Gutman. Aonde vamos encontrar famílias escravas registradas enquanto tal? Gutman utilizou uma farta documentação produzida nas próprias *plantations* sulistas - aliás, Higman também o faz no que se refere ao Caribe britânico. É possível que aqui em Mariana existam registros paroquiais e material cartorial que talvez pudessem fornecer pistas para o resgate da família escrava. Mas não será fácil, pois temos de chegar ao cotidiano através de momentos de intervenção do Estado ou da Igreja, nenhum dos quais fazia questão de reconhecer a união de casais escravos. De qualquer forma, mesmo que estes e outros estudos sobre a

escravidão moderna não possam nos servir como modelos metodológicos, pelo menos devem nos estimular a formular novas indagações sobre nosso passado escravista.

Voltando ao caso brasileiro, é preciso enfatizar a inutilidade de se conceber um Brasil escravista. Precisamente porque há vários "Brasis", dicordo de determinadas obras que procuram realizar uma grande síntese do escravismo brasileiro.

Por mais que se possa respeitar seus autores, parece-me mais acertado reconhecer a distinção entre o que era o Brasil da exportação- a produção e exportação para o mercado internacional das "mercadorias coloniais"- e o Brasil do mercado interno. Este segundo Brasil esboçou-se em função da demanda gerada em Minas Gerais no início do século XVIII. Mais tarde, com a decadência da produção aurífera, o Brasil que produzia para o mercado interno, o mercado "nacional", se identificou principalmente com Minas Gerais, mas também com São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, o interior de todo o Nordeste, e com a região Centro Oeste.

A importância de Minas neste outro Brasil se deve, primeiro, a sua grande população, maior que em qualquer outra parte da Colônia ou do Império- tanto de pessoas livres, quanto de escravos. Segundo, pelo menos a partir do último quartel do século XVIII e ao longo do século XIX, a economia mineira era primordialmente voltada para o mercado interno. Embora seja verdade que a cafeicultura se desenvolveu na Zona da Mata, principalmente durante a segunda metade do século XIX, hoje não resta mais dúvida de que havia em Minas grande diversificação de atividades produtivas cujas excedentes se destinavam ao mercado interno.

Este perfil econômico distinto é importante enquanto pano de fundo para estudos da demografia escrava. É plausível imaginar, seguindo Higgman, que a experiência demográfica dos cativos mineiros pudesse ter sido algo distinto daquela da população mancipia do Recôncavo baiano, por exemplo. A reprodução natural teria sido pelo menos uma possibilidade.

Antes de examinar esta questão, cabe discutir o que se vem fazendo em termos de estudos da demografia escrava no Brasil onde a questão da reprodução é realmente central. Neste sentido os estudos demográficos devem responder, inicialmente, a seguinte indagação: a população escrava era ou não capaz de se reproduzir? No caso de resposta negativa, tais estudos deveriam priorizar a

dinâmica da relação entre o padrão de mortalidade e a imigração- no caso, evidentemente, o tráfico. Hoje, vários estudiosos não mais aceitam a noção de que a manutenção e o crescimento de todas as populações escravas regionais dependiam única e exclusivamente das constantes injeções de novas "peças" através do tráfico negreiro. Há pleno reconhecimento de que a reprodução poderia ser, em determinados momentos e em determinadas regiões, um fator de importância variada no crescimento e na manutenção de planteis regionais.

Um dos primeiros indícios de que a reprodução natural poderia desempenhar papel de relevo entre as populações escravas brasileiras refere-se a Sergipe, especificamente na grande obra de Stuart Schwartz sobre o complexo açucareiro baiano. Sabe-se que na Bahia, ao longo de todo o período colonial, a população escrava foi quase sempre composta por 2/3 de africanos e 1/3 de criolos. A porcentagem de africanos pode ter chegado a 70% e mesmo 80% durante os períodos de alta no mercado internacional, o que significa que o peso do elemento masculino dentro da população era enorme. Trata-se de uma simples questão matemática: com esta predominância tão marcante de homens não havia como a população pudesse se reproduzir.

Imaginava-se que esta situação prevalecia em todas as regiões açucareiras. No entanto, um censo de Sergipe (1785) levantado por Schwartz, mostra que os escravos nativos representavam 60% da população mancipia e havia equilíbrio razoável entre os sexos. É claro que o peso do elemento africano continuava grande, mas cifras como estas significam que, no mínimo, a população sergipana de escravos foi capaz de se reproduzir já no final do século XVIII. Schwartz acredita que a composição diferenciada do plantel sergipano se devia ao fato de que Sergipe não tinha nenhuma ligação direta com as rotas do tráfico negreiro internacional. Raciocina ele que o distanciamento resultou em menos pressões- ou seja, constantes importações- para a população escrava, permitindo uma certa consolidação do tipo sugerido por Gutman. Trata-se de uma hipótese que precisa ser mais aprofundada empiricamente.

Uma série de estudos realizados na USP focaliza alguns municípios da capitania, e depois província, de São Paulo. Há vários trabalhos, por exemplo, feitos por José Flávio Motta sobre Bananal, que provavelmente foi o primeiro município cafeeiro típico de São Paulo. Localizado na fronteira o com Rio de Janeiro, Bananal foi atingido pela marcha do café em direção às terras paulistas. Os estudos de Motta são baseados em fontes pouco comuns no Brasil: listas nominativas elaboradas por Companhias de Ordenanças. As listas eram elaboradas

na base de agrupamentos familiares, inclusive as famílias escravas. Motta faz um levantamento exaustivo das listas de 1801, 1817 e de 1829. A escolha das datas não foi aleatória, porque, ao que parece, o café entrou em Bananal com bastante rapidez a partir de mais ou menos 1810. Dessa forma, tem-se três momentos bem distintos. O primeiro, na virada do século XIX, foi o momento em que Bananal pertencia ao Brasil do mercado interno, com uma economia agrícola mais ou menos diversificada. No segundo momento, o município passava a pertencer ao Brasil da exportação. Em 1829, é claro, esta economia exportadora já havia se consolidado. Lembra-se que, a partir da década de 1830, Bananal provavelmente era o mais rico município brasileiro. Sua Câmara Municipal abonava os pedidos de empréstimos feitos pelo governo Imperial na praça bancária de Londres, dada a pujança da economia local.

Motta descobre, em primeiro lugar, que em 1801 nada menos do que 52% de todos os escravos pertencia a algum tipo de agrupamento familiar. E, deste grupo de 52%, 39% eram crianças, legítimas e ilegítimas. Este perfil, sem dúvida, é de uma população que se reproduzia. Além disso, fica claro que a família escrava existia no Brasil, às vezes como forma predominante de organização social. Evidência como esta desmente a noção simplista que equaciona o comportamento sexual dos escravos à promiscuidade e, mais ainda, quando as famílias escravas aparecem na documentação, como a de Bananal, elas são monogâmicas. É verdade que a evidência sugere que a mulher escrava às vezes experimentava vários parceiros antes de escolher seu marido. Aliás, Gutman encontrou este mesmo padrão de comportamento entre as escravas sulistas que, frequentemente, tinham de 2 ou 3 filhos antes do casamento. Consagrada a união, porém, os casamentos eram estritamente monogâmicos, desde que não ocorresse uma separação forçada.

Para 1817 Motta encontra o grupo residindo em famílias ou participando de relacionamentos familiares diminuído para 33% da população escrava. E desse grupo, menos de um quarto era composto por crianças. Evidentemente, deve ter ocorrido uma importação maciça de novos escravos, tanto africanos como também um contingente nada desprezível de escravos de outras regiões brasileiras- na vasta maioria homens. O resultado foi um desequilíbrio enorme entre os sexos e, conseqüentemente, a configuração de uma população escrava incapaz de reprodução ampliada. Com isto, não quer dizer que o núcleo sobrevivente desde 1801, um grupo a estas alturas majoritariamente crioulo, não estivesse se reproduzindo. Mas, no conjunto, tal reprodução não tinha peso diante do impacto negativo do tráfico: marcante desequilíbrio entre os sexos, a modificação da

estrutura etária na qual as idades adultas passaram a predominar e, principalmente, a conseqüente superioridade da mortalidade vis a vis a natalidade. Nesta conjuntura o crescimento do plantel municipal se dava sobretudo através da importação.

Em 1829, o grupo que residia em famílias havia crescido um pouco- 3% ou 4%- enquanto o número de crianças dentro do grupo havia aumentado consideravelmente. De fato, em termos absolutos, o grupo que residia em famílias dobrou de tamanho entre 1817 e 1829 o que significa que, mesmo sendo minoritária, a parcela "familiar" contribuía para o crescimento da população escrava de Bananal.

Parece termos, assim, uma versão brasileira dos ciclos que Gutman encontrou para o sul dos Estados Unidos. No caso, 1801 evidentemente representa a estabilidade e a reprodução plena; 1817 é a desagregação, causada pela implantação do cultivo do café e a conseqüente chegada de um enorme contingente de novos escravos; 1829 pareceria ser o momento de reconsolidação das famílias, da comunidade escrava. Na verdade, não foi bem assim, pois as importações maciças de africanos continuaram até 1850 e a reconsolidação não teve chances de se estabelecer. De qualquer forma, considero esta tendência (re)consolidativa bastante sugestiva para que se façam outros estudos de demografia escrava no Brasil.

Trabalhando com as mesmas listas feitas pelas Companhias de Ordenanças, Iraci del Nero da Costa, Robert Slenes e Stuart Schwartz realizaram um estudo sobre Lorena, restrito ao ano de 1801. Resumindo rapidamente os achados mais importantes deste estudo, salienta-se, primeiro, que os autores também encontram mais da metade da população residindo em agrupamentos familiares, bem como um número expressivo de crianças. Os dados de Lorena sugerem uma correlação positiva entre o tamanho- a magnitude- do plantel e a frequência de relacionamentos familiares, ao mesmo tempo que apontam taxas maiores de fecundidade, ou seja, de nascimentos vivos, entre as mulheres escravas que pertenciam a plantéis maiores. Confesso que acho um pouco problemática a definição de plantel grande. No caso, um plantel de 15 a 40 escravos é considerado como grande. No contexto paulista do início do século XIX, isto realmente constituía um plantel grande, como também seria grande para Minas nos séculos XVIII e XIX. Mas, era insignificante perto do que seria um plantel típico das regiões açucareiras do Brasil ou do Caribe. É claro que, quanto maior o plantel, maiores as possibilidades de acasalamento, mas, somente, se houvesse um razoável

equilíbrio entre os sexos. E foi exatamente isto que não ocorria nos grandes plantéis dedicados à agro-exportação. Parece-me, assim, que as variáveis relacionados à intensidade do tráfico e ao tipo de atividade econômica predominante são muito mais relevantes para a questão da reprodução do que o tamanho do plantel, que de fato é uma mera contingência.

Um outro aspecto revelado pelos autores que me parece bastante interessante é que havia um número muito grande de mães solteiras nos plantéis considerados pequenos. O que significaria isto? Colocada da maneira mais simples, significa que havia relações de acasalamento fora dos plantéis. Segundo Gutman, isto também se deu comumente nos Estados Unidos. No plano das relações cotidianas, pode-se deduzir ou que os proprietários não se opunham aos encontros amorosos entre escravos de plantéis diferentes ou que as eventuais proibições não funcionavam.

Não seria tudo isto um claro indício da existência de uma rede de solidariedade entre escravos e mesmo forros que extrapolava os plantéis, enfim, de uma comunidade negra com dinâmica própria? É importante salientar que, para os senhores de escravos, o saldo, medido em novas "peças", era positivo. Assim chegamos ao mais significativo achado de Costa, Slenes e Schwartz: os dados da lista nominativa de 1801 revelam que a população escrava de Lorena gozava de uma taxa de crescimento positiva. A taxa era muito baixa e certamente menor que a taxa da população livre, mas fica demonstrada a possibilidade, em determinados momentos e em determinadas regiões, da reprodução ampliada. De fato, é provável que a população escrava de Lorena tenha continuado a crescer lentamente na base da reprodução natural por mais algumas décadas, pois o café demoraria a chegar ao município. De novo, o que importa é que este estudo pode servir de exemplo para pesquisas futuras que focalizem outras épocas e regiões.

Quero tratar rapidamente de um último estudo de caráter regional antes de passar às Gerais. Horacio Gutiérrez publicou uma série de artigos que examinam os resultados parciais de seus estudos sobre o Paraná na primeira metade do século XIX. Deve-se notar que Paraná caracterizava-se por ter uma economia agropastoril, voltada para o auto-consumo e o mercado interno e, como Gutiérrez demonstra, praticamente sem vínculos com o tráfico negreiro internacional. A população escrava em 1798 era de 4.273 pessoas, portanto trata-se de uma região escravista de pequena expressão no conjunto brasileiro que, no entanto, em 1830 atingia 6.260 pessoas. O autor tem elementos para afirmar que este crescimento se deu, quase por inteiro, via a reprodução natural. As listas nominativas

analisadas por ele, diferentemente das listas das Companhias de Ordenanças, distinguem claramente entre africanos e criolos. Durante as três primeiras décadas do século XIX, os africanos não representavam mais que 15% da população escrava. Na verdade, em 1830 esta porcentagem era ainda menor, donde se conclui que a reprodução natural era o principal fator na taxa média anual de crescimento de 1,5% calculada para o período.

Como se vê, cada vez que chegamos em alguma versão do outro Brasil, ou melhor, nos outros "Brasis", encontramos indícios de reprodução natural nas populações escravas, apesar dos exemplos ainda serem pouco expressivos em relação ao conjunto brasileiro.

Não haveria um outro exemplo de vulto suficiente para se contrapor às análises tradicionais? Fazem alguns anos que eu e Clotilde Paiva da FACE/UFMG, junto com alunos e outros colegas, vimos tentando descobrir se a reprodução natural também pode ser detectada em Minas Gerais e elaboramos uma hipótese que, por enquanto, ainda é de difícil comprovação. Trata-se do seguinte: em consequência da decadência da produção aurífera, sabe-se que a capacidade de importação da capitania de Minas Gerais ficou bastante reduzida. Pode-se imaginar que, diante deste fato, a entrada de africanos teria sido menor, bem menor, do que no período aurífero. Ou seja, as quatro décadas entre 1770 e 1810 teriam constituído uma espécie de hiato em termos demográficos- um momento em que a população escrava pudesse respirar, um momento em que poderia ter se dado um prolongado ciclo de consolidação de famílias e das comunidades escravas. Esta parte da hipótese não é de fácil comprovação, uma vez que até agora não encontramos documentação de natureza estatística que possibilitasse uma medição das variações no fluxo de africanos para Minas, embora sua diminuição seja bastante plausível. Além disto, as listas nominativas são quase inexistentes para este período, embora os chamados "mappas de população"- resumos estatísticos agregados- sejam relativamente comuns. Com os "mappas" é impossível reconstituir a população por faixas etárias ou ainda definir as proporções de africanos e criolos. Estou convencido, porém, que um grande levantamento de dados junto aos inventários post mortem poderá produzir uma amostra cuja magnitude daria segurança suficiente para se esboçar as tendências demográficas prevalentes na população escrava como um todo.

Para as quatro décadas subsequentes sabe-se que a população mineira cresceu rapidamente. De acordo com nossa hipótese, este crescimento se deu por duas razões fundamentais: a primeira foi a abertura dos portos brasileiros

e, paralelamente, a cessação do tráfico negreiro para as colônias britânicas e para os Estados Unidos. Repentinamente, chegavam ao porto do Rio de Janeiro escravos africanos em números jamais vistos e não há dúvida de que Minas Gerais foi capaz de se aproveitar da situação de superoferta da mercadoria escrava. Os grandes comerciantes de escravos facilitavam o crédito e até trocavam mercadorias de Minas- algodão, queijos, derivativas suínas, feijão, arroz e outros grãos- por "peças" novas. Mesmo assim, os preços caíam. Desta forma, parece que a década de 1810 representa o momento em que Minas reingressou no mercado internacional de escravos.

Se a hipótese sobre a queda nas importações e sobre a consolidação da reprodução ampliada estiver correta, a questão agora é saber quais foram as consequências das novas ondas de africanos recém chegados para a demografia da população escrava mineira. Esta verdadeira invasão simplesmente cancelou o comportamento reprodutivo consolidado anteriormente ou a continuada reprodução teria constituído a segunda causa do crescimento geral?

As respostas devem ser buscadas na análise das numerosas listas nominativas da década de 1830 que se encontram no Arquivo Público Mineiro. Trata-se de um conjunto documental enorme: a população total arrolada nas listas alcança cerca de 450.000 indivíduos e para cada pessoa tem-se o nome, idade, qualidade e condição, além de eventuais informações sobre as ocupações. Deve-se mencionar que o item "qualidade" contém informações sobre a origem das pessoas e possibilita distinguir entre africanos e criolos. Pois bem, as listas nominativas nos oferecem os elementos básicos para começar a identificar o comportamento demográfico dos escravos naquele momento, embora o ideal fosse comparar os dados da década de 1830 com dados posteriores, especialmente aqueles do período pós-1850, ou seja, após a extinção do tráfico negreiro para o Brasil.

Há pouco tempo atrás descobriu-se a existência de matrículas de escravos de quatro municípios mineiros, datadas da década de 1870. As matrículas resultaram do cumprimento da Lei do Ventre Livre e, na verdade, deveriam ter sido destruídas logo após a Abolição- graças a Deus por burocratas omissos! Elas são de Patos, Santo Antônio do Monte, Dorcas da Marmelada e Paracatu, ou seja, três municípios do chamado Oeste mineiro, e o último constituindo a região noroeste da província. As matrículas trazem muitas das informações contidas nas listas nominativas, facilitando assim a comparação.

Para a década de 1830, os resultados mostram que cerca de 60% da população escrava era nascida no Brasil. Notem que esta composição é quase a inversa daquela verificada no Brasil da agro-exportação. Embora a razão de masculinidade permanecesse alta em função dos 40% de africanos, o desequilíbrio entre os sexos era bem menos marcante, se comparado com a situação das regiões cafeeiras ou açucareiras. E, como resultado deste relativo equilíbrio entre os sexos, verificamos a presença bastante expressiva de crianças de até 10 anos. Quase na sua totalidade, elas nasceram em Minas, pois o registro de crianças africanas era praticamente nulo. É verdade que a partir dos 11 ou 12 anos havia uma presença bem mais expressiva de crianças e adolescentes africanos, o que não deve surpreender, uma vez que a captura de adolescentes na África era comum em função dos altos preços obtidos por esta tipo de "peça". De qualquer forma, a presença expressiva de crianças criolas comprova a capacidade do núcleo nativo de se reproduzir, apesar da pesada importação de africanos. E mais, a reprodução dos nativos claramente contribuía para o crescimento da população escrava como um todo.

Já na década de 1870, para as regiões do Oeste mineiro e de Paracatu, encontramos um equilíbrio entre os sexos quase que perfeito. Trata-se de um achado extremamente importante. Primeiro, porque tudo indica que nem a população escrava brasileira como um todo, e menos ainda as populações cativas das regiões ligadas à agro-exportação, havia conseguido sanar os efeitos do tráfico negreiro. Segundo, porque este processo de saneamento que teve lugar nas duas décadas após a cessação do tráfico negreiro muito provavelmente constituía uma repetição do que se processou em Minas no último quartel do século XVIII. Dado o equilíbrio entre os sexos, não é de se surpreender que a proporção de crianças nestas populações haja aumentado muito com relação à proporção encontrada na década de 1830. Ao mesmo tempo, o número de mulheres em idade reprodutiva era muito grande- uma característica de populações plenamente reprodutivas. Pode-se concluir que estas populações escravas estavam em condições de iniciarem um prolongado período de reprodução ampliada- provavelmente algo muito parecido com o que havia acontecido nos Estados Unidos após 1809. Ou seja, não há dúvida de que, vinte e poucos anos após a cessação do tráfico internacional, pelo menos algumas regiões de Minas Gerais estavam "equipadas" com populações escravas plenamente capazes de se reproduzirem.

Estes fatos esclarecem por que foi a bancada mineira de 1871, junto com a bancada fluminense, aquela que mais trabalhou para que a Câmara dos Deputados

não aprovasse o projeto da Lei do Ventre Livre. Não estaria aí presente a consciência, entre os deputados mineiros, de que Minas poderia constituir-se em um sistema escravista independente, tal qual o sistema escravista norteamericano do início do século XIX até a Guerra da Secessão?

Claro está que ainda existem inúmeros problemas e lacunas a serem solucionados e preenchidos. Infelizmente, é difícil estimular os alunos, principalmente os da graduação, a se envolverem em pesquisas que trabalham com números em excesso, máquinas calculadoras e até o computador.

Quero crer que o que temos aqui é a possibilidade de desvendar uma História ainda não imaginada. Em termos estritos da História Demográfica, é preciso combater a noção de que haviam apenas dois caminhos: o do sul dos Estados Unidos e o caminho da morte das demais regiões escravistas do Novo Mundo. Pelo menos algumas regiões brasileiras, em determinados períodos, representam um meio termo, e este fato, sem dúvida, tem importantes implicações para os estudos que focalizam os aspectos sociais, econômicos e até culturais de nossa História. Penso que a ênfase na unicidade do escravismo enquanto experiência histórica dificulta o vislumbamento de realidades diversificadas e mesmo distintas. A reemergência de uma preocupação com os "Brasis" não é nada fortuita; decorre da liberação de certas camisas de força teóricas que vinham emperrando o estudo da História por longos anos. Está chegada a hora de, com os devidos cuidados, exercitar a criatividade, formular novas perguntas e perseguir novas respostas. Por mais técnica e quantitativa que possa parecer, a História Demográfica tem importante contribuição a dar, exatamente porque ela fornece argumentos concretos que informam, entre outras coisas, a reconstituição do escravo e da escrava enquanto agentes de sua própria história. Afinal, as tendências demográficas afetavam e eram afetadas pela trama das relações senhor/escravo, de resistência e de acomodação.

É bastante provável que a demografia- particularmente os estudos sobre a formação de famílias- ajude a desvendar melhor o verdadeiro papel da chamada "brecha camponesa" no Brasil escravista, ou melhor, nos "Brasis" escravistas. Pessoalmente, aplaudo a efervescência em que se encontra o nosso ofício. Apenas não compreendo por que tantos entre aqueles que se mergulham nesta efervescência se negam, de antemão, a reconhecer que tanto a História Demográfica quanto a História Econômica também estão a procura de novos caminhos.

**Profa. Andréia:** Uma vez ressaltada a especificidade da economia provincial mineira, gostaria de perguntar como é que as diversas regiões se articulavam, se existem fatores dominantes que possibilitariam a compreensão global do que foi apresentado como sendo os "vários Brasis". Em seguida, gostaria que o professor comentasse acerca dos estudos sobre a escravidão que convergem para a perspectiva da formação das famílias escravas. Gostaria que o professor o fizesse a partir da crítica feita por Luís Felipe de Alencastro, na revista "Novos Estudos", ao livro de Stuart Schwartz - "Segredos Internos" -, de que, a condição de mercadoria do escravo e sua implicação, o tráfico, militava contra a formação de famílias dentro da população cativa.

**Prof. Douglas:** Acho que a questão da articulação entre os "Brasis" tem resposta fácil. A partir do início do século XVIII, processou-se rapidamente a articulação de um mercado de dimensões nacionais, em função da enorme população que se fixou aqui em Minas. Foi o primeiro momento em que uma região brasileira começava a comprar mercadorias de todas as demais regiões. Chegavam aqui mulas e cavalos do Rio Grande do Sul, gado de todo o interior do Nordeste, açúcar da Bahia, cachaça do Rio de Janeiro e mantimentos de todas as partes. Diga-se, de passagem, que, inicialmente, os senhores de engenho do Recôncavo ficaram histéricos diante da inflação provocada por esta concentração populacional tão brusca e, é claro, pelo ouro que passou a circular. Logo em seguida, porém, os ânimos foram acalmados através da participação no lucrativo mercado mineiro. Vê-se, assim, que, pelo menos em termos da circulação de mercadorias, a articulação se deu sem maiores problemas, de maneira racional. Se é apropriado falar em dominação neste contexto, suponho que as casas comerciais sediadas na cidade do Rio tenham levado alguma vantagem.

Como eu já sugeri, com a diminuição da produção aurífera o que aconteceu foi exatamente o inverso. Em vez de ser o centro consumidor, Minas se tornou o maior centro produtivo para o mercado interno brasileiro. O crescimento da cidade do Rio de Janeiro, enquanto centro administrativo da Colônia e, posteriormente, do império português, contribuiu consideravelmente para a transformação da

economia mineira. Mas eu creio que continuamos subestimando o volume do comércio entre as várias capitanias.

É bom lembrar, por exemplo, que boa parte das mercadorias transportadas de Minas para o Rio se destinava ao comércio de cabotagem e, portanto, a inúmeros portos ao longo do litoral brasileiro. Ao mesmo tempo, a ligação mineira com o Rio Grande do Sul não cessou porque Minas nunca foi capaz de produzir mulas suficientes para suprir as necessidades dos tropeiros que daqui levavam as mercadorias a todas as partes. Havia também o Paraná que, como região de pastagem de inverno das mulas na sua caminhada para o norte, continuava articulada com a economia mineira. Para ficar com este exemplo do comércio de muaras, deve-se recordar que Sorocaba abrigava uma grande feira anual que havia surgido em função da demanda mineira e que, posteriormente, foi capaz de suprir as necessidades do transporte do café paulista.

Uma outra atividade que considero extremamente interessante foi a indústria têxtil doméstica de Minas. Os panos aqui produzidos serviam para vestir escravos em quase todo o Brasil até a década de 1860. De forma que as articulações podiam até estimular experiências, digamos, industrializantes. Durante todo o século XIX, a cidade do Rio de Janeiro continuava crescendo e, portanto, necessitando de alimentos em volumes cada vez maiores. O abastecimento do mercado carioca já foi objeto de vários estudos, exatamente porque ele envolvia regiões produtoras tão distantes quanto o Sul, o Nordeste e a hinterland de Minas e do Centro Oeste. Muito embora as fazendas de café, tanto as do Vale do Paraíba, quanto aquelas da expansão em direção ao Oeste Paulista, incluíssem atividades do tipo "brecha camponesa", elas não eram inteiramente auto-suficientes em termos de alimentos. Da pauta das exportações mineiras deste período, os derivados suínos e os queijos muitas vezes se destinavam ao consumo, respectivamente, dos escravos e dos senhores das fazendas de café. As articulações, então, eram ligadas à diversificação produtiva, o que também implicava em processos de especialização regionalizada. Permeada pela divisão básica entre a orientação para os mercados externo ou interno, a especialização regional constituía a expressão econômica dos "Brasis".

Dito isto, insisto que não dá para entender o século XIX brasileiro sem que se entenda muito melhor Minas, não só em termos econômicos, mas também em termos políticos, sociais e mesmo culturais. Infelizmente, Minas é o filho pobre da historiografia do século XIX porque, durante muito tempo, se imaginava que aqui

só havia estagnação e regressão para atividades de mera auto-suficiência. Hoje, sabemos que isto não é a verdade. Mas, não me parece que tenhamos chegado a uma definição adequada do verdadeiro papel de Minas, ou das outras regiões voltadas ao mercado interno, nos vários aspectos da vida brasileira ao longo do século XIX.

Acho que o interminável debate acerca da chamada mineiridade é um reflexo desta falha, como também entendo que a questão da regionalização histórica tem de ser encarada com seriedade neste momento em que os separatismos vão tomando corpo. Confesso que não sei por onde começar, mas ontem mesmo Gorender citou a importância do meio-oeste norteamericano enquanto região abastecedora das fazendas e plantations do sul. Sabe-se que o meio-oeste era uma região de expansão agrícola e de excepcional fertilidade. Pois bem, existem estudos, hoje, mostrando que aquelas family farms- as fazendas familiares- raramente comercializavam mais do que 20% da sua produção. O resto era para consumo próprio. Ora, uns 20% de excedente "produziram" uma das mais dinâmicas regiões agrícolas de toda a História- uma região que desempenhou um relevante papel na derrubada do sistema escravista do sul e que pouco mais tarde se tornaria uma potência industrial.

É intrigante pensar nas semelhanças e nas diferenças. Minas, por exemplo, foi um baluarte do escravismo brasileiro até o último momento. Mas imaginemos que o excedente mineiro ou de outras regiões vinculadas ao mercado interno fosse minimamente parecido com o do meio-oeste americano. Neste caso, parece-me ser necessário refletir sobre o escravismo, em todas suas manifestações, enquanto um obstáculo ao desenvolvimento econômico e social. Agora, quanto à questão das taxas de manumissão, creio que, de novo, pode ser útil uma comparação com o sul dos Estados Unidos. Sabe-se que, da segunda metade do século XVIII em diante, a incidência de manumissões no sul foi a mais baixa de todas as regiões escravistas do Novo Mundo. Durante o século XIX, na maioria dos estados sulistas a manumissão foi proibida por lei. Isto me leva a conclusão de que, na ausência de pressões políticas ou ideológicas, havia uma correlação inversa entre a prática de conceder a alforria e a existência de reprodução natural entre os escravos. E aqui o caso de Minas serve de exemplo: enquanto o tráfico foi intenso, ou seja, até a exaustão do ouro, as manumissões aqui eram muito frequentes; mas parece que, para o século XIX, Minas teria tido as taxas de manumissão mais baixas do Brasil. A razão não teria sido a importância da reprodução natural na manutenção do chamado "vasto plantel mineiro"?

Parenteticamente, eu lembraria que este sistema escravista fechado do sul dos Estados Unidos suscita algumas discussões teóricas bastante intrigantes. Claude Meillassoux, por exemplo, afirma que a ausência do tráfico internacional significa a não existência do escravismo. Para Luiz Filipe de Alencastro o escravismo sulista teria se transformado em uma espécie, sem dúvida exótica, do feudalismo. Acho que, no caso, está-se esquecendo do papel do intenso tráfico interno que acompanhou a marcha da produção algodoeira em direção ao sudoeste.

Quanto ao tráfico interprovincial no Brasil, pode-se ter certeza que ele separou muitas famílias. Com relação a Minas, Roberto Martins já demonstrou que a participação neste tráfico foi mínima e que a província chegou a comprar mais escravos de outras regiões do que vendia para Rio ou São Paulo. Isto se explicaria em função da demanda dos cafeicultores da Zona da Mata. Eu, não obstante, me pergunto se boa parte da demanda da Mata não foi suprida dentro da província, evitando assim os impostos do tráfico interprovincial. Suspeito que muitas famílias escravas daqui foram separadas por este tráfico intraprovincial. É uma área que ainda carece de estudos.

**Profa. Andréia:** São inúmeras as polêmicas em torno da existência ou não de uma "brecha camponesa" no sistema escravista colonial brasileiro. No caso específico de Minas Gerais no século XIX, como o professor analisa a questão da "economia própria do escravo", por exemplo se se tratava de uma economia familiar (no caso confirmando a existência da tal brecha camponesa...)

**Prof. Douglas:** Tudo que se tem sobre a brecha no Caribe, especialmente as obras de Sidney Mintz- o autor do termo "brecha camponesa", indica que a família era importante enquanto participante nestas atividades. Isto fica muito claro para a Jamaica, o que não deixa de ser curioso uma vez que a tragédia demográfica da ilha militava contra a formação de famílias. O fato é que, mesmo nestas circunstâncias adversas, a família foi instrumental na produção de alimentos básicos, cultivados e criados em terrenos concedidos pelos senhores e conhecidos como palenques. Basta dizer que existe ampla evidência demonstrando que os palenques eram "herdados", passados de pais para filhos. Sem a prática do brecha camponesa, as plantations jamaicanas não teriam sobrevivido. Pode-se dizer a mesma coisa com relação ao Haiti e, de acordo com o estudo de Rebecca Scott, recentemente traduzido para o português, também com relação a Cuba.

Agora, quanto às ilhas menores do Caribe, acredito que nelas a brecha nunca pegou, simplesmente porque não havia terra sobrando da produção açucareira que pudesse ser utilizada. Apesar de uma série de leis que ordenavam a implantação de um sistema do tipo "brecha camponesa", os senhores destas ilhas preferiram a importação regular de mantimentos. Diga-se, de passagem, que tal demanda criou um comércio de suma importância para o desenvolvimento das colônias da Nova Inglaterra. Ora, dada a imprevisibilidade do clima- as tempestades e, sobretudo, as furacões que podiam destruir as plantações em poucas horas- a regularidade deste comércio com o continente e com a Europa fez da brecha uma prática desnecessária e desvantajosa.

Nas ilhas maiores a brecha camponesa era muito importante, tão importante que na Jamaica, por exemplo, existiam feiras livres de dimensões nada desprezíveis, totalmente controladas por produtores/comerciantes escravos. Uma grande parcela dos alimentos consumidos na ilha foi comercializada nestas feiras. Há indícios de que, por volta da década de 1820, os escravos controlavam algo em torno de um terço da moeda circulante da ilha. Isto não é brecha; é um rombo camponês. Mas é um caso aparte, específico da Jamaica.

Com relação ao Brasil, é importante lembrar que o Caribe foi, de certa forma, um filho do nordeste brasileiro. As técnicas do cultivo e do processamento da cana, os métodos de organização da força de trabalho, etc. foram transferidos para o Caribe pelos holandeses durante a segunda metade do século XVII. Quando a brecha começou aparecer na documentação do Caribe- especificamente do Caribe britânico, onde o financiamento e o know how holandês constituíram componentes importantes para a instalação do complexo açucareiro- fazia-se referência ao Brazilian System ou "sistema brasileira".

Não são precisos grandes exercícios de dedução para concluir que, desde cedo, a brecha camponesa desempenhou um relevante papel no escravismo brasileiro. Estou chegando a conclusão de que nossas dificuldades em rastrear a brecha aqui no Brasil resultam da natureza arraigada deste conjunto de práticas. Suspeito que o silêncio das fontes primárias até agora consultadas é um sinal de que a brecha camponesa era de tal forma incorporada ao cotidiano do escravismo brasileiro que raramente merecia menção em documentos. Daí, a importância de procurar evidências nos interstícios da excepcionalidade. Estou pensando especificamente na documentação gerada por processos civis e criminais. Aliás, eu já vi exemplos em que surge a brecha camponesa como um direito adquirido pelos

escravos em processos em Mariana e tenho certeza de que a Casa Setecentista abriga inúmeros outros exemplos.

Na medida em que os frutos do trabalho em dias livres ou o produto das pequenas glebas cultivadas por escravos havia se tornado um direito consensual, as disputas seriam inevitáveis em determinados momentos. Como, por exemplo, recompensar um escravo por suas perdas em terras beneficiadas quando da venda dele para um novo senhor?

Já examinei processos tratando deste problema, em Mariana. Processos-crimes frequentemente tratavam do roubo e, as vezes, do roubo de bens pertencentes aos escravos. Nestes casos discutia-se a origem de tais bens: o trabalho remunerado dos escravos nos seus dias livres. Há os testamentos e inventários que podem conter pistas sobre as variadas atividades "extra-jornada" dos cativos. É só procurar. Este é um campo bastante promissor para os pesquisadores. Na verdade, se há algum problema sério com relação às investigações nesta direção, não é o da reabilitação. É o fato de que o termo brecha camponesa não dá conta da enorme variedade de atividades nas quais os escravos se engajavam. Alguém duvidaria da existência de uma brecha urbana ou de uma brecha mineradora ou de uma brecha artesanal e assim por diante?

**Profa. Andréia:** Gostaria de voltar à questão anterior acerca das manumissões em Minas Gerais: existem dados mais precisos acerca desta prática que confirmem a informação de que Minas Gerais, no século XIX, ostentava os mais baixos índices de manumissão dentre as províncias brasileiras? Volto a insistir ainda na questão do tráfico X constituição de famílias escravas: sabemos que após 1850 o tráfico interprovincial assume tal magnitude que o exemplo da Guerra da Secessão norte-americana passa a povoar as mentes das elites, culminando na adoção de leis restritivas à transferência de escravos do nordeste para o centro-sul...

**Prof. Douglas:** Eu só queria chamar atenção para o fato de que, ao longo do século XIX, a alforria era uma prática pouco comum em Minas. É preciso que se faça estudos comparativos mais detalhados para determinar se esta "parcimônia" era peculiar a Minas, ou se as alforrias também eram raras em outras regiões em

que a reprodução natural desempenhou um papel na manutenção dos planteis; no Paraná, por exemplo. É mais um campo aberto aos pesquisadores.

Com relação à última parte da sua observação, salienta-se que as leis obstaculizando o tráfico inter-provincial surgiram num contexto muito específico, mais político do que econômico. Na medida em que, no Nordeste, já estava em curso uma transição para o uso do trabalho assalariado ou de outros tipos de relações empregador/empregado, as elites regionais se tornaram, a partir da década de 1860, bastante propensas a pensar em um projeto de abolição da escravidão. Mais ou menos o mesmo processo se deu no Sul, onde o trabalho escravo deixava de predominar nas atividades mais dinâmicas.

Não vamos esquecer que a própria definição do escravismo é que a instituição social do trabalho escravo constitui a forma de trabalho predominante na sociedade - predominante pelo menos no sentido de que preenche as necessidades dos setores dinâmicos da economia. Dessa forma, podemos concluir que o escravismo se extinguiu em boa parte do território nacional. Ele somente sobrevivia, e por razões distintas, no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas, Espírito Santo e em áreas restritas da Bahia e de Pernambuco.

Na agenda política da nação brasileira estava colocada a seguinte questão: como acabar com a escravidão, de imediato ou gradualmente? Boa parte da elite brasileira, para não falar nos setores médios, estava obcecada com esta questão essencialmente ideológica. A eliminação da escravidão se tornou um objetivo irrepensável. Para que o Brasil se tornasse um país verdadeiramente civilizado, um membro da comunidade ocidental civilizada, a escravidão teria de ser erradicada. Por isto entendo tais leis como fruto de um contexto estritamente político. Do ponto de vista das elites do Sudeste, o término do tráfico interprovincial servia para acalmar os ânimos, para estancar o movimento abolicionista, tirando-lhe argumentos relacionados com a crueldade do tráfico. Foi a tática de entregar os anéis para não perder os dedos; uma tática informada por uma estratégia que visava a manutenção da escravidão, apesar das pressões ideológicas. Não se deve subestimar a obstinação das elites do Sudeste: quando da votação do projeto da Lei do Ventre Livre na Câmara dos Deputados, nenhum deputado fluminense ou carioca votou a favor e dezesseis dos vinte mineiros também votaram contra - e isto numa Câmara formada unanimemente pelo Partido Conservador. No Brasil, parece que a fidelidade partidária não funciona...

Voltando à questão da influência do tráfico interprovincial sobre as famílias escravas: como já disse, é óbvio que este comércio deve ter provocado a separação de famílias. Em que escala não sabemos, porque inexistem estudos sobre o tópico. Mais uma vez, a experiência no sul dos Estados Unidos talvez lance luz sobre os efeitos do tráfico interno aqui no Brasil. Não resta dúvida de que o tráfico interno nos Estados Unidos podia separar marido e mulher, pais e filhos. Quem explora muito bem estas evidências é Herbert Gutman.

Há, no entanto, um acirrado debate acadêmico sobre os efeitos gerais do tráfico. Os quantitativistas procuram demonstrar com suas estatísticas que a maioria das vendas efetuadas durante o século XIX envolviam famílias inteiras e lembram que a migração em direção ao sudoeste frequentemente se realizava através da transferência dos senhores juntos com seus plantéis, deixando, assim, as famílias intatas. Eles argumentam que tais práticas expressavam o bom senso econômico do cotidiano sulista. Ao manter as famílias reunidas, os compradores estariam adquirindo escravos mais dóceis, menos propensos à fuga e, é claro, mais aptos a trabalhar. Tratava-se de uma questão de racionalidade econômica.

Admite-se, por outro lado, que a venda de adolescentes era relativamente comum- o que não deve surpreender, uma vez que o adolescente comandava um alto preço. Tais vendas teriam sido consoantes com uma prática geral na sociedade norte-americana dos novecentos, ou seja, a busca de independência econômica por parte de adolescentes livres. É claro que estas interpretações são fruto de uma postura analítica/teórica que encara o escravismo sulista como um sistema economicamente racional. De qualquer forma, acredito que se possa imaginar que alguns destes elementos se encontravam no tráfico interprovincial brasileiro, mesmo porque o senso comum dos brasileiros não deve ter sido muito diferente.

**Aluno:** Eu tenho três perguntas. Gostaria de saber algo sobre os efeitos dos 300 anos do tráfico negreiro na África, quer dizer, o tráfico não representou um obstáculo ao desenvolvimento do continente? Estou me lembrando, ainda, das alforrias concedidas aos escravos que participaram na Guerra do Paraguai: qual foi a importância deste programa de libertação? Finalmente, parece-me que os viajantes fazem menção das doenças dos escravos e o Sr. mesmo escreve sobre a saúde dos escravos da Mina de Morro Velho no século XIX: não existiriam fontes que pudessem ser levantadas para o período da mineração?

**Prof. Douglas:** Quanto a sua primeira pergunta, devo dizer que os efeitos do tráfico sobre a África são o objeto de outro acirrado debate entre historiadores. Alguns consideram que, pela lógica, a imigração forçada de milhões de pessoas teve efeitos negativos sobre o desenvolvimento do continente africano a longo prazo. Ou seja, o tráfico teria negado à região os braços necessários a seu pleno desenvolvimento. Tende-se a enfatizar o caos social, político e econômico semeado pelo tráfico. Já outros estudiosos acreditam que o tráfico, por representar uma sólida participação no comércio internacional, teria impulsionado um certo desenvolvimento econômico, particularmente na África Ocidental. Lembram que, dado o baixo nível das forças produtivas, a remoção pelo tráfico de parcelas da população não redundou em perdas imediatas e que a volumosa imigração voluntária ou involuntária que teve lugar nos países europeus não representou um obstáculo ao progresso material dos mesmos. O curioso é que os próprios historiadores africanos não discutem esta questão- é como se o tráfico nunca existisse. De qualquer forma, parece-me que a África Ocidental era uma região super-povoada, levando em conta sua reduzida capacidade em termos da produção de alimentos. Neste sentido, é possível que a saída maciça de pessoas da África Ocidental até representasse algo de positivo, na medida em que possibilitou uma melhoria no padrão de vida do restante da população. Aqui é importante lembrar que cerca de dois terços dos africanos levados pelo tráfico eram homens. Ao mesmo tempo, deve se recordar que o homem africano normalmente não participava da produção agrícola e nem dos cuidados dos rebanhos de criação. Sua contribuição à produção de alimentos básicos era mínima. Neste sentido, é possível que a remoção forçada de milhões de africanos não tenha tido efeitos tão negativos assim para o continente. Mas há um contraponto curioso: de acordo com uma série de dados disponíveis para o Caribe britânico, no final do século XVIII, o escravo adulto nascido no Caribe era, em média, 4 ou 5 cm. mais alto que seu irmão africano do início do século XX. E isto no Caribe, que pode ser designado como o inferno escravista do Novo Mundo.

Quanto às alforrias concedidas através da participação na Guerra do Paraguai, confesso que não estou me lembrando do total de libertos. Se não me engano, algo em torno de 4 ou 5 mil soldados escravos receberam suas alforrias após o término dos conflitos. Evidentemente, diante de uma população escrava de 2 milhões e meio, estas alforrias não representavam nada. O que é mais importante lembrar sobre a participação dos escravos na Guerra do Paraguai é que a vasta maioria dos alistados acabou morrendo em função da péssima organização dos esforços bélicos por parte do governo Imperial. Também não vamos esquecer que

as companhias utilizadas como "bucha de canhão" durante as batalhas eram justamente as dos escravos negros. Quer dizer, o alistamento não era exatamente uma alternativa promissora para o escravo.

Você perguntou sobre doenças, especificamente aqui em Minas durante o período da mineração. Existem algumas observações feitas por escritores da época, mas, que eu saiba, não temos nada que se compara com os diários dos administradores e médicos do Caribe ou dos diários mantidos pelos senhores das plantations norte-americanas. Infelizmente, os portugueses e brasileiros não compartilhavam do hábito de registrar os eventos do cotidiano, tão comum entre os ingleses e franceses e seus colonos. Existem as estatísticas compiladas pelos médicos da Mina de Morro Velho durante o século XIX. São as únicas que eu conheço e eram publicadas nos relatórios anuais da Companhia Saint John. Também para o século XIX, existem as teses de médicos defendidas nas primeiras faculdades de medicina em Salvador e no Rio de Janeiro. Algumas destas teses versavam sobre doenças de escravos e talvez possam servir para que alguns estudiosos brasileiros sigam o caminho sugerido por Kipple. Afinal, se o escravo agora passa a ser agente de sua própria História, sua saúde merece tanto atenção quanto seus atos de rebeldia ou de acomodação.

## COMUNICAÇÕES

### BRASIL: HISTORIOGRAFIA NOS ANOS 80\*

Carlos Fico  
Ronald Polito

#### 1. INTRODUÇÃO

Os historiadores brasileiros ressentem-se da falta de um instrumento de pesquisa capaz de rastrear a produção historiográfica atual no país, circunstância especialmente negativa quando se percebe que os anos 80 se caracterizaram por intensa produção de conhecimento histórico.

Os trabalhos mais sólidos de análise historiográfica de que se dispõe, como, por exemplo, os de Carlos Guilherme Mota, José Roberto do

Amaral Lapa e Francisco Iglésias<sup>1</sup>, abrangem, no máximo, os anos 70. Mesmo que se pense em termos meramente catalográficos e, não, analíticos, persiste a dificuldade de localização de teses, dissertações, livros, artigos etc. de História.

A presente Comunicação visa a divulgar e comentar alguns dos resultados parciais da pesquisa "Historiografia no Brasil nos anos 80", realizada sob os auspícios da UFOP. Tais resultados são os obtidos até o fechamento deste número de LPH - Revista de História (dezembro de 1991), porém, na época da circulação do mesmo a pesquisa, provavelmente, estará concluída.

\* Serão muitas as pessoas às quais devemos agradecer na edição final do trabalho. Por ora, é impossível não registrar nosso reconhecimento ao Prof. José Guilherme Ribeiro (DEHIS/UFOP), que fez os programas de análise informatizada dos dados e ao Reitor da UFOP, Prof. Dr. Cristovam Paes de Oliveira, que nos tem fornecido recursos para a efetivação da pesquisa.

1- Cf., dentre outros, LAPA, José Roberto do Amaral. *Historiografia brasileira contemporânea (a história em questão)*. Reed. Petrópolis, Vozes, 1981. 208 p. MOTA, Carlos Guilherme. *A historiografia brasileira nos últimos quarenta anos: tentativa de avaliação crítica*. *Debate e Crítica*. São Paulo, (5): 1-26, 1975 e IGLÉSIAS, Francisco. *A propósito da historiografia brasileira*. *Debate e Crítica*. São Paulo, (5): 119-126, 1975.

## 2- DEFINIÇÕES PRELIMINARES

Trabalhamos com um conceito ampliado de historiografia, que não considera apenas a efetiva produção de conhecimento histórico mas também, na medida do possível, a sua disseminação social. Sendo assim, não só computamos os trabalhos de História mas compulsamos, igualmente, aqueles registros que, de alguma forma, expressavam a repercussão daqueles. Consideramos todo o circuito que integra o processo de disseminação do conhecimento histórico, dos cursos de pós-graduação ao mercado editorial, além dos eventos, das entidades e leitores de História.

Tomamos orientação relativamente diversa daquela típica dos textos que abordam a historiografia brasileira. Não se trata mais do comentário, ainda que sofisticado e pertinente, daqueles títulos tidos como centrais para a compreensão de nossa produção historiográfica, o que, via de regra, resulta na listagem preferencial de cada autor daqueles trabalhos que mais lhe chamam a atenção. A principal restrição desse gênero de análise consiste, por um lado, em não considerar todos os trabalhos existentes a respeito de um assunto específico e, por outro, em apenas interpretar o fenômeno historiográfico sob o ponto de vista de sua produção. Daí o interesse em ampliar o circuito envolvido

na constituição do conhecimento: produção, reprodução, circulação e consumo.

Buscamos, assim, uma análise historiográfica que tem em vista as vicissitudes da dinâmica econômica, política, social e cultural do Brasil no período em pauta. Afinal, todos esses aspectos, de alguma maneira, condicionam a atuação do historiador e, conseqüentemente, a produção do conhecimento histórico. Compreende-se então que nos preocupamos também com a abordagem das relações e dos desdobramentos internos à própria história da historiografia no Brasil, cumprindo esse que também é um encaminhamento típico dos textos da área, ainda que sem as mesmas implicações teóricas.

## 3- HIPÓTESES NORTEADORAS DA ANÁLISE

Partimos do pressuposto de que a produção de conhecimento histórico no Brasil atingiu, nos anos 80, patamar de alta complexidade, que se poderia nomear de profissionalização, à falta de termo mais adequado. Com isso se quer dizer que tal produção se dá com a abordagem de uma pluralidade de temas, enfoques teóricos e procedimentos metodológicos, notadamente em comparação com os anos 70. Da mesma forma, nos anos 80 assistiu-se à consolidação dos cursos

de pós-graduação, à multiplicação dos periódicos específicos e ao aumento do interesse público pelos temas históricos. Pensamos ainda que essa profissionalização, mesmo que diga respeito, em grande medida, ao desenvolvimento próprio, autônomo, do campo de conhecimento histórico no Brasil, se explica talvez precipuamente pela constituição de uma universidade em termos modernos, à qual coube a função de produtora e disseminadora do conhecimento histórico, anteriormente pulverizado ou reunido em torno de núcleos tradicionais, de âmbito nacional ou local, ou sob sua influência. Essas são as hipóteses gerais que buscaremos verificar.

## 4 - METODOLOGIA

Em termos gerais, a metodologia adotada expressa a preocupação teórica de se considerar o fenômeno historiográfico em sua globalidade, isto é, não apenas como conhecimento produzido, mas como conhecimento que, de alguma maneira, se realiza em outros níveis, a saber, os da publicação, da leitura, da crítica etc.

Por isso, optou-se, na primeira etapa, pelo levantamento dos diversos dados, sem preocupação classificatória prévia, isto é, a percepção de que tal ou qual enfoque, tema, aborda-

gem, etc. é recorrente, deriva do levantamento dos dados, não o precede.

Tal percepção, portanto, é a segunda etapa do método adotado: a classificação das principais áreas de interesse dos historiadores expressas através dos dados obtidos. Para cada uma dessas áreas se fará uma análise historiográfica específica.

Além disso, tendo em vista as dimensões menos específicas e mais globais do fenômeno historiográfico, também se fará a avaliação analítica dos dados relativos a resenhas, entrevistas, polêmicas, mercado editorial e relacionamento dos historiadores com outros campos do conhecimento científico.

É a partir dessas etapas que se torna possível a análise mais importante, a do desempenho, da performance de qualquer um dos itens elencados em relação ao período da historiografia no Brasil anterior ao que estudamos. Para a tarefa, contamos com meios limitados, mas que não impedem a maior parte dos cotejamentos necessários. Os dados essenciais sobre o período anterior a 1980 vêm sendo colhidos em textos tidos por "clássicos" na área de historiografia e em outros instrumentos de pesquisa. Algumas séries de dados, contudo, foram construídas especificamente para nossos objetivos, séries

essas do mesmo tipo das utilizadas para o período 80/89.

## 5- RESULTADOS PARCIAIS

O primeiro objetivo foi proceder a um levantamento, o mais completo possível, de várias séries de informações, sempre para o período 1980/1989, a saber: livros de História nacionais e traduzidos; artigos em periódicos de História; artigos em periódicos de áreas afins; teses de doutorado e dissertações de mestrado defendidas nos cursos de pós-graduação em História, e teses de livre-docência; resenhas e ensaios bibliográficos sobre livros de História publicados em periódicos especializados, ou não, escritos, ou não, por historiadores; entrevistas concedidas por historiadores brasileiros a periódicos especializados e a jornais de circulação nacional, bem como entrevistas realizadas por historiadores brasileiros com outros historiadores; transcrições de fontes em suportes convencionais e/ou não-convencionais publicadas no período; instrumentos de pesquisa publicados; polêmicas sobre temas históricos publicamente tratadas; eventos (congressos, seminários, etc.) na área de História; entidades (associações, grupos etc.) criadas. Também buscamos informações sobre os cursos de pós-graduação em História e sobre o

movimento editorial em geral, para a análise da profissionalização da área.

A partir desses levantamentos é que se foram definindo as abordagens recorrentes. Os grupos temáticos obtidos estão sendo objeto de análises qualitativas específicas, mais ou menos profundas, tendo em vista as próprias limitações analíticas dos autores. É fácil perceber, portanto, que o trabalho analítico poderá ser continuamente aprimorado através do debate acadêmico e de novas propostas de leitura historiográfica que poderão ser feitas por outros historiadores.

Os dados e comentários elencados a seguir devem, naturalmente, ser entendidos como provisórios, pois, até a edição final do trabalho, poderão ser alterados. Da mesma forma, em função dos limites desta Comunicação, teceremos poucas considerações analíticas divulgando apenas alguns dados quantitativos mais gerais.

### 5.1- Livros

Até o presente momento, verificamos a publicação de 1396 livros durante os anos 80<sup>2</sup>. Para chegar a esse número, consultamos toda a coleção do jornal *Leia* (1980/1989) e diversos livros de revisão de assuntos

2- Não consideramos os livros didáticos, pedagógicos e as biografias.

históricos específicos. Novos títulos ainda estão sendo localizados.

Neste particular, verificamos o acerto da hipótese de José Roberto do Amaral Lapa, de 1976<sup>3</sup>, aplicada a livros, quanto à mudança de preferência pelos grandes recortes de periodização da História do Brasil. De fato, nos anos 80 houve o predomínio dos temas da República, seguidos por aqueles relativos ao Império e à Colônia. Em termos percentuais aproximados, a distribuição é de 47%, 30% e 22% respectivamente. No que tange ao período republicano especificamente, 41% dos livros estudam a época que vai de 1889 a 1930, 40% abordam o período de 1930 a 1964 e 17% abordam a História mais recente da República<sup>4</sup>.

É interessante conhecer a percentagem de livros de certas áreas e temas específicos da História: Antiga, 3,3%; Medieval, 2,3%; América, 6,1%; Revolução Francesa, 1,6%; Conjunção Mineira, 0,3%; Econô-

mica, 2,7%; Sexualidade, 0,8%; Getúlio Vargas, 0,9%; Café, 0,9%<sup>5</sup>.

Aspecto significativo do mercado editorial nos anos 80 é o sucesso evidente, e aqui quantificado, de um certo padrão de livro de História, de poucas páginas, no âmbito de coleções que pretendem dar visão geral de muitos assuntos e cujo paradigma é a coleção "Tudo é História", da Editora Brasiliense, a que mais publicou títulos da área (24,3% do total), seguida de longe pelas editoras Ática (5,9%), Paz e Terra (4,4%), Zahar (3,2%), Graal (1,4%) e Jorge Zahar (1,2%), dentre outras.

Isso configura um universo de lançamento cujos temas são relativamente pulverizados e cujo padrão editorial se caracteriza por livros de poucas páginas (12% chegam a ter menos de 90 páginas). Significativamente, há boa quantidade de livros de grande número de páginas, de autores estrangeiros traduzidos (metade dos livros com mais de 400 páginas é traduzida). No caso de autores nacionais a média de páginas cai.

Informação também pertinente neste quadro é o absoluto predomínio de autores masculinos no mercado editorial de livros. De 912 autores

3- LAPA, José Roberto do Amaral. Op. cit., p. 52.

4- O caráter aproximativo dos números deve-se não só à etapa em que a pesquisa se encontra, mas também à existência de pesquisas que abordam períodos combinados. As porcentagens, obviamente, referem-se aos livros sobre História do Brasil que já pudemos classificar.

5- Aqui as porcentagens se referem ao número total de livros.

de uma tradição de crítica dentre os historiadores brasileiros<sup>6</sup>.

Este quadro, contudo, parece ter mudado. São em bom número as revistas especializadas. Encontramos 22 especialmente voltadas para História e 31 que abordam eventualmente o tema. Foram localizados, nas mesmas, cerca de 750 artigos, afora entrevistas, instrumentos de pesquisa etc. Ao que tudo indica, o tratamento informatizado dos temas dos artigos de História dos anos 80 vai permitir ver um quadro bastante distinto daquele relativo aos livros: menor pulverização e abordagem concentrada de certos temas (escravismo e movimento operário, por exemplo).

O mais promissor, contudo, é o grande número de resenhas (cerca de 500 nos periódicos especializados e no jornal *Leia*). Como estamos classificando aquelas que foram publicadas em jornais de grande circulação, em revistas acadêmicas e não-acadêmicas, por historiadores ou por outros profissionais, de livros nacionais ou não, será possível, ao término da pesquisa, avaliar, com alguma precisão, como repercutiu a historiografia no Brasil nos anos 80, tendo em conta os diversos leitores

das mesmas. Ao que parece, inclusive, há uma diferença acentuada entre o que foi publicado e o que é tido como importante. Com as resenhas, finalmente, tem sido possível propor análises das diversas abordagens recorrentes, trabalho que seria quase impossível na ausência dessas críticas de livros.

#### 5.4- História e outras áreas

Também levantamos dados relativos à frequência de trabalhos de História nas reuniões anuais da SBPC e na revista *Ciência e Cultura*. Eis alguns dados: a revista *Ciência e Cultura*, no período 80/89, publicou 32 artigos de História, que correspondem a apenas 3,7% do total de 864 artigos. A média das comunicações de História apresentadas nas Reuniões Anuais da SBPC esteve perto de 1%. No período 85/88, houve uma tendência de crescimento dessa média (1,8% em 1986), que desceu brusca-mente em 1989, ano do menor índice do período (0,4%).

\* \* \*

Esperamos, com este trabalho, empreender uma breve análise historiográfica e elaborar um instrumento de pesquisa que possam ser, acima de tudo, úteis aos historiadores e para todos aqueles que se interessam pela História. Dada a amplitude dos objetivos traçados, as lacunas serão pro-

6- Cf. MOTA, Carlos Guilherme. Op. cit., p. 5 e IGLÉSIAS, Francisco. Op. cit., p. 121.

vavelmente muitas. Mas estamos cientes de que este tipo de trabalho poderá e deverá ser constantemente aprimorado. Com esta pesquisa acabamos constituindo um banco de dados que, provavelmente, é o mais completo do país no que se refere à História. Por isso, resolvemos implantar um Centro Nacional de Referência que, continuamente alimentado, poderá em breve ser acessado por todos.

## RESENHAS

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 287 p.

Carlos Fico  
(DEHIS - UFOP)

A discussão sobre Teoria da História no Brasil, por vezes, expressa-se através de algumas obviedades<sup>1</sup> que, se fazem sentido na atmosfera de contraposição ao chamado "marxismo vulgar", deixam muito a desejar quando se trata de estabelecer parâmetros teórico-conceituais mais finos. Alguns até chegam a sugerir ironicamente que o marxismo vulgar produziu uma crítica de igual nível.

Recente polêmica sobre a historiografia da escravidão no Brasil, embora vazada em termos nem sempre elegantes<sup>2</sup>, teve o mérito de chamar a atenção para problemas teóricos que são, efetivamente, muito importantes.

A presente resenha visa destacar alguns aspectos do livro mais recente de Sidney Chalhoub<sup>3</sup>, procurando comentar, embora em traços gerais e despretensiosos, certas questões formais e a resolução teórica que o autor propõe, situada como um dos objetivos centrais de *Visões da Liberdade*. Não se trata, portanto, de resumo do livro, mas do comentário de alguns pontos específicos, visivelmente centrais.

1- São comuns, em trabalhos de História, a defesa do que já não é acusado e o ataque demolidor do que já está arruinado. Quem tem o hábito de ler teses, dissertações, livros e artigos da área, sempre se depara com enunciados do gênero "não se pode fazer a história sem documentos", "não se podem aplicar modelos teóricos estandardizados", "a determinação em última instância 'do econômico' não explica tudo", "não existe uma teoria que articule os níveis episódicos e estruturais", etc. Tal tipo de enunciado em geral se caracteriza por assumir a forma negativa.

2- Veja-se, a propósito, CHALHOUB, Sidney. "Jacob Gorender põe etiquetas nos historiadores". *Folha de São Paulo*, Letras, 12/11/90, p. 7; LARA, Sílvia. "Gorender escraviza a história". *Folha de São Paulo*, Letras, 12/01/91, p. 2; GORENDER, Jacob. "Como era bom ser escravo no Brasil". *Folha de São Paulo*, Letras, 15/12/90, p. 2.

3- CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990, 287 p.

A reação vigorosa dos que se contrapuseram a Chalhoub<sup>4</sup> derivou, em boa medida, da própria maneira como algumas questões são abordadas em *Visões da Liberdade*: há generalizações verdadeiramente abusivas. Nem sempre o autor nomeia os autores criticados (pp. 42, 182 e 249) e, assim, a indefinição sobre quais historiadores estão sendo acusados certamente gera mal-estar, para além da impressão negativa (que se espera falsa) de que todos erraram e apenas Chalhoub acertou.

Outra causa de oposição a Chalhoub são críticas infundadas e ligeiras feitas na obra em questão. É o caso da tentativa permanente de refutar o que chama de "teoria do escravo-coisa", presente em todo o livro. Assim, na p. 40, ele cita Jacob Gorender<sup>5</sup>: "o oprimido pode chegar a ver-se qual o vê seu opressor."

4- Ver, em especial, GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo, Ática/Sec. de Estado da Cultura, 1990. 271 p. (Série Temas, 23). Durante o último Simpósio Nacional da ANPUH, no Rio de Janeiro, manifestações de desagrado mais ou menos veladas também puderam ser ouvidas, como na conferência de encerramento pronunciada por Emília Viotti da Costa.

5- GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 3ª ed. São Paulo, Ática, 1980. (Ensaio, 29) p. 65.

Trata-se da frase introdutória da apresentação de um escravo que acompanhava um viajante, sendo que este queria ir a um lugar onde viviam habitantes hostis ao verdadeiro dono do escravo. Não querendo ir lá, o negro diz: "O que diria meu senhor se esta gente me matasse?" Segundo Chalhoub, Gorender supõe que os escravos não gostavam de morrer pelas mãos dos inimigos dos seus senhores porque estes últimos ficariam sem suas "coisas". Gorender, contudo, ressaltou que se tratava de um caso-limite. Mas o fato é que a hipótese levantada por Chalhoub, para se contrapor à interpretação de Gorender (a pergunta/argumento serviria, afinal, para garantir a sobrevivência do escravo), pode, no máximo, demonstrar a inadequação da fonte, mas não elimina a possibilidade de acerto da afirmativa "o oprimido pode chegar a ver-se qual o vê seu opressor" - enunciado, de resto, bastante genérico e de certo modo inócuo.

Um outro momento de generalização e crítica injusta pode ser encontrado na p. 136, onde o autor define o que classifica, com menoscabo, de "militantes acadêmicos": historiadores que "ainda hoje em dia gastam tinta e papel para 'provar' o truismo de que a escravidão era uma forma extremamente violenta de organização das relações de trabalho." Para Chalhoub, as questões políticas e histo-

riográficas de hoje seriam outras e, portanto, deveríamos ultrapassar este patamar de obviedade e alcançar outros níveis. Não parece, contudo, ser inútil afirmar o óbvio e disso, aliás, nos dá sobejas provas o próprio Chalhoub, que, afinal, empreendeu grande esforço de pesquisa para provar, dentre outras coisas, que, sempre que possível, o escravo preferia sofrer menos.

Esses são aspectos aparentemente menores - e até mesmo se poderia dizer que uma crítica assim conduzida não faz justiça ao trabalho. O fato, contudo, é que o estilo nos trai e onde, aparentemente, apenas existem detalhes formais, pode estar escondida alguma chave de compreensão.

Uma das preocupações iniciais de Chalhoub, por exemplo, é sublinhar sua aversão ao que chama, logo na 3ª linha das páginas de agradecimentos, de "bizantinices acadêmicas". Provavelmente o autor está se referindo ao sem-número de exigências teóricas, metodológicas e sobretudo técnicas que os "meios acadêmicos", universidade à frente, fazem para que um trabalho seja aceito como objetivo, corretamente elaborado, etc. De fato, pode haver excessos e, por vezes, vícios lamentáveis, como as longas e mortíferas "introduções teóricas" de algumas teses e dissertações, eventualmente nem possuindo qual-

quer relação com o corpo principal do trabalho. Assim, na p. 9, Chalhoub informa o leitor de que o texto de sua tese<sup>6</sup> já nasceu "escoimado" desses erros e, portanto, não foi necessário alterá-lo muito para a edição do livro. Curiosamente, contudo, ao se ler o livro, verifica-se a existência de um capítulo teórico introdutório, de aparato de erudição tipicamente acadêmico (sob a forma de muitas notas), de críticas bibliográficas e historiográficas e, mesmo, de características tradicionais em trabalhos desta natureza, como a divisão em partes (introdução, desenvolvimento e conclusão) e o indefectível "anexo" (no caso, anotações de pesquisa referentes a alguns dos autos trabalhados - pp. 81 a 93). A "ruptura" mais evidente com os textos acadêmicos tradicionais está nos enunciados que servem de títulos às partes do trabalho: nomes próprios e expressões inusitadas conformam um elenco de títulos sem dúvida peculiar - recurso aliás cada vez mais comum entre os historiadores que desejam marcar seu distanciamento de um certo padrão de escrita da História. A primeira impressão,

6- CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. (Tese de doutorado defendida junto ao Curso de Pós-Graduação em História da UNICAMP sob a orientação de Robert Wayne Slones). 1989.

portanto, deve ser falsa: as "bizantinices acadêmicas" não devem ser estes elementos afinal encontradiços no livro, mas outra coisa.

Talvez esteja em outros aspectos formais a elucidação desta dúvida. Em vários momentos de seu texto, Chalhoub pretende amenizar o peso da narrativa, ou a complexidade das questões tratadas, com comentários presumivelmente tidos como espirituosos, sempre dirigindo-se diretamente ao leitor. É o que ocorre, por exemplo, no meio do capítulo teórico introdutório, quando ele nos diz: "Não te amofines, caro leitor. Juro-te que estamos prestes a 'ver' a nossa cadela" (a "cadela" é uma referência ao tópico "O cão e o cavalo" do conto de Voltaire "Zadig ou o destino: história oriental" - p. 24). Ou seja, tratar de teoria é atividade cacete, que extingue as energias vitais do leitor, um despropósito que só se realiza por obrigação, uma "bizantinice acadêmica".

O grande momento do livro é a descrição e interpretação dos documentos - como, aliás, é indispensável em trabalhos de História. O que cabe destacar é o fascínio que os episódios do cotidiano exercem sobre todos nós e que, para o autor, se expressa através de um apelo irresistível da empiria: "(...) Eram processos {criminais} incríveis, protagonizados por perso-

nagens densas e envolventes, e que me obrigaram a contar a sua história" (p. 21).

Este é um vetor importante do saber produzido por Chalhoub: o material histórico, as fontes, os documentos indispensáveis para a produção do conhecimento sobre o passado sugerem tão fortemente a teia de episódios vividos por pessoas de carne e osso em alguma época que, afinal, não há saída: obrigam a contar a sua história. Atitude, portanto, das mais louváveis, especialmente quando se verifica que, em alguns casos, a "aplicação de modelos teóricos" somente produziu explicações generalistas e inconsistentes (por falta de amparo documental).

Certamente, contudo, não será abusivo afirmar que o outro extremo da posição "teoricista" (aplicação de modelos-padrão, explicações não embasadas em documentos, etc.) é igualmente pernicioso: o empirismo exagerado, o apego excessivo ao documento. Muito embora não se possa afirmar que Chalhoub se encontra nesta outra extremidade, a importância que ele atribui ao manuseio das fontes sobressai, por exemplo, da interminável série de casos narrados e que podem confundir um leitor menos atento. Além disso, este apego ao documento pode induzir interpretações discutíveis, como no caso do pro-

blema do castigo físico, tratado na p. 151. O autor diz:

*"(...) Não encontrei sequer vestígio de negros que colocassem em questão o castigo físico enquanto tal. Parecia ponto pacífico que o chicote e a palmatória eram instrumentos legítimos para a 'correção' dos escravos recalcitrantes. Todas as lutas e contradições se davam em torno do motivo e da intensidade da punição aplicada."*

Seria, de fato, surpreendente encontrar tal tipo de questionamento em processos criminais e outros documentos produzidos no âmbito da Justiça daquela época, mormente quando se lembra que o acesso à Justiça é sempre mediado por advogados, escriturais, etc. Na Justiça Trabalhista de hoje, *mutatis mutandis*, também devem ser raros os processos que ponham em causa questões centrais da exploração típica da nossa época, restando, obviamente, muitas questões sobre motivações de demissões, valor de salários, etc.

Mas isso é um detalhe. O autor não é tão-somente um empiricista e anuncia isso depois de louvável e raríssima autocrítica relativa ao seu li-

vro de estréia<sup>7</sup>. Naquele primeiro livro, diz Chalhoub, houve "extrema dificuldade em integrar o material bastante rico coletado na pesquisa a uma visão articulada do processo histórico da época" (p. 18). Esta integração deveria ter ocorrido através de "uma teoria convincente a respeito da 'lógica da mudança' naquela sociedade" e, agora, tal erro não se repetirá: "a construção de uma tal teoria é o objeto deste livro" (p. 19). No espírito do leitor é grande a expectativa.

Chalhoub, em seguida, critica rapidamente a "metáfora base/superestrutura", isto é, não se deve explicar toda a história a partir de uma lógica reducionista da produção; não há um destino histórico determinado "exteriormente", fora das intenções e das lutas dos próprios agentes sociais. O autor prefere usar, então, a noção de "processo histórico" e não a de "transição", que pode levar à impressão de linearidade e previsibilidade. "Processo histórico", ao contrário, permitiria "recuperar a indeterminação, a imprevisibilidade

7- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo, Brasiliense, 1986. 249 p. O livro foi, originalmente, a dissertação de mestrado do autor, defendida junto ao Curso de Pós-Graduação em História da UFF, em 1984, sob a orientação de Robert Wayne Slenes.

dos acontecimentos", objetivo parcial do trabalho (p. 20).

Caberia então perguntar se os atos cotidianos dos indivíduos de uma determinada época histórica são de todo contingentes, indeterminados. Ou serão indeterminados sob o ponto de vista da noção marxista de determinação em última instância pelo conjunto da base econômica? Será completamente casual, imprevisível, a atitude de um escravo que joga com as circunstâncias do cotidiano, visando sofrer menos? Ou será que o que "determina" este tipo de procedimento é outra coisa que a visão marxista não dá conta de explicar?

Após o enunciado da p. 19 ("a construção de uma tal teoria é o objeto deste livro"), o que se espera do autor é o estabelecimento de parâmetros teórico-conceituais que dêem conta de inserir/explicar os "fatos do cotidiano" na "lógica da mudança". Isto se realiza?

Na p. 22, Chalhoub se pergunta: "como pensar os fatos culturais e ideológicos também como instituintes do devir social"? Aqui, então, deveria se realizar a expectativa acima mencionada: a resposta à pergunta "como integrar os conflitos em torno de normas e de valores na análise de transformações sociais específicas?" (p. 22), que seguramente deveria passar por uma espinhosa e interessantí-

sima discussão de aspectos centrais da obra de autores como Weber, apenas para citar o mais óbvio.<sup>8</sup> Isto não ocorre, contudo.

Chalhoub prefere usar a noção de "significados sociais gerais", inspirado em S. Mintz e em E.P. Thompson, significados que poderiam revelar aos sujeitos históricos "os 'lugares' onde as lutas de classe e outros conflitos (...) se revestem de um caráter político mais decisivo (...)" (p. 25). Assim, o historiador deve delimitar seu objeto

*"na confluência de muitas lutas, no 'lugar' onde não seria possível determinar com qualquer precisão o que seriam os aspectos econômicos, sociais, políticos ou ideológicos do processo histórico em questão" (p. 25).*

8- Para uma visão polêmica e interessante das pretensões de uma possível micro-história do cotidiano, ver ANKERSMIT, F.R. *Historiography and postmodernism. History and Theory*. Wesleyan University. Vol. 28, pp. 137-153, may/1989. Ver, especialmente, as páginas 148 e 153. Sobre o assunto ver, também, o artigo de Sílvia R. F. Petersen, "Algumas interrogações sobre as tendências recentes da historiografia brasileira: a emergência do 'novo' e a crítica ao racionalismo", publicado neste número de LPH - *Revista de História*.

E pronto. Daí até o fim do livro, seguem-se descrições e interpretações de muitos episódios que visam, basicamente, recuperar os entendimentos que os sujeitos históricos possuíam sobre a escravidão e a liberdade. Diga-se, aliás, com todas as letras, que em alguns momentos isso é feito com muita habilidade. Mas o problema aqui é outro: ainda não foi desta vez que se encontrou uma reflexão teórica satisfatória que articule os episódios do cotidiano e as transformações mais globais da estrutura social.

CAMPOS, Flávio de. *História ibérica: apogeu e declínio*. São Paulo, Contexto, 1991. 95 p. (Col. Repensando a História Geral)

Joaci Pereira Furtado  
Mestrando Em História  
Pela Universidade  
De São Paulo

Desde que a *Coleção Primeiros Passos* deu certo, provocando verdadeira revolução editorial, uma infinidade de iniciativas semelhantes pipocaram ao longo dos anos 80, procurando imitar a receita infalível elaborada em 1979 pela Brasiliense:

textos simples e agradáveis sobre assuntos interessantes ou em evidência, visando um público motivado (e geralmente jovem), não iniciado no pedante dialeto acadêmico. Ficou provado que, além de ser possível filosofar em outra língua que não o alemão, havia um mercado tão extenso quanto inexplorado, carente desses livros de "divulgação". Os mais de 150.000 exemplares vendidos (num país onde tiragens de 3.000 são consideradas grandes) de *O que é ideologia*, de Marilena Chauí, dão boa mostra do sucesso desse tipo de publicação.

País que, segundo Antônio Houaiss, abriga uma sociedade ágrafa, já que, no mínimo, 70% (e não 30%, como afirma o governo) de sua população são analfabetos, o Brasil não poderia ser menos receptivo a essas investidas editoriais. Desprovido de (in)formação, exilado das bibliotecas, achatado em seu poder aquisitivo e sem qualquer fôlego para enfrentar diretamente os "clássicos", o leitor médio brasileiro tem hoje à sua disposição uma infinidade de livros que nunca ultrapassam 100 páginas, com parágrafos curtos, letras grandes, linguagem despojada, ilustrações criativas, formato de bolso, capa e preços igualmente atraentes. A própria Brasiliense tratou de repetir a fórmula da *Primeiros Passos* em

áreas mais específicas, com, por exemplo, a Coleção Tudo é História. Conquistando rapidamente o meio estudantil, essas coleções tornam-se, com frequência, a única e sofrida leitura de muitos alunos do 3º grau - sobretudo os de faculdades privadas. Pensadas como pontos de partida, acabam por constituir o horizonte bibliográfico de futuros professores de 1º e 2º graus.

Isso não quer dizer que esses livros são meras resenhas, espécie de sublitteratura acadêmica a transmitir saber requeitado. Essa postura é própria de certa tradição intelectual brasileira, acastelada numa linguagem hermética, que mais cansa do que convence, como se o conhecimento fosse algo acessível apenas através de códigos velados, exclusivos de uma confraria onde nada pode ser dito em menos de 300 páginas. Publicações como as da Série Princípios (Ática), *Discutindo a História* (Atual) e *Repensando a História* (Contexto) têm o mérito de demonstrar que o intelectual pode servir-se de textos curtos e da linguagem até jornalística para dizer o que pensa, sem confundir expressão simplificada com idéia empobrecida. Autores como Ciro Flamarion S. Cardoso, Jacob Gorender e Laura de Mello e Souza, entre outros, não são pouco instigantes em seus livros de "divulgação". Pelo contrário, serviram-se deles para lançar idéias

novas. Mais que isso, muitas vezes conseguiram transformar o leitor curioso em interessado e este no pós-graduando que teve, nas sugestões bibliográficas do livrinho, o início de sua pesquisa.

**História ibérica: apogeu e declínio**, de Flávio de Campos, enquadra-se nessa parcela do vasto universo editorial. Eficiente, em 95 páginas ele dá conta de iniciar o leitor num tema normalmente tratado com ligeireza, mesmo nos cursos de graduação de história: a União Ibérica (1580-1640).

Segundo o autor, longe de ser responsável pela "decadência" de Portugal e Espanha, a unificação das coroas ibéricas foi decorrência de afinidades sócio-econômicas e políticas entre os dois reinos que vinham se processando desde fins do século XV. A incorporação de Portugal ao império dos Habsburgos constituiu-se no clímax dessas convergências. A incapacidade dos dois países de permanecerem na ribalta das nações européias, e de responderem às transformações econômicas que varriam o continente, deve ser buscada na focalização de sua distribuição fundiária e hierarquia social. A fragilidade das coroas ibéricas, permanentemente ameaçadas pela cobiça colonial de outras nações e dependentes das oscilações dos produtos

primários com os quais abasteciam a Europa, encontrou, na associação político-administrativa, a salvação de interesses comuns, que depois se tornariam incompatíveis. Ao restaurar a independência portuguesa, d. João IV buscava tirar seu país dos reflexos da crise do império espanhol, ao mesmo tempo que cedia às pressões das camadas médias, das classes populares e mesmo de setores da nobreza. A lamentada "decadência" de Portugal, identificável desde testemunhos da época, diz respeito muito mais a uma postura moralista, valorativa, do que a critérios de análise historiográfica. Na realidade, repete as lamúrias da elite feudal e absolutista saudosa de seus tempos de glória - mas irreversivelmente atropelada pela história.

A preponderância dos fatores econômicos e políticos em seu esquema explicativo não impediu que Flávio de Campos temperasse a análise da União Ibérica com fenômenos mais sutis, próprios das chamadas "superestruturas". Assim, além das referências às artes e aos costumes do período enfocado, o autor dedica 19 páginas aos fenômenos milenaristas, em especial o sebastianismo - espécie de histeria messiânica que catalisou os anseios autonomistas e a identidade nacional lusitana. Nutrindo sonhos de esplendor acalentados por uma nobreza saudosa das glórias passadas, ao mesmo

tempo que alimentava a utopia de um mundo de fartura e justiça para uma população em permanente penúria e opressão, o sebastianismo é, segundo Campos, fundamental para a compreensão do nacionalismo português. Como a glória jamais retornou e a abundância sempre foi privilégio de poucos em Portugal e seus domínios, o autor é no mínimo plausível ao identificar a permanência de projeções sebastianistas em Fernando Pessoa, por exemplo. Afinal, a atemporalidade é o plasma dos mitos.

O livro apresenta, porém, uma contradição: com o subtítulo **apogeu e declínio** ele reforça a idéia de "decadência" que o próprio autor busca refutar, ao mesmo tempo que remete à decrépita noção de história como processo cíclico ("ascensão, apogeu e queda"). Mas Flávio de Campos apressa-se em demonstrar que a premissa de "decadência" faz pressupor um esplendor inequívoco ao anteceder o ocaso, sobretudo de Portugal, ensejando verdadeiros inquéritos judiciais travestidos de investigação historiográfica para identificar os culpados pelo naufrágio das potências ibéricas (pp. 7-11, 87-8). A contradição entre título e conteúdo não chega, porém, a comprometer o texto. O que talvez poderia ter sido mais explorado é a própria historicidade da perspectiva da "decadência".

Tal como o sebastianismo - o que o próprio autor constata (p. 9) - o discurso do "país decadente" é uma permanência nas "estruturas mentais" lusitanas identificável até Antero de Quental, pelo menos. Ousaríamos arriscar que Eça de Queirós é um de seus expoentes, na segunda metade do século XIX. O que escapou ao autor, entretanto, foi a percepção de que a "decadência" pode significar, para além do meramente valorativo, uma visão ideológica, a princípio negadora do capitalismo emergente e depois reafirmadora dele. Assim, entre os séculos XVI e XVII, enquanto país incapaz de acompanhar as transformações que o estrangulavam, ela ofusca os olhos de sua elite com um passado fulgurante a ser resgatado. Passado feudal, em que a nobreza avançava suas possessões fundiárias e se enriquecia com a expansão ultramarina, em detrimento da burguesia incipiente. Já no século XVIII e sobretudo no XIX, interessava resgatar a faceta audaz, empreendedora e "progressista", de conquistas e descobrimentos, com os quais o pequeno reino inaugurara a modernidade. Nada mais condizente com os desejos de ruptura do isolamento e da dependência, para os quais a nação lusa irremediavelmente resvalara. Nesse caso, a percepção da "decadência" nascia da crença no progresso tecnológico e intelectual, traduzido na im-

plementação das atividades fabris, no cerceamento do papel político-ideológico da Igreja, na abertura para o "estrangeiro", na simpatia pelo liberalismo - na modernização, enfim. Ao falar em "decadência", Quental e seus contemporâneos tinham a sociedade capitalista como contraponto inevitável. Útil à nobreza nostálgica da vitalidade perdida, à elite ilustrada desejosa de colocar Portugal em dia com a Europa e à burguesia lisboeta fascinada com a Paris da *belle époque* o discurso "acadêmico" da decadência atravessou três séculos como panacéia a desfocar as reflexões sobre os fatores endógenos do empobrecimento ibérico.

Mas, dentro dos propósitos e limites que esse tipo de publicação impõe, *História ibérica: apogeu e declínio*, no geral, cumpre sua tarefa com absoluta eficácia. O leitor minimamente interessado no tema encontrará um texto que informa sem abdicar da análise, da crítica, da originalidade. Para os que desejam ir além, este livro é um bom começo.

EISENBERG, Peter. *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil, séculos XVIII e XIX*. Campinas, Editora da Unicamp, 1989. Tabelas. Gráficos. Mapas. Notas. Bibliografia. Apêndice. 394 p.

GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo, Ática, 1990. Apêndices. Notas. Bibliografia. 271 p.

Robert Conrad<sup>1</sup>

O primeiro dos livros citados contém quinze ensaios sobre aspectos da história social brasileira, que Peter Eisenberg escreveu durante sua carreira acadêmica, três dos quais inéditos até seu falecimento em 1988. Reunidos em sua homenagem por colegas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), os artigos que compõem o livro são organizados em quatro partes, que refletem as mudanças nas preocupações e interesses de pesquisa do autor.

Os ensaios da parte 1 são subprodutos do principal estudo de Eisenberg: *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernam-*

buco (1840-1910). Eles incluem uma análise do processo da Abolição em Pernambuco (originalmente publicadas em *The Hispanic American Historical Review* em 1972), na qual Eisenberg conclui que, depois da escravidão, os plantadores de açúcar daquela província salvaguardaram o controle tradicional sobre seus trabalhadores, a maioria dos quais não vivia em melhores condições do que os escravos. No segundo artigo dessa parte, um estudo sobre os esforços do século XIX para promover a imigração para Pernambuco, o autor sustenta que, não obstante o clima e a escassez de terra estivessem entre as causas do malogro da maior parte dos projetos de imigração provinciais, a principal era a estagnação econômica. O último artigo da primeira parte revela as trágicas conseqüências da modernização da indústria açucareira de Pernambuco, em finais do século XIX. O fracasso em iniciar a reforma agrária, acreditava Eisenberg, era uma causa capital da contínua dependência e pobreza do proletariado rural da província após a Abolição.

As atitudes com referência à escravidão e ao problema do trabalho, particularmente entre plantadores do Vale do Paraíba e Oeste de São Paulo, estão entre os temas tratados na parte 2. Analisando opiniões emitidas nos Congressos de Agricultura

1- Resenha originalmente publicada em *The Hispanic American Historical Review*, Durham, 71(4): 871-3, novembro/1991.

em 1878, no Rio e em Recife, o autor conclui que, ao menos naquele tempo, os pontos de vistas dos plantadores tendiam a coincidir em questões de trabalho e escravidão, a despeito de seus interesses regionais e particulares. A parte 3 contém estudos que abordam o trabalhador livre brasileiro ou o homem esquecido e as manumissões de escravos em Campinas. Esses últimos ensaios, parte de um corpo crescente de trabalhos sobre manumissões, mostram claramente que libertar o escravo era um acontecimento raro e altamente seletivo em Campinas, até a década de 1880, quando o abolicionismo e o abandono em massa das grandes propriedades rurais pelos escravos, tornaram, ao menos, popular a manumissão.

Na introdução do seu primeiro livro, Eisenberg revelara sua intenção inicial de escrever um estudo sobre determinada comunidade, como ocorre em Vassouras, de Stanley Stein, plano frustrado pela escassez documental. Os ensaios da parte 4 do livro indicam que, próximo ao fim de sua vida, ele estava novamente escrevendo um estudo de comunidade usando rico material arquivístico relativo a Campinas. A alta qualidade dos ensaios preliminares para esse trabalho sugere que, com mais tempo, o autor teria produzido um livro importante e inovador sobre a sociedade de Campinas.

dústria açucareira. A coleção de pequenos estudos de Peter Eisenberg será calorosamente bem recebida pelos estudiosos da história social brasileira.

Quanto a Jacob Gorender, escreveu um livro que, como seu estudo anterior sobre escravidão, *O escravismo colonial*, deveria ser traduzido para o inglês. Com talento analítico poderoso e conhecimento profundo da história brasileira, em *A Escravidão Reabilitada* Gorender diseca o trabalho de um grupo de historiadores, cujos livros e artigos recentes estão exercendo forte e, por vezes, desorientadora, influência sobre o estudo da escravidão no Brasil. Afirmando frequentemente estarem motivados por um desejo de redescobrir o papel dos escravos na modelação de suas próprias vidas, esses historiadores, conforme sustenta Gorender, puseram em evidência uma coletânea de teorias discrepantes e aparentemente desconexas que, tomadas em conjunto, parecem pretender a reabilitação da imagem da escravidão outrora associada a Gilberto Freyre e seus seguidores.

Dentre os muitos argumentos questionáveis que tais historiadores apresentam estão, como observa Gorender, aqueles que afirmam que a escravidão no Brasil era uma relação contratual entre senhor e escravo,

acordada e aceita por ambos; que os escravos estavam protegidos por leis equitativas e incentivos, que minimizavam reações discordantes ou violentas, como fugas ou revoltas, em favor de estratégias que conduziam à acomodação e coexistência pacífica; que os castigos eram comedidos e moderados, servindo principalmente para educar os escravos e sendo vistos pelos últimos como justos. A escravidão foi minada gradativamente ou melhorada pelas ditas brechas no sistema, notadamente a brecha camponesa ou a aquiescência para com o campesinato de escravos, aos quais era permitido o cultivo de lotes de terra para produzir seus próprios alimentos. A anomalia demográfica de uma população escrava, incapaz de manter-se por meios naturais, é explicada como o resultado, não da escravidão "*per se*", mas de muitos fatores externos e presumivelmente inevitáveis, incluindo o clima tropical do Brasil, práticas culturais africanas, doenças contraídas nos navios negreiros, escolhas impróprias de cônjuges para mulheres escravas e mesmo certos costumes e atos dos próprios escravos. A abolição, por fim, é vista como um processo legal e ordeiro forjada por proprietários de escravos e políticos conservadores, com intenção de introduzir um sistema de trabalho livre por meios graduais, deliberados e consensuais. Os abolicio-

nistas, por seu turno, e mesmo os fugitivos do final da década de 1880, parecem ter exercido papéis menos importantes no processo de libertação.

Como alguns dos exemplos acima sugerem, a nova escola tende a minimizar o que era comum ou normal na escravidão brasileira (trabalho excessivo, castigos cruéis, resistência, população instável, mortalidade infantil desastrosa, dieta inadequada) e a superestimar fatores periféricos ou atípicos (proteção legal, casamento, família, manumissão, terra para subsistência, libertos), muitos dos quais temas preferidos pela escola Freyre-Tannenbaum. Estes, certamente, são temas legítimos para pesquisa e análise, mas reforçam o excepcional em detrimento do comum e, ainda que com boas intenções, podem levar a distorções e falsas concepções não retificáveis com facilidade.

O que provocou este fenômeno acadêmico, que envolve mais os historiadores e estudiosos da escravidão do que pode ser visto numa resenha? Gorender sugere que é fruto de uma empresa ideológica conservadora, dissimulada por metodologias ultramodernas e legitimada pelo prestígio e "*status*" universitários. Escrever a história, afirma ele em sua conclusão, não é uma ocupação acadêmica neutra, mas serve como a fonte de

conceitos que, com o passar do tempo, são incorporados ao senso comum, através da educação e dos meios de comunicação de massa.

Minha apreciação pessoal da mesma literatura convence-me de que a crítica de Gorender atinge diretamente o âmago de um problema muito sério, fazendo de seu livro uma leitura obrigatória para todos os especialistas em escravidão. Como o *Escravidismo Colonial*, este livro é trabalho de primeira linha de um historiador talentoso e honesto, que conhece bem sua matéria e não hesita em falar o que pensa.

*Tradução: Jurandir Malerba*

---

---

## POESIAS

---

### VIAGENS

Descobertas: há a acidental  
(vide a armada de Cabral).  
e, também, acidentadas  
- como as nossas: sempre armadas...

### CONSERVAS

No meio das noites, a noite  
em que se fantasia cometer loucuras:  
a tia tenta o suicídio,  
o primo foge de casa,  
a irmã se prostitui,  
a cunhada sai pela rua, nua,  
o menor incestua...  
Uma noite singular,  
uma noite sem par,  
uma noite só.  
Depois, arrependidos, todos voltam  
a viver dos conselhos das vovó...

*A Seção de poesias de LPH - Revista de História inicia-se com Leila Miccolis.*

Leila Miccolis é advogada, escritora e uma das editoras da Editora Trote. Já publicou oito livros de poesia, afora sua participação em mais de trinta antologias nacionais e internacionais. Autora de um volume de ensaios baseado em extenso material sobre a poesia e o jornalismo a partir dos anos 60, *Do Poder ao Poder* (Porto Alegre: Tchê!, 1987), é também roteirista de televisão, programadora visual, autora de um eletropoema (*Eletri/CIDADE*), exibido na Faculdade Cândido Mendes (RJ), além de já ter realizado outras atividades culturais. Atualmente edita, juntamente com Urhacy Faustino, o jornal alternativo *BLOCOS - Jornal Cultural*, publicado no Rio de Janeiro.

Impressão: Imprensa Universitária da UFOP  
Tiragem: 1000 exemplares

ISSN 0103-7110  
"LPH"